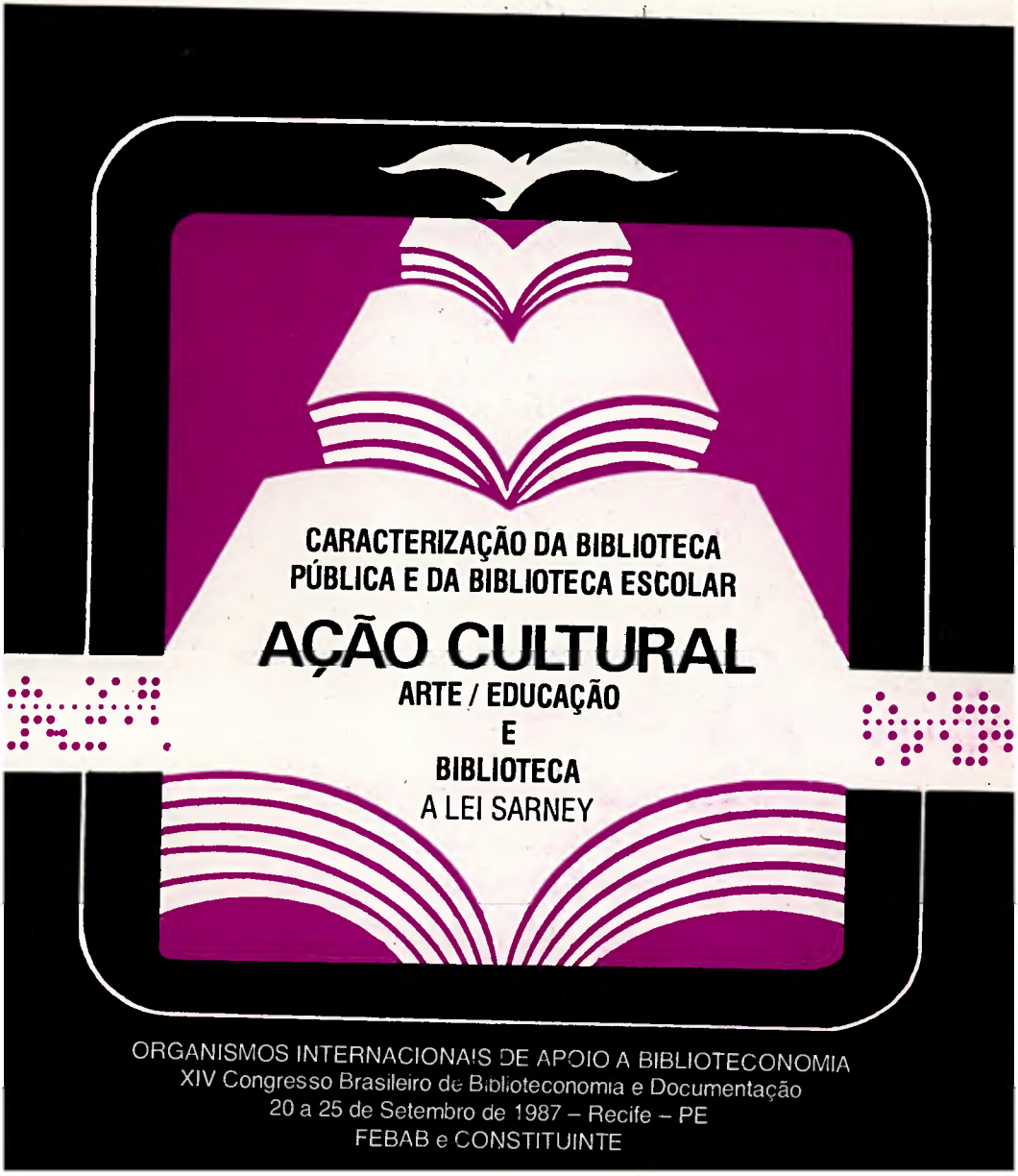
REVISTA BRASILEIRA DE

BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

VOLUME 20 NÚMERO 1/4
JANEIRO/DEZEMBRO
1987



CARACTERIZAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA E DA BIBLIOTECA ESCOLAR

AÇÃO CULTURAL
ARTE / EDUCAÇÃO
E
BIBLIOTECA

A LEI SARNEY

ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE APOIO A BIBLIOTECONOMIA

XIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
20 a 25 de Setembro de 1987 – Recife – PE
FEBAB e CONSTITUINTE

Digitalizado gentilmente por:

Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários – FEBAB

DIRETORIA (1987/89)

Presidente: Elizabet Maria Ramos de Carvalho (RJ)
Vice-Presidente: Selma Chi Barreiro (RJ)
Secretária Geral: Mirian Salvadore Nascimento (SP)
1ª Secretária: Ione de Souza (RJ)
2ª Secretária: Maria Alice Martins (RJ)
1º Tesoureiro: Maria de Fátima Raposo (RJ)
2º Tesoureiro: Marly Peixoto Soler (RJ)
Observador Legislativo: Sueli Angélica do Amaral (DF)
Editor: Neusa Dias de Macedo (SP)
Assessor de Valorização Profissional: Carlos Luiz da Silva (RS)

ASSOCIAÇÕES FILIADAS

Associação Paulista de Bibliotecários
Associação Riograndense de Bibliotecários
Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo
Associação de Bibliotecários de Minas Gerais
Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal
Associação de Bibliotecários do Ceará
Associação Campineira de Bibliotecários
Associação Paranaense de Bibliotecários
Associação Bibliotecária do Paraná
Associação Catarinense de Bibliotecários
Associação dos Bibliotecários do Estado do Piauí
Associação Alagoana dos Profissionais em Biblioteconomia
Associação de Bibliotecários do Estado de Mato Grosso
Associação Profissional dos Bibliotecários de Pernambuco
Associação Profissional dos Bibliotecários do Rio de Janeiro
Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Bahia
Associação Profissional dos Bibliotecários do Amazonas
Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Maranhão
Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba
Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Rio Grande do Norte
Associação Profissional de Bibliotecários de Mato Grosso do Sul
Associação Profissional dos Bibliotecários do Espírito Santo
Associação Profissional de Bibliotecários de Goiás
Associação Profissional de Bibliotecários de Sergipe
Associação Profissional de Bibliotecários de Rondônia
Associação Profissional dos Bibliotecários de Minas Gerais

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Brasileira de Documentação Agrícola
Comissão Brasileira de Documentação Biomédica
Comissão Brasileira de Documentação Jurídica
Comissão Brasileira de Documentação Tecnológica
Comissão Brasileira de Documentação em Processos Técnicos
Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares
Comissão Brasileira de Documentação em Ciências Sociais e Humanidades
Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
Comissão Brasileira de Documentação em Tecnologia Aereoespacial
Comissão Brasileira de Documentação em Celulose e Papel

Revista Brasileira de
BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO

Órgão oficial da
Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários

CORPO EDITORIAL

Editor:
Dra. Neusa Dias de Macedo (ECA/USP)

Redator Chefe:
Waldomiro Castro Santos Vergueiro (ECA/USP)

Coordenadores de Seções:
Inês M. Moraes Imperatriz (SIBI/USP)
Irati Antônio (ECA/USP)
Laércio Felício (Gabinete do Governador/SP)
Laila Gebara Spinelli (Biblioteca Pública Municipal de São Paulo)
Terezinha Sarmento Cesar (Seção Referência Legislativa PGM/PMSP)

Assessor/Português:
Dra. Idméa Semeghini P. Siqueira (Faculdade São Judas Tadeu)

Comissão Editorial:
Dra. Dinah Aguiar Población (ECA/USP)
Dr. Luis Augusto Milanesi (ECA/USP)
Dra. Maria Teresinha de Andrade (Faculdade de Saúde Pública)
Dra. Vera Beraquet (PUC/Campinas)
Dra. Johanna W. Smit (ECA/USP)

Publicação feita com a colaboração da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Publicação: 4 nºs em 1

Pagamentos em cheque visado pagável em São Paulo ou ordem de pagamento em nome da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, ou ao Banco do Brasil S/A.
Agência 9 de Julho, conta nº 70.599-3.
Estrangeiro: US$ 30 dólares.

Digitalizado gentilmente por:

REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

SUMÁRIO

EDITORIAL

ARTIGOS

9 Cláudio Willer
A Lei Sarney, a cultura e as bibliotecas

13 Suzana Sperry
Animação cultural em biblioteca: quando? como? onde?

31 Maria Christina Barbosa de Almeida
A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações de uma prática

39 Elza Correa Granja
Da leitura entre estudantes aos programas de animação cultural em bibliotecas universitárias: algumas reflexões

45 Idméa Semeghini P. Siqueira
Projeto ARTE-IN: preparando o Arte-Educador para interagir nas programações da biblioteca escolar

67 Neusa Dias de Macedo e Idméa Semeghini P. Siqueira
Subsídios para a caracterização da biblioteca escolar

71 Neusa Dias de Macedo e Laila Spinelli Gebara
Subsídios para a caracterização da biblioteca pública

79 Ana Fanfa e Eugenia Maranhão Bettiol
Entidades internacionais de apoio à Biblioteconomia com ênfase nos países em vias de desenvolvimento

R. bras. Bibliotecon. Dóc., São Paulo
Volume 20, números 1/4, páginas 1-248
Janeiro/Dezembro 1987
ISSN 0100-0691

Digitalizado gentilmente por:

SEÇÕES

95 Depoimentos sobre programações culturais nas bibliotecas brasileiras

105 Entrevista
José Teixeira Coelho Netto

128 Levantamento bibliográfico sobre Ação Cultural

157 Documentos

178 Legislação

210 Noticiário
Nacional
Internacional

234 Resenhas

244 Guia aos colaboradores

Toda a correspondência para a RBBD deve ser dirigida à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários

Rua Avanhandava, 40, cj. 110
01306 — São Paulo — SP
Fone: (011) 257-9979

Digitalizado gentilmente por:

REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

CONTENTS

EDITORIAL

ARTICLES

9 Cláudio Willer
Sarney's Law, culture and libraries

13 Suzana Sperry
Cultural promotion activities in libraries: When? Kow? Where?

31 Maria Christina Barbosa de Almeida
Cultural action: dimension of its role and limitations of a practice

39 Elza Correa Granja
From reading among students to cultural promotion activities at the university libraries: some reflections

45 Idméa Semeghini P. Siqueira
ARTE-IN Project: preparing the Art-Educator for interacting with school libraries activities

67 Neusa Dias de Macedo & Idméa Semeghini P. Siqueira
A synoptical description of the school library

71 Neusa Dias de Macedo & Laila Spinelli Gebara
A synoptical description of the public library

79 Ana Fanfa & Eugenia Maranhão Bettiol
International organizations that support Librarianship in developing countries

R. bras. Bibliotecon. Doc., São Paulo
Volume 20, numbers 1/4, pages 1-248
January/December 1987
ISSN 0100-0691

Digitalizado gentilmente por:

SECTIONS

95	Points-of-view
105	Interview José Teixeira Coelho Netto
128	Bibliographical Survey on Cultural Action
157	Documents
178	Legislation
210	News National International
234	Book Reviews
244	Guide to the collaborators

Quartely publication
Single number — US$ 30.00
abroad (1982) — US$ 15.00
Orders should be placed to

"Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários",
Address —Rua Avanhandava, 40, cj. 110
CEP 01306 — São Paulo — Brazil

Digitalizado gentilmente por:

EDITORIAL

Para a nova gestão da FEBAB, triênio 1987/89, um corpo editorial também renovado começou seu trabalho com grande entusiasmo. O editor reviu o planejamento da RBBD de 1978*, e se pôs a campo com um projeto interessante sobre "Ação Cultural em Bibliotecas" para este primeiro número. Consciente de que uma revista não se impõe tão-somente pelo nível do conteúdo e primor da forma, pautada que seja pela linha editorial que deseja imprimir, mas também pela regularidade de sua publicação, pensava (em respeito aos assinantes e interessados em ler a matéria nova) que o presente número pudesse chegar às mãos da comunidade bibliotecária, no devido tempo. Entretanto, problemas alheios ao controle do editor, não permitiram que a defasagem da revista pudesse ser superada. Espera-se que este órgão de comunicação associativa possa em breve entrar em ritmo normal de periodicidade.

Justamente por ser órgão de comunicação de entidade associativa, a RBBD, mais do que qualquer outra revista, precisa ser um veículo tanto que conserve a memória profissional como noticie tudo o que esteja ocorrendo no campo da ciência da informação e biblioteconomia. Além de constituir periódico que contenha a produção nacional especializada e também espaço para aqueles que estejam se iniciando no terreno dos escritos profissionais, deve informar sobre eventos, cursos, convênios, publicações novas e tudo o que esteja sendo recomendado nos congressos. Para isso, precisa haver canalização dessas informações para a redação da revista. E isso não tem acontecido. Mais uma vez, fazemos apelo às associações que não deixem de mandar matéria para a RBBD. Aguardamos, também, resenhas, material legislativo, propostas de entrevistas, levantamentos bibliográficos e trabalhos de diversa natureza.

No tocante à seção de artigos, além dos trabalhos frutos de pesqui-

---

* Ver Planejamento na p. 171.

Digitalizado gentilmente por:

sa e de revisões de assuntos, a RBBD, em grande abertura de espaço, irá aceitar ensaios, estudos aplicados, sistematizações de caráter didático, traduções (desde que devidamente autorizadas pelos autores e/ou entidades), trabalhos de alunos... Portanto, esta revista associativa quer dar oportunidade para iniciantes a fim de que seja estimulado o hábito de escrever e pensar criticamente e que possam ser repassadas experiências significativas. Entretanto, grande cuidado deve haver para conteúdo e forma a fim de que as contribuições não sejam barradas pela Comissão Editorial.

O editor faz questão de estreitar laços pessoais com os presidentes de associações e deseja que a RBBD realmente faça juz ao nome de *Revista Brasileira*, e, para isso, há que fazer representar matéria proveniente dos vários estados da Federação. Para este número não foi possível obter trocas, não obstante tivesse havido iniciativas por parte do editor. Desta forma, se houver alguma ênfase na produção paulista, neste número dedicado à "Ação Cultural em Bibliotecas", deveu-se á circunstância que esse Estado ouviu os nossos rogos. Dada a importância do estudo e á divulgação desta nova temática, a RBBD está disposta a incluir, em outros números, artigos e análises sobre a matéria, esperando, portanto, contribuições futuras.

A cobertura do novo assunto é apenas um ponto de partida . É o início de uma conscientização sobre "Ação cultural em bibliotecas", mostrando que já existe uma tomada de posição, por parte de bibliotecários e de especialistas que trabalham ao seu lado, em prol do reconhecimento de que a biblioteca é espaço para ação cultural.

O ponto central deste número é a entrevista com um *expert* em ação cultural. Dela decorre um vivo debate, inteligentemente dirigido pelo reporter, a fim de que o leitor pudesse conhecer os principais aspectos de base e de natureza crítica sobre a matéria. Agradecemos, em particular, ao Prof. Dr. José Teixeira Coelho Netto que acedeu ao convite da RBBD para uma entrevista demorada com Laércio Felício e se prontificou a revê-la, tornando-a um precioso documento para análise.

Alguns trabalhos foram encomendados para constituir o primeiro

Digitalizado gentilmente por:

esteio de idéias e reflexões sobre o tema em foco. A Lei Sarney sobre atividades culturais no país é discutida e depois incluida na íntegra para subsidiar as bibliotecas que, no caso de estarem efetuando aplicações de natureza cultural, queiram usufruir benefícios fiscais da Lei nº 7.505. A animação cultural é focalizada em vários pontos, por vários estudiosos, e, em outro ponto, são postas em evidência programações culturais em algumas bibliotecas públicas a fim de mostrar que já existe um bom lastro dessas atividades no Brasil. Um rico levantamento bibliográfico, obtido da compilação contínua do Serviço de Referência da Biblioteca da ECA/USP, vai propiciar que interessados se aprofundem na matéria. O último artigo, da temática central, é o Projeto ARTE-IN, que tem a finalidade de ilustrar como pode o Arte-Educador interagir no contexto de uma biblioteca escolar. Paralelamente, duas contribuições de caráter didático, caracterizando a biblioteca escolar e a biblioteca pública, vão iniciar a praxe de a RBBD publicar trabalhos de natureza vária para se qualificar como um periódico de prestação de serviços. Por último, um trabalho realizado por alunos de pós-graduação vem chamar atenção sobre instituições internacionais que apoiam a Biblioteconomia nos países em desenvolvimento.

De outro lado, resenhas, matéria legislativa, noticiário, documentos e comunicações irão atualizar a comunidade bibliotecária na sua área de atuação. A RBBD, para incentivo e controle de seus futuros projetos, espera receber cartas apreciativas deste seu primeiro trabalho, bem como sugestões para os assuntos centrais dos próximos números.

NEUSA DIAS DE MACEDO
Editor

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

A LEI SARNEY, A CULTURA E AS BIBLIOTECAS

Claudio Willer*

RESUMO: Discute as implicações da Lei Sarney - Lei n. 7.505 – sobre as atividades culturais no país e particularmente sobre as bibliotecas públicas. Algumas falhas da Lei obrigam prefeituras municipais e suas bibliotecas a descobrir artimanhas a fim de poderem receber incentivos fiscais. Entre as várias alternativas encontradas, destaca-se a constituição de fundações culturais pelas prefeituras, com intuito de vincular as bibliotecas. Com essas distorções, o Estado acaba por omitir-se de seu papel de mantenedor da cultura.
PALAVRA-CHAVE: Bibliotecas públicas. Lei Sarney. Lei n. 7.505.

A Lei Sarney – Lei n. 7.505, de 1986, que concede benefícios fiscais para operações de natureza cultural – cresceu desde sua promulgação, há um ano. Objeto de discussões, cursos, debates e matérias na imprensa, deu margem a um amplo leque de opiniões, desde as mais otimistas, prevendo um florescimento das atividades culturais no Brasil com os recursos por ela carreados, até as previsões mais catastróficas e apocalípticas, acenando com o risco da instrumentalização da cultura pelo capital privado, entre outras distorções.

Os dois tipos de posicionamento – favoráveis ou desfavoráveis à sua promulgação, pessimistas ou otimistas quanto a seus efeitos – têm sua razão de ser. É evidente que as atividades culturais que também acenarem com a perspectiva de Benefícios Mercadológicos terão mais chances de obter patrocínio de empresas. Por outro lado, o "aquecimento" do setor, ou seja, o aumento de aplicações de empresas, com a finalidade de

* Professor do Curso de Pós-Graduação da Escola de Comunicações e Artes/USP. Escritor, poeta, tradutor e crítico. Presidente da Comissão Estadual de Literatura de São Paulo.

Digitalizado gentilmente por:

fazer propaganda institucional, em favor da cultura também acarretará a diversificação dessas mesmas aplicações. Ou seja, será impossível todas as empresas se limitarem a patrocinar apenas espetáculos musicais e edições de livros sobre arte, como já vinha sendo feito, antes mesmo da entrada em vigor da Lei Sarney. Caso as empresas queiram ter algum destaque, enquanto patrocinadoras da cultura, terão que procurar sempre aquilo que é original, que representa algo de novo e instigador. Para o assim chamado "marketing cultural", valem as mesmas regras e princípios do marketing e propaganda em geral.

Entre as vantagens decorrentes da Lei Sarney, está a de criar um mercado novo de mão-de-obra, dos assessores culturais para empresas, ou seja, daqueles que ajudam o empresário a escolher entre projetos que pleiteiam patrocínio, ou até mesmo a desenvolver projetos próprios. Conseqüentemente, adquire um estatuto profissional o assim chamado "agente cultural" (animadores e administradores culturais), estimulando-se também o ensino e a pesquisa nessa área.

Entre as desvantagens, está a de efetivamente poder vir a surgir distorções. Os patrocínios vindo das empresas sempre tenderão a dar preferência ao evento espetacular, ao que for apoteótico e de repercussão imediata. E isso, não necessariamente por imediatismo dos empresários e planejadores de marketing. Ocorre que a vida das empresas transcorre de ano a ano: orçamentos e planejamentos são feitos anualmente, não fazendo sentido, portanto, sob a lógica estritamente administrativa, uma iniciativa mercadológica que trará algum retorno a longo prazo. Principalmente no Brasil, um país tão sujeito a mudanças conjunturais.

Por isso, tem menos chances a edição de livros de valor cultural: normalmente tais obras não produzem um impacto imediato, na ocasião do seu lançamento. Elas tendem a produzir seus resultados aos poucos, à medida que circulam. Também podem ser prejudicadas as atividades ligadas a políticas culturais descentralizadas e à animação sócio-cultural.

Normalmente, tais atividades ocorrem fora dos grandes centros, e conseqüentemente fora dos pólos da divulgação de acontecimentos culturais.

Quanto às bibliotecas, estas são explicitamente beneficiadas, de um lado, pela Lei Sarney, e também diretamente prejudicadas, de outro lado. O benefício explícito está nos itens XVIII e XIX do artigo 2º da Lei, que expõe o elenco de atividades culturais beneficiadas. Nos itens mencionados, há referência à doação de livros a bibliotecas públicas, e à doação

Digitalizado gentilmente por:

de bibliotecas, ou seja, de acervos particulares para finalidade pública.

O prejuízo decorre de a Lei Sarney beneficiar apenas, conforme seu art. 1º, a "pessoas jurídicas de natureza cultural".

Bibliotecas, freqüentemente, não são uma "pessoa jurídica", não tem uma personalidade jurídica autônoma, mas são partes ou setores de outras pessoas jurídicas que podem, ou, não, ter caráter cultural. Exemplificando: recursos destinados por doadores ou patrocinadores provados à biblioteca de uma escola ou de uma prefeitura municipal não poderão ser abatidos do imposto de renda, na forma prevista pela Lei Sarney, já que a escola e a prefeitura municipal, por sua vez, não são reconhecidas (acertadamente) como pessoas jurídicas de natureza cultural e não podem ser cadastradas no Ministério da Cultura para habilitar-se a receber esse benefício. Sintetizando: doações em livros para Bibliotecas, ou em dinheiro, só poderão ocorrer se a biblioteca for uma personalidade jurídica autônoma ou parte de uma pessoa jurídica de finalidade unicamente cultural. A Biblioteca Mário de Andrade, de São Paulo, não é cadastrável na Lei Sarney; seria, contudo, se o governo municipal criasse algo como a Fundação Biblioteca Mário de Andrade, ou então uma Fundação Cultural da qual a biblioteca fizesse parte.

A saída, no caso, é efetuar operações triangulares, com a intermediação de outra pessoa jurídica, por sua vez de caráter cultural. Esse tipo de triangulação é feita, por exemplo, pelo MAC-USP, Museu de Arte Contemporânea da USP: como esta instituição não pode receber diretamente recursos via Lei Sarney (pois não tem autonomia jurídica, sendo apenas um departamento da USP), criou-se a Sociedade Amigos do MAC, uma associação que por sua vez está cadastrada no Ministério da Cultura e pode receber esses recursos e promove atividades no MAC. Algo semelhante, então, seria, a criação de uma Sociedade de Amigos da Biblioteca Mário de Andrade, que receberia doações em favor dessa biblioteca. Ou então, parece-me, até mesmo uma entidade como a UBE, União Brasileira de Escritores, que está cadastrada no Ministério, poderia desempenhar esse papel.

A outra solução é, sempre que possível, dar autonomia jurídica às bibliotecas. É altamente recomendável, por várias outras razões (principalmente pela maior agilidade decorrente em todos os aspectos da administração), que as prefeituras municipais constituam fundações culturais, vinculando a elas as bibliotecas, bem como teatros e outros equipamen-

Digitalizado gentilmente por:

tos culturais.

De qualquer forma, o tema das distorções na Lei Sarney tem alguma relevância, não tanto por causa das falhas dessa lei, mas, sim, por causa da omissão governamental, de tudo aquilo que falta em nosso país, no campo das políticas culturais, e que nada tem a ver com os incentivos fiscais para a cultura. O que não pode acontecer – e, infelizmente, por enquanto está ocorrendo – é a Lei Sarney ser a fonte única de recursos para atividades, instituições e equipamentos culturais. Assim, no caso específico das bibliotecas, o importante seria o INL dispor de verbas para atender bem as bibliotecas a ele conveniadas, ou então, a Secretaria de Estado da Cultura, em São Paulo, conseguir cumprir as metas propostas para o Sistema Estadual de Bibliotecas.

ABSTRACT: Consequences of the Brazilian Law n. 7.505, Known as the Sarney Law, which regulates private funding of cultural activities is reviewed in light of its impact on libraries, especially public libraries. Some of its faults have forced city administrations and libraries to adopt measures to make them eligible for the financial support program. Several alternatives have been found, among, them, the establishment of Public Fundations which would include libraries. Negative implications of the Law reside in the already occurring fact that the State abandons its role and turns the responsability of supporting cultural activities over to private organizations.
KEY WORDS: Public libraries. Cultural promotion activities. Sarney's law. Brazilian legislation.

Digitalizado gentilmente por:

ANIMAÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS: QUANDO? COMO? ONDE?

Suzana Sperry*

RESUMO: Define o termo animação cultural em bibliotecas. Apresenta sugestões para a implantação da técnica no Brasil, por meio de programações que promovam o LIVRO, a nível regional e nacional, a serem desenvolvidas, em cooperação, por profissionais ligados ao livro: autores, bibliotecários, editores, jornalistas e livreiros. Anexa exemplos, seguidos de comentários, de diversas modalidades de programações ocorridas na França.
PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas. Animação cultural. França.

1. INTRODUÇÃO

O bibliotecário brasileiro vem, há anos, sendo assediado por técnicas e inovações vindas do estrangeiro. A Biblioteconomia, profissão nova no país, cuja regulamentação da carreira ocorreu há apenas duas décadas, muito ganhou com essa influência porque, com isso, normas e procedimentos foram analisados, sendo escolhidos os caminhos mais convenientes à realidade nacional.

Após vinte anos de importações, os resultados estão aí: muitas das técnicas foram implantadas sem seus complementos e falharam, ou não deram bons rendimentos; outras não se adaptaram à nossa realidade. Atualmente, encontramos muitos bibliotecários desestimulados, receosos em aceitar inovações, principalmente quando lembram seus insucessos e a falta de base por formação acadêmica deficiente.

* Responsável pelo Setor de Informação e Documentação do CPAC-EMBRAPA, Caixa Postal 700023 – 73.300 Planaltina-DF

Digitalizado gentilmente por:

Algumas técnicas estrangeiras, chegadas há poucos anos no Brasil, já constituem disciplina dos cursos de graduação e de pós graduação, como a Informática, a Administração de Sistemas e o Marketing da Informação. Outras, como a ANIMAÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS, somente agora começam a ser observadas como conhecimento, pois sempre foram mais objeto de experiências profissionais do que frutos de estudos e pesquisas.

É salutar a promoção de palestras e debates sobre os considerados novos temas da profissão. Estas discussões, além de transmitirem informações que pretendem ser inovadoras, situam a questão no panorama brasileiro e aquilatam a validade de sua importação.

2. O QUE É ANIMAÇÃO CULTURAL?

Segundo o modelo francês, é a denominação dada às atividades desenvolvidas pelos bibliotecários em conjunto com outros membros da comunidade onde a biblioteca estiver instalada, com o objetivo de estimular e aprimorar o gosto pela leitura e artes. Geralmente, essas atividades são coordenadas e realizadas por bibliotecários e por outros profissionais do livro (autores, editores e livreiros) em colaboração com atores teatrais, historiadores e pesquisadores. Utilizam todos os meios disponíveis para comunicação.

O modelo francês de animação cultural é o mais conhecido atualmente. Tem apresentado excelentes resultados. É interessante observar-se não apenas a qualidade de seus programas mas sua história recente, que poderá guardar algumas semelhanças com a situação brasileira.

No Brasil, a criação do Ministério da Cultura em 1985, e a recente assinatura da "Lei Sarney"*, que concede incentivos fiscais para operações de caráter cultural, poderão ser as molas propulsoras para um movimento nacional nesse sentido.

3. QUANDO, COMO E ONDE DESENVOLVER ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO?

No Brasil, se já existe um Ministério específico e uma legislação que

* Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986.

Digitalizado gentilmente por:

facilita o suporte financeiro para as manifestações culturais em bibliotecas, *o que* está faltando para iniciá-las? Modificar a situação anterior. Abrir as entidades e agrupar os profissionais. Partir para o estabelecimento de políticas regionais e nacionais para a divulgação e a distribuição do livro.

Quando o país reconhecer que o LIVRO e sua divulgação são as chaves que deverão abrir as portas para a animação cultural, *como* deveria ser iniciado o movimento? Reunindo profissionais do livro e comunicadores (autores, bibliotecários, editores, jornalistas e livreiros) e, conscientizando as autoridades e a comunidade em geral sobre a importância do LIVRO, não só como instrumento de cultura mas como importante produto econômico. Neste caso, é interessante observar-se que uma política econômico-cultural apenas poderia ser levada a efeito com a adesão dos principais interessados.

Na França, o LIVRO é uma das prioridades no orçamento do Estado. Sob o nível cultural, ele coloca sob o mesmo plano de igualdade toda a população. Sob o plano econômico, representa uma importante parcela de emprego. Na Região Rhône-Alpes, por exemplo, 10.000 empregos são facilitados pelo livro: 4.500 em livrarias, 1.200 em bibliotecas, 680 em edição, 2.370 em impressão e publicação, 1.750 na indústria do papel, (não contando com o grupo de escritores e jornalistas).

Os livros são escritos, são publicados, mas têm sido mal divulgados, a difusão, a promoção e a distribuição, mal organizadas, os instrumentos de publicidade muito centralizados, com sistemas caros e lentos. Os meios de comunicação falam pouco ou nem falam das obras editadas. Muitos livros não são conhecidos por seus intermediários (bibliotecários, livreiros e imprensa). São mal vendidos, os editores perdem dinheiro e os autores mal remunerados. Apesar das potencialidades existentes, o conjunto espelha uma lógica de insucesso (UN office 1983).

Se existe um mercado importante a ser conquistado, resta conquistar ao mesmo tempo o terreno econômico e o terreno cultural.

Quanto mais crescer o número de leitores nas bibliotecas, maior será o volume de negócios das livrarias. Atualmente na França, muitas livrarias estão fechando, paralelamente existe também uma crise nas bibliotecas (UN OFFICE 1983). O gosto por comprar livros aparece depois que se começa gostar de ler. Na biblioteca, existe o LIVRO em disponibilidade: ele é conhecido, só então o leitor deseja possuí-lo. Por outro la-

Digitalizado gentilmente por:

do, através das ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO CULTURAL, o futuro leitor vê o LIVRO, em seguida adquire coragem para entrar na livraria e comprá-lo sem demonstrar ignorância ou para entrar na biblioteca e levá-lo por empréstimo, com a mesma segurança.

Refletindo sobre os parágrafos anteriores, fica clara a necessidade urgente de um trabalho cooperativo, que reúna os profissionais do livro em torno de projetos conjuntos.

4. A ANIMAÇÃO CULTURAL

Como exemplos de trabalhos cooperativos executados por bibliotecários, autores, editores, livreiros e jornalistas, na França, podem ser citados: a criação do "Bureau Rhône-Alpes do Livro" (Anexo I); o "Salão do Livro de Lyon" (Anexo II) e a "Festa sobre a Poesia" (Anexo III).

A animação cultural lança mão de todos os meios de comunicação passíveis de atrair, motivar e estimular o público para a leitura formal do livro.

A partir da segunda metade da década de 70, diversas bibliotecas especializadas em material de comunicação, ("médiathèques", em francês)* foram criadas na capital e em cidades do interior da França. Inicialmente, essas instituições foram administradas pelo "Centre National d'Art et de Culture Georges Pompidou", em uma tentativa de descentralização de suas coleções não livro (discotecas, videotecas e artotecas), funcionando de maneira semelhante às bibliotecas, acopladas ou não a elas e servindo de suporte às suas atividades de animação.

As "médiathèques" permitiram ao público conviver com a arte, eliminando o obstáculo financeiro, procurando colocar à disposição das pessoas objetos culturais que alimentem sua curiosidade, quando elas forem curiosas e quase analfabetas no assunto e despertar sua sensibilidade para os fenômenos culturais.

Os bibliotecários dessas "médiathèques" ("médiathècaires", na França) devem acompanhar a evolução tecnológica e atingir todos os sentidos dos usuários, conforme palavras do técnico francês GUITAR 1982, que acredita que chegará o dia em que, nas estantes das bibliotecas

* Se essas bibliotecas forem especializadas somente em obras de arte, na França, denominam-se "artothèques"; em discos "discothèques", em videos "videothèques". (LES AUTRES 1982).

Digitalizado gentilmente por:

poderão ser expostos frascos com essências que permitirão aos usuários sentirem o perfume, por exemplo, de uma região da Itália, de seus campos, flores e florestas. Com mais esse recurso, os bibliotecários poderiam oferecer um conjunto completo sobre o tema: livros, discos, fitas, fotografia, perfume etc, pois o que interessa ao pesquisador é o assunto ITÁLIA, e não o suporte no qual a informação esteja contida.

Apesar da importância de seu trabalho, o "médiathècaire" francês é considerado o "irmão pobre" dos outros bibliotecários, pois lhe faltam recursos técnicos e artísticos para tratamento do material e atendimento ao público. O governo, preocupado com a situação, criou recentemente algumas modalidades de estágio e de complementação curricular para esses profissionais, em diversas universidades do país.

Onde desenvolver as atividades de animação cultural? Dentro e fora da biblioteca. Para públicos de qualquer idade. Preferencialmente, fora das salas de aula, para vender a idéia de que o livro não simboliza a escola (pois corre o risco de ser esquecido depois dela, principalmente se ficar ligado a deveres, obrigações e insucessos), ele não é apenas um instrumento didático, (essa medida foi adotada na França em 1975, através do movimento de "desescolarização do livro"), PINGAUD 1982.

É muito importante a cooperação efetiva de professores e pais para que o livro "saia da biblioteca" e vá "passear" nos lugares onde vivem as crianças. Importante também é a proximidade geográfica das bibliotecas de crianças e de adultos, para facilitar a transição imposta pela adolescência, favorecendo a circulação de uma para a outra fase, evitando a barreira entre as gerações e permitindo a continuação do contato estabelecido durante a infância.

Ao mesmo tempo que o bibliotecário luta para "fazer o livro ir passear fora da biblioteca", deve batalhar para os jovens virem "passear dentro da biblioteca". Muitos artifícios podem ser imaginados para criar laços efetivos entre os profissionais do livro e os jovens. Exemplo: atividade descrita no Anexo IV, "Os jovens e as histórias em quadrinhos".

As técnicas para motivação do usuário, tradicionalmente utilizadas nas bibliotecas como animação cultural, transformaram-se, tornando-se mais descontraídas e criativas, objetivando maior participação. A "hora do conto", por exemplo, transformou-se em "ateliê do conto", onde tanto uma história pode sair de um livro como da imaginação do bibliotecário, de uma das crianças ou de mais de uma criança.

Digitalizado gentilmente por:

Geralmente, as atividades de animação cultural para crianças envolvem públicos de todas as gerações. As "Tradições de Natal em Essone" (Anexo V) mostram um interessante exemplo de reunião de pais, avós e crianças de toda uma região, em torno de um mesmo tema: reconstituição da memória local.

Exposições podem continuar sendo planejadas pela biblioteca, mas podem também partir da iniciativa dos usuários. O bibliotecário, nestes casos, atua apenas como mediador coordenando o evento, oferecendo o local. Por exemplo, "Recordações de uma viagem à Veneza", ateliê onde diversos adultos contribuem com relatos pessoais, filmes, diapositivos, fotografias e objetos.

Os bibliotecários planejam atividades para os usuários, mas também para eles próprios, objetivando integração de profissionais (exemplo: atividade exposta no Anexo I); aprimoramento profissional e melhoria no atendimento ao usuário (exemplo: Anexo VI).

Uma diferença fundamental introduzida pelas atividades de animação, refere-se ao local onde podem ser conduzidas. Extrapolaram os muros das bibliotecas, procurando chegar o mais perto possível do público. Estão sendo realizadas em parques, ruas, estações de metrô, dentro de trens e de ônibus, em salões e em feiras, na cidade e no campo. Como exemplos, atividades expostas nos Anexos II, III, VII e VIII). Elas podem ocorrer até junto ao ambiente profissional dos usuários. Em Grenoble, por exemplo, as "Indústrias Merlin Gerin", através de seu Serviço Cultural, vêm prestando assistência bibliotecária aos funcionários, desde 1972. Dentre os 8.000 empregados, 4.000 são usuários do Serviço. As atividades de animação nessa Empresa, costumam ser desenvolvidas junto aos vestiários, oficinas e trajetos diários dos empregados, onde são desenvolvidas exposições, palestras e ateliês de atividades culturais, (LE BIBLIOBUS 1982).

5 CONCLUSÃO

Se através da divulgação do LIVRO é possível estimular a leitura e a sensibilidade para outros fenômenos culturais, os profissionais do livro deveriam manifestar-se com urgência junto às autoridades e à comunidade, procurando despertar seu interesse para a questão.

Por desconhecimento de técnicas apropriadas a seu tratamento e,

Digitalizado gentilmente por:

sobretudo, pela falta de recursos financeiros e apoio governamental, até o momento, o assunto, apesar de sempre ter sido alvo de preocupação, não foi tratado com a devida atenção.

Conforme palavras pronunciadas durante a solenidade de assinatura da "Lei Sarney", pelo Ministro da Cultura, "... o ato representa o começo de uma mudança de atitude do Brasil com respeito à atividade cultural". A lei beneficia entidades que façam doações, patrocinem ou invistam no setor cultural, permitindo o desconto sobre o imposto de renda devido de até 70% sobre o total aplicado.

Se o que faltava à biblioteconomia, para modificar a situação da leitura no Brasil, eram o apoio do governo e recursos para sustentar seus projetos, o problema atualmente deixou de existir.

Segundo as palavras do próprio Ministro da Cultura e o texto da legislação assinada em julho, está colocado, pelo governo, um desafio aos profissionais do livro para que modifiquem o panorama cultural do país.

Mas como iniciar o movimento?

Conforme o modelo francês, devem ser evitadas as iniciativas isoladas, dando-se preferência para a constituição de uma rede nacional de bibliotecas de empréstimo com administrações estaduais e municipais. Os movimentos de animação cultural em bibliotecas devem ser planejados de forma cooperativa, envolvendo os profissionais do livro (não apenas bibliotecários), preferencialmente com a participação de diversas bibliotecas e entidades.

A mudança de atitude do Brasil, na área de bibliotecas e estímulo à leitura, acarretará grandes modificações e redefinições nos conceitos já estabelecidos, principalmente no que se refere às bibliotecas escolares e na "desescolarização do livro".

Provavelmente, o processo de implantação da animação cultural no país será lento e complexo, sendo previstos até resultados como os da França: evoluíram, das caixas mensais para empréstimo indireto de livros (que eram depositadas nas escolas, na década de 50), para os serviços itinerantes de animação cultural e para o empréstimo direto das Bibliotecas Centrais, através dos biblio-ônibus. Agora, já criaram projetos para destronar os biblio-ônibus! Oferecendo empréstimos aos usuários cadastrados, através do correio e de serviços automatizados, que fornecem listagens periódicas e seletivas conforme o interesse de cada um.

Pode-se afirmar que a improvisação já está fora de moda. A situação

Digitalizado gentilmente por:

da leitura no Brasil é um assunto muito sério, fundamental para modificar o panorama cultural do país, especialmente se nos detivermos no homem do campo, que sempre foi esquecido nos movimentos de cultura. A questão deve ser estudada com muito cuidado pelo bibliotecário, pois cabe a ele a responsabilidade de iniciar o processo.

ABSTRACT: Cultural promotion in libraries is defined. Suggestions are proposed for the adoption of this activity in Brazilian libraries, through a book promotion campaingn at regional and national levels. This campaign should be developed with the help of literary professionals, such as authors, editors, librarians, reporters and booksellers. Some examples of cooperative services, as well other aspects related also cultural activities in libraries are also discussed.
KEY WORDS: Libraries. Cultural promotion activities. France.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. LES ASSISES du livre et de la lecture a Valence les 3, 4 et 5 décembre 1982. *Act. Rhône-Alpes Livre*, (1):34-72, 1983.
2. LES AUTRES Thèsques: la musique, l'image. *Grenoble Not. Lect.*, (mai):28-9, 1982.
3. BÉLANGER, J. La lecture et l'année internationale de la jeunesse. *Doc. et Bibl.*, (jan-mar.):5-7, 1985.
4. LES BIBLIOBUS: le livre sur un plateau. *Grenoble Not. Lect.*, (mai.):14-5, 1982.
5. BOUCHARD, M. La place des bénevoles dans une BCP. *Bull. Bibl. France*, *30*(3-4):244-5, 1985.
6. BRIAND, G. Plans départamentaux de développement de la lécture publique. *Bull. Bibl. France*, *30*(3-4):294-303, 1985.
7. CENTRE RÉGIONAL DE DOCUMENTATIONS PÉDAGOGIOUE. *Services de documentation*: classes de neige et de nature. Grenoble, 1983. 4p.
8. CLAUDET, J.-Y. Le bibliobus ne rentre pas au dépot. *Bull. Bibl. France*, *30*(3-4):254-7, 1985.
9. DANSET, F.; FRANÇOIS, E.; LOUIS, P. Les construits des années soixante-dix font le bilan. *Bull. Bibl. France*, *30*(1):18-54, 1985.
10. GASCUEL, J. *Un espace pour le livre*: guide à l'intention de tous ceux que crént aménagent ou rénovent une bibliothèque. Paris, Cercle de la Librairie, 1984. 331 p.
11. GASCUEL, J. & BISBROUCK, M.F. Quels espaces pour la bibliothèque? Debat sur la construction. *Bull. Bibl. France*, *30*(1):6-33, 1985.
12. GERMANAUD, M.-C. La BCP et l'école. *Bull. Bibl. France*, *30*(3-4):258-65, 1985.
13. GUILHEM, G. Le temps de lire. *Bull. Bibl. France*, *30*(3-4):258-65, 1985.
14. GUITART, C. Lecture et documentation. *Act. Rhône-Alpes Livre*, (0):36-46, 1983.
15. LE CACHEUX, G. L'audivisuel dans les bibliothèques. *Bull. Bibl. France*, *26*(8):463-8, 1981.
16. LE POTTIER, N. Ouand une BCP fait la foire. *Bull. Bibl. France*, *30*(3-4):266-8, 1985.
17. LEGENDRE, F. Les livres pour enfants das les magasins populaires. *Bull. Bibl. France*, *28*(4):355-71, 1983.
18. LIGNE DE L'ENSEIGNEMENT ET DE L'EDUCATION PERMANENTE. Le livre en animation: coloque organisé a Bordeaux. *Bull. Bibl. France*, *28*(1):79-80, 1983.
19. LIRE, écouter, se parler: les assises du livre et de la lecture a Valence, les 3, 4 et 5 décembre 1982. *Act. Rhône-Alpes Livre*, (1):34-68, 1983.

Digitalizado gentilmente por:

20. LES MAL aimés de la lecture: les immigrés. *Grenoble Not.Lect.*, (mai):25-6, 1982.
21. MALLEIN, P. & WEULERSSE, C. L'audiovisuel et le local invisible: une expérience de production d'audio-cassettes dans les petites régions rurales. *Bull. Bibl. France, 30*(3-4):270-7, 1985.
22. MAREUIL, A. Bibliothèques et lectures pour jeunes: l'enfant d'aujourd'hui face à la lecture. *Doc. et Bibl.*, (juin.):97-100, 1979.
23. MARTINON, J.-P. Le processus de décision dans la construction d'une bibliothèque municipale. *Bull. Bibl. France, 30*(1):34-45, 1985.
24. MOUNIER, N. Petit dictionnaire des idées (non) reçus á la BCP de Pyrinées-Atlantiques. *Bull. Bibl. France, 30*(3-4):234-7, 1985.
25. PARENT-LARDEUR, F. Lecture populaire? Lecture bourgeoise? Les gabinets de lecture sous la Restauration. *Bull. Bibl. France, 28*(2):135-41, 1983.
26. PARMANTIER, P. Les rayons de la bibliothèque ou comment faire son miel. *Bull. Bibl. France, 30*(1):46-51, 1985.
27. PINGAUD, B. Partir du besoin des gens. *Grenoble Not. Lect.*, (mai.):6, 1982.
28. OUARTIERS, banlieuses des villages: la bande dessinée, um accroche possible. *Grenoble Not. Lect.*, (mai.):18-21, 1982.
29. REGRAIN, F. L'information pour quoi faire? *Bull. Bibl. France, 30*(3-4):284-93, 1985.
30. RICHTER, B. La construction des bibliothèques centrales de prêt. *Bull. Bibl. France, 30*(3-4):278-80, 1985.
31. RICTHER, N. Lecture populaire et lecture ouvrière: deux composantes du système de lecture française. *Bull. Bibl. France, 28*(2):123-34, 1983.
32. ROZAN, F. A propos de la fête de la poésie...: programme des animations dans la région Rhône-Alpes. *Act. Rhône-Alpes Livre*, (1):12-5, 1983.
33. SPERRY, S. *Desescolarização do livro e atividades de animação cultural na França.* Brasília, EMBRAPA-CPAC, 1986. 14p. Apresentado na "Jornada Sul-Riograndense de Biblioteconomia e Documentação", Porto Alegre, julho de 1986.
34. SPERRY, S. *Um espaço para a biblioteca escolar na comunidade.* Pelotas, EMBRAPA-CNPFT, 1985. 11p. Apresentado em Seminário organizado pela 5ª Delegacia de ensino de Pelotas, RS, em setembro de 1985.
35. UN office du livre Rhône-Alpin. *Act. Rhône-Alpes Livre*, (0):48-50, 1983.
36. UN salon du livre dans le cadre de la Foire de Lyon: programme des animations. *Act. Rhône-Alpes Livre*, (1):19-20, 1983.
37. UNTERSTELLER, M.M. & CALENGE, B. Deux BCP parmi d'autres. *Bull. Bibl. France, 30*(3-4):228-33, 1985.
38. VALERO, L. La diffusion du livre en Rhône-Alpes. *Act. Rhône-Alpes Livre*, (0):28-31, 33, 35, 1982.
39. VINGTDEUX, N. L'Ardèche à l'ere bus. *Bull. Bibl. France, 30*(3-4):238-43, 1985.
40. VUILLERMOZ, A. Dès le premier regard, je vous ai aimée. *Grenoble Not. Lect.*, (mai.):20, 1983.
41. YVERT, L. A propos des normes du groupe de travail sur les BCP. *Bull. Bibl. France, 30*(3-4):202-27, 1985.

Digitalizado gentilmente por:

ANEXO I*

"COMO TORNAR PÚBLICA A PRODUÇÃO LITERÁRIA DA REGIÃO RHÔNE-ALPES?" **

Para prestação de serviços a todos os profissionais ligados ao livro, foi criado o "bureau Rhône-Alpes do Livro", (com subvenção da própria Região e do Estado), procurando permitir o desenvolvimento e a consolidação de um setor considerado com frágil atividade econômica e para ampliar a ação cultural na área.

O "Bureau" atua através de uma equipe de cinco membros (setor comercial, setor de criatividade, setor de leitura pública, setor de promoção do Bureau e da Revista e secretaria). Publica um boletim trimestral, destinado a profissionais do livro e mediadores (com circulação regional, nacional e internacional, divulgando enquetes, anúncios e bibliografia da Região). Promove encontros entre os profissionais. Assegura a presença do Bureau em todos os eventos ligados ao Livro e aconselha, forma e apresenta inovações aos interessados.

A Bibliografia publicada pelo Bureau, procura ser exaustiva, apresentando o trabalho de autores e editores a outros profissionais e à opinião pública, sendo divulgada trimestralmente. O levantamento é elaborado através de catálogos dos editores instalados nos oito departamentos da Região.

A divulgação é efetuada através da bibliografia e dos próprios livros, doados como depósito legal pelos editores ao bureau, em exposições, salões e congressos.

O plano da bibliografia, prevê uma apresentação classificada, indicando os assuntos através da "Classificação Decimal Universal", com índice dos editores que participam do programa.

---

* Não se trata de exemplo de uma atividade de animação cultural, mas da constituição de uma equipe multidisciplinar de animação e, da elaboração de um instrumento para utilização nas atividades programadas pela equipe.

** Resumo de informações contidas em publicações referenciadas no final do artigo, (LES assises, 1983; COMMENT, 1983).

Digitalizado gentilmente por:

ANEXO II

"ANIMAÇÃO CULTURAL DURANTE O SALÃO DO LIVRO DE LYON" *

Programa

19 de março – Animação de um atelier sobre fabricação de livros.
Exposição e atelier sobre criações de pintores ilustradores.

20 de março – Animação de um atelier de leitura, com textos de Michel Reverbel.
Exposição e debates sobre histórias em quadrinhos.

21 de março – Jogos literários sobre a criação de uma obra arte.
O livro na Região Rhône-Alpes.
O romance policial francês.

22 de março – "A Biblioteca Municipal tem Resposta para Tudo", projeção de audiovisuais.
A produção da informação escrita em Rhône-Alpes – debates.

23 de março – A Biblioteca Central de Empréstimo reconstitui e anima uma biblioteca infantil: livros, audiovisuais, contistas e atelier de desenho.

24 de março – A tradição popular na região de Ardèche – palestra sobre a escrita.
Palestra sobre cultura oral e escrita teatral.

25 de março – Exposição sobre a Região, através de seus livros.

26 de março – Exposição e atelier de criação de histórias em quadrinhos.

---

* Resumo de informações contidas em publicação referenciada no final do artigo, (UN salon, 1983).

Digitalizado gentilmente por:

ANEXO III

"FESTA SOBRE POESIA NA REGIÃO RHÔNE-ALPES" * (maio/julho)

CIDADE	DATA	ATIVIDADE	PROMOÇÃO
BOURG	23-4 maio	– Teatro de amadoras – Espetáculo da baiões – Editora Plaquette: autoras locais	Bibl. Central da Empr. (BCP)
ANNONAY	23 maio	– Espetáculo da BCP – Encontro de poesia – Ateliers	Cidade + BCP + Colégios + Biblioteca Municipal (BM)
CHOMERAC	23 maio	– Nº especial de Revista – Homenagem a escritor local – Reportagem	"Révue Faire" "Institut A. Borne" Programe noturno de rádio
LE TEIL	21 abril	– Cartaz + Exposição sobre poeta local	BCP
LARGANTIÈRE	23-4 maio	– "Cadou" poesie	BCP + BM
LA VILLEDIEU ST-PERAY	1º maio	– "O menino poeta"	BCP + BM + ADDIM
PRIVAS AUBENAS	15 jun. à 15 jul.	– 1º Salão da Poesia-Artesanato – Espetáculos de música e poesia – "Prévert" reunião/animação – Co-produção teatral – A poesie em Basse Ardèche – Reuniões com animação do Conselho de Cultura	CNL + BCP
VALENCE MONTELIMAR ROMANS	23 maio à 23 jun.	– Feire de culture – Noite da poesie – Canções a música (estágios e leiture) – Espetáculo sobre Kafka	ADDIM + Escoles + Institutos + Rádio loca + CDDP
GRENOBLE	maio	– Ateliers de poesia-estágios – Co-produção em programes-rádio – Co-produção festivel int. poesie – Semene sobra canção poética – Recital de poesia – Interpretação de 5 poemas inéditos – Exposição de fotos-poemas – Poemas des Antilhes	Teatro de Ação + Rádio local + Casa da Cultura + Discoteca Municipal + Centro de Criação Literária + BM + BCP + Colégios
CLAIX		– Postes locais (levantamento)	
ÉCHIROLES	23 maio	– Espetáculo sobra "Aregón"	BM
ST-MARTIN-D'HÈRES	23 maio à 1º maio	– Peinel sobra poemes – Exposição sobre "Maro-Passin" – Leiture sobre "André Appercelle" – Video sobre "Alain Rânich" – Espetáculo sobre "Jean Lapierre"	BM + Cidade + União dos Escritores
PONT-DE-CLAIX	23 maio	– Leiturse, cartazes, animação a ateliers sobra "Aragón", "Prévert" e "Vien"	Cidade + BM
SASSENAGE + GRENOBLE + LA COTE + ST-ANDRÉ + VIENNE	maio	– Encontro com escritoras de Grenobla	Cidade + BM + MCP
ROISSEY	28-9 maio	– Exposição, canção, vende, reunião com editoras	Perque Municipel
ST-ETIENNE	28-9 maio	– Feire de poetas (animação na rua)	Cidade
LYON	maio/jun.	– Livros a cartazes sobra "Grevillon" – Exposição sobre "G.L. Manõ" – Situação atuel da poesie (edesivos, cartazes, palestras) – Espetáculo no trem de Seint-Peul – Espetáculo sobre "M.C. Frezel" – Video/exposição/fotos/poesies – Debates a leituras – Reuniões, teatro de bolso + teatro narração + conservetório – Comunicações em rádio "Debate com Juliet" – A escole e o poeme + cartazes p/crianças – Espetáculo: "Vã reciter na cidade" – Lançamento: Coleção de manuscritos da "Fayzin Forum" – Concurso com prêmios – "Berulhos não comunicados" (poesia p/crianças) – "Poesia am uma noite de verão"	MPP Salão da Postas Teatro Municipel União dos Escritoras "Révue Alambic" Cidade + CNL Centro Social + Teatro FIC
ST-GENIS		– Jogos de salão; cassettes/debates, marionates, rádio.	

* Resumo de informações contidas em publicações referenciadas no final do artigo. (ROSAN, 1983).

Digitalizado gentilmente por:

ANEXO IV

"OS JOVENS E AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS"

Na localidade de Echirolles, como em quase toda a parte os jovens de 15 a 20 anos não costumam ler na biblioteca, procuram outro lugar do bairro para conversar, cantar e ler. As responsáveis pela biblioteca local, apaixonadas por histórias em quadrinhos, e, observando que a grande parte de seus empréstimos referia-se a esse tipo de material, resolveram organizar uma manifestação em torno do assunto, objetivando aprimorar o gosto dos leitores, fazendo-os descobrir novas séries e reconhecerem os materiais com melhor apresentação gráfica.

Foi organizado um atelier com a duração de um mês, reunindo uma dúzia de jovens, entre 14 a 22 anos, em torno de um artista especializado em história em quadrinhos e em desenho animado, que funcionou como professor e orientador do grupo. Elegeram um tema e produziram trabalhos. Esses trabalhos ficaram expostos na biblioteca durante duas semanas.

Um público novo surgiu na biblioteca, os adolescentes vieram interessados e os adultos, surpresos pela qualidade dos trabalhos de seus filhos e vizinhos, apesar de sua pouca idade.

Essa exposição foi acompanhada de conferências e debates, sendo seguida por outra, mostrando as obras dos mais famosos desenhistas belgas.

As exposições reuniram um público diferente do que costumava comparecer às promoções da biblioteca e, esse tipo de animação tem sido requerido freqüentemente pelos jovens.

---

* Resumo de informações contidas em publicação referenciada no final do artigo, (QUARTIERS, 1982).

Digitalizado gentilmente por:

ANEXO V

"TRADIÇÕES DE NATAL NA REGIÃO DE ESSONE"*

E

"HISTÓRIA REGIONAL DE ESSONE"

Experiência psico-pedagógica, tomando como ponto de partida o livro "Biografias de Papai-Noel", de Catherine Lepagnol. A obra apresenta uma enquete iconográfica sobre as tradições de Natal e o inverno na Europa.

O trabalho desenrolou-se ao longo de um inverno, suscitando trocas, reavivando a memória dos mais velhos sobre os hábitos regionais e familiares, relacionando a cultura escrita e a oral, evidenciando não só a *importância de ler*, mas de abrir um significativo relacionamento entre pais, avós, crianças, pessoas vivas e desaparecidas.

Essa ação teve a duração de um ano, reunindo doze bibliotecas de pequenas e grandes cidades. Editou álbuns de fotografias e de lembranças escritas, os "Álbuns das Festas de Natal na Europa" e, as "Antologias sobre Contos e Récitas de Inverno", produzidas pelo grupo de contistas.

A mesma experiência foi repetida no ano seguinte, sobre a "História Regional de Essone", promovendo estágios práticos de iniciação à escrita de uma monografia sobre a Região e estágios de iniciação à história oral.

A animação reuniu mais de 300 pessoas, contando com diversos historiadores e pesquisadores. Estimulou a leitura de bibliografias sobre a Região, com elaboração de fichas de leitura. Selecionou e organizou o acervo histórico de Essone e editou um catálogo coletivo regional para promover esses documentos.

---

* Resumo de informações contidas em publicação referenciada no final do artigo, (GUILHEM, 1985).

Digitalizado gentilmente por:

ANEXO VI

"AMOR À PRIMEIRA VISTA – O ROMANCE, POR QUE NÃO?" *

A bibliotecária do bairro – Les Alpins – (Grenoble) decidiu levantar uma bandeira sobre o romance sentimental, propondo um trabalho às outras bibliotecárias de bairro: reunião às sextas-feiras, para levantamento, estudo e comentário de uma bibliografia sobre o romance água-com-açúcar, objetivando a publicação de uma obra de orientação para bibliotecários e usuários.

Geralmente esse é o primeiro tipo de leitura a que os usuários têm acesso. São os livros mais lidos e os mais vendidos. Romances, onde a mocinha é frágil e bonita e o cavalheiro, alto, com os ombros largos, tem os olhos azuis e os cabelos loiros. Apesar de tudo, esses livros são considerados os mais realistas e corajosos.

Fuga, sonhos coloridos, final feliz. São um problema para os bibliotecários: "Nós não estamos na biblioteca para dizer aos leitores: vocês estão lendo a sub-literatura. Nós estamos lá para atender seus pedidos. E agora, entre os dois, o que fazer?"

As bibliotecárias, aprofundando seus estudos, não conseguiram identificar literatura técnica sobre o assunto, (artigos, teses ou monografias). Decidiram, então, criar uma metodologia, adotando uma ficha de leitura, (incluindo variáveis sobre maneirismos, estilo, personagens, ambiente social, etc.). E leram esse tipo de romance até a exaustão. Montaram uma lista de avaliações, que resultou em uma bibliografia, onde é possível identificar livros esquecidos ou, nem conhecidos, apresentando um panorama da literatura, que também pode proporcionar *fuga* e *sonho*, sem cair na pobreza do tipo água-com-açúcar.

Foi um trabalho muito grande, feito a partir de uma solicitação (mesmo que não explícita) bem captada pelos bibliotecários e que poderá ser mais útil do que eles pensam. **

---

* Exemplo de atividade de animação cultural dirigida não aos usuários, mas a bibliotecários, para a qual foram convidados autores e técnicos no assunto, sendo produzidos debates e formulados conceitos. A atividade apresentou resultados para profissionais e usuários.

** Resumo de informações contidas em publicação referenciada no final do artigo, (VUILLERMOZ, 1983).

Digitalizado gentilmente por:

ANEXO VII

"LEITURA, O CAMINHO DA LIBERDADE" – REGIÃO DE ARDÈCHE *

Campanha programada para ser desenvolvida durante três semanas. Na atividade, a equipe de animadores viajou em cinco ônibus, (três biblio-ônibus, um musi-ônibus e um art-ônibus) organizando, em cada parada da comitiva, uma festa em torno do livro, da leitura, do teatro e dos contistas, apresentando espetáculos diferentes em cada localidade, promovendo reuniões com os políticos, prefeitos e representantes de entidades de classe, para prestação de esclarecimentos sobre as diretrizes da BCP, demonstrando sua vontade de trabalhar com aquela comunidade.

PROGRAMA DA ATIVIDADE

1 Espetáculo teatral, com peça de autor francês, sobre a região;
2 Espetáculo de café-teatro, com peça "As brachuras", que representa, através de diversos personagens, arquétipos do aspecto emocional do ato de ler e, as diversas facetas da leitura;
3 Espetáculos de marionetes, baseados na literatura francesa;
4 Videocassete sobre atividades de animação realizada na região;
5 "Da tela à página", semana associando cinema e leitura;
6 "Leitores da região", concurso de fotografias;
7 "Música e poesia", história da fabricação e utilização de instrumentos musicais na região;
8 "A influência das palavras na primeira idade ou uma semana de infância e poesia";
9 "Chic quel choque", exposição itinerante sobre literatura infantil, bicho papão, monstros e bruxas;
10 "Romance negro para uma idade cor-de-rosa", exposição itinerante sobre romance policial para crianças.

* Resumo de informações contidas em publicação referenciada no final do artigo, (VINGT-DEUX, 1985).

Digitalizado gentilmente por:

ANEXO VIII

"ESTUDOS PARA A ANIMAÇÃO DE PEQUENAS REGIÕES RURAIS" *

Como circular a informação no meio rural? Quais as formas de comunicação preferidas pelos agricultores?

Apoiando-se em estratégias tradicionais de comunicação por audiovisuais, a "Telepromoção Rural Rhône-Alpes Auvergne" – TRP, decidiu desenvolver estudos sobre a necessidade de complementação dos meios já existentes, preocupando-se em oferecer respostas realmente de interesse para a comunidade rural; evitando técnicas sofisticadas e procurando atrair bibliotecários e outros profissionais atuantes na área agrícola.

O estudo objetivou levantar informações sobre o assunto, a partir de realizações concretas.

Foram criados núcleos experimentais em três pequenas regiões em torno de Grenoble, envolvendo diferentes estruturas administrativas (comitês de desenvolvimento agrícola, associações sócio-culturais, cooperativas agrícolas etc.). Nesses núcleos foram administrados programas de treinamento sobre audio-cassetes, prevendo sua utilização. O programa foi complementado por emissões de televisão, destinadas aos agricultores. Essa atividade foi acompanhada de uma reflexão sobre o uso das técnicas de comunicação utilizadas pela TRP. A eficiência das técnicas foi avaliada através de uma enquete aplicada aos usuários.

Os agricultores mostraram-se favoráveis à presença permanente de um mediador nos pontos-chaves e à constituição de uma *rede de pessoas claramente identificadas com eles*, nas quais pudessem ver refletidas suas próprias peocupações e interesses e, que falassem sua linguagem.

Concluiu-se que a leitura, a audição e a visão não tinham sido autosuficientes para transmitir as informações. Foi a combinação dos sentidos que mais tocou aos agricultores.

A TRP nasceu em 1970, de uma coligação de entidades rurais da re-

* Resumo de informações contidas em publicação referenciada no final do artigo, (MALLEIN & WEULERSSE, 1985).

Digitalizado gentilmente por:

gião com uma equipe da Universidade de Grenoble, objetivando sensibilizar e formar agricultores.

Com a participação ativa do homem do campo e de entidades interessadas tem apresentado diversas atividades de animação através de filmes e debates sobre assuntos-chave para a agricultura. Por exemplo, "Após nós, o deserto", tratando da erosão dos campos; "O pastor Breasse ou quando a música parou", problemas fundiários.

Tem sido ministrados aos agricultores atividades de formação e apresentadas inovações técnicas. Aos animadores, conselhos pedagógicos, formação sobre utilização de audiovisuais e sobre técnicas de comunicação.

Através da TRP, foram desenvolvidas outras atividades de difusão, utilizando a imprensa, cartazes e video-cassetes, atingindo grupos de profissionais e sindicatos agrícolas, principalmente em campanhas multimédia com duração limitada, mobilizando os diferentes membros da comunidade em torno de um tema definido.

Digitalizado gentilmente por:

A AÇÃO CULTURAL DO BIBLIOTECÁRIO: GRANDEZA DE UM PAPEL E LIMITAÇÕES DA PRÁTICA

Maria Christina Barbosa de Almeida*

RESUMO: Discute os conceitos de animação cultural e ação cultural em relação à prática das bibliotecas públicas do Estado de São Paulo. Constata que o bibliotecário não está preparado para enfrentar esta nova dimensão de sua profissão e afirma que a formação profissional do bibliotecário deve ser repensada a fim de responder às necessidades sociais. Propõe algumas sugestões a nível de cursos de graduação, programas de especialização e projetos interdisciplinares, como possíveis soluções imediatas para minimizar o problema.
PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas Públicas. Animação Cultural. Biblioteca. Formação.

Animar bibliotecas. Estariam elas desanimadas? A idéia de "animação cultural" passou a circular entre os bibliotecários justamente em um momento de crise ao se perceber que a biblioteca tinha de mudar, arejar, permitir a entrada de energia nova, combatendo a situação de desgaste entrópico em que se encontrava.

O conceito surgiu primeiro em referência a atividades próprias das bibliotecas públicas, principalmente das bibliotecas infanto-juvenis, que sempre desenvolveram atividades de extensão ligadas, sobretudo, às áreas da leitura e das artes. Pretendia-se "animar" a leitura, estimulando a criança e o jovem a ler, e utilizar as artes (as atividades de desenho, de pintura, de música etc.) como "isca" para o livro. Esta idéia das atividades artísticas servindo de "isca" para outras atividades tem sido motivo de preocupação e objeto de reflexão de vários autores nacionais e es-

* Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP. Diretora do Serviço de Biblioteca e Documentação da ECA/USP.

Digitalizado gentilmente por:

trangeiros. Parece que na biblioteca, assim como na escola, a arte ainda tem sido usada para finalidades que escapam a seus próprios objetivos. Mas o que interessa aqui é a idéia da animação, a idéia de animar o livro para chamar atenção sobre ele; a idéia de animar a biblioteca para impedir sua utilização simplesmente como posto de cópia, permitindo o cumprimento da obrigação de apresentar "pesquisas" escolares.

As bibliotecas públicas estavam (muitas ainda estão) sem saída – a escola, o velho sistema escolar as engolia. Deixaram de atender ao povo para receber o escolar; seus espaços, nas férias, ficavam vazios.

O desenvolvimento de atividades de "animação cultural" contribuía para transformar a biblioteca em espaço de convivência e troca de experiências como ela era, ainda que para poucos, nas primeiras décadas deste século.

A idéia de biblioteca como centro de convivência e informação que, no Brasil, tomou corpo com as propostas e o trabalho de Luiz Milanesi à testa do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São paulo, deu nova dimensão às bibliotecas e à profissão de bibliotecário, sobretudo daquele ligado à biblioteca pública.

O conceito de animação cultural ainda não está muito bem delineado na cabeça dos bibliotecários, da mesma forma que as atividades de animação não estão muito bem estruturadas no conjunto dos serviços da biblioteca. Muitos bibliotecários, com a auto-imagem tão negativa que costumam carregar, em função, principalmente, de sua formação deficiente e dos esteriótipos seculares que lhes impingem, se sentiam valorizados com a expressão que virou moda e passaram a se auto-denominar animadores culturais.

Não posso concordar com o novo rótulo porque encaro a animação cultural não como profissão, mas como *dimensão* de um grande número de profissões. Da mesma forma que o bibliotecário, o sociólogo, o assistente social, o arte-educador, o músico, o professor etc. podem desenvolver essa dimensão de sua profissão. O sujeito não vai exercer uma nova profissão, mas vai contextualizar sua ação.

Cabe aqui distinguir o agente cultural do animador cultural. O trabalho do agente cultural implica, mais que animar, agir sobre, transformar a partir da existência de uma intenção e de um alvo. A expressão "ação cultural" ou mesmo "ação sócio-cultural" (já que não há ação cultural que não seja social), é muito mais carregada de poder transformador

Digitalizado gentilmente por:

do que "animação cultural", que muitas vezes se refere até à animação institucionalizada, voltada para o consumo, utilitária e alienante. Por outro lado, a palavra "animador" já está entre nós muito desgatada, podendo ser adotada para o locutor de rádio, para o apresentador de TV, para o palhaço e até para o recreacionista que anima festinhas infantis.

Talvez uma das maiores diferenças entre o animador e o agente esteja justamente no objetivo da atuação de cada um. No caso do animador, a ênfase está no consumo, enquanto que o agente enfatiza a criação, a expressão das pessoas. O que se fazia – e ainda se faz – nas bibliotecas públicas era "animação", eram atividades com o objetivo de se consumir o livro de fazer o "marketing" da biblioteca. A ação cultural vai mais fundo. Busca a expressão e a criatividade dos indivíduos no grupo e na comunidade. Está ligada à idéia de transformação, de emancipação a partir da expressão. Diz respeito não apenas a produtos culturais acabados, como também às condições que levem à capacidade criativa, à produção cultural. Relaciona-se, por outro lado, ao processo de educação coletiva, no momento em que desenvolve atividades práticas e em que abre espaço para a troca de informações e a discussão sobre temas de interesse do grupo. É a educação "lato sensu", paradoxalmente anti-escola.

A ação cultural, tal como é entendida aqui, não tem limites de conteúdo, nem é restrita a determinados espaços. Assim, pode ter como campo a Arte, a Política ou a Culinária, por exemplo. Não tem nada a ver com "alta" cultura ou "baixa" cultura; o importante é que seja um plano de ação para uma determinada comunidade ou grupo. Mais importante ainda é que seja um plano desenvolvido pelo próprio grupo. Quando esse atinge esta situação, toda a comunidade ou todo o grupo é agente, e o agente "profissional", talvez o estimulador primeiro, passa a ter um papel muito mais acentuado de planejador e administrador de recursos para que as ações se sucedam. É preciso enfatizar que cabe, fundamentalmente, ao agente cultural deflagrar processos. Teoricamente, não seria obrigação sua administrar processos decorrentes de sua ação. Chega a ser até perigosa esta administração, pois pressupõe sempre o controle. Mas talvez ainda tenha que ser um pouco assim entre nós, já que não temos tradição de participação política. Por outro lado, não se pode encarar como lógica, racional e espontânea a participação. Mesmo as pessoas que têm consciência política e que geralmente participam de movimentos coletivos apresentam momentos em que se dedicam inteiramente a seus in-

Digitalizado gentilmente por:

teresses particulares, desligando-se, temporariamente, das ações de interesse público. Assim, nem todos participam de tudo o tempo todo. Daí o papel do agente, estimulando a participação. Sua atuação é mais a de coordenar e instigar do que de intervir diretamente; a idéia de administrar deve estar muito mais voltada à elaboração de projetos e ao provimento de recursos do que ao controle propriamente dito. A tendência deve ser a de auto-gestão.

A ação cultural não está limitada a espaços específicos. No caso de biblioteca, ela pode ser uma ação cultural a partir *da* biblioteca, mas nunca *na* biblioteca. É diferente da idéia de animação cultural; pode-se animar uma biblioteca ou se planejar atividades de animação na biblioteca. A ação cultural não tem paredes: uma vez deflagrada poderá se multiplicar, se modificar e tornar muito difícil o controle sobre ela. Os espaços são apenas pontos de partida. Os benefícios da ação escaparão desse espaço. É o problema da biblioteca da cidadezinha do interior. É ponto pacífico que para que esse profissional possa desenvolver um trabalho conseqüente, é preciso que ele saia da biblioteca e vá para a rua conhecer a comunidade a que pretende atender. É muito provável que sua primeira grande interferência não se realize dentro da biblioteca, geralmente tão pouco freqüentada, mas, na rua, onde o povo está. A partir daí, a biblioteca poderá mudar sua imagem e ampliar seu papel.

Informação é poder, sim, mas só para aqueles que têm acesso a ela. E não se trata apenas de acesso físico: trata-se de acesso a seu conteúdo. Trata-se da capacidade de poder ler, de poder entender, de incorporar, de vivenciar, de se integrar, de se reconhecer, e de decidir sobre o que lhe diz respeito. O bibliotecário precisa compreender que disseminar informação é diferente de dar acesso. Disseminar está mais voltado ao consumo; é papel da animação. Funciona como instrumento de estímulo ao consumo da informação, mas não envolve, obrigatoriamente, reflexão sobre o significado dessa informação no contexto social, nem discute as implicações da posse dessa informação. Dar acesso é parte da ação sócio-cultural, do processo de desenvolvimento de uma comunidade. Implica fornecer todos os meios para que a comunidade se *aproprie* da informação, encarada essa apropriação como o resultado de um processo dentro do ciclo informação-reflexão-expressão (ação/criação). Este processo, sendo cíclico, pode apresentar diferentes momentos de deflagração; o papel do bibliotecário/agente cultural está justamente em influir para a entrada da

Digitalizado gentilmente por:

comunidade neste ciclo. Este esforço, em si, já é parte de uma ação sócio-cultural. Envolve contato, troca, participação; enfim, ação coletiva, e sua manutenção pode criar um potencial inovador e transformador irreversível.

O Agente cultural está geralmente ligado a uma instituição, seja ela o Museu, a Biblioteca, a Igreja ou o partido político. Aí está seu primeiro dilema. No caso de uma biblioteca pública, ela é pública porque é mantida pelo Estado; não há uma relação direta de "pública" com "de propriedade do povo". Surgiu até o conceito de biblioteca popular, utilizado quando se deseja fazer referência àquela que é comunitária, do povo. O fato de ser o Estado o patrão e provedor já amarra alguns objetivos e oportunidades práticas de ação. O agente trabalha muitas vezes com camisa de força. Como mudar, se o patrão quer manter? Como atuar nas famosas "brechas" do sistema?

Nos lugares em que já existe vida comunitária o trabalho é só de dinamização: trata-se de dar apoio para que a comunidade descubra suas próprias soluções para os problemas que a afligem. Isto se dá pelo estímulo à criação de grupos de pressão, pela participação, enfim, da comunidade nos assuntos que lhes dizem respeito.

Nos lugares onde as relações comunitárias são mais fracas ou inexistentes o primeiro trabalho do agente é de quebrar o isolamento das pessoas e tentar formar grupos com interesses comuns. Os bibliotecários podem, por exemplo, incentivar a criação de grupos ligados às artes (teatro, fotografia, música etc.) ou à literatura (poesia, conto, cordel etc.) ou ainda a temas específicos (mulher, negro etc.). Esses grupos podem ser estimulados a se apropriar da biblioteca e a reivindicar recursos, novos serviços, novos espaços. É a idéia da gestão participativa que, além dos objetivos específicos que pode alcançar, tem como principal benefício social a própria organização da comunidade. Pesquisas ligadas aos movimentos sociais urbanos têm constatado que pessoas que integram algum tipo de movimento ou ação comunitária geralmente continuam tendo algum tipo de participação social, mesmo quando a finalidade daquele movimento específico foi alcançada. A ação treina para a ação. Isso justifica a tentativa, por menor que seja, de estimular a criação de grupos e favorecer o trabalho cooperativo.

O trabalho do agente está na dependência de três fatores: sua relação com o ambiente, o domínio da técnica e a clareza de seus objetivos.

Isso nos leva a refletir sobre a formação do gente cultural. Embora

Digitalizado gentilmente por:

se parta do princípio de que não se trata de uma profissão, mas de uma dimensão de várias profissões, não se pode deixar de destacar que há uma bagagem comum que esses agentes devem trazer. Essa bagagem passa a opor reflexões que vão desde o conceito de cultura, de arte, de educação e de política, até o domínio de técnicas do trabalho com grupos, de desenvolvimento de projetos culturais e de administração de espaços culturais. Isso sem falar do saber específico de cada profissional, ligado à sua área de atuação.

Neste sentido, não se considera mais adequado para biblioteca pública o bibliotecário que só sabe "biblioteca", ou seja, que tem apenas competência técnica para trabalhar com seu objeto, a informação. A informação, em si, não provoca nada de novo. É preciso colocá-la em circulação de tal forma que ela passe a adquirir significado para as pessoas, que ela, de fato, interfira na vida das pessoas. Para isso o bibliotecário deve conhecer muito mais do que a forma de seu objeto; deve dominar seu conteúdo. É também indispensável que ele conheça seu usuário real e potencial, saiba de suas relações com a informação, com a biblioteca e com as outras pessoas. E isso não se aprende no Curso de Biblioteconomia e Documentação.

O referido curso tal como está estruturado pelo Conselho Federal de Educação, é curso generalista, forma profissionais polivalentes para atender a uma demanda de mercado que raramente é polivalente. Desde o final dos anos 60, já ficou bem clara a idéia de ser o bibliotecário dirigido ou orientado para seu usuário. Neste sentido, não há lugar para o polivalente que boa parte das escolas despejam no mercado. O usuário tem um perfil que pode ser definido a partir da especialidade, da faixa etária, da categoria etc. Tem, enfim, uma especificidade que o bibliotecário tem que ter capacidade de conhecer e atender.

No que diz respeito ao profissional de biblioteca pública, a situação é ainda mais complicada, embora existam aqueles que acreditam ser este o grande espaço do bibliotecário polivalente. Mas não é, pois não há usuário "polivalente".

O espaço da biblioteca pública pode ser entendido como polivalente, em função da heterogeneidade de seu acervo, serviços e usuários. Isso não implica possuir funcionários polivalentes, mas em apresentar um quadro de pessoal diversificado. Seja qual for a formação e o nível de excelência do bibliotecário ele não poderá nunca resolver sozinho e eficaz-

Digitalizado gentilmente por:

mente todos os problemas da biblioteca pública. Este é essencialmente o espaço da interdisciplinaridade.

O trabalho interdisciplinar não envolve apenas um conjunto de profissionais de diferentes formações desenvolvendo atividades paralelas, mas indivíduos interagindo nas suas áreas de competência e integrados ao todo em função de objetivos e projetos comuns.

É interessante observar que em qualquer biblioteca mantida por órgãos da Administração Pública, quer seja na escolar ou universitária, quer seja, ainda, na própria biblioteca pública, é comum encontrar-se funcionários com as mais diversas funções e formações, indo desde jardineiros em bibliotecas que nem têm jardim, até costureiros e serventes cansados, os professores readaptados que não podem dar aulas. Não se entenda por interdisciplinaridade esse despejar de funcionários na biblioteca. Isso é desvio de função, resultado das mais diversas arbitrariedades e de casuísmo tão freqüentemente encontrados em nossa administração pública. Interdisciplinaridade é outra coisa. É projeto. É ação integrada. conseqüentemente, cuja eficácia depende, em grande parte, da atuação do bibliotecário. Ele tem que ter flexibilidade para, em primeiro lugar, não encarar a biblioteca como reserva de mercado seu e, em segundo lugar, para conseguir dialogar com outros profissionais de forma que, cada um dentro de sua competência e de sua linguagem, possa articular linhas de ação integradas.

O bibliotecário, para atuar em projetos interdisciplinares, precisa estar aberto para o trabalho em equipe e ter um conhecimento mínimo do conteúdo e das demais áreas. Isto o currículo mínimo não prevê e a maioria dos cursos não oferece. Os cursos de Biblioteconomia e Documentação que fazem parte de uma Universidade teriam possibilidade de, ao menos, oferecer aos alunos um elenco de disciplinas optativas que seriam cursadas em função de seu interesse, levando em conta sua opção profissional futura. Assim, por exemplo, o aluno interessado em biblioteca pública cursaria determinadas disciplinas nas áreas de Ciência Política, Educação, Ciências Sociais, Arte-Educação, Psicologia etc. Não seriam disciplinas direcionadas a seus problemas profissionais específicos, mas contribuiriam para ampliar a dimensão de sua prática, conscientizando o aluno das implicações de sua ação, sensibilizando-o em relação ao objeto de campos de trabalho relacionados e até fazendo brotar idéias para futuros trabalhos interdisciplinares. Seria o currículo multidisciplinar mon-

Digitalizado gentilmente por:

tado pelo aluno em função de um futuro trabalho interdisciplinar. Essa é a alternativa viável para hoje e que poderá preparar terreno para um futuro currículo que, ao invés de justapor as disciplinas, as integrasse num todo orgânico.

De qualquer forma, por melhor que possa ser o currículo do curso de graduação do bibliotecário/agente cultural, ele jamais poderá se contentar com essa formação. É uma profissão que exige constante atualização e pesquisa permanente.

A eficácia do bibliotecário/agente cultural está em sua capacidade de estabelecer relações, captar e canalizar anseios, traduzir esses anseios em projetos e interferir na sua comunidade. Seu estímulo primeiro são suas próprias inquietações. A partir daí, e com o auxílio da Universidade, é no processo de ação e reflexão sobre o trabalho que desenvolve com a comunidade que vai poder firmar seu papel e transformar as bibliotecas em pólos dinâmicos de ação sócio-cultural.

ABSTRACT: The concept of cultural promotion and cultural actions is discussed in view of pertinent activities developed in São Paulo State Public Libraries. Despite individual efforts, it may be concluded that the librarian is not prepared to face this new dimension of the profission. It is suggested that library education be adapted to meet the social needs. Some innovations in undergraduate courses as well as specialization programs and interdisciplinary projects are seen as possible and immediate solutions to minimize the problem.
KEY WORDS: Cultural promotion activities. Public Libraries Librarian, Library Education.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BARBOSA, Anna Mae Tavares Bastos. *Arte-educação*: conflitos/acertos. São Paulo, Max Limonad, 1984.

COELHO NETTO, José Teixeira. *Usos de cultura*: políticas de ação cultural. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

HIRSCHMAN, Albert O. *De consumidor a cidadão*: atividades privadas e participação na vida pública. São Paulo, Brasliense, 1983.

MILANESI, Luiz Augusto. *Ordenar para desordenar*: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo, Brasiliense, 1986.

MOULINIER, Pierre. *The training of cultural animator*. Paris, Unesco, s.d.

Digitalizado gentilmente por:

DA LEITURA ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS AOS PROGRAMAS DE ANIMAÇÃO CULTURAL: ALGUMAS REFLEXÕES

Elza Corrêa Granja*

RESUMO: Pesquisa realizada entre estudantes do Curso de Graduação em Psicologia da USP permitiu avaliar o espaço que a leitura ocupa na vida desses universitários. A leitura de lazer dos estudantes pesquisados, em termos de maioria, não parece se distinguir da leitura feita pelo público consumidor dos meios de comunicação de massa em geral, incluindo aqui tanto os livros quanto as revistas voltadas para uma ampla distribuição de massa. A Biblioteca, entre outras instituições, deve procurar completar e corrigir, através de programas de animação cultural, a ação dos meios de comunicação de massa que ao mesmo tempo informam e deformam a realidade. Neste sentido, a animação cultural procura despertar no indivíduo o espírito crítico e criativo face aos meios de comunicação de massa, a fim de que possa estabelecer critérios de seleção quanto ao conteúdo desses meios, auxiliando-o na escolha do que se mostra útil e do que deve ser rejeitado.
PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas universitárias. Animação cultural. Indústria cultural. Leitura. Estudantes universitários.

Em pesquisa realizada entre estudantes do curso de graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, procuramos estudar a natureza do aluno/leitor através de análise envolvendo uma série de variáveis inter-relacionadas que, em conjunto, nos permitiram conhecer um pouco mais sobre os hábitos de leitura desse estudante (GRANJA, 1985).

Buscamos, para tanto, três momentos que nos pareceram significativos na experiência do estudante universitário como leitor: a leitura

* Professor-Assistente do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP. Diretora do Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da USP.

Digitalizado gentilmente por:

enquanto prática acadêmica; a leitura como lazer e, por fim, os possíveis reflexos de tais experiências no uso da biblioteca do Instituto de Psicologia.

A análise e interpretação dos dados obtidos permitiram avaliar o espaço que a leitura ocupa na vida dos estudantes focalizados e constatar a presença de fatores provenientes não só do meio universitário mas também de outras variáveis analisadas, que afetam direta ou indiretamente a sua atividade de leitura, suas preferências no lazer e o uso que faz de bibliotecas.

Dentre as principais conclusões a que chegamos, segundo os dados coletados através das respostas aos questionários e de observações pessoais, destacaremos aquelas que julgamos de maior interesse para os pontos que pretendemos levantar.

Foi possível verificar que, diante da leitura voltada para o curso, os alunos revelaram pouco interesse, a maior parte limitando-se à consulta da bibliografia básica indicada nas várias disciplinas do curso. A maioria, no entanto, declarou fazer leituras não indicadas pelos professores para complementar seus estudos. Lêem ensaios e livros de Psicologia não indicados no curso, por "interesse no assunto", "por gostar do autor", em decorrência de "comentários dos colegas". Enfim, lêem porque a leitura parece vir de encontro a uma necessidade. Por outro lado, 92% dos estudantes afirmaram dedicar habitualmente algum tempo à leitura nas suas horas de lazer.

O problema parece se colocar, assim, não tanto em termos de uma ausência ou crise de leitura entre os estudantes, mas talvez numa questão de interesses, uma vez que o aluno demonstra uma atitude ambivalente diante da leitura; aquela que é exigida no curso lhe é de pouco interesse; a que lhe interessa, não é exigida, e ele faz por conta própria.

Nossa observação advém do fato de que é freqüente entre alunos a leitura de autobiografias, depoimentos, relatos de experiências pessoais, alguns dos quais apontados com freqüência. Entretanto, o maior número de citações incidiu sobre os romances clássicos e modernos da literatura nacional e estrangeira. Na literatura nacional apontada, verificamos a presença de autores contemporâneos, cujas obras têm tido uma ampla penetração no mercado livreiro: Loyola Brandão, Rubens de Paiva, Fernando Sabino, entre outros. Constatamos, também, a presença da literatura estrangeira de origem européia na leitura de autores como: Tho-

Digitalizado gentilmente por:

mas Mann, Herman Hesse, M. Yourcenar, Umberto Eco, entre outros.

É predominante, no entanto, a leitura de *best-sellers* da literatura norte-americana representada por vários autores, entre os quais Leon Uris, James Clave, Sidney Sheldon e muitos outros.

Knapp também constatou a preferência por *best-sellers* entre estudantes universitários, concluindo que

> ... a maioria dos estudantes universitários continuará a ser, como a maioria dos outros adultos, consumidora dos meios de comunicação de massa, incluindo, é claro, os livros que recebem distribuição de massa (KNAPP, 1963, p. 303).

Acreditamos que uma das razões desta preferência acentuada pela leitura de *best-sellers*, sobretudo da literatura norte-americana, parece estar na facilidade de acesso a esta literatura proporcionada pela indústria cultural através de centros de distribuição do livro, onde a seleção feita pelo leitor fica restrita àquilo que é oferecido e divulgado nos catálogos entregues ao assinante. Nesses catálogos, a literatura estrangeira – sobretudo as traduções norte-americanas – domina o mercado de ofertas, em função do impacto promocional de que esses lançamentos se revestem, o que pode ser constatado na consulta a esses impressos.

Verificamos, desse modo, que a prática da leitura de ficção no lazer é, até certo ponto, dirigida. Não é o aluno que vai em busca do livro, mas é o livro que vem ao seu encontro já com o selo de garantia de "mais vendido". Não nos surpreende que da lista de livros lidos como lazer não constem autores como Josué Montello, José Cândido de Carvalho, Guimarães Rosa, Adonias Filho e outros grandes escritores modernos brasileiros. Os estudantes da população observada, provavelmente não os conhecem porque deles são feitas poucas promoções e como raramente se valem de livrarias para escolha e nem contam com bibliotecas para atendê-los prontamente nesse tipo de demanda (pelo menos no campus universitário*), valem-se do serviço de livros a domicílio que, se não é o melhor, é o mais fácil.

É neste ponto que queremos destacar a importância da divulgação e

---

* 4,7% destes estudantes declararam ter selecionado sua última leitura quando de visita a livraria e apenas 3,6% fizeram esta seleção em biblioteca (GRANJA, 1985).

Digitalizado gentilmente por:

do acesso ao livro, sobretudo nacional, quando se fala em disseminar a prática da leitura e valorizar o autor nacional em nosso meio. É de se esperar que num país que valorize a cultura, "... o contato entre as obras e o público não deveria ser deixado por conta do acaso, mas ser objeto de uma ação consciente e racional, visando a diminuir os obstáculos que isolam diferentes públicos..." (RIGAUD, 1985, p. 5). Essa prática mantém a população em geral e sobretudo a estudantil à margem da prática cultural, valiosa para a sua formação. No entanto, "toda a moderna idéia de cultura, com suas implicações políticas, está contida nessa vontade de propagação generalizada dos valores do espírito através da sociedade" (RIGAUD, 1985, op. cit. p. 5).

Em nossa pesquisa, foi possível verificar que a leitura de lazer dos estudantes em foco, em termos de maioria, não parece se distinguir da leitura feita pelo público consumidor dos meios de comunicação de massa em geral, incluindo aqui tanto os livros quanto as revistas voltadas para uma ampla distribuição de massa, e que também foram objeto de preferência desta população.

É neste ponto que vimos sentindo as bibliotecas universitárias ainda muito presas, na sua prestação de serviços, à estrutura estritamente educacional, servindo aos professores e estudantes universitários, por sua vez, bastante ligados àquela dos meios de comunicação de massa (o rádio, a TV, os jornais), sobretudo no que se refere ao aproveitamento do seu tempo de lazer. No entanto, a escola, por si só, não é suficiente para promover a Cultura, cabendo a outras instituições, entre as quais a biblioteca, efetuar a complementação. Para DUMAZEDIER (1985), a estrutura de animação cultural ao mesmo tempo que critica ou complementa a escola, também "completa e corrige a ação dos meios de comunicação de massa, já que estes são sobretudo dominados pela publicidade comercial e pela propaganda política, que ao mesmo tempo informa e deforma a realidade" (p. 1).

A animação cultural procura despertar no indivíduo o espírito crítico e criativo face aos meios de comunicação de massa, no sentido de que possa estabelecer critérios de seleção quanto ao conteúdo desses meios, auxiliando sobretudo quanto à escolha do que se mostra útil e daquilo que deve ser rejeitado.

A animação cultural é, portanto, complementar à estrutura de ensino e à estrutura de difusão cultural. Tem seu esforço centrado numa

Digitalizado gentilmente por:

maior participação do indivíduo na cultura tecnológica, artesanal e artística de forma a impedir que se tornem privilégio de uma minoria.

Os programas de animação cultural desenvolvidos por bibliotecas, centros culturais e outras entidades afins, visam, entre outros objetivos, a atrair o público potencial e transformá-lo, gradativamente, em público participante. Despertam o público alvo, para a descoberta de novos caminhos, suscitando a criatividade, a imaginação e contribuindo, desta forma, para uma formação mais ampla, a serviço de uma maior e melhor integração do indivíduo no seu meio.

Pesquisa realizada por NEVES e MELLO (1986) revela, no entanto, que dentre dezoito bibliotecas centrais de universidades que responderam ao questionário encaminhado, nenhuma incluía, entre as atividades promovidas, programas de animação cultural que envolvessem "encontros com o autor", debates sobre temas da atualidade, exibições teatrais ou de filmes, limitando-se apenas a fazer as tradicionais exposições de novas aquisições (p. 40).

Quer nos parecer que a introdução de programas de animação cultural nas bibliotecas universitárias é de fundamental importância na medida em que estudiosos no assunto vêm apontando o sistema escolar como totalmente inadequado à cultural geral, vivenciada pelos jovens ou pelos adultos (DUMAZEDIER, 1980, p. 105). Ensinar, numa era de contestação, exige uma análise aprofundada do contexto e da cultura social vividos pelo estudante para que a aprendizagem se mostre estimulante e significativa, deixando um campo aberto para a auto-formação. A animação cultural nos parece um dos caminhos que se abre às bibliotecas em geral e à universitária em particular, para adentrar à cultura vivida pelo estudante e colaborar para o seu desenvolvimento. Desta forma, a biblioteca universitária estará cooperando para que o estudante possa receber da universidade soma ímpar de conhecimentos, informações e mesmo de emoções que os enriquecerá com o prazer do que se pode chamar, em sentido amplo, de cultura.

ABSTRACT: Research carried out among undergraduate psychology students at the University of São Paulo, allowed for an evaluation of their spare-time reading preferences. These do not seem to differ from those of the general public, i.e., consumer of mass media, including books and periodicals planned for mass distribution. By means of cultural promotion activities, libraries and other institutions must try to complete and correct the action of mass communication media, which not only informs but also deforms reality. Therefore, cultural promotion must aim at stimulating creative and critical thought, the result of which would be selection criteria based on quality.
KEY WORDS: University libraries. Cultural promotion activities. Cultural Industry. Reading. University Students.

Digitalizado gentilmente por:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUMAZEDIER, J. Animação sócio-cultural. Trad. Luis Otávio de Lima Camargo. São Paulo, 1985. Texto divulgado no Curso de Animação Cultural de Bibliotecas, promovido pelo Centro de Lazer SESC Fábrica Pompéia, 1985.

————. *Valores e conteúdos culturais do lazer.* São Paulo, SESC, 1980.

GRANJA, E.Ç. *Contribuição ao estudo da leitura entre estudantes universitários:* análise empírica da leitura entre estudantes do curso de graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985. 143 p. (Diss. (Mest.) – Instituto de Psicologia da USP.

KNAPP, P.B. The reading of college students. *The Library Quartely, 38*(4):301, Oct. 1968.

NEVES, F.I. & MELO, M.G.L. O "status quo" do serviço de referência em bibliotecas brasileiras. *Ciência da Informação, 15*(1):39-44, jan./jun. 1986.

RIGAUD, J. *Animação*: técnica, doutrina ou espírito? Trad. resumo e adaptação de Dante Silvestre Neto. São Paulo, 1985. Texto divulgado no curso de animação cultural de bibliotecas, promovido pelo Centro de Lazer SESC Fábrica Pompéia,. 1985.

Digitalizado gentilmente por:

PROJETO ARTE-IN**

Preparando o ARTE-Educador para interagir nas programações da Biblioteca Escolar

Idméa Semeghini Próspero Siqueira*

RESUMO: No Projeto ARTE-IN, cinco etapas se delineiam: 1) conhecimento da produção editorial de livros de Arte Visual & Literatura Infantil; 2) discussão de aspectos teóricos, concernentes à arte, leitura e literatura infantil; 3) criação e produção de livros pelos alunos do 3º grau; 4) simulação de atividades que poderão ser realizadas com crianças, a partir do livro em questão; 5) debates sobre o espaço em que as atividades serão desenvolvidas na Biblioteca Escolar. Utilizando o livro em questão e interagindo com o bibliotecário na Biblioteca Escolar, o arte-educador possibilita a efetivação da ação cultural.
PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca Escolar. Ação Cultural. Arte-Educação. Literatura Infantil. Livros de imagem.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Trata-se de projeto desenvolvido junto à Biblioteca das Faculdades São Judas Tadeu – SP (FSJT-SP), gerado na disciplina "Fundamentos de Expressão e Comunicação Humanas", cujo objetivo é preparar futuros ARTE-Educadores para trabalhar com livros de Arte Visual & Literatura Infantil (AV&LI).

Antes de iniciar a discussão sobre o projeto, procurar-se-á explicitar o contexto em que se insere, tecendo considerações sobre sua origem, a caracterização da Biblioteca Escolar, o objeto da pesquisa e a atuação do arte-educador.

---

* Doutora em Psicolingüística pela USP, Titular de Lingüística e Fundamentos de Expressão e Comunicação Humanas das FSJT-SP. Pesquisadora do CNPq junto ao Instituto de Psicologia da USP.

** Este projeto foi preliminarmente apresentado à VII SEMANA DE ESTUDOS DE EDITORAÇÃO: "Políticas Culturais e Hábitos de Leitura", na ECA-USP, out. de 1986.

Digitalizado gentilmente por:

No Projeto ARTE-IN, cinco etapas se delineiam:

- Conhecimento da produção editorial de livros de AV&LI, existente no mercado brasileiro.
- Discussão de aspectos teóricos, concernentes à arte, leitura e literatura infantil.
- Criação e produção de livros pelos alunos do 3º grau.
- Simulação de atividades que poderão ser realizadas com crianças, a partir do livro em questão.
- Debates sobre o espaço em que as atividades se desenvolverão na Biblioteca Escolar (BE).

Utilizando o livro, objeto da pesquisa, o arte-educador, interagindo com o bibliotecário na BE, possibilita a efetivação da ação cultural. Além de criar um ambiente propício à leitura do verbal e do não-verbal, poderão abrir espaço para que as crianças se tornem produtoras de cultura.

1 INTRODUÇÃO

Em nosso país, devido à ausência de atitudes favoráveis ao ato de LER na grande maioria da famílias (12), a BIBLIOTECA ESCOLAR (BE) é o espaço ideal em que as crianças poderão desenvolver o sistema receptivo apropriado à leitura, descobrindo livros de ficção ou informativos que despertem seu interesse. Bibliotecários, arte-educadores e outros profissionais – qualificados para atender a criança – poderão criar, em conjunto, um ambiente propício à leitura do verbal e do não-verbal, além de favorecer o surgimento de uma produção cultural.

Na medida em que o sistema educacional for adquirindo infra-estrutura necessária ao ato de ler – através da instalação de BE e da capacitação dos profissionais que irão atuar nelas – entende-se que a leitura integrar-se-á à vida do educando, do cidadão. Mudanças estruturais terão que ocorrer na ESCOLA, se a meta for acabar com o analfabetismo crônico, ou seja, democratizar a leitura.

Antes de iniciar a apresentação do Projeto ARTE-IN, vale explicitar o contexto em que se insere, tecendo algumas considerações sobre a origem do projeto, a caracterização da BE, o objeto da pesquisa e a atuação do arte-educador.

Digitalizado gentilmente por:

2 A ORIGEM DO PROJETO

Sabe-se que a existência de imenso contingente de não-leitores de texto impresso no Brasil é um fato alarmante. Numa sociedade de classes, considera-se este não-leitor alguém mantido na ignorância e na alienação. Assim, muitos concordam quanto à necessidade de reverter esta situação por razões político-culturais.

Em *O Correio da UNESCO*, número dedicado à literatura para crianças, ressalta-se a importância do "hábito de leitura" e a necessidade sua "implantação" no período que equivale à pré-escola e ao 1º grau (14). "Hábito" e "implantação"? Será este o caminho? Dois termos que definem bem a situação da criança em relação ao adulto: dominado e dominador e, por extensão, colonizado e colonizador. Tanto é assim que, se fizermos um estudo (com informantes de diversas faixas etárias) sobre a definição do termo "leitura", haverá maiores possibilidades de surgirem associações com "obrigação", "imposição" e "hábito necessário" do que com "lazer", "disposição" e "curtição". Certamente, é importante trabalhar com a criança, observando, no entanto, sua forma de interagir como objeto-livro, espreitando o seu caminhar...

Como transformar os não-leitores em leitores? Em *A importância do ato de ler*, Paulo Freire abre essa discussão com muita lucidez (7). Entre outros, Ezequiel Teodoro da Silva, em *Literatura & realidade brasileira*, dá continuidade ao debate (19). Os obstáculos sócio-econômicos e político-culturais à democratização da leitura estão sistematizados no artigo do livro *Comunicação: direito à informação* de José Marques de Melo (11). Em *Literatura infantil brasileira: histórias & histórias* (23), Regina Zilberman e marisa Lajolo traçam um panorama e examinam as relações desta literatura com as instituições sociais.

A estes debates, acrescentaríamos um item que tem sido pouco enfatizado, concernente ao tratamento não-diferenciado dispensado a duas categorias de texto nas atividades desenvolvidas nas escolas de 1º e 2º graus. Referimo-nos aos textos ficcionais (literários) e aos textos informativos, que pressupõem algumas estratégias de recepção distintas. Para focalizar as diferenças, elaboramos a figura 1 que, de modo sintético, auxilia na caracterização das abordagens a serem realizadas. Quanto ao texto de ficção, inserimos dados relativos à literatura infantil que serão discutidos no item 6.4.2. deste artigo.

Digitalizado gentilmente por:

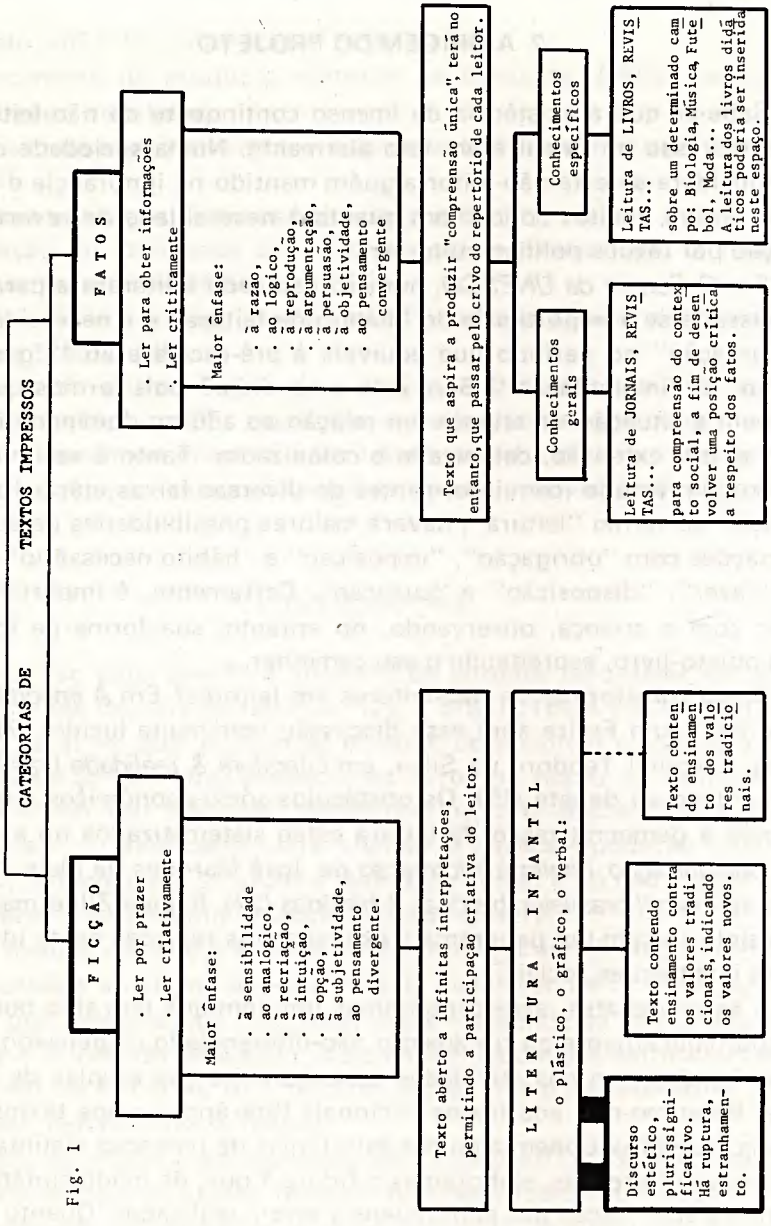


Fig. 1

Figura 1

Digitalizado gentilmente por:

Como o **texto de ficção** (literário) é aberto a infinitas interpretações – permitindo a participação criativa do leitor – recorre-se à sensibilidade, ao analógico, à recriação, à intuição, à subjetividade e, conseqüentemente, ao pensamento divergente para abordá-lo. Mas não é isto que vem ocorrendo nas escolas! O texto literário comumente serve de pretexto à exercitação do pensamento convergente através de questionários, fichas padronizadas de leitura e provas. E o resultado tem sido a **formação de não-leitores.** Este contexto educacional que envolve "planejamento para implantação a qualquer custo do hábito de leitura" provocará repercussões negativas até na atitude de recepção dos textos informativos. Há 15 anos, como professora do 3º grau, temos recebido incontáveis "leitores" arredios aos textos impressos. Inicialmente, é necessário desbloquear o aluno; depois, incentivá-lo a recomeçar. O trabalho é duplo. Muitas vezes, ineficaz.

O acesso aos **textos informativos** que envolvem leitura crítica requer uma série de habilidades lingüísticas que devem ser desenvolvidas desde a 2ª série do 1º grau, através de textos contidos em livros de Ciências, de História e de outras disciplinas além de artigos de revistas e jornais. Diante de um texto em que **os fatos** são privilegiados, pode-se ter uma compreensão geral, uma compreensão dos pontos principais ou uma compreensão detalhada. Ao determinar qual é o objetivo de sua leitura, o leitor poderá optar por um nível de compreensão. Convém lembrar que ler é um processo ativo e não um registro passivo de informações na memória. Assim, até mesmo o texto jornalístico, por exemplo, que implica maior objetividade, que aspira a produzir "compreensão única", passará pelo crivo do repertório de cada indivíduo.

O grande equívoco no tratamento não-diferenciado entre estes dois tipos de textos é que estas "habilidades de leitura" estão sendo exercitadas, na escola, com certos textos de literatura, desfuncionalizando-a.

Para reverter esta situação da leitura, começando pela ESCOLA, cada vez mais nos convencemos de que a BE deverá desempenhar um papel decisivo, desde que voltada aos interesses do usuário-educando. Segundo Herbert Read, convém lembrar que:

> Sem interesse, a criança não começa a aprender;
> sem concentração, não é capaz de aprender;
> sem imaginação, é incapaz de utilizar criativamente o que aprendeu. (18, p. 62)

Digitalizado gentilmente por:

3 O QUE É BIBLIOTECA ESCOLAR?

Em artigo publicado neste nº, p. , em colaboração com Neusa Dias de Macedo, apresentamos subsídios para a caracterização da BE. Os objetivos foram definidos em função do desenvolvimento do usuário-educando e das necessidades do usuário-professor (outros técnicos e membros da comunidade). Para atender o usuário-criança, concebemos uma BE voltada, principalmente, ao desenvolvimento de habilidades artísticas que estimulem a percepção e a criatividade, incentivem a leitura de textos com imagens/palavras, possibilitando a descoberta do prazer de ler. Para o **usuário-adolescente**, a BE estará voltada, sobretudo, às atividades de apoio ao estudo e à pesquisa, instrumentalizando o aluno para usar os recursos da biblioteca na obtenção da informação.

Neste texto, vamos nos ater somente às observações referentes ao usuário-criança, aquele que freqüenta a pré-escola e as séries iniciais do 1º grau (1ª à 4ª série). A BE constitui um ponto importante no acesso aos bens culturais, além da Biblioteca Pública e/ou da Biblioteca Infanto-Juvenil, porque a criança já é freqüentadora do local. A BE poderá funcionar como uma brecha, uma saída para que a ESCOLA deixe de ser uma "fôrma", que possibilita somente a reprodução. Em *Ordenar para desordenar*, Luiz Milanesi propõe:

> É aí que entra a biblioteca, não a real, mas a imaginária, aquela que poderá vir a ser, aquela que deverá ser. Como um centro de informações, a biblioteca por definição será um instrumento de desordem. Isso, desde que não exista um filtro que censure a informação que contradiga a ordem. A biblioteca tendo em seu acervo múltiplos discursos que se desdobram ao infinito não dá uma direção, mas propõe alguns caminhos, deixando ao indivíduo a tarefa de avaliar e decidir (13, p. 25)

4 OBJETO DE PESQUISA:
Livro de Literatura Infantil (em que predominam imagens) ou livro de Arte Visual & Literatura Infantil (AV&LI)

Para o usuário-criança, a BE reunirá uma série de materiais, dentre eles os livros que serão objeto desta pesquisa. Mas que livro é este? Será

Digitalizado gentilmente por:

que ainda iremos rotular simplesmente como "literatura infantil", livros* como: *O menino mais bonito do mundo, Um avião e uma viola, João Teimoso, Conversa de corpo, A pirilampéia e os dois meninos de Tatipurum, Sangue de barata, Aniversário do sol, História de Trancoso,* além de muitos outros? E o livro: *Arte para Crianças - VOLPI* que contém fotografia das telas de Volpi e o texto verbal escrito por Ana Maria Machado? Não poderíamos caracterizá-lo como arte & literatura infantil? Ou como livro de arte visual & literatura infantil?

Em muitos desses livros não há texto verbal (não há "littera", letras); em outros, apenas 20% da página impressa é constituída de palavras. A perspectiva de continuarmos a designá-los como livros de literatura infantil demonstra que carregamos marcas de uma visão verbalista dos séculos passados, como se as palavras fossem mais nobres do que as imagens (4, p. 153)

O texto não-verbal certamente "conta" histórias, mas o fato de as imagens evocarem palavras e portanto constituírem "literatura oral", não diminui a presença, a força e a riqueza da imagem. Há, nestes livros, reproduções de obras de arte que poderão ser apreciadas pelas crianças. E isto é possível, pois na época atual, segundo Walter Benjamin, "reproduzem-se cada vez mais obras de arte, que foram feitas justamente para serem reproduzidas (3, p. 11)

Como a criança não tem fácil acesso a museus e a galerias, as imagens dos livros de AV&LI – criados muitas vezes por artistas plásticos ou por artistas gráficos de renome – constituem um rico material para introduzir a criança no mundo da arte (6).

Pode-se desenvolver a percepção da criança, abrindo portas para que penetre na imagem e nela caminhe, oferecendo-lhe uma variedade de ilustrações não reducionistas, que extrapolem o texto verbal e que funcionem como uma espécie de proteção "contra o bombardeamento diário de materiais visuais estereotipados" (22, p. 95)

A formação do arte-educador fornece-lhe a bagagem, sensibiliza-o para explorar o universo contido em cada objeto – livro. Sabe estimular a imaginação da criança, criar a partir do livro, transformá-lo em objeto-brinquedo. Essa relação afetiva com o livro irá acompanhar a criança e será transportada naturalmente para os livros em que as palavras predominam.

* Ver Bibliografia no final, referente aos livros de histórias.

Digitalizado gentilmente por:

5 QUEM É O ARTE-EDUCADOR?

Arte-educador é o professor de Educação Artística que trabalha com Artes Plásticas (Desenho) ou Teatro ou Música nas escolas de 1º e 2º graus. Além dessas linguagens artísticas, poder-se-ia incluir outras, como: a Dança, o Cinema, o Vídeo, desde que envolvidas com o processo educativo.

Interagindo com o bibliotecário, o arte-educador – profissional com profunda vivência e conhecimento de uma linguagem artística, habituado a fazer que pessoas atuem criativamente em grupo – **possibilita a efetivação da ação cultural na biblioteca.**

Atividades de leitura e produção de livros de AV&LI, realizadas por bibliotecários e arte-educadores com crianças na BE, podem ser um dos pontos de partida para desenvolver a percepção estética e despertar o prazer de ler. Esta interação criativa e a criança com livre-acesso a estes materiais certamente irão promover atitudes de recepção favoráveis à leitura.

É preciso criar novos espaços na ESCOLA, para onde as crianças e os adolescentes tenham vontade e sintam prazer em se dirigir. Um deles poderá ser a **Biblioteca Escolar** e outro, a **Sala Ambiente de Artes.** Nas sociedades em que existe um real interesse pelo desenvolvimento integral de cada indivíduo, ocorre um grande incentivo ao desenvolvimento das ARTES, enfim da CULTURA. Estas atividades constituem um enorme estímulo, sobretudo ao educando das classes oprimidas, para o qual a escola poderá oferecer uma educação compensatória, "minimizando a probabilidade de que a pobreza seja autoperpetuadora" (14, p. 214)

Na Biblioteca Escolar e/ou na Sala Ambiente de Artes, a criança poderá tornar-se um **leitor** (receptor de produto acabado) ou um **espectador** (de encenações teatrais, de concertos) e, principalmente, terá espaço para ser **produtor de cultura**: efetuando trabalhos de artes plásticas, fazendo representações, criando livros... Se quisermos ser permeados pela arte, temos de engajar nossa inteligência e nossa sensibilidade, temos de viver o processo criativo (15). Se ARTE é um processar dinâmico da vida, é uma articulação do fluxo sem forma da experiência sensível, é um desdobrar de aptidões interiores, propiciando a experiência perceptiva e sem dúvida um processo dialético, acabamos por perceber, lendo Herbert Read, que temos na ARTE um instrumento de educação e não simplesmente mais uma disciplina para ensinar (18). Assim, o acesso às lingua-

Digitalizado gentilmente por:

gens de expressão cultural não deve ser tratado como algo exterior, mas inserido no esquema geral da educação (2).

A **ação cultural** far-se-á, pois, com a arte embutida na educação. Em *Usos da cultura* – políticas de ação cultural, Teixeira Coelho diz:

> Ação é algo que se faz com ao lado de ... é a contínua descoberta, o reexame constante, a reelaboração: a vida (...) com a ação, nada de 'fazer cabeças'. Tampouco, 'passar tempo'. A ação cultural é uma aposta conjunta. Aposta-se que o grupo se descobrirá, descobrirá seus fins e seus meios. Em cultura é a única coisa que importa, a única que permanece, a única a firmar raízes. Aposta que tem de ser refeita a todo instante, diante da tentação de cair no dirigismo. Mas, a única que vale a pena (21, p. 100)

Convém ressaltar que, nas atividades com livros de AV&LI, se não for possível contar com a participação do professor de ARTE-Educação, é mister que bibliotecários ou outros educadores vivenciem alguma linguagem artística, que possuam um certo aprofundamento em Artes Plásticas ou Teatro ou Música, antes de iniciar qualquer "animação". Do contrário, irão realizar atividades dispersas, desconexas, impedindo que um real trabalho com ARTE seja desenvolvido, uma vez que lhes falta base segura para estimular a percepção, a imaginação e a criatividade da criança.

6 O PROJETO ARTE-IN

Trata-se de um projeto que visa a preparar universitários dos cursos de Pedagogia, Letras e Educação Artística para trabalhar com **livros de Arte Visual & Literatura Infantil.** Começou a ser desenvolvido em 1983 pela autora, que é coordenadora do projeto, junto à Biblioteca das FSJT - SP. Espera-se formar um profissional consciente e transformador que poderá atuar em escolas, bibliotecas e editoras. É de fundamental importância que pesquisas e experiências com os livros em questão sejam incluídas na formação de bibliotecários, psicólogos escolares, comunicadores e editores, tornando-os mais aptos para interagir com o público-criança. Ou que se disseminem cursos de especialização voltados para esse fim.

Neste texto, relataremos as atividades geradas na disciplina **Funda-**

Digitalizado gentilmente por:

mentos de Expressão e Comunicação Humanas que faz parte do curso de formação do arte-educador.

6.1 Os problemas

- Como capacitar o arte-educador a participar da seleção de algumas centenas de livros de I&LI (entre milhares já publicados) para formar uma biblioteca?
- Como capacitar o arte-educador a utilizar este material com crianças?

6.2 Encaminhamento da solução

Este projeto foi surgindo, brotando da atração e da curiosidade que estes livros de AV&LI despertaram nos universitários. Atualmente, cinco fases se delineiam, sendo que as duas primeiras se desenvolvem concomitantemente, a saber:

1ª) Conhecimento da produção editorial de livros de AV&LI, existente no mercado brasileiro
2ª) Discussão de aspectos teóricos, concernentes à arte, leitura e literatura infantil.
3ª) Criação e produção de livros pelos alunos do 3º grau.
4ª) Simulação de atividades que poderão ser realizadas com crianças, utilizando os livros em questão.
5ª) Debates sobre o espaço em que as atividades se desenvolverão (BE).

Vale ressaltar que a terceira etapa, em que os universitários se tornam produtores de cultura, é a mola propulsora do projeto. No momento em que se abre espaço para a criação de livros, os alunos passam a se INTERESSAR pelo conhecimento da produção editorial existente e pela discussão dos textos teóricos. Ao experienciar a criação de livros, eles desenvolvem um "know-how", uma sensibilidade que lhes permitirá, posteriormente, acionar um processo cultural. A predisposição para criar os fez ler muito. E criticamente!

– "Esta ilustração está repetindo exatamente o verbal! Que falta de inventividade!"

– "Como fazer para apresentar a família do Benove? Há muitos autores que evitam!"

– "Se eu não definir a cor, a raça da personagem no texto verbal,

Digitalizado gentilmente por:

como farei a ilustração? Acho que vou colocar um personagem de cada raça! Não! Vou deixar a imagem esfumaçada, indefinida."

A seguir vamos discutir aspectos fundamentais de cada fase.

6.3 Primeira Etapa: Conhecimento da produção editorial de livros de AV&LI, existente no mercado brasileiro

É preciso ter livros à disposição para pesquisar! Verbas inexistem! No início, cada aluno doou um livro para a formação da **Biblioteca Circulante de Literatura Infantil e Juvenil** e teve acesso a 100. No ano seguinte, os novos alunos continuaram a contribuir com um livro; entretanto, para evitar as duplicações de título, foi necessário administrar a compra que é feita em livraria e não em editora. O acervo atual é de 600 livros aproximadamente.

A segunda aula do curso acontece na Biblioteca da Faculdade, para que os alunos possam manusear os livros que são espalhados pelas mesas. É indescritível o entusiasmo! Posteriormente, cada aluno irá fazer uso da biblioteca e efetuar as anotações que achar conveniente sobre os livros no *Caderno H* (com a complacência de Mário quintana).

Contando com a colaboração da bibliotecária-chefe Valentina D. Manfredi, descobrimos um espaço, dentro da biblioteca para o acervo de Literatura Infantil e Juvenil. Os livros estão dispostos em três estantes, de acordo com a seguinte classificação: **predominância de imagem** (na lombada, fita colante verde), **equilíbrio entre imagem e palavra** (fita colante azul) e **predominância da palavra**. As capas, sempre que possível, estão expostas, e a ordenação inexiste. Neste caso, foi preciso "desordenar para ordenar" (11), a fim de que a informação fosse utilizável pelo usuário. Os universitários têm livre acesso somente a estas estantes. Procuramos criar um ambiente análogo àquele que será oferecido à criança. Geralmente, é um aluno-bolsista do curso matutino de Educação Artística quem atende o usuário à noite.

6.4 Segunda Fase: Discussão de aspectos teóricos, concernentes à arte, leitura e literatura infantil

Concomitantemente, as etapas vão acontecendo, não há nada rígido. A análise dos livros de AV&LI nutre-se da discussão dos textos teóricos. Algumas frestas se entreabrem, o comentário de um colega amplia a per-

Digitalizado gentilmente por:

cepção do grupo.

Fez-se necessário, logo no início, instaurar debates sobre o conceito de LEITURA. Em "A leitura do icônico e do verbal: uma práxis crítico-criativa" artigo já publicado, refletimos sobre o fato de que, a todo instante, consciente ou inconscientemente estamos realizando **leitura do não-verbal** onde quer que ele se apresente e oferecendo pistas simultâneas através de nosso corpo para a comunicação do não-verbal, seja através do olhar, do vestuário, de um gesto, do timbre de voz, do silêncio... (18, p. 42-4). Assim, sem dizer uma palavra sequer, estamos nos comunicando quer queiramos ou não. Em se tratando de uma página impressa, mesmo que não contenha ilustração, a leitura do verbal e a leitura do não-verbal não se dissociam, elas se sobrepõem. Simultaneamente, fazemos a leitura da diagramação, dos negritos, da textura e brilho do papel, do tamanho e formato das letras, do "layout" da página impressa e, também, das palavras. Continuamente, utilizamos nosso universo interior perceptivo e cognitivo-ideológico a fim de processar qualquer informação, seja verbal ou não-verbal. Dessa forma, diríamos que nossa leitura do mundo, a nossa visão da vida acompanha sempre a leitura da palavra, onde quer que ela apareça.

Observa-se que o livro de I&LI resulta de um projeto integrado. Um conjunto de linguagens o compõe:

- **a plástica** (o texto não-verbal, a ilustração);
- **a literária** (o texto verbal) e
- **a gráfica** (o design da página impressa).

Participam do processo o escritor, o artista plástico, o artista gráfico e também o editor que viabiliza o livro e o faz chegar ao público.

6.4.1 O Texto Não-Verbal

O artista plástico re-organiza a experiência, criando formas, selecionando e compondo com os elementos básicos: linha, formato, volume, valor, textura e cor. Cada página de um livro em que predominam as imagens lembra uma tela reduzida ou um quadrinho ampliado. A inserção das palavras se faz harmoniosamente.

Há ilustrações que se desenvolvem no tempo, pode-se ir caminhando através delas, como em *Rolim* de Ziraldo. Neste livro, a ilustração é mais gráfica porque sobressaem as linhas, o desenho. Há outras ilustrações em que o conteúdo é percebido de um só golpe; neste caso, o espa-

Digitalizado gentilmente por:

ço é privilegiado como se pode observar em *O barril* de Mirna Pinsky e Rogério Borges. A ilustração deste livro é mais plástica do que gráfica porque é a pintura, as cores chapadas que se destacam.

A plasticidade do objeto-livro é primordial, aciona a capacidade associativa, abre frestas para a imaginação da criança soltar-se. Artistas, como: Ziraldo, Gian Calvi, Walter Ono, Mário Cafiero, Eliardo França, Ângela Lago, Ana Raquel, José Flávio Teixeira, Eva Furnari, Michele Iaccoca, Flávia Savary, Rogério Borges e muitos outros têm criado obras que permitem à criança penetrar na ilustração e serem projetados num mundo de devaneio. A maioria destes livros encantam adultos e crianças.

O adulto precisa ser desautomatizado-sensibilizado-instrumentalizado para ler crítica e criativamente os diversos tipos de mensagem. A leitura do não-verbal pode ser desenvolvida, não ensinada. Não há regras, não há ordem preestabelecida para ler/ver o texto não-verbal. É preciso afiar a percepção, aguçar a observação para explicitar as relações estruturais e analógicas! Sentidos e inteligência, imaginação e razão, memória e sensibilidade são solicitados para que se estabeleça um diálogo com o texto não-verbal.

6.4.2 O Texto Verbal

Os três tipos de texto que a seguir discutiremos, nem sempre aparecem isoladamente; trechos de um tipo convivem com trechos de outros.

6.4.2.1 O discurso estético

Se é literatura que está sendo proposta à criança, o texto verbal tem de ser literário, provocar ruptura, causar estranhamento. O discurso estético é a obra plurissignificativa que permite uma leitura aberta, que possibilita a inclusão do leitor como criador. A fantasia funde-se com a realidade de forma original. A literatura, que é escritura, não leva à passividade, à acomodação. Uma alta taxa de imprevisibilidade da mensagem seduz a criança. Ela se identifica com o discurso poético, está melhor equipada que o adulto para se defrontar com o novo. Recorre à intuição, faz analogias, associações inusitadas, usa uma lógica-ilógica que corresponde ao pulsar do pensamento infantil, que ainda não faz abstração, não é hipotético-dedutivo.

Digitalizado gentilmente por:

Os interesses das crianças vão se modificando no decorrer do tempo, mas todas apreciam a ludicidade, as brincadeiras sonoras, o suspense, o humor, a ironia, o "non-sense" (descondicionamento pelo absurdo), o maravilhoso, a magia impregnada no urbano, as vivências (que envolvem o medo, a insegurança, o ridículo, a incerteza), histórias em que aconteçam coisas... Embora todo discurso pressuponha uma visão do mundo, o discurso estético, sendo ARTE, é transgressor, cria espaço para a participação do leitor, fazendo desaparecer o ranço de autoritarismo e, conseqüentemente, do diatismo, do moralismo.

A fronteira entre o texto verbal narrativo e a poesia nem sempre é muito nítida porque houve, no primeiro, a incorporação da dimensão lúdica da palavra. Em "A literatura infantil nos anos 70", Ana Maria Machado afirma que "... é possível jogar com as ambigüidades, com a possibilidade de diversos níveis de leitura, com a polissemia e a multivocidade" (8, p. 30). No discurso estético, segundo R. Jakobson, no artigo "Lingüística e Poética": "A equivalência é promovida à condição de recurso constitutivo da seqüência" (6, p. 130). O paralelismo, o jogo da semelhança e dessemelhança, a sinonímia e antonímia, o arranjo dos elementos sonoros vão constituir a mensagem que se volta sobre si mesma.

Antes, a voz do narrador (= adulto) prevalecia. Atualmente, os textos de literatura infantil estão em sintonia com o padrão oral da língua. É o próprio ato de contar histórias com a intermediação da criança que é transportado para o papel. Dessa forma, os atributos característicos da narrativa tradicional, baseados na linearidade e na sucessividade de ações, não constituem a tônica dominante. Há simultaneidade de acontecimentos e de sensações. Há personagens que aparecem e desaparecem sem uma explicação necessariamente lógica.

Ao discutir o poético, imediatamente nos vêm à mente os textos de Lygia Bojunga Nunes: *A bolsa amarela*, *A casa da madrinha*, *A corda bamba*, sendo que em todos eles há predominância do verbal. Para a criança, surgem os textos de Ana Maria Machado, como: *O gato do mato e o cachorro do morro* e de Ruth Rocha, como: *Marcelo, marmelo, martelo*. Cecília Meireles, Mário Quintana, Sidônio Muralha, Mirna Pinsky, Joel Rufino dos Santos, Elvira Vigna, Sílvia Orthof, Eliane Ganem, Chico Buarque têm produzido textos verbais notáveis para livros em que predomina o não-verbal. Livros de Monteiro Lobato, Lygia Bojunga Nunes, João Car-

Digitalizado gentilmente por:

los Marinho e Silva são oferecidos somente à criança ou ao jovem que já lê por prazer os livros em que predominam as imagens.

Para um editor de literatura infantil se certificar se o texto é literário ou não, além dos aspectos já discutidos, é importante verificar se o livro dialoga com a criança, se cria espaço para a criança inventar. Enfim, se há compromisso com a ARTE e não com a Pedagogia.

6.4.2.2 Texto contendo ensinamento contra os valores tradicionais, indicando os valores novos.

Um elenco de valores, para servir como ponto de referência na avaliação da produção literária atual, são propostos por Nelly N. Coelho, no artigo "Literatura Infantil: abertura para a formação de uma nova mentalidade" (3, p. 3-10). São considerados **valores tradicionais**: individualismo, autoritarismo, moral dogmática de base religiosa, sistema social (quanto às classes, valorização das minorias privilegiadas pela fortuna; quanto à família, a autoridade suprema e decisória é exercida pelo pai), sociedade sexófaba (identifica sexo como pecado), pragmatismo, racismo e a criança é vista como "adulto em miniatura". Em oposição a estes, surgem os **valores novos**: espírito comunitário (socializante), o relativismo (verdades múltiplas e não mais únicas ou unívocas), estímulo à capacidade mental (valorização da intuição), consciência da vida como mudança contínua, redescoberta das origens (folclore), defesa intransigente dos direitos iguais para todos, moral de responsabilidade ou de consciência individual e a criança é vista como "ser em formação".

Há uma série de autores que relegam a forma a um segundo plano, privilegiando o conteúdo, o aspecto ideológico, portanto, os valores veiculados. Muitos procuram lutar contra as discriminações aos grupos oprimidos: crianças, velhos, mulheres, deficientes físicos, negros e índios. Em *O texto sedutor na literatura infantil*, Edmir Perrotti demonstrou que:

> É que tal discurso, ainda que modernizando os conteúdos, não passa de discurso normativo que visa a ensinar a criança o 'certo' e o 'errado', como sempre acontecera na tradição. No 'utilitarismo às avessas' o escritor pretende, também, ordenar o mundo para o leitor, ainda que segundo moldes de um tempo novo (15, p. 150).

Muitos livros lançados nesta última década se inserem nesta linha

Digitalizado gentilmente por:

de proposição de valores novos. Como muitos deles divertem as crianças e proporcionam espaço para a criança participar, é interessante utilizá-los como ponto de partida para debates.

6.4.2.3 Texto contendo ensinamento dos valores tradicionais

Apresentam propostas educativas e moralizantes. Vão fechando de tal forma a história, até "fazer a cabeça" da criança. São textos reprodutores da ideologia dominante. Subjacente ao texto verbal e ao não-verbal, podemos ler todas as discriminações contra os grupos oprimidos, já enumeradas, além do fortalecimento ao individualismo e ao autoritarismo. *O touro valentão* de Oranice Franco é um exemplo. Ele veicula valores tradicionais no texto verbal de forma tão evidente que, dificilmente, passaria pelo crivo de um editor atento. No entanto, a linguagem plástica deste livro é muito criativa. Ele poderá ser manuseado pela criança que não está alfabetizada, enquanto o adulto cria outro discurso. Há, também, nesta linha, O *cachorrinho Samba* de Maria José Dupré, em que predomina o verbal, além de muitos outros livros.

Se um escritor é consciente de seu papel de dinamizador cultural e se ele não faz parte da elite dominante, qual seria a explicação para a elaboração destes textos? Ingenuidade, inconsciência, insanidade ou alienação do escritor? Os editores especialistas em literatura infantil certamente têm recusado muitos textos deste tipo. Ou há poucos originais chegando às editoras?

6.4.3 Aspectos Gráficos

Recorre-se à assimetria, muitas vezes, ao dispor o verbal na ilustração para instaurar o fator surpresa, para produzir maior movimento, sempre observando, no entanto, o equilíbrio que é o elemento chave. A tipografia pode ser usada, também, como elemento plástico, sobretudo se a proposta contiver uma poesia concreta.

O tamanho e o formato das letras desempenham um papel importante nestes livros. Os tipos maiores proporcionam melhor legibilidade, permitem que a criança leia com desenvoltura, interessando-se pela leitura. E se a criança for adquirindo velocidade e fluência para ler, sentir-se-á cada vez mais motivada, com grandes possibilidades de se tornar um leitor eficiente. Há um aspecto que não é gráfico, mas que está tão rela-

Digitalizado gentilmente por:

cionado às letras que nos permitimos inserir neste tópico. Se a criança "DEVE" ler um livro para realizar uma "PROVA" e **não está totalmente alfabetizada**, ficará ansiosa e angustiada porque não consegue entendê-lo. Ela visualiza apenas a forma das palavras ou a forma das letras, mas ainda não faz a ligação com o significado. Entende partes do enunciado, mas a compreensão total surge muito lentamente. Enfim, **sente-se agredida pelo livro** que não consegue decifrar. Certamente, esta não é a maneira ideal de se incentivar a leitura.

Com relação ao formato e ao tamanho do livro, não existe um padrão ideal preferido pela ou adequado à criança. Ao contrário, ela se interessa mais por aquele que apresenta um projeto novo.

6.5 Terceira Fase: criação e produção de livros de Arte Visual & Literatura Infantil pelos alunos do 3º grau

Discutiu-se que os projetos seriam esboçados após a pesquisa da produção editorial existente e dos debates sobre os textos teóricos. Decidiu-se que cada grupo iria criar um " livro de papel" que pudesse ser editado em uma gráfica e um "livro artesanal", com forma e materiais variados, como: pano, plástico, cortiça, madeira etc.

Em nosso "laboratório de produção", na medida do possível, íamos discutindo com eles o "rascunho" do texto verbal e, depois, o "boneco" do livro. Muitos alunos que haviam criado a história logo no início do curso, sentiram a necessidade de efetuar várias reformulações em função dos debates que iam ocorrendo e dos comentários das crianças às quais os originais eram submetidos.

No desenrolar do processo, até um concurso para a criação do logotipo foi sugerido pelos alunos. Muitos alunos decidiram criar sozinhos, demonstrando um enorme interesse por todas as atividades em que se envolveram.

Surgiram produtos plásticos e gráficos estimulantes, mas o escasso tempo de realização do curso somado às poucas leituras de ficção, realizadas no 1º e 2º graus não permitiram o aparecimento de muitos textos verbais artísticos. Em 1985, por ocasião da exposição dos livros, foi realizada uma reportagem pelo "Jornal da Tarde" (07.11.85, p. 16) e outra pela RTC no programa: "Palavra de Mulher" (08.11.85). A variedade e a criatividade dos trabalhos deu ao projeto uma nova dimensão. (Ver Figura 2 e Figura 3).

Digitalizado gentilmente por:

6.6 As fases subseqüentes:

- Simulação de atividades que poderão ser realizadas com crianças, utilizando os livros em questão.
- Debates sobre o espaço em que as atividades se desenvolverão (o bibliotecário e o arte-educador interagindo na BE).

estão sendo experienciadas e serão relatadas em outro número da revista.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo vivenciado este processo, imaginamos que os futuros ARTE-EDUCADORES estejam preparados para trabalhar com livros de Arte Visual & Literatura Infantil, propiciando um espaço para que as crianças leiam e criem livros, tornando-se leitoras e produtoras de cultura. Acreditamos, também, que adquiriram espírito crítico para efetuar seleção de livros, levando em consideração elementos plásticos, gráficos e literários.

O Livro de AV&LI deve ser tão atraente para a criança quanto um brinquedo ou um programa de televisão, e ser bem distribuído. Há autores de literatura infantil que contam com o reconhecimento da crítica e vendem muito. O livro é uma mercadoria, é um produto cultural que tem de circular dando lucro. Pensamos que seria viável a utilização de outros canais de distribuição que atingissem o consumidor final, por exemplo, as bancas de jornais e as lojas de brinquedos. Ainda não há um trabalho efetivo de "marketing" para o consumo de livros de AV&LI da mesma forma que existe para o consumo de brinquedos.

O **teatro** e a **televisão** são outras formas de se veicular fantasia, histórias para crianças, além dos **meios impressos**: livros, revistas e jornais. Atualmente, para o **vídeo-texto** (que exige acoplamento de computador, telefone e televisão) já foram escritas histórias infantis e o livro *Além do Rio* de Ziraldo foi "transportado" para este novo meio. Num futuro próximo, os **microcomputadores**, espalhados por toda a parte, poderão se conectar com banco de dados de literatura infantil. Cada tela poderá ser equivalente a uma página de livro, e os originais continuarão a ser editorados pelos mesmos profissionais, que terão adquirido, também, algumas noções de programação.

O surgimento de uma enorme variedade de livros com Arte Visual & Literatura Infantil, nos anos 70, facilitou a aproximação da criança ao

Digitalizado gentilmente por:

objeto-livro-brinquedo. Nos anos 80, esperamos que sejam formados acervos destes livros nas Bibliotecas Escolares, com a participação do governo, da comunidade e das empresas.

À medida que se consegue despertar a criança para a leitura de forma lúdica e prazerosa, propiciando-lhe acesso a muitos livros de ficção, naturalmente, a leitura será integrada a seu lazer. O passo seguinte será a leitura crítica que permite a conscientização, a compreensão do contexto social. Na luta pela democratização da leitura, a batalha fica mais difícil se etapas forem saltadas. Para que os jovens comecem a ler criticamente, é preciso que as crianças leiam por prazer.

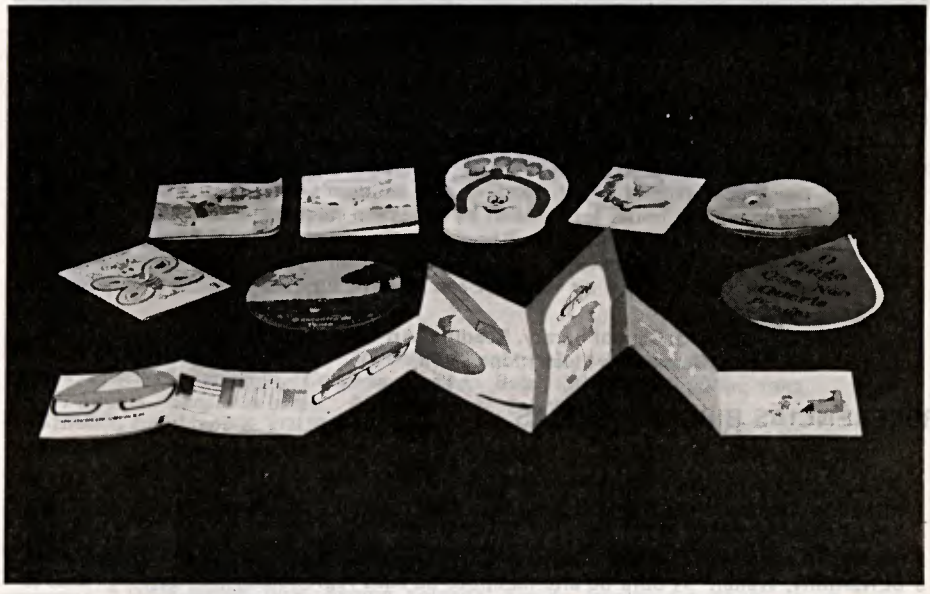


Figura 2 – Livros em papel

Digitalizado gentilmente por:

Figura 3 - Livros em materiais variados

ABSTRACT: ARTE-IN, an art teacher education program, was designed into five stages to obtain the following results: 1) awareness of the publishing production of books concerning visual art & children's literature; 2) discussion of some theoretical aspects of art, reading and children's literature; 3) elaboration and production of books for children by education students; 4) simulation of practical activities for children and their books; 5) discussion of school library facilities necessary for these activities. By using the school library and interacting with the school librarian, the art educator can achieve significant results in cultural promotion.
KEY-WORDS: School library. Reading. Art-Education. Cultural action. Children's literature. Books with illustrations.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 ARNHEIM, Rudolf. *Arte & percepção visual*. Trad. Ivonne T. de Faria. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1980.
2 BARBOSA, Ana Mae T.B. *Arte-Educação: conflitos/acertos*. São Paulo, Max Limonad, 1984.
3 BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas reproduções técnicas. In: *Textos escolhidos*. Trad. José Lino Grünnewald. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
4 BRAGA, M. Lúcia S. Literatura, Arte e Meios de Reprodução Técnica. In: MARQUES DE MELO, J. *Pesquisa em comunicação no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1983.
5 COELHO, Nelly N. Literatura infantil: abertura para a formação de uma nova mentalidade. In: _____ et al. *Literatura infanto-juvenil*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980.
6 FERRAZ, Heloisa & SIQUEIRA, Idméa. *Arte-Educação: vivência, experienciação ou livro didático?* São Paulo, Loyola, 1987.
7 FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo, Cortez, 1982.

Digitalizado gentilmente por:

8 JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação.* Trad. Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo, Cultrix, 1970.
9 MACEDO, Neusa Dias de & SIQUEIRA, Idméa. Subsídios para a caracterização da Biblioteca Escolar. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.* São Paulo, FEBAB 20(1/2):–, jan. dez. 1987.
10 MACHADO, Ana Maria. A Literatura infantil nos anos 70. In: COELHO, N. N et al. *Literatura infanto-juvenil.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980.
11 MARQUES DE MELO, José. *Comunicação: direito à informação.* Campinas, Papirus, 1986.
12 MEDINA, C.A. & ALMEIDA, M.L.R. *Hábitos de leitura: uma abordagem sociológica.* Rio de Janeiro, CLAPCS e INPE, 1976.
13 MILANESI, Luiz A. *Ordenar para desordenar:* Centros de Cultura e Bibliotecas Públicas. São Paulo, Brasiliense, 1986.
14 *O CORREIO DA UNESCO.* Rio de janeiro, FGV, v. 10, nº 8, ago./1982.
15 OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação.* Petrópolis, Vozes, 1977.
16 PATTO, Maria Helena S. Da psicologia do "desprivilegiado à psicologia do oprimido. In: PATTO, M.H.S. *Introdução à psicologia escolar.* São Paulo, T.A. Queiroz, Ed., 1981.
17 PERROTI, Edmir. *O texto sedutor na literatura infantil.* São Paulo, l'cone, 1986.
18 READ, Herbert. *A redenção do robô.* Trad. Fernando Nuno. São Paulo, Summus, 1986.
19 SILVA, Ezequiel T. *Leitura & realidade brasileira.* Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
20 SIQUEIRA, Idméa. A leitura do icônico e do verbal: uma práxis crítico-criativa. *Leitura: teoria & prática.* Porto Alegre, mercado Aberto/ALB, 1(6):42-44, 1985.
21 TEIXEIRA COELHO, José. *Usos da cultura.* Políticas de ação cultural. Rio de janeiro, Paz e Terra, 1986.
22 WERNECK, Regina Y. A importância da imagem nos livros de literatura infantil e juvenil. In:COELHO, N.N. et alii. *Literatura infanto-juvenil.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980.
23 ZILBERMAN, Regina & LAJOLO, Marisa. *Literatura infantil brasileira: história & histórias.* São Paulo, Ática, 1984.

LIVROS DE HISTÓRIAS...*

DUARTE, Roberto & Ana Raquel. *Aniversário do sol.* Belo Horizonte, Ed. Lê, 1984.
FREIRE, Priscila & Benjamin. *Conversa de corpo.* Belo Horizonte, Miguilim, 1983.
LAGO, Ângela. *Sangue de barata.* Belo Horizonte, Ed. Vigília, 1980.
MACHADO, Ana Maria & VOLPI. *Arte para criança – VOLPI. Era uma vez, três...* Rio de Janeiro, Berlindis & Vertecchia, 1980.
_____ & DECOT, Janine. *O gato do mato e o cachorro do morro.* São Paulo, Ática, 1982.
_____ & GALVI, Gian. *Um avião e uma viola.* São Paulo, Melhoramentos, 1982.
MACHADO, Luiz Raul & CAFIERO, Mário. *João Teimoso.* São Paulo, Ática, 1974.
NUNES, Lygia Bojunga. *A bolsa amarela.* Marie louise Nery. Rio de Janeiro, Agir, 1976.
_____. *A casa da madrinha.* Ilust. Regina Yolanda, Rio de Janeiro, Agir, 1980.
_____. *A corda bamba.* Ilust. Regina Yolanda. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1979.
PINSKY, Mirna & BORGES, Rogério. *O barril.* São Paulo, Mehoramentos, 1983.
ROCHA, Ruth & CORNAVACA, Adalberto. *Marcelo, marmelo, martelo e outras Histórias.* 2. ed. São Paulo, Cultura, 1981.

* O primeiro autor é o escritor (E) e o segundo, o ilustrador (I) em se tratando de livros de AV&LI. Ouando houver somente um autor, ele criou o texto verbal e a imagem.

Digitalizado gentilmente por:

SANTOS, Joel Rufino & TEIXEIRA, José Flávio. *História de trancoso*. São Paulo, Ática, 1983.
_____ & ONO, Walter. *A pirilampéia e os dois meninos de tatipurum*. São Paulo, Ática, 1985.
ZIRALDO, *Além do rio*. São Paulo, Melhoramentos, 1981.
_____ *Rolim*. São Paulo, Mehoramentos, 1984.
_____ & MATTAR, Sami/HORTA, Apoena. *O menino mais bonito do mundo*. São Paulo, Melhoramentos, 1985.

Digitalizado gentilmente por:

SUBSÍDIOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR

Neusa Dias de Macedo*
Idméa Semeghini Próspero Siqueira**

RESUMO: Quadro sinóptico que descreve a biblioteca escolar dentro do seguinte parâmetro: receptor, objetivos, objetos/materiais, serviços-meio, serviços-fim, agentes, ambientação física, tendo como intuito servir de subsídio didático para professores e alunos de biblioteconomia.
PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca escolar. Caracterização.

Em dezembro de 1984, o Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo realizou uma série de reuniões didáticas com o fim de explicitar os objetivos da formação do bibliotecário. A necessidade de uma sistematização das discussões levou o corpo docente a se organizar em dois grandes grupos: Biblioteca Pública/Biblioteca Escolar e Biblioteca Universitária/Biblioteca Especializada.

Num dos encontros tratou-se do perfil de cada tipo de biblioteca. A Professora Dra. Neusa Dias de Macedo teve sob sua responsailidade delinear o perfil da Biblioteca Escolar, tendo convidado uma especialista em leitura e literatura infantil, que trabalha com alunos de graduação em Arte-Educação, Letras e Pedagogia, Professora Idméa S.P. Siqueira.

A partir de alguns parâmetros, foram determinados alguns itens para caracterizar a Biblioteca Escolar, a saber: receptor, objetivos, objeto, serviços-meio, serviços-fim, agente e ambientação física.

* Profª do Deptº de Biblioteconomia e Documentação, ECA-USP.

** Profª do Deptº de Letras e de Educação Artística das FSJT-SP.

Digitalizado gentilmente por:

Apresentar-se-á o quadro resultante dos estudos realizados pelas duas professoras que tem a finalidade, de um lado, de sevir de subsídios para aqueles que estejam fazendo pesquisas sobre Biblioteca Escolar e, de outro, para testar a procedência dessa caracterização. Neste último particular, tendo em vista o prosseguimento dos estudos, solicita-se aos interessados o envio de sugestões e críticas aos cuidades da Redação desta Revista.

Este modelo, na verdade, é um tanto abrangente para ser susceptível a adaptações aos diversos contextos escolares de redes públicas e instituições privadas. Entretanto, realidades muito específicas precisam desenhar modelos próprios.

ABSTRACT: A synoptical description of the School Library according to the following parameter: receiver, objectives, objects/library and educational materials, technical services, public services, physical facilities.
KEY WORDS: School Library. Characterization.

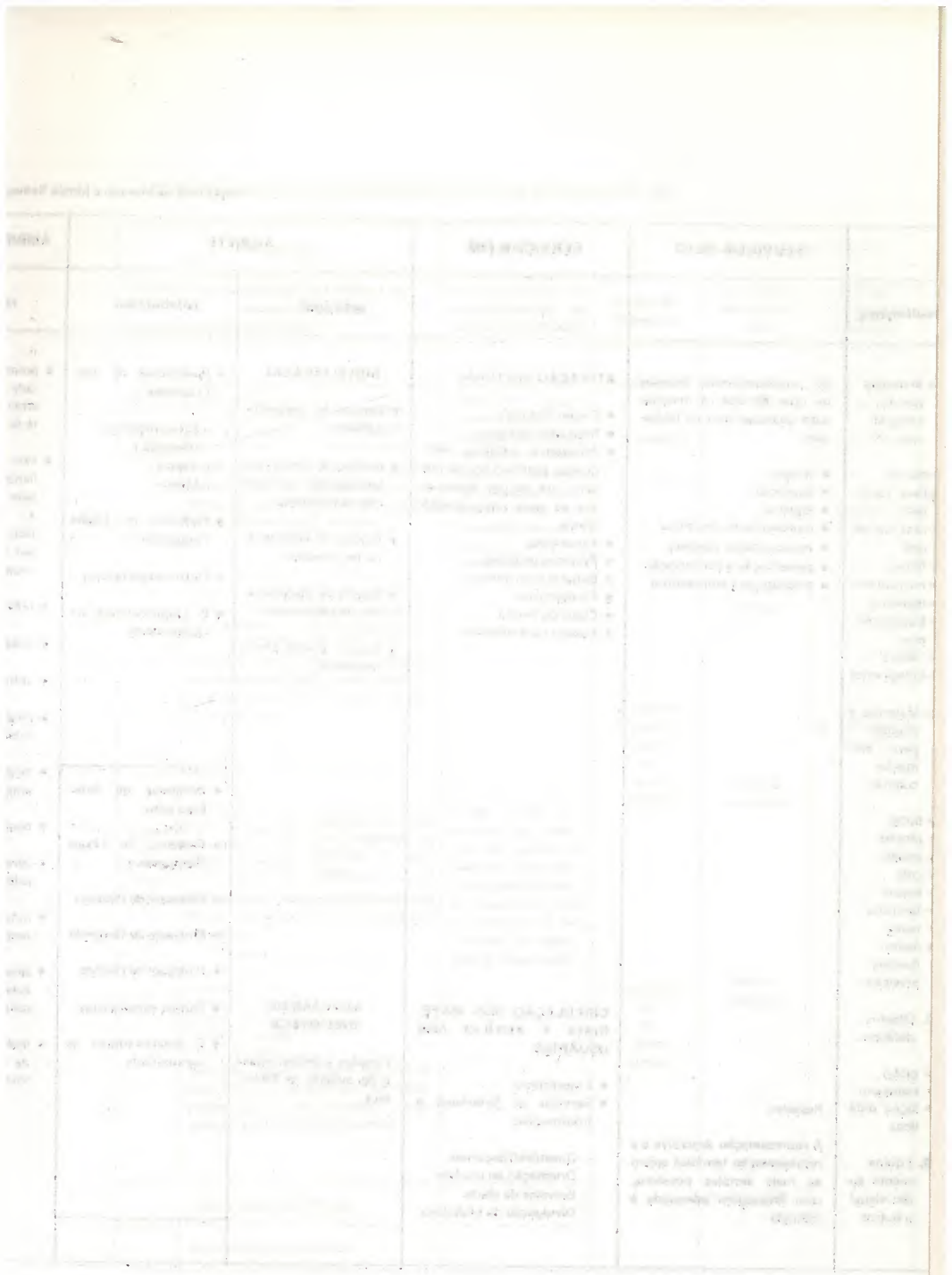
Digitalizado gentilmente por:

SUBSÍDIOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR

Neusa Dias de Macedo e Idméa Semeghini Próspero Siqueira

RECEPTOR		OBJETIVOS	OBJETOS/MATERIAIS				SERVIÇOS-MEIO	SERVIÇOS-FIM	AGENTE		AMBIENTAÇÃO FÍSICA
Usuário-aluno (escolarização/fases do desenvolvimento) Usuário-professor/outros		**em função do desenvolvimento do usuário-educando**	**livros de literatura**	**materiais convencionais**	**materiais escolares especiais**	**multimeios**			**principal**	**colaborador**	**recomendações**
Usuário-aluno da Pré-escola	Pré-escola (± 4 a 6 anos) — Fase anterior à alfabetização Segundo Piaget, estágio da inteligência intuitiva, dos sentimentos interindividuais espontâneos e das relações sociais de submissão ao adulto.	A **BE** voltada, principalmente, ao desenvolvimento de **habilidades artísticas**, estimula a percepção, a criatividade, **incentiva a leitura** de textos com imagens/palavras, proporcionando o **prazer de ler.**	predominância de imagens	recortes ilustrações mapas	**A.** Recursos didáticos • exercícios • testes • estudos dirigidos	**A.** Materiais não-bibliográficos • discos • fitas cassetes • fitas de vídeo • filmes • microfilmes • diafilmes • transparências • "slides" • hologramas	Os processamentos técnicos de uma **BE** são os mesmos para qualquer tipo de biblioteca: • seleção • aquisição • registro • representação descritiva • representação temática • preservação e conservação • preparo para empréstimo	**ATIVAÇÃO CULTURAL** • Contar histórias • Brincadeiras/jogos • Atividades artísticas integradas, partindo ora de um livro, ora de um desenho, ora de uma improvisação teatral • Exposições • Projeção de filmes • Debates com autores • Conferências • Clube de leitura • Espaço para reflexão	**BIBLIOTECÁRIO** • função de animador cultural • função de orientador bibliográfico e para uso da biblioteca • função de bibliotecário de referência • função de disseminador de informação • função técnico-administrativa	• *Professores de Arte-Educação:* – Artes-plásticas (Desenho) – Teatro – Música • *Professor de Língua Portuguesa* • Outros especialistas • E colaboradores da comunidade	• projetada, equipada, decorada adequadamente para atrair o usuário a freqüentá-la • livre acesso às estantes de livros de literatura infantil para facilitar o manuseio e a seleção espontânea (sempre que possível, expor as capas para atrair as crianças) • próxima às salas de aula • andar térreo • entrada independente • longe de lugar de muito ruído
	1ª a 3ª série (± 7 a 9 anos) — Alfabetização e sistematização da alfabetização Segundo Piaget, início das operações intelectuais concretas, começo da lógica e dos sentimentos morais e sociais de cooperação.		equilíbrio entre imagem e texto escrito	revistas jornais	**B.** Trabalho de alunos	**B.** Materiais e objetos para animação cultural • tintas • pincéis • papéis • cola • sucata • fantoche • realia • instrumentos musicais					
Usuário-aluno do 1º grau	4ª a 6ª série (± 10 a 12 anos) — Domínio do ato de escrever e fluência no ato de ler Há passagem das operações concretas às operações formais ou hipotético-dedutivas.	A **BE** voltada, sobretudo, às atividades de **apoio** ao **estudo e à pesquisa**, instrumentalizando o aluno para usar os recursos da biblioteca na **obtenção da informação.**		obras de referência		**C.** Objetos didáticos • globo • esqueleto • jogos didáticos				• Professor de Arte-Educação • *Professor de Língua Portuguesa* • *Professor de Ciências* • *Professor de Geografia* • *Professor de História* • Outros especialistas • E colaboradores da comunidade	• local que permita futuras ampliações • bem iluminada • vários ambientes: ativação cultural, estudo e pesquisa • móveis adequados às diferenças faixas etárias • sinalizar para facilitar a circulação do usuário e a localização da informação • instruções sobre o manejo de catálogos e outros instrumentos da biblioteca
	7ª a 8ª série (± 13 a 15 anos) Segundo Piaget, estágio das operações formais, da formação da personalidade e da inserção afetiva e intelectual na sociedade dos adultos.		predominância de texto escrito	obras didáticas		**D.** Equipamento áudio-visual e outros	Ressalva A representação descritiva e a representação temática sejam as mais simples possíveis, com linguagem adequada à clientela	**CIRCULAÇÃO DOS MATERIAIS E AUXÍLIO AOS USUÁRIOS** • Empréstimo • Serviços de Referência e Informações: – Questões/Respostas – Orientação ao usuário – Serviços de alerta – Divulgação da biblioteca	**AUXILIAR DE BIBLIOTECA** Funções administrativas e de auxiliar de biblioteca		
	Usuário-aluno do 2º grau			bibliografias							
	Usuário-professor/outros										

Digitalizado gentilmente por:



Digitalizado gentilmente por:

SUBSÍDIOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA

Neusa Dias de Macedo*
Laila Gebara Spinelli**

RESUMO: Quadro sinóptico que descreve a biblioteca pública dentro do seguinte parâmetro: receptor, objetivos, objetos/materiais, serviços-meio, serviços-fim, agentes, ambientação física/espaço para produção e tecnologia, tendo como intuito servir de subsídio didático para professores e alunos de biblioteconomia.
PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca Pública. Caracterização.

No 1º semestre de 1986, o Departamento de Biblioteconomia e Documentação da USP, passou pela primeira experiência de estágio supervisionado na área de biblioteca pública e escolar. Em adendo, insere-se o Relatório dessa experiência, cujos responsáveis foram os Professores Edmir Perroti, Maria Christina Barbosa de Almeida, Neusa Dias de Macedo e Waldomiro C.S. Vergueiro.

As aulas teóricas sobre bibliotecas públicas e escolares foram programadas em conjunto com os responsáveis pelas disciplinas do 7º semestre (Administração, Serviço de Referência, Bibliotecas Públicas e Escolares com Estágio Supervisionado) e subsidiadas por conferências de especialistas em vários temas, incluindo bibliotecários qualificados nas áreas em questão.

Em uma das aulas onde iria se discutir o "Serviço de Referência em Bibliotecas Públicas", fruto de estudo conjunto entre a Professora responsável pela disciplina – Neusa Dias de Macedo – e a bibliotecária do

* Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP.

** Bibliotecária da biblioteca do bairro de Pinheiros, do Depto. de Bibliotecas Públicas do Município de São Paulo.

Digitalizado gentilmente por:

Departamento de Bibliotecas Públicas do Município de São Paulo – Laila Gebara Spinelli – foi apresentado um quadro sinóptico para caracterizar a Biblioteca Pública. Como houve um real aproveitamento por parte dos alunos, achamos por bem divulgar o quadro em questão para servir de subsídios a professores e alunos que estejam trabalhando com essa temática.

O modelo apresentado foi calcado nas experiências da biblioteca pública municipal paulistana, cujo lastro de instalação de bibliotecas públicas na capital vem de 1952. O trabalho de Regina M. Lamas Sponholz "Atribuições de Bibliotecários em Bibliotecas Públicas" (São Paulo, Pioneira; Brasília, INL, 1984) também nos foi útil.

Outras realidades estaduais e, principalmente, as pequenas bibliotecas de cidades interioranas brasileiras deverão observar e sentir esse quadro sinóptico com as devidas reservas e tê-lo apenas como ponto referencial. Até extrapolá-lo, incluindo itens que tenham a ver com necessidades específicas de suas comunidades. Entretanto, os parâmetros apresentados serão sempre os mesmos: receptor, objetivos, objetos/materiais, serviço-meio, serviço-fim, agentes e ambientação física. O importante é criar e dinamizar esse importante sistema de informação.

"JORNADA DIDÁTICA UNIVERSIDADE/BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES" CBD/ECA/USP – JUNHO 1986

No dia 20 de junho de 1986 realizou-se, no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, a "Jornada Didática Universidade/Bibliotecas Públicas e Escolares".

O evento foi a última etapa da programação de estágio supervisionado em bibliotecas públicas e escolares dos alunos do 7º semestre do Curso de Biblioteconomia e Documentação daquela Escola e teve por objetivo a discussão dos resultados da aproximação "Universidade/Bibliotecas Públicas e Escolares".

Anteriormente houve treinamento teórico e aplicado aos alunos, com a colaboração de especialistas convidados para esse fim.

Dadas as peculiaridades de cada tipo de biblioteca, os trabalhos da Jornada foram organizados em três grupos: bibliotecas públicas, bibliotecas infanto-juvenis e bibliotecas escolares.

O grupo de bibliotecas públicas (alunos, professores, bibliotecários

Digitalizado gentilmente por:

e outros especialistas) levantou questões referentes a estrutura, pessoal, ambientação física, usuários, Serviço de Referência e funções da biblioteca pública. Destacou o problema da centralização das decisões e da pouca participação dos bibliotecários na administração das bibliotecas. Discutiu-se a necessidade de descentralização não apenas da execução, mas de verbas e decisões e levantaram-se propostas alternativas de participação tanto do bibliotecário quanto do usuário na gerência das bibliotecas públicas. Grande ênfase foi dada à necessidade de aumento e atualização dos quadros de pessoal das bibliotecas públicas, tanto a nível quantitativo como também qualitativo. Neste sentido, foi discutida a necessidade de se estabelecer uma política de bibliotecas públicas que deixe claro o papel da biblioteca em nossa sociedade e que permita definir o profissional de que necessita. A participação da Universidade neste processo não se limita à formação do bibliotecário a nível de graduação, mas envolve também a educação continuada do pessoal que atua em bibliotecas através de cursos de especialização e extensão e do estreitamento do contato Bibliotecas Públicas/Universidade, através do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

As mesmas questões apontadas pelo grupo de bibliotecas públicas foram analisadas pelo grupo de bibliotecas infanto-juvenis. Enfatizou-se a especificidade do público, a criança, cuja demanda provoca uma resposta imediata do bibliotecário e exige maior dinamismo nos serviços que lhe são prestados. Para atender a essa demanda há necessidade de capacitação do pessoal dessas bibliotecas, o que pode ocorrer através de adequação do currículo e de cursos de aperfeiçoamento que a Universidade deverá proporcionar.

O grupo de bibliotecas escolares apontou a necessidade da biblioteca escolar assumir efetivamente seu papel no processo ensino/aprendizagem, normalmente repassado às bibliotecas públicas que, por sua vez, não estão aparelhadas para isto. Destacaram-se conseqüências de escassez e/ou inadequação das bibliotecas nas escolas, principalmente na rede pública. Constatou-se que nem o bibliotecário, nem o professor estão preparados para a biblioteca escolar em sua concepção atual de centro ativo da aprendizagem. Daí a necessidade de desenvolvimento de trabalho conjunto e permanente pelo professor/bibliotecário no sentido de preparar o aluno para a independência na busca de informações.

Dada a importância das questões levantadas durante a Jornada,

Digitalizado gentilmente por:

seus participantes decidiram arrolar recomendações aos responsáveis pela manutenção dessas bibliotecas (Secretários da Cultura e de Educação, Diretores de instituições de ensino e de cultura, e outras autoridades) no sentido de tentar implantar as propostas apresentadas.

RECOMENDAÇÕES

1 *Bibliotecas Públicas*

1.1 que seja garantida a continuidade da relação biblioteca pública/Universidade de São Paulo, através do Depto. de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP;

1.2 que sejam oferecidos pelo CBD/USP cursos de especialização e extensão para bibliotecários que estejam atuando junto a bibliotecas públicas;

1.3 que a administração pública estimule e viabilize aos funcionários a participação nesses cursos;

1.4 que o Departamento de Biblioteconomia e Documentação possa contar com a colaboração de elementos especializados da Biblioteca Pública nas salas de aula.

2 *Bibliotecas infanto-juvenis*

que seja firmado um convênio do Deptº de Bibliotecas Infanto-Juvenis com a USP, através do Departamento de Biblioteconomia e Documentação, no sentido de serem viabilizadas as seguintes propostas:

a) treinamento de funcionários das bibliotecas;
b) cursos de especialização para bibliotecários e pessoal de nível universitário;
c) participação de docentes da USP na Comissão de Seleção de Obras para material de acervo;
d) participação em grupos de trabalho a nível de assessoria a projetos e pesquisas do Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis;
e) realização de eventos conjuntos e promoção de outras atividades;
f) formalização do estágio de alunos;
g) colaboração dos bibliotecários nas atividades de docência e de extensão do CBD/USP.

Digitalizado gentilmente por:

3 *Bibliotecas escolares*

3.1 que os bibliotecários estejam integrados no processo ensino/aprendizagem das instituições onde atuam;

3.2 que as bibliotecas escolares assumam seu papel de centro de multimeios;

3.3 que os bibliotecários e professores desenvolvam projetos conjuntos visando à instrumentalização do aluno para a pesquisa e para a leitura;

3.4 que tanto o Bibliotecário como o Professor tenham oportunidade de complementar sua formação, respectivamente nas áreas pedagógicas e de orientação bibliográfica;

3.5 que a biblioteca assuma seu papel de agente cultural dentro da escola;

3.6 que seja viabilizado o estágio supervisionado em bibliotecas escolares de instituição particulares e públicas;

3.7 que sejam oferecidos cursos de especialização e extensão para pessoal que esteja atuando em bibliotecas escolares;

3.8 que seja estreitado o contato Escola/Universidade de São Paulo através do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA, visando a implantação e aprimoramento das bibliotecas escolares.

São Paulo, 1º de julho de 1986

Comissão do Estágio Supervisionado em Bibliotecas Públicas e Escolares do 7º semestre do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP

Edmir Perroti
Maria Christina Barbosa de Almeida
Neusa Dias de Macedo
Waldomiro C.S. Vergueiro

Digitalizado gentilmente por:

ABSTRACT: A synoptical description of the Public Library according to the following parameter: receiver, objectives, objects/library materials, technical services, public services, physical facilities/user production & technology.
KEY-WORDS: Public Library. Caracterization.

Digitalizado gentilmente por:

RECEPTOR	OBJETIVOS	OBJETOS/MATERIAIS		SERVIÇOS-MEIO	SERVIÇOS-FIM	AGENTE		AMBIENTAÇÃO FÍSICA/ESPAÇO
		materiais convencionais	materiais não-convencionais			PRINCIPAL	OUTROS	
COMUNIDADE EM GERAL – **Predominância** • estudantes { 1º grau; 2º grau; universitário } • profissionais { liberais; comerciários; industriários; outros } • grupos { prendas domésticas; idosos; populares; deficientes; imigrantes; outros }	Determinados por interesses na: • educação formal e contínua • informação no "lato sensu" • informação utilitária por telefone • cultura • lazer A Biblioteca Pública é para **todos**, assim como **todos** são pare e Biblioteca Pública.	COLEÇÃO DE: – obras de referência – coleção gerel – revistas/jorneis – mapes – recortes	• microfilmes • discos • fitas k-7 • diapositivos • filmes	**No órgão central** (quendo sistema de bibliotecas) • seleção, aquisição • registro geral • representação descritiva • representação temática • produção de textos (cegos) **Nas ramais/sucursais** • registro ramal/sucursal • ecréscimos necessários • indexação • preparo pare o empréstimo • preserveção e conservação	**Circulação dos Materiais e Auxílio aos Usuários** • Empréstimo • Serviços de Referência e informação: – serviço de referência propriamente dito – orientação formal ao usuário – serviços de alerta e disseminação da informação – divulgação da biblioteca **Preservação da Memória do Estado** Serviços de Ativação Cultural • **atividades recreativas**, visando incrementar o uso dos livros e a incentivar a leitura; hora do conto; feiras culturais; festas comunitárias; dia de troca; exposições, cursos e concursos literários. • **atividades culturais:** visando á formação estética e cultural dos usuários: exposição de artes e artesanato; cursos, palestras e conferências; concursos e competições; excursões e passeios; reuniões e ensaios; musicais; peças teetrais; projeções; balé e outras. Serviços de Extensão • carro-biblioteca • caixa-estante • assistência a bibliotecas não vinculadas à instituição • outros	**Bibliotecário** • diretor • chefe • bibliotecário **Funcionários** • auxiliar de biblioteca • servente • porteiro • encadernador • outros	Outros especialistas Colaboradores de comunidade: • prendas domésticas • profissionais liberais • professores • outros	• direcionada para o mercado alvo (crianças e edultos). • local central, de fácil ecesso para a comunidade • andar térreo, longe de ruídos bem iluminada e sinalizeda • locel que permite ampliações futuras e variação de ambientes (ativação culturel, estudo e pesquisa, grupos de trabelho, projeções etc.) • esteticamente agradável, móveis edequedos pere crianças e edultos • livre ecesso às estantes • instruções sobre o manejo de catálogos e outros instrumentos de biblioteca
RECEPTOR – PROPÓSITOS **Usuários reais** – Fins escolares, acadêmicos e profissioneis – Atuelização – Informeção – Horas de lazer – Outros **Usuários potenciais** – **Não-leitores** { visitantes; participantes de eventos; expectadores; soficitedores de informeção por telefone; outros } – **Freqüentadores apenas interessados em:** { jogos educetivos; uso de máquine de escrever; estudo em grupo; instrumentos musicels; espaço para criação e exposição; outros }			• meteriais e objetos para animeção cultural • materiais e equipamentos áudio-visuais • videotexto • outros					**ESPAÇO PARA PRODUÇÃO E TECNOLOGIA** Grupos comunitários: produzindo documentos utilitários, folhetos, boletins, revistas etc. Grupos específicos: • **Artistas:** poetas, compositores, pintores, escultores etc., criando e expondo sues produções • **Profissonais:** exposições de trabelhos manuais, culinária, plentas e flores (após cursos realizedos na Biblioteca) • **Outros**

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

ENTIDADES INTERNACIONAIS DE APOIO À BIBLIOTECONOMIA COM ÊNFASE NOS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO*

Ana Fanfa**
Eugenia Maranhão Bettiol***

RESUMO: Focaliza organizações internacionais que apoiam a Biblioteconomia nos países em vias de desenvolvimento, especialmente a Federação Internacional de Documentação (FID), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (FIAB). Descreve aspectos históricos e objetivos, assim como informa sobre programas, visando despertar interesse e usufruto pelas instituições biblioteconômicas brasileiras.
PALAVRAS CHAVE: Biblioteconomia. Associações profissionais de bibliotecários. Organizações internacionais. Países em desenvolvimento. FID. UNESCO. IFLA.

1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se dentro de uma preocupação típica de "Biblioteconomia e Documentação", guardando apenas alguma relação com a "biblioteconomia comparada", onde gostaríamos de explicitar que não podemos classificá-lo como um estudo comparado mas, sim, como uma apresentação sucinta das instituições aqui abordadas. Nesse aspecto, pretendemos mapear e dar notícia de programas com potencial de interesse e uso pelas instituições biblioteconômicas brasileiras, sendo apenas um levantamento descritivo.

---

* Trabalho apresentado como parte dos requisitos da disciplina Biblioteconomia Comparada, do Curso de Mestrado em Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Brasília, 2º semestre de 1986.

** Fundação Getúlio Vargas – Biblioteca Central – Rio de Janeiro.

*** EMBRAPA-CENARGEN – Setor de Informação e Documentação – Brasília, DF.

Digitalizado gentilmente por:

HARWARD-WILLIAMS (1972) define a biblioteconomia internacional com as seguintes palavras: "se define la bibliotecologia internacional como una actividad de cooperación bibliotecaria, llevanda a cabo en beneficio de los bibliotecarios de todo el mundo" ... Para PARKER "biblioteconomia internacional consiste em atividades levadas a cabo entre / ou por instituições, organizações governamentais, ou não, ou por grupos de indivíduos de duas ou mais nações, para promover, estabelecer, desenvolver, manter e avaliar serviços bibliotecários e documentários comuns, assim como a biblioteconomia é a profissão do bibliotecário em geral, em qualquer lugar do mundo" ... (MIRANDA, 1982).

O conceito de universalismo e internacionalismo entendido neste trabalho, é o que é expresso por KILGOUR (1980), quando ele define as duas concepções. Segundo a sua definição, o "universalismo pode ser entendido como uma área universal de conhecimentos, interesse ou atividades, enquanto que o internacional deve ser considerado como o princípio de cooperação entre as nações, visando a promoção de objetivos comuns".

Tendo como objetivo dissertar sobre o tema "Entidades internacionais de apoio a biblioteconomia com ênfase nos países em vias de desenvolvimento, especificamente a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura), FID (Federação Internacional de Documentação), IFLA (International Federation of Library Association) ou FIAB (Federação Internacional de Associações de Bibliotecários), procuraremos enfatizar os seguintes aspectos dessas instituições: objetivos, atividades biblioteconômicas e a atuação em países em vias de desenvolvimento.

Consideramos a UNESCO, FID e a IFLA como exemplos de instituições que operam largamente no âmbito internacional, concentrando seus esforços na promoção das bibliotecas e de sua utilização, assim como do profissional, sem levar em consideração para essa atuação, a escolha de um determinado país.

2 – FID-FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO

A Federação Internacional de Documentação, criada, em 1895, e com sede em Bruxelas, tem como objetivo básico a promoção da pesquisa e o desenvolvimento da documentação através da cooperação internacional,

Digitalizado gentilmente por:

o que inclui, principalmente, a organização, classificação, pesquisa, difusão e avaliação da informação registrada, qualquer que seja o seu suporte, no domínio das ciências, da tecnologia, das ciências sociais, das artes e das ciências humanas.

A evolução da FID pode ser dividida em três grandes períodos: "1º período: de OTLET – LE FONTAINE, 1895 a 1928. Segundo período: de 1928 a 1959, que concentrou-se na expansão e aprimoramento das edições da CDU (Classificação Decimal Universal) em línguas diversas, incluindo as orientais, e ainda pela diferenciação entre a Biblioteconomia e Documentação. Terceiro período: da informação e automação que iniciou-se em 1959, com o programa a longo prazo aprovado pela 25ª Conferência Geral, realizada em Varsóvia". (VICENTINI, 1971)

A FID, em 1985, completou 90 anos de existência e publicou um número dedicado ao seu aniversário, no seu *International Forum on Information and Documentation*, v. 11 (3) 1986 e a sua distribuição verificou-se durante a 43ª Conferência Geral, realizada em setembro desse ano em Montreal, Canadá. Esse número especial forneceu um panorama geral do desenvolvimento alcançado pela FID em seus 90 anos de existência. Apresenta o programa atual e os seus planos futuros, desenvolvidos basicamente pelo seu corpo técnico.

Reafirmando os objetivos da FID ao completar 90 anos de existência, os transcrevemos abaixo:

- Agrupar no plano internacional, pessoas físicas e/ou jurídicas que se interessem pelos problemas da documentação, coordenando seus esforços e servindo como meio de intercâmbio internacional de opiniões e experiências;
- Promover o estudo, a organização e a utilização da documentação em todas as suas formas, contribuindo para a criação de uma rede internacional de sistemas de informação;
- Determinar as tendências principais da pesquisa nos domínios da documentação, promovendo e coordenando esta pesquisa a nível internacional;
- Colaborar na definição de critérios e de técnicas para a avaliação da rentabilidade, da gestão e da valorização da documentação;
- Promover a formação de documentalistas, cientistas e especialistas da informação nos países em vias de desenvolvimento;
- Estudar o desempenho e as necessidades dos pesquisadores,

Digitalizado gentilmente por:

promovendo a formação dos tipos de usuários, visando uma melhor utilização da documentação e dos serviços de informação;
- Melhorar os métodos da Classificação Decimal Universal (CDU) promovendo o desenvolvimento de outras linguagens documentárias;
- Definir a terminologia referente à classificação e à indexação, incluindo a indexação automática e o desenvolvimento de linguagens documentárias e de tesauros;
- Melhorar o sistema atual de publicações científicas através da utilização mais ampla das técnicas reprográficas e automatizadas e pelo depósito de publicações especializadas;
- Estimular o estabelecimento de centros de análise da informação especialmente em áreas cujo processamento possa desenvolver-se mais rapidamente;
- Elaborar os princípios de coleta, reunião, tratamento e transmissão de dados;
- Organizar o intercâmbio de informações relativas aos trabalhos dos membros e filiados, estabelecendo princípios reguladores para a atiividade destes em matéria de documentação;
- Pesquisar os melhores meios de cooperação com outras organizações internacionais que se ocupam da informação e da documentação;
- Convocar reuniões internacionais que tratam de problemas relativos aos assuntos citados.

Para a divulgação e comunicação de informações entre os seus membros nacionais, internacionais, associativos, além de seus afiliados institucionais e individuais, a FID edita uma série de publicações na área de biblioteconomia e documentação, quais sejam: *FID News Bulletin, International Forum on Information and Documentation, Newsletter on Education and Training, Programmes for Specialized Information Personnel, R and D Projects in Documentation on Librarianship, FID Yearbook.*

Essas publicações são enviadas a seus membros gratuitamente, excluindo as extensões e correções da CDU, que são adquiridas por assinatura.

Comitês Técnicos e Comissões Regionais

Com a finalidade de desempenhar suas atividades em regiões específicas, a FID mantém Comissões Regionais, atribuindo aos Comitês Téc-

Digitalizado gentilmente por:

nicos, o desempenho de tarefas em áreas de atuação definidas.

Os Comitês Técnicos da FID são:

FID/CCC-UDC – Comitê Central de Classificação*
FID/CR – Pesquisa em Classificação*
FID/DT – Terminologia de Documentação e Informação
FID/ET – Educação e Treinamento*
FID/II – Informação para a Indústria*
FID/LD – Lingüística em Documentação
FID/PD – Informação e Documentação em Patentes
FID/RI – Pesquisa sobre as Bases Teóricas da Informação
FID/SD – Documentação em Ciências Sociais

* Comitês onde o Brasil foi representado

As Comissões Regionais da FID são duas: FID/CLA Comissão Latino-Americana e FID/CAO Comissão Regional para Ásia e Oceania.

A FID/CLA, a mais antiga das Comissões Regionais da FID, surgiu como uma proposta formulada pioneiramente pela Profa. Lydia de Queiroz Sambaqui.

Criada na 26ª Conferência Anual da FID, durante a Assembléia Geral, realizada no Rio de Janeiro, de 22 a 31 de julho de 1960, os seus objetivos são: coordenar e auxiliar o desenvolvimento das atividades de documentação dos países membros na América Latina; fomentar a iniciação e o desenvolvimento de atividades de documentação nos países da América Latina; promover a colaboração e a coordenação de trabalhos de documentação nestes países.

"A idéia de regionalização, provou ser correta e ofereceu oportunidade ideal para o debate. A FID/CLA tornou-se forum permanente para discutir problemas especificamente relacionados com nossa realidade e necessidades, tanto através de eventos formais (tais como Congressos Regionais, Encontros Especializados, Grupos de Trabalho e Cursos), como através dos informais (tais como visitas e correspondências entre seus membros)". (MIRANDA, 1982).

A FID/CLA possui Comissões Especializadas e estão assim compostas:

Digitalizado gentilmente por:

FID/CLA/CDU – Classificação Decimal Universal
FID/CLA/CCN – Catálogos Coletivos Nacionais
FID/CLA/ET – Educação e Treinamento
FID/CLA/II – Informação para a Indústria
FID/CLA/N – Normalização (extinta em 10 de outubro de 1972)
FID/CLA/LI – Linguagem de Indexação
FID/CLA/CB – Acesso ao Documento
FID/CLA/TD – Telemática
FID/CLA/SD – Documentação em Ciências Sociais

O Brasil é país membro da FID/CLA desde 1955 e os outros países membros estão assim constituídos: México (1960), Argentina (1961), Cuba e Uruguai (1964), Chile e Venezuela (1965) Bolívia (1967), Colômbia (1968), Nicarágua e Peru (1971), Equador (1973) e Costa Rica (1974).

Na Presidência da FID/CLA, o Brasil foi representado de 1961-62 pela profa. Lydia de Queiroz Sambaqui, de 1962-72 pela Profa. Célia Ribeiro Zaher e de 1981-84 pelo prof. Antônio Miranda. A Presidência da FID/CLA, atualmente, encontra-se na Argentina.

2 –UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

O objetivo da UNESCO é contribuir para a paz e a segurança, promovendo a colaboração entre as nações através da educação, ciência e cultura de modo a aumentar o respeito universal pela justiça, ordem, direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos. (ZAHER, 1979).

O interesse da UNESCO e do ICSU (International Council of Scientific Unions) por problemas de Controle Bibliográfico Universal, já vinha sendo registrado há vários anos. "A partir de 1963 nota-se que o interesse se amplia, no campo da documentação científica, verificando mesmo, que há urgência na cooperação de muitos grupos, tais como: associações científicas, associações profissonais de documentalistas, tradutores, bibliotecários, serviços de documentação governamentais e não governamentais, editores de periódicos primários e secundários, organizações dos sistemas das Nações Unidas etc... Esse interesse no campo da documentação científica visava discutir problemas sobre: a) publicações científicas; b) documentação automática e c) tradução científica e terminológica" (GOMES, 1975).

Digitalizado gentilmente por:

Unindo os esforços, a UNESCO e o ICSU a partir de 1966, passaram a trabalhar no Projeto que denominou-se UNISIST (Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica).

Fomentando a formulação de políticas e planos a níveis nacional, regional e mundial, foi estabelecido o UNISIST que começou a desenvolver suas atividades em 1973, embora os estudos sobre a sua viabilidade, tivessem início em 1971.

Visando uma política nacional de informação, a UNESCO desenvolveu um programa NATIS (Sistema Nacional de Informação), tendo como objetivo, integrar e coordenar todos os serviços envolvidos na provisão de informação para todos os setores da sociedade e para todas as categorias de usuários, pretendendo ser a contrapartida do UNISIST a nível Nacional.

Aprovada na 19ª Reunião Geral da UNESCO, realizada em novembro de 1976, Nairobi, a integração do UNISIST e do NATIS em um Programa Geral de Informação (PGI).

A UNESCO, dentro do marco do Programa UNISIST e dentro do contexto mais amplo do Programa Geral de Informação (PGI), dirige sua ação ao estabelecimento de condições necessárias para o acesso ilimitado da informação a nível universal, por parte dos países em vias de desenvolvimento. A UNESCO possui uma Coordenação Regional para a América Latina e o Caribe, que fica localizada em Caracas, cujo endereço é: Apartado 68394 Altamira, Caracas 1062-A– Venezuela.

Segundo o trabalho publicado na "Conferência Iberoamericana sobre Información y Documentación Científica y Tecnologica (1981), as áreas problemas de maior transcendência que foram identificadas nesse campo referem-se, entre outras, a: – o acesso a telecomunicações para a transferência de informação; – o custo e a estrutura de tarifas para a recuperação de informação; – as infra-estruturas básicas de informação, incluindo a problemática dos recursos humanos e – a normalização. Neste trabalho não poderemos oferecer um panorama exaustivo sobre as ações que a UNESCO vem empreendendo em resposta aos problemas acima mencionados, mas essas ações foram efetuadas, entre elas, destacando-se: o grupo de trabalho do UNISIST sobre tecnologia de interconecção de sistemas que se reuniu em Paris, 1976, e recomendou uma série de estratégias internacionais, visando a sua implementação e interação; a ação da UNESCO para promover o uso de bases de dados internacionais

Digitalizado gentilmente por:

em países em vias de desenvolvimento, onde a UNESCO em cooperação com o "Canada Institute for Scientific and Technical Information" (CISTI), desenvolveu três projetos sobre Disseminação Seletiva da Informação no período de 1974-76. Esses projetos concentravam-se na Argentina (Centro Argentino de Informação Científica y Tecnologica), Índia, (Indian National Scientific Documentation Centre), México (Consejo Naional de Ciencia y Tecnologia).

No que se refere a ação da UNESCO em apoio a infra-estrutura básica para provisão de documentos e disponibilidade universal dos mesmos, a UNESCO vem desenvolvendo uma cooperação, que se apresenta por meio de consultorias, viagens de estudos, provisão de equipamentos, seminários e outros. A criação do conceito do conhecido "bonus da UNESCO" para a aquisição de documentos, vem sendo utilizado amplamente em países em vias de desenvolvimento. A UNESCO e a IFLA nesse campo organizaram o Congresso Internacional sobre a Disponibilidade Universal de Publicações, em Paris, 1982.

Outras iniciativas efetivamente ocorreram, mas dada a extensividade das mesmas, não mencionaremos neste trabalho.

PROGRAMA REGIONAL DE COOPERAÇÃO ENTRE REDES E SISTEMAS NACIONAIS DE INFORMAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

De acordo com o documento, "Lineamientos de um programa regional para el fortalecimiento de la cooperación entre redes y sistemas nacionais de información para el desarollo en America Latina y el Caribe" (1986), preparado pela UNESCO/PGI e pela CEPAL (Comisión Econômica para America Latina y el Caribe), CLADES (Centro Latinoamericano de Documentación Econômica y Social), tomamos conhecimento das propostas do Programa Regional de Cooperação entre Redes e Sistemas Nacionais de Informação da América Latina e do Caribe.

O objetivo global do programa é o de fortalecer a autonomia e a capacidade individual e conjunta das instituições nacionais da América Latina e do Caribe, para criarem e operarem mecanismos de organização e acesso ao "recurso informação" e intensificar sua utilização na formulação, execução, avaliação e administração de seus respectivos planos, programas, políticas e ações de desenvolvimento econômico, social, científico, tecnológico e cultural.

O Programa Regional se dirige a toda instituição, qualquer que seja sua índole: jurídica, governamental, não governamental, inter-governa-

Digitalizado gentilmente por:

mental; sua missão: investigação, formação, planejamento, produção, fomento etc.; seu caráter: Nacional ou Regional e sua localização: em qualquer parte da América Latina e do Caribe, que leve a cabo o fomento em um contexto de uma rede ou sistema de informação, o desenvolvimento dos serviços de informação especializados e/ou o fortalecimento dos recursos necessários para o funcionamento dos mencionados serviços.

As cinco áreas temáticas identificadas como prioritárias, após uma consulta levada a cabo pela UNESCO/PGI e CEPAL/CLADES, foram: Gestão de Projetos de Informação em resposta às frágeis potencialidades nacionais para formulação de projetos de informação e a obtenção de financiamento, tanto externo como em suas próprias instituições: avaliação de tecnologias modernas para o uso da informação, levando-se em conta o incontrolável ritmo de intercâmbio tecnológico dos países desenvolvidos no processamento e na transmissão de informação – compatibilização, sistematização e interconecção de bases de dados automatizada não numéricas, em resposta à situação caótica de formatos incompatíveis...; promoção e utilização dos serviços de redes e sistemas de informação; treinamento de recursos humanos especializados em informação.

O programa proposto terá a duração de cinco anos e consistirá em uma estrutura de projetos especializados em áreas temáticas prioritárias, dando início a um esforço de cooperação regional.

MARCO JURÍDICO DO PROGRAMA

Este programa de cooperação é considerado como um mecanismo estabelecido mediantre um simples acordo institucional, para a consecução dos projetos e a decisão dos princípios gerais do programa de cooperação no campo da informação.

Na reunião regional que deverá ocorrer entre novembro de 1986 a abril de 1987, serão convocados os representantes de instituições nacionais, coordenadores de sistemas nacionais de informação e redes setoriais de informação, organismos regionais e internacionais, coordenadores de redes e sistemas, além de associações regionais não governamentais no campo da informação na América Latina e no Caribe, para que se discuta e aprove uma declaração de princípios do programa.

Digitalizado gentilmente por:

REPIDISCA – Rede Pan-Americana de Informação e Documentação em Engenharia Sanitária e Ciências Ambientais

Em novembro de 1979, após a XXVI reunião do Conselho diretivo da Organização Pan-Americana de Saúde (OPS), foi proposta a criação e o desenvolvimento da Rede-Pan Americana de Engenharia Sanitária e Ciências Ambientais-REPIDISCA, cabendo ao Centro Pan-Americano de Engenharia Sanitária e Ciências Ambientais (CEPIS) responsabilidade de estabelecer e coordenar esta Rede. CHAGAS (1986).

O REPIDISCA tem como objetivo promover o fluxo sistemático de produção, disseminação e uso da informação e documentação relacionadas com as atividades de abastecimento de água, saneamento e saúde ambiental.

"A rede é patrocinada pela OPS/OMS (Organização Mundial da Saúde), através da Divisão de proteção da Saúde Ambiental, do Centro Internacional de Investigação para o Desenvolvimento (CIID), no Canadá, do Centro Internacional para Abastecimento Público de Água (CIR), na Holanda, e o Programa Geral de Informação (PGI) da UNESCO, além da contribuição dos países membros da Rede", CHAGAS (1986).

A Rede Nacional Brasileira conta atualmente com 42 Centros Cooperantes, sendo que 29 estão sob a coordenação do Centro Coordenador Geral, e os 13 restantes são coordenados pelo Centro de Cooperação para São Paulo e Região Sul. A REPIDISCA possui, hoje, um total de 20.000 referências bibliográficas em suas bases de dados. O Brasil ocupa, atualmente o 2º lugar na atividade de análises de informação, entre os 15 (quinze) países participantes do REPIDISCA.

O Marco geográfico do REPIDISCA compreende países da América Central, Caribe, América Latina e o México.

Pretende expandir-se para os países de língua portuguesa na África e incluirá também Portugal e Espanha.

3 – IFLA-INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS OU FIAB-FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS

A IFLA, uma Organização não governamental, foi fundada em junho

Digitalizado gentilmente por:

de 1972, tem sede em Haya, Holanda. Os primeiros passos para a formação de uma Organização Internacional que representasse as várias Associações de Bibliotecários, teve lugar durante a "International Conference of Libraries and Book Lovers", realizada em **Prague, 1926.**

Os objetivos da IFLA são tanto promover o entendimento internacional, a cooperação, discussão, investigação e desenvolvimento em todas as áreas da atividade biblioteconômica, incluindo bibliografias, serviços de informação e treinamento de pessoal, como promover uma entidade através da qual a biblioteconomia possa ser representada em assuntos de interesse internacional.

Para cumprir esses objetivos, a IFLA assume as seguintes atribuições: levar a cabo, apoiar e coordenar pesquisas e estudos; selecionar, compilar, publicar e disseminar a informação relacionada com as bibliotecas, a bibliografia, a informação e as atividades de capacitação; organizar conferências e reuniões gerais e especializadas; colaborar com as organizações internacionais nas áreas de informação, documentação e arquivo; instalar escritórios para levar a cabo tarefas específicas; levar a cabo qualquer outro tipo de atividades que promovam as áreas da atividade biblioteconômica.

A IFLA desenvolve programas a médio prazo há quase duas décadas. Para o ano de 1963 a IFLA publicou o guia LIBRARIES IN THE WORLD, onde estavam indicadas as atividades profissionais da IFLA. Posteriormente publicou-se o primeiro programa a médio prazo para os anos de 1976 a 1981. No segundo programa a médio prazo para os anos de 1981 a 1985, publicado em 1982, estão incluídos os programas básicos da IFLA e indicam a continuação do programa "Disponibilidade Universal de Publicações (UAP), Controle Bibliográfico Universal (UBC) e inclui o Programa Marc Universal". Entre estes programas, ressaltaremos apenas o de Disponibilidade Universal de Publicações (UAP) e o Controle Bibliográfico Universal (UBC).

DISPONIBILIDADE UNIVERSAL DE PUBLICAÇÕES (UAP): Universal availability of publications

A finalidade desse programa consiste em colocar à disposição dos usuários a maior quantidade possível de publicações, no momento e no lugar que as necessitem. Este Programa não se guia por um ideal absolu-

Digitalizado gentilmente por:

to de que todas as publicações possam estar ao alcance de todos. Algumas obras esgotadas; o acesso a publicações antigas, raras ou frágeis, está sujeito a determinados requisitos; o acesso a outros está vedado por razões de segurança nacional. Admitir algumas limitações do Programa não o disvirtua, demonstra sim, que está enraizado em uma realidade prática.

Como um órgão profissional importante a nível internacional, com membros de todo o mundo, e uma estrutura orgânica que permite o exame de todos os aspectos dos serviços de informação e biblioteca, a IFLA dispõe de condições especiais para prestar uma contribuição efetiva visando a melhoria da disponibilidade de publicações. A fim de coordenar e realizar esse programa, em 1977, ele foi estabelecido na qualidade de um órgão profissional autônomo da IFLA.

A UNESCO vem dando pleno apoio ao programa, tendo havido uma cooperação permanente entre a UNESCO e a IFLA.

A publicidade sobre o programa tem-se efetuado através de folders, seminários, tendo sido publicado em 1982 um livro intitulado: LINE, M. & VICKERS, S. *Universal availability of publications* (1982) sobre o tema. A UNESCO e a IFLA promoveram em conjunto o CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE A DISPONIBILIDADE UNIVERSAL DE PUBLICAÇÕES, (1982).

CONTROLE BIBLIOGRÁFICO UNIVERSAL (UBC): Universal Bibliographic Control

Sob o título Controle Bibliográfico Universal, a IFLA estabeleceu as premissas básicas para esse programa. Em 1973, na Conferência da IFLA em Grenoble, foi ativado esse programa a longo prazo, que teve em 1974, por decisão do Comitê Executivo da IFLA, a criação de um Escritório Internacional, o qual começou a operar em julho de 1974.

Em setembro de 1974, durante a Conferência Internacional da UNESCO, foram estabelecidos os objetivos do UBC, assim como um programa de ação para sua implementação. ANDERSON (1977), ao descrever os objetivos do UBC, cita: "O controle bibliográfico universal será promovido pela UNESCO em cooperação com a IFLA, com o objetivo maior de criar um sistema para o controle e troca de informação".

CUNHA (1977) explicita o objetivo do programa que é o de "tornar

Digitalizado gentilmente por:

acessível a todos e com rapidez, em forma internacionalmente aceitável, os dados bibliográficos fundamentais relativos a todas as publicações de todos os países".

Dentro do programa UBC "foram instituídos normas bibliográficas internacionais para a descrição de monografias, publicações seriadas e materiais não bibliográficos, conhecidas como ISBDs (International Standard Bibliographic Description)". (LEMOS, 1978).

O terceiro programa a médio prazo da IFLA para o período 1986-1991, foi preparado por um grupo de trabalho da junta profissional da IFLA. O propósito desse programa é definir tanto para os países membros da IFLA como para organizações e instituições ligadas a ela, a trajetória que a Federação Internacional desejaria seguir até o começo da década de 90. Nesse novo programa a médio-prazo, pode-se notar a continuidade da política geral da IFLA, como também o intercâmbio dos pontos focais nos múltiplos programas e projetos, através dos quais a IFLA implementa o desenvolvimento da biblioteconomia e da ciência da informação.

Quanto ao seu conteúdo, refere-se em 1º lugar ao aumento do número dos programas básicos da IFLA, de três para seis programas. Os três programas básicos que estão em desenvolvimento, indicam a preservação e conservação, o fluxo internacional de dados e o progresso da biblioteconomia no terceiro mundo, como pontos principais a serem observados.

PROGRAMA PARA O TERCEIRO MUNDO

Dentro dos programas básicos da IFLA, encontra-se um dedicado especialmente aos países em vias de desenvolvimento: "Progresso de la Bibliotecologia en el Tercer Mundo", no qual trata de estabelecer uma linha de ação coerente, que cria melhores condições possíveis para o desenvolvimento dos serviços bibliotecários nos países em vias de desenvolvimento, visando uma cooperação horizontal entre estes mesmos países. Este programa concentra-se nas seguintes áreas e ações principais: a) estímulo centralizado em favor de uma ação descentralizada; b) fortalecimento da cooperação regional; c) capacitação.

CONCLUSÕES

Algumas conclusões e recomendações devem ser mencionadas neste

Digitalizado gentilmente por:

trabalho. A participação dos países em vias de desenvolvimento em programas internacionais, é vital, inclusive no sentido de fator de estímulo e promoção das atividades desenvolvidas nesses países, no campo da biblioteconomia e ciência da informação em geral.

À parte do aspecto anteriormente citado, encontra-se o apoio técnico e econômico por parte dessas instituições a programas onde os países em desenvolvimento participam, em áreas distintas, as quais vão desde a investigação dos problemas existentes, até o desenvolvimento de planos, programas e projetos visando as suas soluções.

Neste trabalho, não tivemos a pretensão de estudar a efetividade das ações dessas instituições em países em vias de desenvolvimento. Isto deverá ser objeto de um estudo mais aprofundado. Procuramos apenas divulgar essas Instituições e encerramos citando as palavras do prof. BRIQUET (1978) quando descreveu a participação do Terceiro Mundo em programas internacionais:

"A participação do Terceiro Mundo em programas internacionais no campo dos serviços de bibliotecas e informações é um direito inalienável e um compromisso sério. Os países dessa parte do mundo têm de enfrentar um desafio muito maior do que aquele que enfrentam os países desenvolvidos, pois freqüentemente têm de atacar em diversas frentes ao mesmo tempo. Até mesmo a possibilidade de nós não repetirmos os erros dos países industrializados que é apregoada tão amiúde, não constitui uma verdade absoluta. Os erros e equívocos cometidos pelos países desenvolvidos na construção de seus serviços de bibliotecas e informação não estão sujeitos a ocorrer num contexto social e histórico diferente e ainda assim manterem as mesmas características em termos de causas e efeitos. Por trás das afirmativas de que podemos evitar erros, está a idéia de que a solução que funcionou numa sociedade desenvolvida haverá de funcionar numa sociedade subdesenvolvida. Na realidade, temos de incorrer em erros.

Normalmente, esta é a melhor forma de aprender e desenvolver as aptidões que levam à criação de novas maneiras de fazer as coisas e à aquisição de independência de pensamento e ação".

ABSTRACT: Survey of international organizations that support Librarianship in developing countries, particulary the International Federation of Documentation (FID), the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) and the International Federation of Library Associations (IFLA). Some historical aspects of these Institutions as well as their objectives are described.

Digitalizado gentilmente por:

Basic information on programs of potencial interest and use for Brazilian library institutions is also found.
KEY-WORDS: Library associations. Internaional organizations. Developing countries. FID, UNESCO, IFLA.

BIBLIOGRAFIA

ACTIVIDADES de información de la UNESCO perspectives para 1977-78. *Bol. Unesco para las Bibliotecas, 31* (4):205-19, 1977.

ACTIVIDADES de la UNESCO en America Latina. In: CONFERENCIA IBERO-AMERICANA SOBRE INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN CIENTIFICA Y TECNOLÓGICA, Buenos Aires, 1981. *Anais*, S.1, s. ed. 11 folhas.

ANDERSON, D. Controle bibliográfico universal. *Rev. de Bibliotecon. de Brasília, 5*(1):295-302, 1977.

———. *Universal bibliographic control.* Munchen, Verlag Documentation, 1974. 87p.

ARUJONOV, N. B. Requisitos que han de satisfacer los sistemas nacionais de información cientifica y técnica. *Bol. UNESCO para las Bibliotecas, 32*(5):266-9, 1973.

CARNEIRO, M. L. A. UNESCO e a informação. *Ciencia da informação, 6*(1):9-12, 1977.

CARNEIRO, P. A UNESCO e a informação. *Ciência da informação, 6*(1):3-8, 1977.

CHAGAS, M.M. DE C. & DUMONT, S.C. REPIDISCA; Rede Pan-Americana de Informação e Documentação em Engenharia Sanitária e Ciências Ambientais. In: ENCONTRO NACIONAL DE BIBLIOTECONOMIA E INFORMÁTICA, 2., Brasília, 1986. *Anais*. Brasília, ABDF, 1986. p. 275-99.

CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE LA DISPONIBILIDAD UNIVERSAL DE PUBLICACIONES, Paris, 1982. *Documento principal de trabajo (PGI 82/DUP/2); Informe final (PGI/82/DUP/6).* Paris. UNESCO, PGI, 1982.

CUNHA, M. L. M. da. Controle bibliográfico universal: novo desafio às bibliotecas universitárias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 8., Brasília, 1975. *Anais*... Brasília, 1977. v.2, 863-73. *Rev. Bibliotecon. Brasília*, 5(2):863-73, jul./dez. 1977.

———. Planejamento e normalização, suportes indispensáveis ao Controle Bibliográfico Universal. *Rev. Bibliotecon. Brasília, 5*(1):303-16, 1977.

GIETZ, R. A. FID Latin American Comission and Activities. *FID International Forum on Information and Documentation. 8*(4):32-34, 1983.

GOMES, H. E. *O pensamento de Paul Otlet e os princípios do UNISIST*. Niterói, 1975. 67p. Tese (Livre Docência) – UFF/Depto de Documentação.

HARRISON, K. C. IFLA and international Librarianship. *IFLA Journal, 2*:133-36, 1976.

HARVEY, J. F. Comparative international library science. *Rev. Bibliotecon. Brasília, 6*(1):89-91, 1978.

———. Toward a definition and comparative library science. In: FOSKETT, D. J. *ed. Reader in comparative librarianship*. Englewood, Colorado, Information Handling Services, 1976, p. 36-39.

HARVARD-WILLIAMS, P. A cooperación internacional entre bibliotecas. *Bol. UNESCO para las Bibliotecas, 26*(2):64-75, 1972.

IFLA ANNUAL REPORT, 1984.

IFLA NOTÍCIAS (7), julho 1985.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS. The Haque, Holanda. *Estatutos normas e procedimento*. Bogotá, 1980, 47p.

KILGOUR, F.C. OCLC; aspects of an international network. In: ONLINE INFORMATION, 4th INTERNATIONAL MEETING, London, 9-11, December, 1980. Oxford, England, Learned Information Ltda., 1980. p. 153-6.

LEMOS, A.A.B. Programas internacionais seu impacto e sua implantação em países em desenvolvimento. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG, 7*(2):201-7, 1978.

Digitalizado gentilmente por:

LINE, M. & VICKERS, S. *Universal availability of Publications (UAP); a programme to improve the national and international provision and supply of publications*. Munich, K.G. Saur, 1983. (IFLA. Publications, 25).

MIRANDA, A. Objetivos e realizações da FID/CLA. *Rev. Latinoamericana de Documentación*, *2*(2):2-3, 1982.

———. Biblioteconomia comparada: uma revisão crítica In: MACHADO, U.D., ed. *Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Brasília, ABDF, 1982. v. 1. p. 93-117.

OLIVEIRA, R.M.S. de *A Federação Internacional de Documentação (FID) e suas Comissões técnicas*. Rio de Janeiro, IBICT, 1980. 49p. anexos.

ROVELSTAD, M. V. Una nueva biblioteconomia internacional; un reto de la profission. *Bol. Unesco para las Bibliotecas*, *32*(3):144-53, 1978.

SARACEVIC, T. & WOOD, J. *Consolidation of Information*. Paris, Unesco, 1981.

UNESCO. *National Information systems: design and planning of National Information Systems (NATIS), a paper for governmental planners*. Paris, 1976. 58p. (COM-76/NATIS/7).

UNESCO. Programa Geral de Informacão (PGI). *Lineamientos de un programa regional para el fortalecimiento de la cooperación entre rede y sistemas nacionales de información para el desarrollo en America Latina y Caribe*. Santiago do Chile, 1986. 79p.

VICENTINI, A. L. C. De la biblioteconomia a la informática; evolución del concepto de documentación. Separata do *Boletin de la ANABA*; Madrid, v. *21*(3-4) jul./dec., 1971.

VICKERS, S. El programa de IFLA-relativo a la disponibilidad universal de publicaciones (DUP). In: REUNION DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS Y NACIONALES LATINOAMERICANAS, Santiago de Chile, 1984. *Actas e informe final*. Santiago do Chile, Pontifícia Universidad Catolica do Chile, 1984. p, 126-36.

ZAHER, C. R. Programas internacionais de apoio à biblioteca univesitária como elemento de desenvolvimento cultural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1., Niterói. 1978. *Anais*, Niterói, Núcleo de Documentação, 1979. p. 34-39.

Digitalizado gentilmente por:

Em março de 1987, a Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação consultou todas as associações brasileiras para que identificassem, nos respectivos Estados, quais as entidades e/ou particulares que estariam atuando e/ou realizando trabalhos em "ação cultural" ou "animação cultural" a fim de que a RBBD encaminhasse um formulário-guia para ser respondido em forma de depoimento.

Recebemos apenas algumas contribuições que estão constituindo esta Seção.

1 DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A idéia de programação cultural nasceu neste Departamento, no período de 1926 a 1931, com um grupo de intelectuais, entre eles Mário de Andrade, Rubens Borba de Moraes, Sérgio Milliet, Antônio de Alcântara Machado, Tácito de Almeida que se reuniam todas as noites no apartamento de Paulo Duarte.

Dessas reuniões nasceu a idéia e o projeto de se estruturar a atividade cultural da cidade de São Paulo via criação de um Departamento de Cultura. Com o aval de Fábio Prado, então prefeito de São Paulo, e de Armando Salles de Oliveira, governador do Estado, foi possível que a notícia desse Departamento de Cultura fosse viabilizada pelo Ato n. 1.146, de 1936, e entregue sua direção a Mário de Andrade.

A divisão de Bibliotecas passou a ser dirigida por Rubens Borba de Moraes. Inúmeros projetos foram levados a efeito até o advento do Estado Novo quando houve uma reformulação na política da administração do Município.

Digitalizado gentilmente por:

Em 1942, inaugura-se o prédio da Biblioteca Municipal Mário de Andrade já sem a presença de Rubens Borba de Moraes. Assume o comando da Biblioteca e das programações culturais, Sérgio Milliet. A Biblioteca Mário de Andrade torna-se centro dos principais acontecimentos políticos e culturais da cidade. É lá que acontece a primeira reunião da SBPC, da UBE e os encontros dos intelectuais que intermeavam suas visitas à Biblioteca com projetos discutidos nas mesas do Pari-Bar.

Em 1952, com o começo da instalação das Bibliotecas de Bairro, a ação cultural, até então centralizada na Biblioteca Mário de Andrade, estende-se pelas comunidades do raio de atuação destas Bibliotecas.

Com a criação, na década de 70 e 80, dos Departamentos de Bibliotecas-Públicas e Infanto Juvenis – essa política de ação cultural foi resgatada e adquiriu nova roupagem.

Os serviços de carro-biblioteca, caixa-estante e extensão cultural são retomados e difundidos, dentro de uma nova linha centrada, principalmente, na modernização das bibliotecas e de seus serviços.

Antigamente, as programações tinham um caráter elitista com eventos dirigidos a esse público selecionado. A partir da criação das bibliotecas de bairro, essa política de ação cultural passa a ter uma conotação mais popular.

A modernização das bibliotecas e, conseqüentemente, da relação entre a instituição e o público, transforma a imagem das mesmas e de sua ação cultural que não mais se veicula à simples idéia de depositária de livros, mas, sim, de detentora de todas as fontes de informação.

A ação cultural, nesses termos, pretende o aprimoramento cultural do indivíduo através de uma educação informal do mesmo, incentivando a produção cultural da comunidade em todos os níveis. Dessa forma, busca a diversidade de público atingido, inclusive, as camadas mais carentes da população.

Essas programações têm consistido nos seguintes pontos:

Cursos

Decoração de Ambientes
Tricô, crochê, tapeçaria
História Geral e do Brasil
Criação literária
Arte e artesanato
Psicologia educacional

Digitalizado gentilmente por:

Palestras e Conferências

Temas atuais e diversificados

Exs: Psicologia do adolescente

Astrologia

O uso de drogas e suas conseqüências

Gemologia

Musicais

MPB

Erudita

Sertaneja

Apresentação individual, grupos, corais etc.

Filmes

Nacionais

Estrangeiros

Projeção de audiovisuais

nas bibliotecas

nas escolas, através do "Projeto Biblioteca e Ensino" desenvolvido pela Biblioteca Mário de Andrade

Exposições

Pintura

Escultura

Artesanato

Bibliografias

Datas comemorativas

Coleções particulares

Eventos Especiais

Quintas musicais: Todas as quintas-feiras na Biblioteca Mário de Andrade às 18:30hs.

Lazer do Meio-dia (programação variada) às quartas-feiras na Biblioteca Mário de Andrade.

Campeonatos de xadrez, dama, dominó.

Digitalizado gentilmente por:

Encontros
De artes
Com escritores

Concursos
Poesias
Crônicas

Semanas Comemorativas
Da mulher
Do jovem
Da 3ª idade.

A responsabilidade por essas programações cabe:

1º) ao Departamento de Bibliotecas Públicas. Atualmente conta com uma equipe de programação cultural subordinada à Divisão de Documentação e Comunicação e constituída por profissionais das áreas de Comunicação Visual, Social, Jornalismo, Biblioteconomia e Desenho.

2º) À Biblioteca Mário de Andrade – Seção de extensão Cultural. Conta com: bibliotecário, assistente social e escritora, operadores de áudio e vídeo, pesquisador de assuntos culturais, para essas programações.

3º) À supervisão de Bibliotecas de Bairro. Em cada unidade, o próprio bibliotecário-chefe coordena as atividades. Existe estudo que trata da formação de equipes específicas na área de ação cultural para cada biblioteca.

As programações são destinadas a grupos heterogêneos consoante a especificidade das mesmas. São realizados, também, eventos especiais dirigidos a grupos específicos, tais como a Semana da Mulher, do Jovem, da Terceira Idade, Professores e Estudante de 2º Grau etc...

Tem havido boa receptividade por parte do público.

A Biblioteca já se tornou um pólo cultural dentro da região em que se insere. Desta forma, algumas unidades contam com Associações de Amigos da Biblioteca em formação e, no caso da Biblioteca do Canindé, já em atuação. A comunidade, como fruto da receptividade das programações, atua na formação de comissões organizadoras dos eventos. Grupos de artistas da região, muitas vezes buscam a biblioteca para exporem seus trabalhos e projetos. De um modo geral, o público acolhe bem, em

Digitalizado gentilmente por:

todas as bibliotecas da rede, a política cultural que tem sido desenvolvida pelo Departamento.

O Departamento de Bibliotecas Públicas tem buscado imprimir à comunidade uma nova visão dos serviços que presta e de como se insere no panorama cultural da cidade.

No caso das programações culturais desenvolvidas pela Biblioteca Mário de Andrade, a divulgação é centrada, principalmente, no fornecimento de "releases" para os grandes jornais de circulação, rádios e TVs. Os materiais impressos, tais como filipetas, cartazes e programas, servem como suporte para esse esquema de divulgação.

No caso das Bibliotecas de Bairro, os recursos usados são um pouco diferentes. Pela própria característica do trabalho que realizam, a nível de comunidade, a divulgação dos eventos é realizada através de contatos com as Associaões de Bairro, jornais de circulação na comunidade e faixas dispostas em pontos estratégicos. Dependendo da programação a ser realizada, há contatos também com TVs e revistas.

Alguns resultados significativos têm sido alcançado, a saber:

1) "Semana da Mulher", com aplicação de questionário de avaliação após a realização do evento.
   Resultados: maior participação da comunidade junto à Biblioteca; criação da Sociedade Amigos da Biblioteca Adelpha Figueiredo – Canindé. Projeto a ser estendido às demais bibliotecas públicas de adulto.

2) Oficina Literária – projeto que vem se desenvolvendo na Biblioteca Mário de Andrade há alguns anos.
   Principais objetivos: incentivar novos escritores; fornecer instrumental teórico e possibilitar sua utilização prática, possibilitar trocas de idéias e experiências.
   Avaliações anuais através de questionário e bate-papo com os participantes.
   Reformulações efetuadas a cada nova Oficina, adequando-a aos interesses dos participantes.
   Resultados: incentivo à produção cultural; publicação dos trabalhos elaborados pelo grupo de 1985, por João Scortess Editores.

3) Encontros de Artes, Poesias, Campeonatos e Xadrez etc.

Digitalizado gentilmente por:

Resultados: participação ativa na comunidade, com doações de bens materiais para a realização do evento e na formação de comissões de avaliação para a escolha de vencedores nas diferentes categorias.

4) Formação de Núcleos Museológicos:
Já existentes nas bibliotecas da Lapa e da Móoca, com projetos de implantação na Biblioteca de Santo Amaro e demais bibliotecas do Departamento de Bibliotecas Públicas.

Os moradores têm colaborado com doações de: fotos que registram a história do bairro, objetos e utensílios dos moradores mais antigos e responsáveis pela formação do bairro.

Além disso, há a gravação da memória oral em fitas cassetes, através de depoimentos prestados pelos mais antigos moradores.

O Departamento de Bibliotecas Públicas através de sua rede de Bibliotecas pretende realizar, ainda no ano de 1987, alguns projetos, tais como:

1 reedição do Prêmio Ampulheta
2 concurso de composição musical Mário de Andrade
3 criação da Sociedade Amigos das Bibliotecas em outras Bibliotecas de Bairro
4 projeto "Difusão da Biblioteca"; em continuidade ao realizado no 2º semestre de 1986
5 curso de orientação bibliográfica ao usuário, com periodicidade mais regular
6 projeto de inserção das novas bibliotecas na comunidade

As Bibliotecas têm construído, ao longo dos anos, um frutífero trabalho junto à comunidade em que atuam. Por isso, são hoje consideradas bens públicos e, como tal, precisam ter seus projetos e serviços conhecidos.

Acreditamos que o êxito de uma boa política de ação cultural seja alcançado através da manutenão das programações e aprimoramento dos projetos, bem como da interação cada vez mais estreita entre a biblioteca e o usuário.

O levantamento do perfil do freqüentador e do não-freqüentador da biblioteca não só auxilia como condiciona a organização dos eventos que devem servir como um reflexo dos interesses da comunidade.

Digitalizado gentilmente por:

Essa é a linha de conduta que o departamentotem pretendidoseguir. Mudanças nessa filosofia de atuação não só restringiriam os trabalhos como colocariam por terra todos os êxitos obtidos.

2 DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECAS INFANTO-JUVENIS

O Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis da Secretaria Municipal de Cultura, viabilizando-se no atendimento à procura infanto-juvenil do Município de São Paulo e considerando o papel social da Biblioteca, estabeleceu como objetivo o desenvolvimento das potencialidades artísticas, o incentivo à leitura, o lazer e vivência da produção cultural.

Ao desenvolver programas definidos de cunho cultural, visa ao entrosamento com a comunidade, conscientizando-a de que a Biblioteca é um dos melhores meios para o contato direito da criança com o livro.

Embora o Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis tenha sido criado em 1975, a cidade de São Paulo conta com o equipamento de biblioteca desde 1935, quando da criação da BIJ Monteiro Lobato que vem proporcionando às crianças e jovens condições de aprimoramento cultural.

Atualmente, o Departamento conta com uma rede de 30 Bibliotecas distribuídas em diversos distritos e subdistritos da capital. Com a finalidade de suprir a falta do equipamento Biblioteca em determinadas regiões, o Departamento mantém serviços especiais, considerados de apoio, através da Caixa Estante e do Carrò Biblioteca.

Visando a desenvolver ainda atividades estimuladoras de aptidões, em 1936, foi fundado o teatro Infantil Monteiro Lobato – TIMOL – que tem por objetivo a participação efetiva de seus freqüentadores em todas as etapas da dinâmica teatral. Esse grupo, por iniciativa própria, conta hoje com um pequeno acervo de livros teatrais e texto infanto-juvenis.

Intensificando suas atividades, o Departamento criou, em 1968, a Academia Juvenil de Letras inspirada na Academia Paulista de Letras. Sua ação cultural extravasa o âmbito das bibliotecas, promovendo movimentos culturais e participando das realizações de outras entidades.

A Biblioteca Infanto-Juvenil, ao assumir o compromisso de facilitar o acesso à informação e à literatura, desenvolve projetos direcionados à instrumentalização do uso do acervo de obras de referência, ficção, técnica e de cultura geral. Material atualizado para pesquisa é pronta-

Digitalizado gentilmente por:

mente fornecido através do serviço de recortes de jornais, revistas e periódicos.

Tendo por objetivo maior receptividade e motivação da criança para a leitura, freqüentemente são desenvolvidas atividades como: Hora do Conto, Dramatização, Encontro com escritores e ilustradores de livros etc.

Ainda com a finalidade de incentivar o desenvolvimento cultural e promover um melhor aproveitamento de Recursos Humanos e materiais, o Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis realiza Cursos, Projetos e Eventos Culturais em integração com outras Secretarias, Entidades Sociais e Educacionais etc..., destacando-se: Semana da Criança, Semana do Livro, Semana do Meio Ambiente, Projeto Atividades na Periferia, Projeto Quero Ler, Projeto Escritor Brasileiro, Estimulando a Leitura, O assunto é..., Leitura no Parque.

Objetivando à criatividade, à espontaneidade, ao desenvolvimento cultural e ao lazer de seus freqüentadores, as Bibliotecas desenvolvem atividades sob coordenação da Supervisão de Bibliotecas Ramais e Supervisão de Atividades de Comunicação e Expressão, através de grupos especializados, responsáveis também pelo planejamento e execução de oficinas de Teatro, Música, Dança, Artes Plásticas além de projeção de filmes e slides.

A característica fundamental dessas realizações é o trabalho da criança para a criança onde sua participação é intensa em toda a dinâmica do processo criativo.

As atividades das Bibliotecas Infanto-Juvenis, preponderantemente estimuladoras de aptidões e formadoras de indivíduos, exigem orientação específica aos funcionários no desenvolvimento de um trabalho com o público e não apenas para o público.

O Departamento, ao estabelecer como uma de suas metas a expansão do atendimento à população infanto-juvenil, divulga suas programações através do envio sistemático de "releases" à Assessoria de Imprensa de SMC que veicula a informação junto aos órgãos de Comunicação falada, escrita e televisual.

Paralelamente, outra forma de divulgação vem sendo usada junto aos meios de comunicação dos bairros onde as Bibliotecas atuam.

O setor de Artes Gráficas e Impressão do departamento presta assessoria às Bibliotecas atendendo às solicitações para confecção de filipetas, cartazes, convites etc.

Digitalizado gentilmente por:

Considerando a natureza do público-usuário e das atividades desenvolvidas em função do aprimoramento cultural da criança e adolescente, considerando ainda o caráter pioneiro das Bibliotecas Infanto-Juvenis do Município de São Paulo, o Departamento coloca a avaliação sistemática de suas realizações com uma questão fundamental.

Para tanto, periodicamente são elaborados relatórios trimestrais, reuniões setoriais e gerais a nível de chefia, reuniões gerais a nível de Diretoria, Supervisores, Divisões e Seção de Planejamento e Normas com o intuito de acompanhamento e reorientação das atividades quando necessário.

Adotando uma sistemática de atuação que visa o enriquecimento da ação cultural através das atividades desenvolvidas nas Bibliotecas Infanto-Juvenis o Departamento, com um acervo de 700.000 exemplares incluindo livros, revistas, mapas, diapositivos e outros, atende, anualmente, cerca de 1.800.000 usuários.

3 SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

"O que é isso?" poderá perguntar a veterana e dedicada bibliotecária ao deparar com uma estranha movimentação na biblioteca pública. "Isso eu não aprendi na escola", parece dizer. E não aprendeu mesmo. Inclusive no currículo novo essa "ação cultural" não está explícita. Poderá estar implícita sob qualquer título de disciplina. Como trabalho inerente ao fazer profissional do bibliotecário não aparece. Outros até dizem que não deve constar mesmo, pois cabe a ele selecionar, armazenar, ordenar e recuperar informações e não organizar festinhas na biblioteca. Uma ala garante que a "ação cultural" é só um chamariz para os livros. Esse é o argumento da isca: quem vier ver um filme de Ingmar Bergman poderá ler um livro.

Há ainda, o argumento do "oportunismo". Diluída na concepção geral de cultura está a idéia da biblioteca como um bem cultural que sendo uma espécie de célula mater poderá gerar várias ações sem que seja identificado qualquer problema de competência. Museus não tem programação cultural? Clubes não promovem eventos culturais? Por que as bibliotecas não fazem o mesmo? Afinal, ela pode ser considerada a base para quaisquer atividades no campo da Cultura. Portanto, é oportuno partir para as realizações derivadas.

Digitalizado gentilmente por:

O argumento da "isca" não parece ter sustentação. A leitura do texto literário nem sempre é o melhor meio para se chegar a um determinado fim. Não podemos pendurar um peixe no anzol para pegar minhoca. Cada elemento em seu lugar próprio e com as características adequadas aos objetivos que se pretende atingir. O argumento do "oportunismo" também não se sustenta, pois o bibliotecário além de suas tarefas específicas terá que sustentar novas que entram como enfeite.

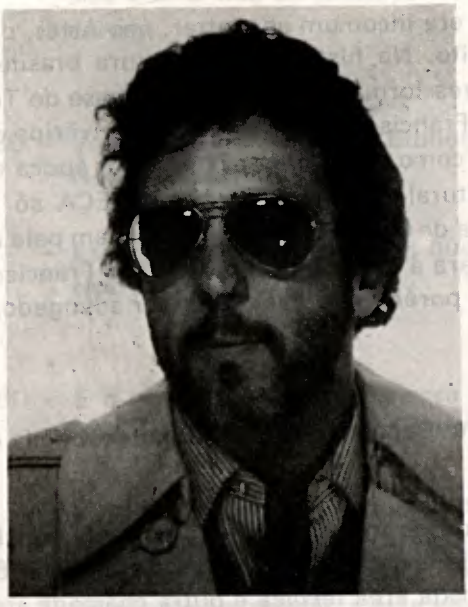
Voltemos ao ponto de partida: qual é o objetivo de uma biblioteca pública? Um coro responde: informar. Não há dúvida. Ela se organiza inteiramente voltada para essa tarefa, buscando tornar públicas as informações. Esse trabalho torna-se mais útil na medida em que há uma relação entre o público e a informação, entre a fome e o alimento. Há aí um desdobramento fundamental: a biblioteca dá ao público o que ele quer ou o que ele precisa? Alguns alimentos são muito nutritivos, mas intragáveis. Outros são exatamente o contrário. As informações, no jogo da utilidade e do aproveitamento, são ótimas quando equilibram esses pólos. Alguns dizem que o fácil é inútil, pois o fácil é o velho sem segredo, que não diz nada de novo. Não seria tarefa da biblioteca tornar o novo fácil num processo permanente de decodificação das mensagens? Não seria próprio do fazer bibliotecário tornar utilizável a informação? Não basta oferecê-la; é preciso que ela seja útil.

Aí já estabelecemos dois passos: 1 – organizar a informação; 2 – permitir que ela seja utilizável. É exatamente no segundo item que pode ser situada a ação cultural. Em outra operação ela pode estar no âmbito da "convivência". Informação + convivência = criação. Isso pode ser desdobrado para o seguinte: organizar a informação e discutí-la para gerar novas informações. Leio Drummond, discuto Drummond, escrevo poesia que registrada se transforma em acervo numa movimentação em espiral.

Organizar a informação não basta. É necessário torná-las públicas. Essa tarefa que dá potência à informação, que potencializa a informação é ação cultural. E ela própria interfere nessa organização, relacionando permanentemente o texto com o contexto, tornando fácil o novo na busca permanente de respostas que o contexto difícil exige.

Luís Augusto Milanesi, Diretor do S.B.B.E.SP

Digitalizado gentilmente por:



Ação cultural é tema palpitante debatido aqui, sob diversos aspectos, por José Teixeira Coelho Netto.

Professor da área cultural no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP, abraçou o assunto com muita garra chegando a defender tese de livre-docência na temática da ação cultural. Continuando uma programação de percorrer países para conhecer a política e prática da Ação Cultural, o Prof. Teixeira visita agora os Estados Unidos.

Matéria sobre Ação Cultural foi introduzida no currículo de graduação do CBD/ECA/USP e já o 2º Curso de Especialização está sendo ministrado, nessa Escola, sob orientação e coordenação de nosso entrevistado.

A Biblioteconomia brasileira se renova, agora, com o entusiasmo do docente focalizado nesta entrevista.

RBBD – Gostaria de iniciar a entrevista perguntando qual é a sua formação?

TC – Minha formação é na área de Artes e Teoria da Cultura. Fiz alguns cursos no Brasil, outros no Exterior, em especial na área de Artes. E, mais recentemente, pesquisas na área de Ação Cultural propriamente dita. São dois campos intimamente ligados pois é impossível trabalhar com Cultura sem lidar com Artes. Minhas duas áreas de atuação são essas.

Digitalizado gentilmente por:

RBBD – No Brasil, qual a sua graduação?

TC – Minha graduação, eu a obtive em Direito.

RBBD – Dessa forma depois de alguma complementação, fugiu da área do Direito para Artes e Cultura ...

TC – Até a década de 60 não era incomum encontrar, nas Artes, pessoas formadas em Direito. Na história da literatura brasileira são inúmeros os escritores formados em Direito. A base do Teatro Oficina saiu da São Francisco, como de lá sairam vários críticos de teatro. Não sei como está hoje, mas naquela época era intensa a discussão cultural na São Francisco. A ECA só foi aberta ao final da década de 60. Os que se interessavam pela arte ou pela cultura iam para a Filosofia ou para a São Francisco. Ser formado em Direito, porém, não quer dizer ser advogado, o que nunca fui.

RBBD – E como você veio parar no Departamento de Biblioteconomia de uma Universidade?

TC – Eu era professor de Teoria da Informação na FAU – Mackenzie. Naquela época e, até hoje, existiam duas áreas distintas na Biblioteconomia, uma chamada área técnica e outra chamada área cultural. Essa área cultural abrangia várias disciplinas: História, Literatura, Filosofia, Sociologia e fui trabalhar nessa faixa da Biblioteconomia.

RBBD – Você lecionava qual disciplina?

TC – Informática, abordada de uma maneira específica. Não tínhamos computadores naquele momento e o interesse maior dos alunos era para a Informação entendida como elemento da comunicação humana, vista sob o ângulo das Ciências Humanas. E desse setor passei para a área dita cultural de um modo natural.

Digitalizado gentilmente por:

RBBD – E qual a sua visão com relação ao currículo dessa época?

TC – O currículo, até aquele momento, provinha diretamente, na melhor das hipóteses, do século XIX. Era um currículo beletrista. A biblioteca era vista como lugar para guardar apenas livros e ao aluno se ensinava História da Literatura. Como se uma biblioteca guardasse apenas livros de ficção e não obras de química, física etc. E não se pensava em Música, Cinema e tantas outras coisas.

RBBD – Você chegou a lecionar "Biblioteca e Sociedade" em que época? No currículo antigo?

TC – Essa foi uma matéria nova, que serviu como introdução ao currículo novo.

RBBD – E o que seria abordado nessa disciplina "Biblioteca e Sociedade"? Relações, choques, diferenças?

TC – O que está se tentando com esta disciplina é fazer com que o aluno tenha uma visão, primeiro, do processo cultural da história brasileira. Como se dá a vivência cultural, como o Estado se comporta em relação a essa vivência, quais os elementos da Cultura, suas necessidades etc. Existem outros pontos específicos discutidos e a Ação Cultural e a participação do bibliotecário nesse processo é um deles. Posso dizer que, mesmo antes de existir essa disciplina, já se discutia qual a função do bibliotecário brasileiro. Era evidente que sua função não deveria se limitar apenas ao atendimento, ou melhor, à administração de uma Biblioteca e que deveria tornar-se um elemento muito mais ativo no processo cultural. Essa discussão já acontecia, portanto. Essa disciplina é a discussão assumindo forma concreta e até mesmo a própria especialização do Bibliotecário é fruto dessa discussão.

Digitalizado gentilmente por:

RBBD – Estabelecida essa disciplina, "Biblioteca e Sociedade", quando surge a idéia de se estudar especificamente a questão da Ação Cultural?

TC – Acho difícil dizer o que teria acontecido não fosse a ocorrência de certos fatos. Houve um momento muito importante na história deste Departamento que foi a passagem de Luiz Milanesi para a Secretaria de Estado da Cultura. Ele, num primeiro momento, aceitou o convite para trabalhar na Divisão de Bibliotecas e lá defrontou-se com o problema de orientação dos bibliotecários, não só em relação ao processo cultural, mas até mesmo nos trabalhos mais simples da biblioteca. Encontrando a atuação dos bibliotecários, em geral, muito deficiente. Milanesi defrontou-se com problema da inadequação do ensino. Ele me fez um convite para colaborar com seu projeto e, a partir desse convite, veio a discussão sobre a Ação Cultural propriamente dita, não mais em relação à formação do bibliotecário. Isso tudo por uma razão muito simples: é que, numa pequena cidade do Interior, o bibliotecário é um agente cultural. Parte razoável dos recursos de produção cultural estão centrados nele ou na Biblioteca.

RBBD – E como você definiria "Ação Cultural"?

TC – Existem várias definições que dependem de fatores circunstanciais como, por exemplo, o momento histórico que o país atravessa. Há uma definição inicial e mais abrangente que gostaria de destacar: "Ação Cultural significa fornecer os meios de produção com os quais as pessoas possam encontrar seus próprios fins". No caso, o Estado, através das Secretarias de Cultura, teria, como seu trabalho, saber o que a comunidade precisa para alcançar seus fins. Durante muito tempo, no Brasil, tivemos outro tipo de atuação inadequada. Partia-se do princípio de que as pessoas precisavam desta ou daquela forma cultural e o trabalho do agente cultural era dar essa Cultura através de uma receita, era enfiar essa cultura na pessoa, goela abaixo! Como

Digitalizado gentilmente por:

num pacote. Dava-se os meios e os fins, por exemplo: o teatro e o tipo de teatro que devia ser feito!

RBBD – Então a "Ação Cultural" não deve estar ligada à Cultura de Massa ou a Cultura elitista, ou ter qualquer outro vínculo? Simplesmente seria dar condições ...

TC – O problema não é tão simples. Não é democrático tratar igualmente os desiguais. Será legítimo admitir que o melhor para uma comunidade sem acesso a filmes de arte, a um bom teatro, a uma orquestra sinfônica, é continuar sem isso, dedicando-se apenas, por exemplo, à música caipira? Será isso que as pessoas desse lugar realmente querem ou será que preferem isso por nunca terem tido possibilidades de opção? Creio que a ação cultural não pode eximir-se de fazer o diagnóstico de uma dada situação e elaborar um programa adequado para o caso, e defender esse programa junto à população, sem impingi-lo, mas, também, sem ceder demagogicamente a uma tendência inicial; ou inercial, da população. A definição de ação cultural que dei antes vale numa situação equilibrada em que todos tenham quase o mesmo nível de informação, exigência, desempenho, competência. Numa situação desequilibrada, como a nossa, o problema é outro e a solução não pode ser a mesma.

RBBD – Do que tratou a sua tese?

TC – Procurei fazer um apanhado sobre a realidade de vários países, no caso México, Cuba, França, Inglaterra e também da situação, não do Brasil, mas de São Paulo, onde moro. Meu livro não fala tanto dos países quanto das cidades, a grande realidade social. O objetivo era saber que idéias básicas norteiam a ação cultural nesses lugares. E ali defendo alguns pontos, como o de que a ação cultural deve estar ligada a uma instituição. A cultura não pode acontecer "na rua", como foi moda dizer, não pode acontecer num lugar qualquer de um modo qualquer, num momento

Digitalizado gentilmente por:

qualquer. Nessa situação, a cultura acaba presa às decisões pessoais do burocrata, do chefe político, do secretário de estado, do deputado, que se sentem então livres para manipular as verbas públicas, quer dizer, *do povo*, do modo que bem entenderem. A máquina do Estado que está nas mãos dessas pessoas deve estar vinculada a *programas* claros de ação cultural definidos pela comunidade com a ajuda do Estado, através de seus especialistas, mas com autonomia. Em outras palavras, uma instituição da cidade deve ser responsável pela ação cultural básica do lugar e essa instituição deve receber uma dotação orçamentária previamente determinada e garantida por lei de modo a diminuir a ação – até hoje basicamente nefasta – do político que momentaneamente estiver no poder.

E há outros pontos que procuro destacar, como o do voluntariado na ação cultural. A cultura precisa mais da vontade do que do dever. O funcionário público não tem muito a fazer na ação cultural. Cultura e burocracia são idéias opostas. O funcionário público responde apenas por parte das exigências da ação cultural. Mas se a cultura não for uma idéia viva, quase uma forma de vida, não se tem ação cultural, esta idéia se deturpa, acaba se confundindo com outras coisas, como lazer. E lazer não é necessariamente cultura. Pelo contrário. Lazer, a televisão fornece, ou o futebol. Cultura é mais do que isso.

RBBD – Sabemos que você esgotou uma primeira etapa. Defendeu a tese e publicou um livro *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Como pretende continuar e por quê?

TC – Em primeiro lugar, pretendo continuar observando as realidades diferentes que estão por aí. Apesar disso ser a cada dia mais difícil, pretendo visitar ainda alguns outros países como os Estados Unidos e países do Oriente. Os norte-americanos têm uma visão sobre Ação Cultural bastante diferenciada. Não há propriamente uma preocupação do Estado como aqui no Brasil, na França, Inglaterra, México. Eles têm outra mentalidade. A questão da Cultura é quase toda da iniciativa privada e queria ver

Digitalizado gentilmente por:

como tratam a questão. Além disso, queria ver como as Universidades norte-americanas lidam, de maneira específica, com a associação entre Arte e Educação. O próprio termo "Ação Cultural" parece não ter muito uso nos EUA, muitos profissionais da área preferem a expressão "consciência social da arte". Aparentemente, a ação cultural não é vista como um caso de missionarismo, como acontece aqui. Ninguém obriga ninguém a produzir ou consumir cultura. Por outro lado, em países do Oriente, como no Japão, a cultura é altamente codificada e estruturada, um poderoso cimento da sociedade. Gostaria de ver como se dão as práticas culturais em instituições como centros de cultura, museus etc.

RBBD – Bem, nós temos notícia de que nas Bibliotecas Públicas de São Paulo existem algumas atividades as quais devem fazer parte de um programa de Extensão Cultural. Isso pode ser enquadrado como Ação Cultural? Até que ponto? Pois, veja, para alguns teóricos, entre eles Victor Flusser, a Ação Cultural é uma alavanca de progresso, fazendo as pessoas se repensarem etc. Essa referida programação parece se enquadrar na sua definição ou na dele. E então?

TC – Acho que a Cultura é feita para as pessoas mudarem de vida ou, no mínimo, mudarem de idéia. Então, nunca poderá ser uma atividade de desvio, de lazer. Sobre a programação das bibliotecas, as atividades realmente culturais parecem secundárias. Poderíamos classificá-las como uma forma de lazer, com pinceladas de cultura. Embora haja boas intenções, que condições se oferece ao público para que a cultura possa produzir seus fins maiores? Não muito boas, pelo que se sabe.

RBBD – Poderia dar um exemplo de verdadeira Ação Cultural?

TC – Acho que seria um pouco mais adequado discutir, antes disso, qual seria o papel da Biblioteca na questão cultural. Durante décadas a grande instituição cultural foi a Biblioteca. Não tínha-

Digitalizado gentilmente por:

mos museus. As Casas de Cultura, os Centros, vêm pipocando de Oitenta para cá. Então, durante décadas, quando se falava em instituição cultural no Brasil, falava-se em bibliotecas. Surge uma ligação clara: a visão que tínhamos de cultura estava relacionada ao livro. A pessoa ia, pegava um livro, sentava-se com ele, lia em silêncio, meditava um pouco, e, pronto, estava feita sua cultura! Isso entra em descompasso muito grande com o universo cultural do século XX, com o Cinema, a Televisão ... Dentro desse contexto, a biblioteca ficou para trás. E tão atrás que houve a necessidade de recapitular, de avaliar se ela poderia ter um trabalho real no panorama cultural. Me parece que, hoje, a verdadeira instituição cultural, com papel válido no processo, é o Centro Cultural, na qual a Biblioteca poderá desempenhar seu papel específico, o de apêndice de uma instituição maior. Não tem mais sentido apresentar a biblioteca e o livro como as grandes fontes de cultura. Nunca foi assim no Brasil e provavelmente nunca assim o será. Não se trata de queimar os livros e fechar a biblioteca. Mas é o momento de perceber que a biblioteca é agora apenas um dos equipamentos culturais de uma cidade, e não o mais importante deles. Trata-se de reconhecer isso e determinar a ação cultural correspondente.

RBBD – O bibliotecário está preparado para tornar-se um agente cultural?

TC – Esteja ou não preparado para isso – normalmente não está – o bibliotecário exerce hoje funções de agente cultural. Esta é pelo menos a realidade na quase totalidade (ou em *todas*) das bibliotecas públicas do estado de São Paulo. O bibliotecário já as exercia quando tratava de arquitetar meros expedientes para atrair freqüentadores e as exerce agora quando suas unidades estão em processo de passagem para a figura de Centros de Cultura, após a assinatura dos convênios entre os municípios e o governo do Estado, dando condições para essas bibliotecas se integrarem ao Sistema Estadual de Bibliotecas e desdobrarem suas atividades.

Digitalizado gentilmente por:

RBBD – Por que cabe ao bibliotecário exercer a ação cultural?

TC – Cabe ao bibliotecário exercer a ação cultural – senão por natureza, pelo menos por circunstância. Outros profissionais podem promover a ação cultural (sociólogos, artistas, comunicadores etc.). O bibliotecário tem uma vantagem inicial: ele *já está ali*, no posto. É-lhe reconhecida uma competência legal – mas está ele preparado para o *desempenho* dessa competência? A sociedade hoje requer um número muito maior de agentes culturais do que de biblíotecários; o centro de cultura é uma figura cultural em ascenção, a biblioteca mantém-se em sua discreta posição de (ainda) descenso. Qual o futuro do bibliotecário de bibliotecas públicas diante do novo profissional que já vem por aí, o agente cultural – que vem, por enquanto informalmente, mas que logo poderá vir munido do competente cartucho acadêmico? A biblioteca vai comandar o centro de cultura ou se subordinará a ele?

RBBD – O bibliotecário não se isolou demais num espaço muito restrito dentro da biblioteca? E quanto à colaboração efetiva do sociólogo, filósofo, psicólogo, pedagogo e do próprio artista? Poderiam dar uma idéia maior do papel da Biblioteca nos processos da Cultura?

TC – Entendo a questão de uma outra maneira. Não deveria ser o bibliotecário um filósofo, ou um psicólogo, um sociólogo?

RBBD – Não foi isso que quis dizer! Refiro-me à possibilidade de trabalhar com os demais!

TC – Correto. Mas vejo um pouco a questão assim, conforme coloquei, porque durante muito tempo se discutiu também, dentro desta Universidade, se o curso de Biblioteconomia deveria ser de graduação ou pós-graduação. Como um curso de pós-graduação, estaria aberto a sociólogos, pedagogos, psicólogos que,

Digitalizado gentilmente por:

dessa forma, já tendo uma formação, viriam fazer a complementação, saberiam o que é a Ciência da Biblioteconomia. Com suas informações prévias, específicas, teriam, muito claramente, essa visão um pouco mais aguçada que temos cobrado do bibliotecário.

RBBD – Há alguma proposta concreta para a formação do bibliotecário em ação cultural?

TC – Há duas formas de solução aparentemente ideais para o caso. A primeira, que a formação em ação cultural seja proporcionada ao bibliotecário apenas em nível de pós-graduação. (Na verdade, a própria preparação para o exercício da biblioteconomia deveria ser, toda ela, feita ao nível de pós-graduação; a realidade já aponta para esse caminho, que deverá demonstrar-se incontornável a curto prazo). A segunda, que a formação do bibliotecário em nível de graduação já admita "especialidades": biblioteca pública, biblioteca especializada, arquivologia etc. Quem trabalha numa biblioteca especializada não precisa (talvez nem deva) entregar-se à ação cultural. O profissional da biblioteca pública, sim. Necessariamente. Com uma graduação "especializada" haveria mais espaço no currículo para uma formação adequada em ação cultural que, caso contrário, corre o risco de tornar-se outro verniz. Há, entretanto, um argumento contra esta alternativa: não se deve especializar o aluno cedo demais – em particular num mercado cambiante como o do Brasil e numa atividade que passa por transformações técnicas constantes.

RBBD – Enquanto essas duas soluções apresentadas não são viabilizadas, o que poderia ser feito no atual curso de graduação?

TC – Em nada lhe prejudicará a carreira uma formação mínima (uma informação) em ação cultural já na graduação. Antes, essa (in)formação vinha embutida dentro de disciplinas como "Biblioteca e Sociedade". Essa disciplina ficou estreita diante das

Digitalizado gentilmente por:

exigências atuais. Alguma coisa a mais deve ser dada já na graduação. (A ECA-CBD está encontrando suas respostas dentro de suas possibilidades). O bibliotecário tem de conhecer o significado de sua intervenção sócio-cultural e necessita estar minimamente aparelhadio para promovê-la. Ele *terá* de promovê-la ao se profissionalizar na biblioteca pública. Ou faz isso ou perecerá.

Será difícil ao bibliotecário evitar que, rapidamente, alguém proponha o reconhecimento da profissão de agente cultural e peça o respectivo diploma que sancione essa competência. Se isso acontecer, o bibliotecário tem de estar preparado para exigir que reconheçam, também, sua profissão como modalidade da ação cultural. Para tanto, deverá passar pela devida formação.

Independentemente da questão legal corporativista, o bibliotecário tem de estar preparado para funcionar *também* como agente cultural. Mesmo hoje, pelo menos no interior de São Paulo, não se pede diploma para quem vai dirigir uma Biblioteca Pública, muito menos um centro de cultura. Pede-se pessoal competente. Em geral, o bibliotecário não é competente para isso, no momento.

RBBD – Você disse que as bibliotecas devem ser partes de uma instituição maior, o Centro Cultural. Mas temos notícias que mesmo Bibliotecas especializadas, ou até mesmo as universitárias, ensaiam algumas atividades culturais. Talvez, na realidade de São Paulo, a Biblioteca continue sendo a única instituição cultural. O que você acha desse procedimento, dessa animação cultural promovida por essas Bibliotecas?

TC – Antes de mais nada, deixe esclarecer o seguinte: apesar da Biblioteca Pública não ser o órgão mais adequado à Ação Cultural, é inegável que elas têm uma atuação nesse sentido. Mas a Biblioteca não oferece a infra-estrutura adequada, o público quer ouvir música, quer ir ao teatro. Creio que as bibliotecas estão vivendo um processo que vai levá-las ao Centro Cultural. Quan-

Digitalizado gentilmente por:

to às bibliotecas especializadas, pergunto se não estão num outro processo, vivendo uma outra realidade, que não tem a ver com a questão da Ação Cultural. Como eu já havia dito antes, não vejo necessidade de Ação Cultural numa Biblioteca Especializada. Quem procura uma Biblioteca Especializada tem um objetivo muito claro. O mesmo digo das bibliotecas universitárias que, no fundo, são uma Biblioteca Especializada; que, pelo menos, não são bibliotecas comuns. Se o bibliotecário responsável por uma biblioteca Universitària se propõe a tornar-se agente cultural é porque algo de muito grave está ocorrendo na vida universitária. A rigor, uma Biblioteca Universitária precisaria passar no máximo por processos de *animação* cultural. A animação é uma prática mais limitada, menos ambiciosa que a ação cultural. Se houver ação cultural numa Biblioteca Especializada, ela terá sempre um caráter muito específico, diverso daquele de uma Biblioteca Pública. Enfim, no Brasil...

RBBD – Gostaria de saber qual a diferença nítida entre a Ação Cultural e Animação Cultural.

TC – Costuma-se pensar que as duas expressões são sinônimas. Não são. Historicamente, a animação cultural nunca passou de forma de lazer, de atividades que permitam às pessoas *passar o tempo* ou pior ainda – de tentativas de fazer as pessoas se integrarem a modos de vida que elas relutam em aceitar, como pretende a animação feita pelas grandes empresas ou por órgãos assistenciais. Cultura não existe para passar o tempo mas para viver o tempo. Ação Cultural não é distribuir entradas grátis de teatro, é levar as pessoas a se descobrirem no teatro. Nenhuma animação "cultural" está disposta a fazer isso porque receia as conseqüências ...

RBBD – Temos conhecimento do trabalho desenvolvido pelo Centro Cultural São Paulo. Pelo que parece, é ele que reúne as melhores condições para a Ação Cultural propriamente dita. Qual sua opinião a respeito da atuação desenvolvida?

Digitalizado gentilmente por:

TC – Nos últimos meses não tenho acompanhado a programação muito de perto. De qualquer forma, parece que seu trabalho fica a meio caminho entre a Ação Cultural e uma espécie de vitrine. Alguns podem tomá-lo como um espaço alternativo mas não chega a ser isso. A cidade não tem muitos lugares para que, por exemplo, grupos de músicos se exibam e ele até abre um espaço para tanto. Essa abertura de espaço é um trabalho de Ação Cultural em si? Ou é apenas um espaço a mais? Qualifico o trabalho como ambíguo. Não vejo serem criadas condições para que artistas se desenvolvam.

RBBD – Então, nem o Centro Cultural São Paulo atingiu o nível ...

TC – Acho que não atingiu o nível de atuação desejado.

RBBD – ... como um todo?

TC – Não atingiu, como um todo. Em algumas áreas, talvez. Na Educação para Arte ...

RBBD – Bem, mas nisso algumas Bibliotecas também atingiram esse nível.

TC – Sim, algumas talvez.

RBBD – Daí, não valida a atuação ...

TC – Não inteiramente. Não vejo, por exemplo, que seja ou tenha sido norma do Centro a discussão das atividades, nele promovidas, por aqueles para os quais esse lugar público se abre. Por aqui, entende-se que o Estado ou a Cidade têm de dar as verbas para o "artista" fazer o que bem entende sem prestar contas a ninguém. Não é assim. É a discussão que leva ao desdobramen-

Digitalizado gentilmente por:

to, ao desenvolvimento do processo cultural, seu enraizamento, sua "sociabilização" enfim. No entanto, vejo que freqüentemente o Centro acaba funcionando apenas como uma "casa de espetáculos" a mais. São Paulo ainda carece disso. Mas fazer isso ainda é fazer pouco.

RBBD – E de sua visita a Cuba? Como é tratada a Ação Cultural num país socialista?

TC – Bem, as coisas acontecem duma forma muito clara. Existe um estado, esse Estado é controlado por um partido político, esse partido tem um programa e esse programa vale para todas as atividades do país, inclusive a área cultural. Serão promovidas as atividades culturais que convergem para a proposta do partido. Então, é uma Ação Cultural com objetivos políticos, como é fácil concluir.

RBBD – Então, é manipulada? Ou existe algum questionamento sobre alguns pontos?

TC – Em outras palavras, é uma "fabricação".

RBBD – Não estaria dentro daquilo que gostaríamos que fosse a Ação Cultural?

TC – Não estaria.

RBBD – Veja, tanto em Cuba como aqui existe uma intervenção do Estado ...

TC – Mas em diferentes níveis.

RBBD – ... e qual seria o maior? Aqui ou lá?

TC – Aqui não é tão pequena quanto possa parecer, quando se pensa em Cuba como parâmetro.

Digitalizado gentilmente por:

RBBD – Você, como visitante estrangeiro, chegou a uma conclusão? Como os cubanos veriam isso? Como "fabricação"?

TC – Eu digo "fabricação" pois esse conceito se opõe à Ação Cultural. Na Ação Cultural, o agente dá início a um processo que não sabe aonde vai acabar. Na "fabricação", como na Animação Cultural, dá-se início a um processo com um fim determinado. Isso é a "fabricação": você tem um objetivo, um procedimento para atingir esse objetivo e vai chegar, sem alternativas, a esse objetivo.

RBBD – No novo currículo de Biblioteconomia, há uma disciplina "História da Cultura". Abrange diversos aspectos como Música, Literatura, algumas escolas tomam o Folclore etc. Quer dizer, na disciplina, a matéria tratada tenta dar subsídios ao bibliotecário para entender a Ação Cultural. Isso basta ou não? Qual o seu parecer?

TC – Ora, isso não basta e a razão é muito simples. Temos que entender Arte e Cultura como práticas. Não se pode aprender, apenas através do estudo, por leitura, a "História da Cultura" ou organização cultural. Você tem que ser ou um artista ou um produtor cultural, ou, ainda, ter uma sensibilidade muito grande para poder entender o que está em jogo numa prática cultural. Portanto, abrir uma disciplina como "História da Cultura" significa reforçar uma vertente acadêmica discursiva nas nossas Universidades. Penso ser mais conveniente, ao invés de abrir uma disciplina, possibilitar um período de estágio dos alunos em alguma atividade cultural concreta. Então, esses alunos irão fazer teatro, por exemplo, no tempo destinado a essa disciplina, Aqui, a prática é mais importante que o estudo da Cultura.

RBBD – As Faculdades Integradas "Teresa D'Avila", onde sou professor, tem três cursos apenas: Biblioteconomia, Economia Doméstica e Educação Artística. São promovidas aulas e cursos de

Digitalizado gentilmente por:

Teatro Livre, Música, Pintura etc., estando o corpo de professores de Biblioteconomia em contato intenso com os de Educação Artística, pois os dois cursos ocupam o mesmo prédio. No entanto, há uma separação rígida entre os estudantes, havendo até uma visão preconceituosa dos alunos de Biblioteconomia para com os de Educação Artística e vice-versa. Mesmo nessas Faculdades, que proporcionariam essa condição de contato, as pessoas permanecem estanques. Qual sua visão sobre esse problema?

TC – É um absurdo que não deveria acontecer. Já que a escola tem uma vertente artística, deveria franqueá-la a todos os alunos de Biblioteconomia. A menos que essa faculdade pretenda formar somente bibliotecários especializados. Mas, ainda assim, não deveriam agir desse modo, aceitando essa divisão. Fica bem claro como e porque essas faculdades não são uma *universidade*.

RBBD – Talvez seja algo a nível de consciência. Os alunos de Biblioteconomia estariam conscientes de seus papéis, da necessidade de práticas culturais, de fazer estágio em Teatro?...

TC – Pode ser que o aluno não esteja consciente, mas o professor tem de estar. A direção da escola tem de estar – embora isto implique na questão da *especialização* do aluno.

RBBD – E como você sente o problema com relação ao corpo docente de um departamento, por exemplo, da USP?

TC – A questão é muito controvertida. Você pode encontrar pessoas que, claramente, acreditam na existência duma atividade específica do bibliotecário, como pode encontrar pessoas que consideram o bibliotecário como um profissional mais aberto. Agora, creio que essas pessoas, que defendem a atuação mais específica do bibliotecário, deveriam ser coerentes o suficiente para defender também a formação do bibliotecário apenas a nível de pós-graduação. Pois como ele poderá ser um bom bibliotecário da área de Química, não sendo um químico?

Digitalizado gentilmente por:

RBBD – Resumindo, então, o seu ponto-de-vista: para que o bibliotecário atue como agente cultural precisaríamos mudar sua formação. O que hoje é dado num curso de graduação, passaria a ser dado num curso de pós-graduação. Dessa forma, o bibliotecário que quisesse atuar como verdadeiro agente cultural, na legítima "Ação Cultural", precisaria ter uma formação anterior, em Arte ou similar.

TC – Uma prática cultural anterior, mais exatamente.

RBBD – O inverso dessa situação não teria a menor chance. Nem por curiosidade, sorte, acaso ...

TC – Há outros aspectos a considerar. Por exemplo, a menos que seja uma pessoa particularmente sensível e com uma capacidade de apreensão muito grande, dificilmente será um bom agente cultural se for muito jovem. Pode-se fazer a Ação Cultural com vinte e poucos anos? Pode acontecer, mas será um em cem. Eis mais um motivo pelo qual defendo o curso de Biblioteconomia a nível de pós-graduação.

RBBD – Não estaria essa definição sua muito ligada à prática cultural, esquecendo outros aspectos?

TC – Se o objetivo for a formação de agentes culturais, me parece que é o que temos de fazer. Se se pretender formar um bibliotecário especializado, o caminho será outro. O aluno é que deve saber o que pretende ser, e a universidade precisa saber o que quer formar. O ensino está hoje inadequado porque fica-se num nível de generalidade muito grande. Isso pode ter um aspecto positivo, na medida em que pode ser prejudicial uma especialização precoce, considerando-se o mercado de trabalho. Mas, então, que se seja bem genérico nessa formação e se prepare o bibliotecário, também, para ser um agente cultural. Ou, então, que se opte pela especialização – mas também, nesse caso, o quadro deveria ser outro.

Digitalizado gentilmente por:

RBBD – E qual seria a visão da população com relação à Biblioteca? A visão que tradicionalmente se tem e a visão que passaria a ter se a Ação Cultural se tornasse efetiva?

TC – Encontro uma resposta na prática. As comunidades têm dado importância não só às Bibliotecas mas, principalmente, aos Centros Culturais. Existe nesse momento, sobre a mesa do Ministério da Cultura, centenas de pedidos para instalações de Centro Cultural. As comunidades vêm se conscientizando, aceleradamente, da necessidade de serem dotadas desse equipamento de Cultura, tão necessário quanto um equipamento como um ginásio para esportes. Quanto à Biblioteca, a sociedade brasileira vive em tensão com duas visões. Uma, que a considera muito importante, assim como a pessoa alfabetizada, que saiba ler e escrever, é um tipo especial. A outra, uma visão contrária, não dá qualquer importância ao livro, ao papel impresso, relegando-o a um segundo plano. Entre uma coisa e outra, as pessoas acabam preferindo pelo menos uma Biblioteca que tenha uma atividade cultural ampliada. Acabam reivindicando mais um Centro Cultural do que uma Biblioteca. Um pouco porque é moda. Mas sabem também, por outro lado, que o caminho é por aí.

RBBD – O Estado, mantenedor dessas instituições, não atende de pronto reivindicações de equipamento. Para as bibliotecas públicas, carentes de recursos humanos ou mesmo livros, creio que a contribuição do Estado seria nula para outros equipamentos culturais ...

TC – Penso que não. É mais interessante para o político hoje, fornecer equipamentos de VT do que livros. O VT é alguma coisa moderna, é algo na moda. Uma cidade pequena recebe o seu VT e sente-se importante. Não adiantaria receber livros que "ninguém lê", isso não interessa. Percebe porque os equipamentos de alta tecnologia são mais fáceis de se conseguir? E há muitos interesses em jogo. A saída é jogar com eles do melhor modo possível ...

Digitalizado gentilmente por:

RBBD – Conclui-se que seria igualmente necessária a sensibilidade do Agente Cultural para fazer ponte entre o equipamento solicitado e a verdadeira Ação Cultural.

TC – Lógico! O equipamento é importante mas não é tudo. Observe-se também que o Estado, ao fornecer o equipamento, nem sempre dá o "como". Você fornece o VT, ou o Teatro, mas não as condições para colocá-lo em funcionamento produtivo. Há um claro interesse ideológico em não fazer isso. Para haver "Ação Cultural", uma vez fornecido o equipamento, é necessário que se discuta com seus usuários a melhor maneira de aproveitá-lo.

RBBD – Que notícias você teria sobre o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, do trabalho começado por Milanesi?

TC – Deixei esse trabalho por incompatibilidade de gênio político, digamos assim. É difícil atuar em órgãos como as Secretarias. Teria de engolir sapor maiores que os que estou acostumado. Não tinha necessidade de tanto, saí. Mas sei que o trabalho do Milanesi vem dando frutos. Tenho notícia de que já ultrapassou a centena o número de cidades que assinou convênio com a Secretaria de Estado para ter assistência na montagem e nos recursos humanos para gerir Bibliotecas a caminho de se tornarem Centros Culturais. Houve uma assimilação muito grande da proposta. Sentiram que era limpa, desinteressada. Nos últimos meses do Governo Montoro intensificou-se esse processo de firmar convênios.

RBBD – Como se daria esse processo de transformação da Biblioteca Pública em centro Cultural?

TC – Com problemas, claro. Em primeiro lugar, quem irá gerir isso? Há uma questão profissional e uma defesa de ponto de vista nessa questão. A lei pede que um bibliotecário dirija a Biblioteca mas não o Centro Cultural. Qualquer um poderia dirigir um

Digitalizado gentilmente por:

Centro Cultural pois a lei não faz referência a isso. Parece normal que o bibliotecário, com uma experiência prévia na administração da Biblioteca Pública, tenha condições de dirigir também o Centro Cultural. Mas deve haver um processo de desenvolvimento dele como profissional de ação Cultural.

RBBD – Tive notícias de que algumas pessoas que atuaram como agentes culturais estavam querendo sua profissionalização. Como você vê a questão?

TC – A questão é ampla, envolve também o curso de Jornalismo, até outros cursos mais. O problema é que a gama de pessoas capacitadas para a Ação Cultural é tão grande que não vejo como se pode exigir um diploma específico do Agente Cultural. Setores da própria Escola de Comunicações e Artes parecem querer criar um curso de Graduação em "Ação Cultural". Creio que mais adequado é uma avaliação do desempenho do candidato a Agente Cultural. Deve-se exigir um diploma de nível universitário em alguma área próxima. Até mesmo, pode-se abrir uma exceção a um artista que nunca teve esse diploma, mas que demonstre sua capacidade através de um currículo. Deve-se ter uma atitude mais aberta, nesta questão. Importante é oferecer condições de especialização continuada.

RBBD – Há um curso de especialização em Ação Cultural que a USP está promovendo. Fale um pouco a respeito. Ele visa a capacitar quaisquer profissionais para trabalhar como Agente Cultural?

TC – Exato. É um curso que está aberto a profissionais de várias áreas. Basta que tenha diploma, pois esta é uma exigência legal para fazer esse curso de especialização. Mas ele pode vir de qualquer área, preferencialmente das mais próximas.

RBBD – E como vem se desenvolvendo?

TC – O curso teve uma procura muito grande e, dos que iniciaram,

Digitalizado gentilmente por:

poucos desistiram. São desistentes aqueles que, numa coisa típica do Brasil, vinham pedindo receitas. Aqui não se dá receitas. Não é um curso onde se ensina alguma coisa por um molde. Está mais para o levantamento de questões, debates. O nível de interesse e participação é muito grande. Em outras palavras, é uma turma boa.

RBBD – É fruto de sua pesquisa?

TC – Eu o considero assim, como fruto de minha pesquisa. Mas, torno a repetir, não há segredos na Ação Cultural. De uma maneira ou de outra, comparando alguns dados do exterior sobre Ação Cultural, cheguei à conclusão que o melhor que poderíamos fazer era preparar os alunos em três áreas básicas. Um ponto fundamental nessa preparação é o do trabalho em grupo. Quem trabalha com Ação Cultural deve saber como atuar, quando se trabalha em grupo. Senão, corre-se o risco de ver a criatividade sufocada, ao invés de se abrir espaço para ela. Eu, particularmente, já vi a criatividade ser sufocada tanto no campo da Ação Cultural, quanto no próprio ensino da Arte.

RBBD – Imagino que você tenha contato com vários produtores culturais. Qual a visão que o produtor cultural tem desse trabalho feito ou iniciado por bibliotecários ou na Biblioteca?

TC – Bem, em geral, os produtores culturais tendem a desprezar essa iniciativa. Veêm com maus olhos todo esse trabalho que é feito na área de Arte-Educação e da Ação Cultural. Exceto quando participam do processo de realização e são remunerados pelo Centro Cultural ... Bem, todos sabem como o artista vê essa questão. É um conflito antigo entre a Arte e a Educação. Os artisitas, em geral, não veêm nenhuma finalidade para a Arte e negam qualquer finalidade que se possa atribuir ao seu trabalho. Não só não gostam do bibliotecário fazendo isso, como não gostam de nenhum agente cultural como não gostam nem de

Digitalizado gentilmente por:

exercerem essa ação eles mesmos. Devo dizer que, na maioria dos casos, os artistas têm razão. Mas, primeiro, uma nova ação cultural pode mudar isso. E, depois, não cabe à arte ou aos artistas decidir com exclusividade sobre a questão cultural.

RBBD – E como fica a Ação Cultural diante da inexistência de uma Política cultural?

TC – Tenho a impressão que o atual Ministério quer mudar a Política Cultural. Na verdade, uma política cultural sempre existiu. Talvez não fosse a que desejássemos, mas existiu. Numa época se privilegiou os produtores de cinema, noutra época a conservação histórica, quer dizer, isso é política cultural. O atual Ministério parece interessado em ter uma política cultural mais voltada para a ação cultural. Agora, todo mundo sabe que para esse Ministério da Cultura, situado literalmente nos porões de Brasília, há muita coisa a fazer e ele não vai poder atender a tudo. Creio que, para nosso interesse, a melhor saída seria uma municipalização da Ação Cultural. Sim, pois a cidade não é só a maior, mas a única realidade cultural. O restante é fantasia, imaginação. Para quem mora em Itú, o resto do Brasil é uma fantasia levada por jornais, televisão. Enfim, a única realidade cultural que existe é a cidade. Portanto, deveríamos ter uma política de Ação Cultural nos municípios.

RBBD – Algo como a Lei Sarney a nível municipal. Com legislação bem específica.

TC – E especialmente recursos. Só que então tocaríamos em outro ponto que á a famosa questão tributária no Brasil. As cidades só terão Política Cultural se tiverem dinheiro para arcar com isso.

RBBD – Poderia finalizar com algo sobre a metodologia da ação Cultural?

Digitalizado gentilmente por:

TC – Bem, eu posso retomar os três pontos fundamentais da formação do agene cultural, discutidos anteriormente. O primeiro seria o reconhecimento do que está em jogo quando se trabalha em grupo para estimular a criatividade das pessoas. O outro, o conhecimento do significado social da intervenção cultural. Ou seja, quando se está num trabalho cultural com o que se está mexendo? E que significado social tem essa atuação cultural?

RBBD – Daí o estudo da Comunidade, do grupo, a necessidade de acompanhamento ...

TC – Sim. Por fim, o conhecimento da natureza e dos objetivos das práticas culturais, de uma prática cultural. O que o teatro tem de próprio, o que se procura no cinema, qual a diferença entre uma coisa e outra, o que uma dança folclórica oferece à pessoa? É o que tem de saber o agente cultural.

RBBD – Isso parece fugir mais ainda da alçada das Bibliotecas.

TC – E foge. Mas, a questão que se apresenta é a seguinte: colocada a Biblioteca Pública num canto, acuada, o bibliotecário aceita ficar num segundo plano? Ou ele próprio vai dar um sentido mais moderno, mais amplo, a si mesmo e ao seu trabalho?

Digitalizado gentilmente por:

POLÍTICA E AÇÃO CULTURAL: BIBLIOGRAFIA

Rita de Cássia Rodrigues*

Discussões sobre política e ação cultural têm merecido crescente interesse de vários setores da sociedade, gerando necessidade informacional e documental sobre o assunto por parte de estudiosos e pesquisadores brasileiros.

A Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da USP levou a cabo uma pesquisa bibliográfica sobre a matéria com o fim de oferecer subsídios bibliográficos aos estudiosos das diversas áreas da cultura e aos agentes culturais que desejam conhecer mais a fundo este campo, tendo como 1º produto este levantamento.

Serviram como base para o levantamento as bibliotecas da ECA e a do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Colaborou no levantamento a bibliotecária da FFLCH/USP Márcia Conceição Sampaio Ferraz.

ABERCROMBIE, Nigel. *Cultural policy in the United Kingdon*. Paris, Unesco, 1982. 71 p.

————. *La politique culturelle au Royaume-Uni*. Paris, Unesco, 1983. 76 p.

ABOU-RIZK, Joseph. *La politique culturelle au Liban*. Paris, Unesco, 1981. 79 p.

* Bibliotecária de Referência do Serviço de Biblioteca e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP.

Digitalizado gentilmente por:

ABRAHAM, Arthur. *Cultural policy in Sierra Leone*. Vendome, Unesco, 1978. 75 p.

————. *La politique culturelle en Sierra Leone*. Paris, Unesco, 1979. 84p.

ACZEL, Gejorgy. *Culture et démocratie socieliste*. Sur la politique culturelle hongroise. Paris, Editions Sociales, 1971. 368 p.

AFRICA. Ministère de l'Education et de la Culture. *La politique culturelle au Ghana*. Paris, Unesco, 1976. 53 p.

AIDE à la création artistique. Deux exemples la Pologne et la Hongrie. Paris, Unesco, s.d. 109 p.

LES AIDES publiques à la création artistique en France. Paris, La Documentation Française, 1976. 48 p.

AL-HADDAD, Abdul-Rahman. *Cultural policy in the Yemen Arab Republic*. Paris, Unesco, 1982.

ALLEN, John. *Theatre in Europe*. Strasbourg, 1978. 32 p.

ALUNNI, D. et alii. *L'animation culturelle*. Paris, Les Éditions Ouvriéres, 1965.

AMATYA, Shaphalya. *Some aspects of cultural policy in Nepal*. Paris, Unesco, 1983. 69 p.

ANACLETI, Odhiambo. Émancipation culturelle: incidence sur le développement économique en Afrique orientale et centrale. *Cultures*, Paris, 1(9):26-45, 1983.

ANALYSE, des possibilités de coordination entre l'action culturelle et l'animation commerciale. Strasbourg, Conseil de Coopération Culturelle du Conseil de l'Europe, 1974.

Digitalizado gentilmente por:

ANDRADE, Mario de. La comunication pour une décolonisation culturelle en Afrique. *Cultures*, Paris, 8(3):17-28, 1982.

LES ANIMATEURS. *Esprit* (5):1093-163, mai 1973.

ANIMATION, action sociale, action culturelle. *Recherche sociale*. n. 32:1-46, nov./dec. 1970.

ANIMATION, culturelle et pouvoir. *ADRAC Dossier*, n. 14, jan./fev. 1971.

L'ANIMATION en milieu urbain. *Pour*, (45):84, dec. 1975

ANIMATION et animateurs. *Recherche Sociale*, n. 13, sept./oct. 1967.

ANIMATION et autogestion. *ADRAC Dossier*, n. 18, mars. 1973.

ANIMATION et media: cinquième rencontre interuniversitaire de communication sociale. Lonvain, s. ed., 1976. 113 p.

ANIMATION et participation, compte de Dourdam organisé par c.c.o. *Perspectives Socialistes*, oct. 1968. 78 p.

ANIMATION et societé, *ADRAC Dossier*, mars/avr. 1971. n. 15.

L'ANIMATION socio-culturelle. *Cahiers JEB* (3):131-231, sept. 1971.

ANIMATION socio-culturelle d'une zone résidentielle de type courant. Strasbourg, Conseil de Coopération Culturelle du Conseil de l'Europe, 1975.

ARANTES, Antonio Augusto, org. *Produzindo*: estratégia de construção do patrimônio cultural. São Paulo, Brasiliense/CONDEPHAAT, 1984. 255 p.

LES ASSOCIATIONS: problémes actuels. Bénévoles, militants et professionnels. *Pour*, mars/avr. 1978. n. 59.

Digitalizado gentilmente por:

AUSTRALIAN GOVERNMENT PUBLISHING SERVICE. *Australian Council Annual Report* – 1976-1977. Canberra, 1978. 170 p.

BACHIR, Mohammed ben & MOHAMMED, Najib Moulay. *La politique culturelle du Maroc*. Paris, Unesco, 1981. 50 p.

BAHOKEN, J.C. & ATANGANA, Engelbert. *La politique culturelle en Republiquie du Cameroun*. Paris, Unesco, 1973. 93 p.

BARTHEZ, Jean Claude. Les publics de l'animation: leur constitution. *Cahiers de l'Animation*. sept./dec. 1975. p. 3-19.

BATALLA, Guillermo Bonfil. *Culturas populares y politica cultural*. México, Museo de Culturas Populares/SEP, 1982.

BATTERSBY, Jean. *La politique culturelle en Australie*. Paris, Unesco, 1981. 96 p.

BAUMOL, William J. & BOWEN, William G. *Performing arts* – the economic dilemma. New York, The Twentieth Century Fund., 1966.

BÉCANE, Jean-Claude. *L'expérience des Maisons de la Culture*. Paris, La Documentation Française, 1974. 59 p.

BEHNAM, Djamchild. Ages et culture. *Cultures*, Paris, 8(3):41-55, 1982.

BEILLEROT, Jack. Formateurs: métiers ou fonction? *Education Permanente* (26):99-102, nov./dec. 1974.

BELL, Daniel. *The cultural contradictions of capitalism*. New York, Basic Books, 1976. 301 p.

BELLEVILLE, Pierre. *Animations, pour quelle vie sociale?* Paris, Tema, 1974. 141 p.

BENSAID, Georges. *La culture planifiée?* Paris, Le Seuil, 1969. 332 p.

Digitalizado gentilmente por:

BÉRAUD, Didier & GIRARD, Jeanne. *Une aventure culturelle à Grenoble*, 1965-1976. Paris, Fondation pour le Développement Culturel, 1979. 223 p.

BHABHA, Jamshed J. Le financement de la vie culturelle en Inde. *Cultures*, Paris, 7(3):107-15, 1980.

BIGSBY, C.W.E. The politics of popular culture. *Cultures*, Paris, 1(2):15-35, 1973.

BLANCO, José Joaquim. Cultura nacional y cultura de Estado. *Cademos Políticos*. México (34) oct./nov. 1982.

BOGART, Leo. Le contrôle de mass media. *Communications*, Paris (14):100-110, 1969.

BONNELL, René. *L'initiative culturelle en économie de marché*. Le cinéma français depuis 1945. Paris, 1977. Tese (doutorado), Université de Paris.

BRIGGS, D. *Expenditure on the arts in New-zealand*. Wellington, Queen Elisabeth II Arts Council, 1970.

CARVALHO, Ilmar. Empresário, participe na construção da nossa memória musical. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 15(771):13 abr. 1984.

————. O mecenato cultural pode resgatar nossa rica memória musical. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 15(776):12, maio 1984.

CENTRO DE LAZER SESC. Fábrica Pompéia. Centro de Formação de Animadores Culturais. *Curso de animação cultural de bibliotecas*. São Paulo, 1985. 14 p.

CERTEAU, Michel de. *La culture au pluriel*. Paris, Union Générale d'éditions. 1974. 319 p.

CHAGY, Gideon. *The new patrons of the arts*. New York, Abrams, 1973. 128p.

Digitalizado gentilmente por:

CHARPENTREAU, Jaques. *Pour une politique culturelle*. Paris, Les Editions Ouvrières, 1967. 230 p.

CHAUÍ, Marilena. et alii. *Política cultural*. Porto Alegre, Mercado Aberto/Fundação Wilson Pinheiro, 1984. 78 p.

CHEVCHOUK, G. *Cultural policy in the Ukrainian Soviet Socialist Republic*. Paris, Unesco, 1982. 72 p.

————. *La politique culturelle dans la Republique socialiste soviétique d'Ukraine*. Paris, Unesco, 1981. 74 p.

CHOISIR la culture, livre blanc sur la situation culturelle lyonnaise. Lyon, Ville de Lyon, 1977. 2 v.

CINAM. *Contríbution á e'étude de la demande d'animateurs et cadres d'animátion en France*. Paris, Haut Comité de la Jeunesse, 1966. 51 p.

CLAEYS BOUUAERT, Ignace. *Le régime fiscal des fondations culturelles et du mécenat dans les Etats de la Communauté économique européenne*. Bruxelles, C.E.E., 1975. 121 p.

CLARIFIER les objectifs, évaluer les resultats pour animer. *Documents de l'INEF*. 145p. s.d.

COELHO, Edmundo Campos. Teatro: mercado e intervenção do Estado. In: MICELI, Sergio, org. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984. p. 145-72.

COELHO NETO, José Teixeira. *A cultura da cidade* (casa de cultura e ação cultural) São Paulo, 1985. 209 p. Tese (Livre-docência), ECA/USP.

————. *Usos da cultura*: políticas de ação cultural. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. 124 p. il.

COENEN-HUTTER, Jacques. *Les mouvements de contre-culture et de culture populaire et l'animation socio-culturelle*. Strasbourg, Council of Europe. 1974. 30 p.

Digitalizado gentilmente por:

COENEN-HUTTER, Josette. *Etude des associations à la Chaux-de-Fonds*. Bruxelles, JEB, s.d. 85 p.

COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELI, Sergio, org. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984. p. 85-96.

COMBS, H.C. The economics of the performing arts. *Economic papers* (35):32-47, sept. 1970.

COMMISSARIAT GÉNÉRAL DU PLAN. *Rapport de la Commission affaires culturelles*: l'action culturelle. Paris, Documentation Française, 1971. 104 p.

————. *Rapport du group culture*. Paris, La Documentation Française, 1976. 128 p.

COMISSION ITALIENNE POUR L'UNESCO. *La politique culturelle en Italie*. Paris, Unesco, 1971. 83 p.

CONFERENCE INTERGOUVERNENTALE SUR LES ASPECTS INSTITUTIONNELS, ADMINISTRATIFS ET FINANCIERS DES POLITIQUES CULTURELLES, Venise, 1970. *Rapport final*. Paris, Unesco, 1970. 76p.

CONFERENCE INTERGOUVERNEMENTALE SUR LES POLITIQUES CULTURELLES EN AFRIQUE. Accra, 1975. *Rapport final*. Paris, Unesco, 1975. 93 p.

CONFERENCE EN AMÉRIQUE LATINE ET DANS LES CARAIBES. Bogotá, 1978. *Rapport final*. Paris, Unesco, 1978. 111 p.

CONFERENCE EN ASIE. Jogjákarta, 1973. *Rapport final*. Paris, Unesco, 1973. 92p.

CONFERENCE EN EUROPE, Helsinki, 1972. *Rapport final*. Paris, Unesco, 1972. 93p.

Digitalizado gentilmente por:

COSTER, M. de *Les disque*. Art ou affaires? Analyse sociologique d'une industrie culturelle. Grenoble, Presses Universitaries de Grenoble, 1976. 221p.

COUNCIL OF EUROPE. *Survey of facilities for the training of "animateurs" in France – spea King Belgium*. Strasbourg, 1976.

COURTOIS, Guy. *Associations et fondations*. Eléments d'une étude comparative. Paris, Fondation de France, 1976. 106p.

CULTURAL animation and lifelong education: an international seminar (Switzerland and France, May 1976), Report. Bern, Swiss National Comission for Unesco, 1976.

CULTURE dans la ville: situation à Nice, Livre blanc. Nice, Information Culturelles, 1978. 190p.

CZECZOT-GAWRAK, Zbigniew. Les imagines en mouvement el la sauvegarde du patrimoine. Une résolution de la Conference Générale de l'Unesco (1978) *Cultures*, Paris, 6(1):140-50, 1979.

DARMS, Louis. Le point de vue de la victime culturelle. In: ANIMATION et media: cinquième rencontre interuniversitaire de communication sociale. Louvain, s. ed., 1976. p. 71-80.

DECHAMPS, Philippe. Démocratisation de la culture. Démocratie culturelle et tiers chemin. In: ANIMATION et média: cinquième rencontre interuniversitaire de communication sociale. Louvain, s. ed., 1976. p. 29-32.

DÉCLARATION de Mexico sur les politiques culturelles. *Cultures*, Paris, 9(1):199-206, 1983.

DEMANDA cultural en Espanã. Madrid, Secretaria General Tecnica/Gabinete de Estadistica e Informática, 1979. 770p.

DEPAIGNE, Jacques. *Les politiques culturelles en Europe*. Strasbourg, Conseil de l'Europe, 1978. 66p.

Digitalizado gentilmente por:

DIGGLE, Keith. *Marketing the Arts*; an introduction and practical guide. Londres, City University/Centre for Arts and Related Studies, 1976. 43p.

LA DIRECCION DE CULTURA. *Cuatro ános de actividad cultural* 1972-1976. Caracas, 1976. 117p.

DORIAN, Frederick. *Commitment to culture, art patronage in Europe and significante for América*. Pittsburg, University of Pittsburg Press, 1964.

EMMANUEL, Pierre. *Pour une politique da la culture*. Paris, Seuil, 1971, 207p.

ESHETE, Aleme. *The cultural situation in socialist Ethiopie*. Paris, Unesco, 1982. 56p.

———. *La situation culturelle en Ethiopie solialiste*. Paris, Unesco, 1982. 59p.

ETCHEPAREBORDA, Roberto, Le Fonds national des arts d'Argentine. *Cultures*. Paris, 7(3):32-50, 1980.

FABRIZIO, Claude. *Action culturelle et milieu scolaire*. Paris, Secrétariat d'Etat a la Culture, 1976.

———. *Le projet suédois de démocratie culturelle*. Essai de comparaison avéc la situation françoise. Paris, La Documentation Française, 1975. 72p.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico nacional. In: MICELI, Sérgio, org. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984. p. 21-39.

FASUYI, T.A. *La politique culturelle du Nigéria*. Paris, Unesco, 1972. 62p.

FÉAUX, Valmy. Politique culturelle des pouvoirs publics et animation culturelle. In: ANIMATION et media: cinquième rencontre interuniversitaire de communication sociale, Louvain, s. ed., 1976. p. 23-8.

Digitalizado gentilmente por:

FEIJÓ, Martin Cezar. *O que é política cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1983. 79p. ilus.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como instrumento de ação cultural. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. Belo Horizonte, 12(2):145-69, set. 1983.

————. O bibliotecário-animador: considerações sobre sua formação. *Revista de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, 11(2): 230-6, set. 1982.

————. Uma biblioteca verdadeiramente pública, *Revista de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, 9(2):131-8, set. 1980.

————. *Considerations préliminaires sur l'animation musicale*. Marseille, Faculté de Letters, Université D'Aix, 1981. 359 p. Tese (doutorado).

————. Da política cultural à cultura política: um exemplo musical. *Boletim da Intercom*, São Paulo, 6(42/43):28-30, mar./jun. 1983.

FOHRBECK, Karla. La promotion des arts: un modéle de développment culturel? *Cultures*, Paris, 9(1):141-58, 1983.

FONDS DE COOPÉRATION DE LA JEUNESE ET DE L'EDUCATION POPULAIRE (FONJEP) *Enquete du FONJEP*. Unité et diversité de la fonction d'animateur sócio-éducatif. Paris, 1974. 60p.

LA FORMATION aux carrières socio-éducatives. Les etablissements de formation professionell d'animateurs. *Document de l'INEP*, May 1975, n. 16, 115p.

LA FORMATION est-elle un métier? *Education Permanente*, sept./oct. 1974. n. 25.

FORTIN, Gérald. La planification des mass media en vue du développement, *Communications*, Paris (14):129-36, 1969.

Digitalizado gentilmente por:

FOUCHE, Jean Jacques. L'animation. Approche des différentes conceptions de l'animation dans des établissements de la décentralisation culturelle. *Atact-Informations* (62):23-7, nov. 1974.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para liberdade*. 6. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 149p.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. 128p.

GANS, Hebert J. La politique culturelle aux États-Unis. *Communications*, Paris (14):162-70, 1969.

GARCIA CANCLINI, Nestor. Políticas culturais na América Latina. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 2(2):39-51, jul. 1983.

GARDOS, Harold & WAGNER, Manfred. *Quelques aspects de la politique culturelle en Autriche*. Paris, Unesco, 1981. 78p.

GAUDIBERT, Pierre. *L'action culturelle*: intégration et ou subversion. Paris, Casterman-Poche, 1972. 141p.

GELIN, Jeanne. Représentations et attitudes devant la formation chez des animateurs professionels en longue. *Cahiers de l'Animation* (4):29-44, dec. 1973.

GENTIL, Geneviéve; BERTIN Dominique & VARINE, Hughes de. *L'action culturelle dans la commune*. Paris, Vie Publique/Collection La Bibliothèque des Communes, 1979. 463p.

GERBNER, George. Pouvoir institutionnalisé et systemes de messages. *Communications* (14):116-28, 1969.

GETLEIN, Frank. Washington, D.C.: Le John F. Kennedy Center for the performing arts. *Cultures*, Paris, 3(3);183-95, 1976.

GHELARDI, Robert. *Economics, society and culture*. New York, Delta Original, 1976.

Digitalizado gentilmente por:

GIELZYNSKI, Wojciech. *La culture en Pologne*. Varsovie, Editions Interpress, 1976.

GIRARD, Augustin. Le financement de la vie culturelle en France *Cultures*, Paris, 7(3):85-106, 1980.

————. & GENTIL, Geneviève. *Développement cultural*: expériences et politiques. Paris, Dalloz/Unesco, 1982. 166p.

GIRARD, Augustin & KAGAN, Michael. Vingt ans de polítique culturelle. *Deleloppment Cultural* **n. 42**:12, oct. 1979.

GLUMAC, Slobodan. Le centre culturel de Belgrade, Cultures, Paris, 3(3):205-11, 1976.

GOURNAY, Bernard. Un Ministére pour la culture: l'expérience française. *Revue Française d'Administration Publique* (22):51-64, avr./juin 1982.

GOUVEIA, Maria Alice Machado. Políticas de preservação (três experiências em confronto): Inglaterra, Estados Unidos e França. In: MICELI, Sergio & ————. *Política cultural comparada*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1985. p. 35-64.

GRYSPEERDT, Axel. De la participation culturelle selon les comportements. In: ANIMATION et media: cinquiéme rencontre interuniversitaire de communication sociale. Louvain, s. ed., 1976. p. 81-5.

GUERIN, Chantal. Du DECEP au CAPASE. *Cahiers de l'Animation* (4):13-27, dec. 1973.

————. A propos du CAPASE. *Cahiers de l'Animation*, (7):1-17, jan./avr. 1975.

Digitalizado gentilmente por:

GUMUCIO, Mariano Baptista. *La política cultural en Bolivia*. Paris, Unesco, 1979. 83 p.

GUREVITCH, Michael. L'attente du public: l'exemple de la télévision israélienne. *Communications*, Paris (14):172-6, 1969.

HAI, Mohamed Abdel. *Cultural policy in the Sudan*. Paris, Unesco, 1982. 43p.

HARDISON JR, O.B. Le financement de la vie culturelle aux Etats-Unis, *Cultures*, Paris 7(3):66-84, 1980.

HARVEY, Edwin R. *La política cultural en Argentina*. Paris, Unesco, 1977. 94p.

HENDON, Willian S; SHANAHAN, James L & MACDONALD, Alice J, eds. *Economic policy for the arts*. Cambridge, Abt Books, 1980.

HERRERA, Felipe. Développement et politiques culturelles: l'avenir de la région. *Cultures*, Paris, 5(3):130-50, 1978.

————. Le financement du développement culturel. *Cultures*, Paris, 7(3):7-17, 1980.

————. *Financiación del desarrollo cultural*. Paris, Unesco, 1979. 10 p.

HOLLEUAUX, André. La politique culturelle française. *Revue Française d'Administration Publique* (22):7-50, avr./juin. 1982.

HOMBURG, E. Approche par le groupe de problémes relationnels. In: ANIMATION et média: cinquième rencontre interuniversitaire de communication sociale, Louvain, s. ed., 1976, p. 95-100.

HUTCHINSON, Robert. *A study of South Hill Park, the Gardner Centre and Chapter*. Londres, Conseil des Arts, 1977. 143 p.

INGBERG, Henry. *Former des animateurs socio-culturels en milieu populaire*. Bruxelles, JEB Points, s.d., 59 p.

Digitalizado gentilmente por:

INGBERG, Henry. Quel pouvoir pour quelle culture. In: ANIMATION et média: cinquième rencontre interuniversitaire de communication sociale. Louvain, s. ed., 1976. p. 57-67.

INSTITUT CULTUREL AFRICAN ET MAURICIEN. *Etudes de factibilité d'un centre pilote de formation des personnels de l'action culturelle*, I. Programme de formation. Dakar, ICAM, 1976.

INSTITUTE OF JAMAICA. *Cultural policy in Jamaica*. Paris, Unesco, 1977. 53 p.

INSTITUTO NATIONAL DE CULTURA. *Política cultural de la República de Panamá*. Paris, Unesco, 1977. 49 p.

————. *Política cultural del Perú*. Paris, Unesco, 1977, 71 p.

ION, Jacques. *Les équipements socio-culturels et la ville*. Saint-Etienne, CRESAL/Paris, ADIRES, 1972. 212 p.

————.; MIEGE, Bernard & ROUX Alain-Nöel. *L'appareil d'action culturelle*. Paris, Ed. Universitaires, 1974. 299 p.

JANNE, Henri. Le pluralisme culturel dans la societé contemporaine. *Cultures*, Paris, 8(3):29-40, 1982.

JAVEAU, Claude. *Haro sur la culture*. Bruxelles, Ed. de Bruxelles, 1974. 211 p.

JEANSON, Francis. *L'action culturelle dans la cité*. Paris, Seuil, 1973. 253 p.

————. *Philosophie de l'action culturelle tirée de l'expérience pratique*. Chalon-sur-Saône, Maison de la Culture, 1971.

JOR, F. *Démystification de la Culture*: animation et créativité. Strasbourg, Conseil de l'Europe, 1976.

Digitalizado gentilmente por:

KLEBERG, Carl-Johan. *Expenditure on culture in Sweden*. Stockolm, Swedish National Council for Cultural Affairs, 1973. 81 p.

————. Objectifs culturels: mots vides de sens ou politique conciéte? *Cultures*, Paris, 9(1):82-97, 1983.

KLOSKOWSKA, Antonina. La sociologie et les problémes de la politique culturelle: l'exemple de la Pologne. *Communications*, Paris (14):182-4, 1969.

KONARÉ, Alpha Oumar. Politiques culturelles en Afrique occidentale. *Cultures*. Paris, 9(1):110-24, 1983.

LANDRON GUEVARA, Moisés. de. *Política cultural del Estado Méxicano*. México, Centro de Estudos Educativos ISEP, 1983.

LANE, John. *Arts Centres*: every town should have one. Londres, Elek, 1978. 180 p.

LANG, Jack; WIKSTROM, Jan-Erik & SENGHOR, Léopold Sédar. Comparaison entre les politiques culturelles de différents pays (depoimento) *Cultures*, Paris, 1(9):67-80, 1983.

LANGLOIS, Juan Carlos. La dimension culturelle dans les projets de développment. *Cultures*, Paris, 7(3):179-84, 1980.

————. *L'innovation culturelle et l'exemple du Fonds international pour la promotion de la culture de l'Unesco*. Paris, Unesco, 1979.

LEANDRO, José Sidney. *O cinema como recurso de formação cultural do universitário*: relato de uma experiência. São Carlos, 1983. 330p. Tese (mestrado), UFSCar.

LECOMTE, Yvette. L'animation de processus culturels dominés. In: ANIMATION et media: cinquiême rencontre interuniversitaire de communication sociale. Louvain, s. ed., 1976. p. 87-92.

Digitalizado gentilmente por:

LIBOIS, Monique & DISPY, Michele. L'animation avec ou sans le système? In: ANIMATION et media: cinquième rencontre interuniversitaire de communication sociale. Louvain, s. ed., 1976. p. 101-13.

LIGUE FRANÇAISE DE L'ENSEIGNEMENT ET DE L'EDUCATION PERMANENTE. *Animation et animateurs*. Paris, 1975. 146 p.

LIMBOS, Edouard. *L'animateur socio-culturel*. Formation et auto formation, méthodes et techniques. Paris, Fleurus, 1971. 302 p.

LOSTE, Sébastien. Paris: le Centre national d'art et de culture Georges Pompidou. *Cultures*, 3(3):196-204, 1976.

MACHADO, Mario Brockmann. Notas sobre política cultural no Brasil. In: MICELI, Sergio, org. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984. p. 5-19.

MCLUHAN, Marshall. *Culture is our business*. New York, Mc Graw Hill, 1970. 336 p.

MCKENZIE, Francine Chartrand. La critique de la radio et de la télévión aux États-Unis et en Grande-Bretagne. *Communications*, Paris, (14):185-98, 1969.

MCKINZIE, Richard. *The new deal for artists*. Princeton, Princeton University Press, 1973. 203 p.

MAJSTOROVIC, Stevan. *La politique culturelle in Yougoslavie*. Paris, Unesco, 1971. 87 p.

————. *La politique culturelle in Yougoslavie*. Paris, Unesco, 1980. 108p.

MAKAGIANSAR, Makaminan. Au lendemain de la Conférence mondiale sur les politiques culturelles. *Cultures*, Paris, 9(1):9-21, 1983.

MAKEDONSKAIA, Nina Vladimirovna. Le financement de la vie culturelle en R.S.S. de Biélorussie. *Cultures*, Paris, 7(3):127-39, 1980.

Digitalizado gentilmente por:

MARCONDES FILHO, Ciro. O estado e a ação cultural: a imponente linguagem ideológica da música. *Caderno de Música, São Paulo (10):9-10, set. 1982.*

MARK, Charles C. A study of cultural policy in the United States. Paris, Unesco, 1969. 43 p.

MARSHALL, A.H. *Local government and the arts*. Birmingham, University of Birmingham, 1974. 52 p.

MARTINEZ, Eduardo. *La política cultural de México*. Paris, Unesco, 1977. 72p.

M'BENGUE, Mamadou Seyni. *La politique culturelle au Senegal*. Paris, Unesco/PUF, 1973. 65 p.

MBUGHUNI, L.A. *La politique culturelle en République Unie de Tanzanie*. Paris, Unesco/PUF, 1974. 80p.

LE MÉCÉNAT en France. Paris, Ministère de la culture et de la communication, 1980. 64 p.

MEISTER, albert. *La participation dans les associations*. Paris, Ed. Ouvrières, Economie et Humanisme, 1974. 176 p.

MELO, Maria Lúcia Mendonça & LOPES, Josefa Martins da Conceição. Biblioteca em mudança: uma proposta de "animação cultural" participativa. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE DOCUMENTAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL. São Paulo, 29 a 30 de nov. 1985. *Anais*. São Paulo, INTERCOM/PORTCOM, 1986. p. 90-6.

MENNEL, Stephen. *Cultural policy in towns*-experimental study of cultural developpement in European towns. Strasbourg, Council of Europe, 1976. 166 p.

MERCOURI, Melina. Préservation et développment du patrimoine culturel em Gréce. (depoimento) *Cultures*, Paris, 1(9):47-9, 1983.

Digitalizado gentilmente por:

MESSADI, Mahmoud. Le financement de la vie culturelle dans les pays arabes. *Cultures*, Paris, 7(3):19-31, 1980.

LE MÉTIER d'animateur. *ADRAC Dossiers*, mai 1974. n. 24.

LE MÉTIER d'animateur. *ADRAC Dossiers*, sept. 1974. n. 25.

MEUNIER, Jean-Pierre. Action culturelle et communication, In: ANIMATION et media: cinquième rencontre interuniversitaire de communication sociale. Louvain, s. ed., 1976. p. 43-7.

MICELI, Sérgio. O financiamento das artes nos EUA: filantropia privada versus patrocínio governamental. In: ———— & GOUVEIA, Maria Alice Machado. *Política cultural comparada*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1985. p. 65-113.

————. O processo de "construção institucional" na área cultural federal (anos 70). In: ————, org. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984. p. 53-83.

————. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. In: ————, org. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984. p. 97-111.

————. As tradições do mecenato europeu nos campos das artes cênicas, da música e da rádio-televisão. In: ———— & GOUVEIA, Maria Alice. *Política cultural comparada*, Rio de Janeiro, FUNARTE, 1985. p. 11-33.

————, org. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984. 240p.

————. & GOUVEIA, Maria Alice Machado. *Política cultural comparada*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1985.

MILANESI, Luiz Augusto. *Biblioteca pública*: ordenar para desordenar. São Paulo, 1985. 212 p. Tese (doutorado) - ECA/USP.

Digitalizado gentilmente por:

MILANESI, Luiz Augusto. *Ordenar para desordenar*: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo, Brasiliense, 1986. 261 p.

MINDLIN, José E. Uma experiência de programação cultural. In: MICELI, Sérgio. org. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984. p. 209-21.

MINIHAN, Janet. *The nationalization of culture*: the developpment of state subsidies to the arts in Great Britain. Londres, Hamish Hamilton, 1977. 276 p.

MINISTÈRE DE JEUNESSE ET SPORTS. *Animation et animateurs, colloque national*, 21-25 nov. 1966. Marly-le-Roi, INEP, 15 p.

MINISTÈRE DE LA CULTURE. *Annuaire statistique de la culture*. Données de 1970 à 1974. Paris, La Documentation Française, 1977.

MINISTÈRE ET DE LA COMMUNICATION. *Des chiffres pour la culture*, 1960-1978. Paris, La Documentation Française, s.d. 364 p.

MINISTÈRE DE LA CULTURE ET DE L'ENVIRONNEMENT. *Annuaire statistique de la culture* (1970-1974), Paris, La Documentation Française, 1978. 2 v.

MOLES, Abraham A. Sociedynamique et politique d'équipement culturel dans la societé urbaine. *Communications*, Paris (14):137-49, 1969.

MONSIVAIS, Carlos. Notas sobre el Estado, la cultura nacional y las culturas populares en México. *Cuadernos Politicos*, México (30) oct./dez. 1981.

MOREIRA, Dario. *La política cultural en Ecuador*. Paris, Unesco, 1977. 93 p.

MORIN, Edgar. De la culturanalyse à la politique culturelle. *Communications*, Paris (14):5-38, 1969.

Digitalizado gentilmente por:

MOULIN, Raymonde. *Les aides publiques à la création dans les arts plastiques*: Danemark, Finlande, France, Grande-Bretagne, Italie, Norvège, Pays-Bas, R.F.A., Suède. Paris, La Documentation Française, 1977. 52p.

MOULINIER, Pierre. *Les animateurs culturels*: fonctions et formation. Paris, Ministère des Affaires Culturelles, Commission Française pour l'Unesco, 1972. 24 p.

————. *L'animation et les animateurs à travers la littérature specialisée*. Paris, Service des Etudes du Secretariat d'Etat à la Culture, 1976.

MOULINER, Pierre. *Réflexions sur la formation des animateurs*. Paris, Ministère des Affairs Culturelles, 1973. 41 p.

————. *Symposium sur l'animation dans les villes nouvelles et les grands ensembles neufs*. Rapport de la France. Paris/Strasbourg. Council of Europe, 1976.

————. *The Training of cultural "animators"*. Paris, Unesco, s.d. 139p.

————; RAYBAUB, A. & ROUAN, G. *Animateurs rémunérés*: une profession comme les autres? Paris, GREP, 1977.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil*: a penetração cultural americana. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985. 92 p. il.

LE MOUVEMENT de contre culture et de culture populaire et l'animation socio-culturelle. Strasbourg, Conseil de Coopération Culturelle du Conseil de l'Europe, 1974.

MUSET, D. *Condensé d'une étude sur l'animation musicale*. Strasbourg, Institut de Psychologie Sociale de l'Université de Strasbourg, s.d.

MYER FOUNDATION. *Building private sector support for the Arts*. Melbourne The Myer Fondations, 1977. 111 p.

Digitalizado gentilmente por:

NAIFEH, Steven W. *Culture making*: money, sucess and the New York Art world. Princenton, The History Departament of Princenton University, 1976. 149 p.

NATIONAL COMMITTE FOR CULTURAL RESOURCES. *National repport on the Arts*. New York, 1975. 36 p.

NDETI, L. *La politique culturelle au Keneja*. Paris, Unesco/PUF, 1975. 76 p.

NETTER, Marc. Approche d'une politique culturelle en France. *Communications*, Paris (14):39-48, 1969.

NETZER, Dick. *The subsidized muse*. Cambridge, Cambridge University Press, 1978.

NEW YORK CULTURAL COUNCIL. *New York City resources for the arts and artists*: a listing of services and support available through the agencies and institutions of N.Y.C. New York, The Cultural Council, 1973. 95 p.

NIELSEN, Richard P. Le commerce international de matériel culturel et la politique des gouvernements. *Cultures*, Paris, 3(3):212-21, 1976.

NIZET, Jean & ABITBOL Maurice. *Politique et dépenses culturelles*. Bruxelles, JEB, 1976. 54 p.

OLDENBURG, Bengt. Mécénat et mécanismes de sélection. *Cultures*, Paris 7(3):141-51, 1980.

OLIVEN, Ruben George. A relação Estado e cultura no Brasil: cortes ou continuidade? In: MICELI, Sergio, org. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984. p. 41-52.

OSTRY, Bernard. *The cultural connection*. Toronto, Mc Clelland and Steward Ltd/Ontario, The Canadian Publishers, 1978. 240 p.

Digitalizado gentilmente por:

PARREIRA, Roberto. Estado e cultura: fomento "versus" paternalismo. In: MICELI, Sérgio, org. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984. p. 223-40.

PASCOE, Timothy L. L'aide du secteur privé aux activités culturelles en Autralie et en Nouvelle-Zélande. *Cultures*, Paris, 7(3):51-65, 1980.

PASQUILL, F.G. *Subsidy patterns for the performing arts in Canada*: Ottawa, Canada Council, 1973.

PIEL, Jacques. Culture et action culturelle. In: ANIMATION et media: cinquième rencontre interuniversitaire de communication sociale. Louvain, s. ed., 1976. p. 13-6.

PINTO, Rogerio Fertal Soares. Développement moderne et expression culturelle: deux modèles de culture. *Cultures*, Paris, 9(1):125-37, 1983.

PIRSON-DE CLERCQ, Jacqueline. Pouvoir, ideologie et animation culturelle. In: ANIMATION et média: cinquième rencontre interuniversitaire de communication sociale, Louvain, s. ed., 1976. p. 51-6.

POLAR, Jorge Cornejo. Un animateur culturel pour l'Amérique Latine. *Cultures*, Paris, 9(1):159-74, 1983.

LA POLITIQUE culturelle. *Communications*, Paris (14):1-4, 1969.

POLITIQUES culturelles: Africa-cult 1975. *Cultures*, Paris, 2(3):185-200, 1975.

POMEY, Michel. *Le mécénat et les fondations*. Paris, La Documentation Française, 1966. 43 p.

POPOV, Kostadine. *L'évolution démocratique de la culture contemporaine bulgare*. Sofia, Sofia Press, 1977. 80 p.

———. *La politique culturelle en Bulgarie*. Paris, Unesco, 1981. 90 p.

Digitalizado gentilmente por:

PORTELLA, Eduardo. *O intelectual e o poder*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983. 133 p.

POUJOL, G. *Le métier d'animateur*. Toulouse, Privat, 1978.

POUR l'animatique. *Pour*, mars 1971. n. 18/19.

POUR l'animatique. *Pour*, mai 1971. n. 20.

DES PRATIQUES socio-culturelles à une politique de l'animation. Strasbourg, Conseil de Coopération Culturelle du Conseil de l'Europe, 1978.

PROSPECTIVE du developpement culturel. *Futuribles*, Paris (17):515-680, sept./oct. 1978.

PUAUX, Paul. *Les établissements culturels*. Paris, La Documentation Française, 1982.

QUERRIEN, Max. *Pour une nouvelle politique du pratrimoine*. Paris, La Documentation Française, 1982.

QUESADA, Alba Alonso. *Hacia una política cultural de Honduras*. Paris, Unesco, 1978. 75 p.

QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu? In: MICELI, Sérgio, org. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Diefel, 1984. p. 113-34.

RAMAEKERS, Yves. Animation et action culturelles. In: ANIMATION et média: cinquième rencontre interuniversitaire de communication sociale. Louvain, s. ed., 1976. p. 17-21.

RANGANATH, H.K. *L'utilisation des divertissements populaires traditionnels pour l'action en faveur du développement national*. Paris, Unesco, 1981. 54 p.

Digitalizado gentilmente por:

RAPPORT du groupe de refléxion sur le statut des animateurs (personnels professionels d'animation socio-educative et socio-culturelle) 1969. 28 p.

REDCLIFFE-MAUD, Lord. *Support for the arts in england and Wales*. Londres, Fondation Calouste Gulbenkian, 1976. 202 p.

RENCONTRE INTERUNIVERSITAIRE DE COMMUNICATION SOCIALE, 5º. Louvain, 26 jan. 1976. *Animation Culturelle et media*. Louvain, Département de Communication Sociale, s.d.

————————. *L'art et l'argent*: les conditions économiques de la prodution culturelle. Bruxelles, JEB, 1977. 86 p.

REÚNION d'experts sur le développement des politiques culturelles en Europe. Finlande, 1982. 365 p.

REISS, Alvin H. *Culture and company*. New York, Twayne Publishers, 1972. 309 p.

REYES PALMA, Francisco. *História, social de la educación artística en México* – la politica cultural en la época de José Vasconcelos (1920-1924). México, Centros de Documentación e Investigación, 1981.

REZENDE, Antonio Muniz de. *Crise cultural e subdesenvolvimento brasileiro*. Campinas, Papirus, 1982. 91 p.

RIDLEY, Frederick F. Les arts en Grande-Bretagne: un financement sans mainmise l'État, *Revue Française d'Administration Publique* (22):71-98, avr./juin 1982.

RODRIGUES, Adriano. Pour une analyse du champ de l'animation culturelle. In: ANIMATION et média: cinquième rencontre interuniversitaire de communication sociale. Louvain, s. ed., 1976. p. 35-41.

ROUILLARD, Pierre. Développement culturel des régions et financements décentralisés. *Cultures*, Paris, 7(3):152-66, 1980.

Digitalizado gentilmente por:

ROVAN, Joseph. Pour une politique de la culture. *Communications*, Paris (14):49-69, 1969.

ROVINSKI, Samuel. *La política cultural en Costa-Rica*. Paris, Unesco, 1977. 63 p.

RUIZ, Jorge Eliécer & MARULANDO, Valentina. *La política cultural en Colombia*. Paris, Unesco, 1977. 93 p.

SALEM, Mahmoud. *Organizational survival in the performing arts*: the making of the Seattle Opera. New York, Praeger, 1976. 210 p.

SÃO PAULO (Cidade) CENTRO CULTURAL SÃO PAULO. *Primeiro fórum de debates*: a cidade e a cultura. São Paulo, 1983.

SÃO PAULO (Cidade) SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *São Paulo*: a cidade e sua política cultural. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1983. 47 p. il.

SÃO PAULO (Cidade) CENTRO CULTURAL SÃO PAULO, DIVISÃO DE PESQUISAS. C.C.S.P. ano I: Centro Cultural São Paulo. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1983. 87 p. il.

SARUSKI, Jaime & MOSQUERA, Geraldo. *La política cultural en Cuba*. Paris, Unesco, 1979. 52 p.

SAVOSNICK. *Economic evaluation of the Abu Simbel Restoration Project*: costs and benefits. Paris, Unesco, 1978. 31 p.

SCHAFER, D. Paul. *Aspects de la politique culturelle canadienne*. Paris, Unesco, 1977. 97 p.

SCHAFER, Paul & BLAGOEVA-ABRANOVA, Nedialka. *La participation culturelle*: l'exemple du Canada et de la Bulgarie. Paris, Unesco, 1979. 114 p.

Digitalizado gentilmente por:

SCHWARTZMAN, Simon; BONENY, Helena Maria Bousquet & COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Ação cultural. In: ————. *Tempos de Capanema*. São Paulo, Edusp; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. p. 79-105.

SECRETARIAT D'ETAT A LA CULTURE. Service des études et de la recherche. *Les centres de formation d'animateurs professionnels en France*. Paris, 1975. 164 p.

————. Service des études et de la recherche. *Quelques expériences françaises d'animation culturelle*. Paris, 1975. 33 p.

————. Service des études et de la recherche. *Travaux statistiques*: dépenses culturelles descommunes. Paris, SER, 1975. 31 p.

SEIFFERT, Dianne & WEISSER T. William G. *The arts in metropolian Washington*: some preliminary data on economics, financings, and organization. Washington, Washington Center for Metropolian Studies, 1975. 46 p.

SÉMINAIRE POUR LES ANIMATEURS CULTURELS ORGANISÉ PAR L'ICAM - Feb. 1975. *Animation culturelle et développement intégré*. Dakar, Institut Culturel Africain et Mauricien, 1975.

SENISE, Arnaldo José. Música e iniciativa privada. *Suplemento Cultural*. São Paulo, 3 (146):4-5, ago. 1979.

SERVICE D'INFORMATION DU CONSEIL DES ARTS DU CANADA. 20º *Rapport annuel*, 1976-1977. Otawa, Conseil des Arts du Canda, 1977. 134 p.

SEYMOUR, A.J. *Cultural policy in Guyana*. Paris, Unesco, 1977. 68 p.

SHAHAM, Nathan. Réflexions sur la politique culturelle en Israel. *Communications*, Paris (14):177-81, 1969.

SHIKOUMI, Nobuya. *Cultural policy in Japan*. Paris, Unesco, 1970. 55 p.

Digitalizado gentilmente por:

SIK, Chai Sin & HUN, Hyon Jong. *La politique culturelle en République populaire democratique de Corée*. Paris, Unesco, 1979. 49 p.

SIMONOT, Michel. *Les animateurs socio-culturels, étude d'une activité sociale*. Paris, PUF, 1974. 239 p.

SMITH, Datus C. Jr. *Problémes économiques de l'édition de livres dans les pays en developpement*. Paris, Unesco, 1977.

SOCIO-Cultural community development. *Council of Europe, Information Bulletin*, Dec. 1975. 120 p.

SODRÉ, Muniz. O mercado de bens culturais. In: MICELI, Sérgio, org. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Diefel, 1984. p. 135-44.

STATUT des personnels professionnels d'animation socio-éducative et socio-culturelle, principes généraux agrées. *Documents sur la Jeunesse*, 2:1-3, nov./dec. 1970.

STÉTIÉ, Salah. Le retour et la restitution des biens culturels: une ouverture sur plus de justice internationale. *Cultures*, Paris, 9(1):50-63, 1983.

STOLYAROV; Igor. Le financement de la vie culturelle en URSS. *Cultures*, Paris, 7(3):116-26, 1980.

SUMMARY report 1970-1977: selected summaries of Boekmanstichtings. Amsterdam, Boekmanstichtings, 1977. 75 p.

TAPER, Bernard. *The arts in Boston*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1970. 170 p.

THÉRY, H. Animation et planification. *Recherche Sociale*. sept. 1975. n. 55. 48 p.

_____. & GARRIGOU-LAGRANGE, Madileine. *Equiper et animer la vie sociale*. Paris, Ed. du Centurion, Institut Culture et Promotion, 1966. 277 p.

Digitalizado gentilmente por:

THROSBY, Withers. *The economics of the performing arts*. Melbourne/London/New York, Edward Arnold/St. Martins Press, 1979.

TIMBART, Odile. *Les dépenses culturelles des administrations centrales en 1974*. Paris, Ministère de la Culture et de la Communications, 1979. 3 v.

———— & BONNET, L. *Les dépenses culturelles des départements en 1975*. Paris, Ministère de la Culture et de la Communications, 1980. 2v.

TRIPET, Edgar. *Situation de la politique culturelle en Suisse*. Strasbourg, Conseil de l'Europe, 1978. 66 p.

UNESCO. *Aide à la création artistique trois exemples*: le Canadá, la France et l'Espagne. Paris, Unesco, 1978. 96 p.

————. *Aspects de la politique culturelle française*. Paris, 1970. 69 p.

————. *Cultural policy in the Mongolian people's Republic*. Paris, 1982. 49 p.

————. *La formation des animateurs culturels*. Paris, Unesco, 1980. 139 p.

UNESCO. *La politique culturelle de la République de Guinée:* étude de realisée par le Ministère de l'éducation et de la culture sous les auspices de la commission nationale guinéenne pour l'Unesco. Paris, 1979. 92p.

————. *La politique culturelle en France*. Paris, 1981. 128 p.

————. *La politique culturelle en République populaire Mongole*. Paris, 1982. 51 p.

————. Reúnion d'experts sur le financement de la culture, Herceg Novi, Yougoslavie, 1974. *Rapport final*. Paris, Unesco, 1974. 17 p.

Digitalizado gentilmente por:

UNESCO. Rôle des fondations dans la reconversion des monuments historiques. *Museum*, Paris, 27(3), 1975.

VATIN, J.C. & alii. *Culture et société au Maghred*. Paris, CNRS, 1975. 296p.

VAUGHAN, R. *The economic impact of the Edinburgh Festival*. Edinbourg, Scottish Tourist Board, 1977.

VERPRAET, Jean & LEFEBVRE, Alain. *L'action culturelle et le budget municipal*. Paris, Editions Ouvrières, 1972. 216 p.

VOOGD, Joop. *Le cinéma et l'Etat*. Strasbourg, Conseil de l'Europe, 1979. 241 p.

VITÁNYI, Ivan. Politique de la culture: typologie et effets. *Cultures*, Paris, 9(1):98-108, 1983.

WANGERMÉE, Robert. Publics et culture en télévision. *Communications*, Paris (14):111-5, 1969.

WEHLE, Mary M. *Financial management for art organizations*. Cambridge, Mass., A.A.R.I., 1975. 163 p.

WILLENER, Alfred & BEAUD, Paul. La culture-action, *Communications*, Paris (14):84-96, 1969.

WISNIK, José Miguel. Estado, arte e política em Villa-Lobos, Vargas e Glauber. *Folhetim*, São Paulo (283):6-8, jun. 1983.

WOLFF, Janet. Autonomia estética e política cultural. In: ———. *A produção social da arte*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. p. 85-109.

ZVORYKINE, A.A. *La politique culturelle en Union des Républiques Socialistes Soviétiques*. Paris, Unesco, 1970. 68 p.

ZVORYKYN, A.A.; GOLUBTSOVA, N.C. & RABINOVICH, ES. *La politique culturelle en URSS*. Paris, Unesco, 1970. 68 p.

Digitalizado gentilmente por:

A BIBLIOTECA PÚBLICA E A SOCIEDADE AMIGOS DA BIBLIOTECA.* A LEI SARNEY**

1 A Sociedade Amigos da Biblioteca

A vinculação das bibliotecas públicas com suas respectivas comunidades será muito enriquecida e realmente fortalecida com a criação da SOCIEDADE AMIGOS DA BIBLIOTECA. Esta é a forma mais eficaz para que seja anulado o distanciamento que existe entre a biblioteca e seus usuários – as pessoas não conhecem a biblioteca, não a procuram, não sabem os serviços que oferece, o que possui; enfim, não a valorizam, e, o que é mais grave, embora sendo uma biblioteca pública não a sentem sua, não a assumem. Por outro lado, a biblioteca se fecha entre suas quatro paredes, não sai delas, não preenche os espaços, não vai em busca da comunidade nem conquista os seus usuários.

Assim, a criação da Sociedade vai eliminar esse distanciamento. Significa, antes de mais nada, a comunidade se apossar do que lhe pertence – a biblioteca pública é sua e assim deve ser sentida.

Outrossim, o bibliotecário ou o responsável pela biblioteca precisa ser assistido, acompanhado, apoiado e seu trabalho deve ser participativo, realizado com a comunidade e não para a comunidade. Na biblioteca acontecerá a interação verdadeira com a comunidade e a criação da Sociedade vai facilitar isto.

* Documento elaborado pelo Instituto Nacional do Livro para servir de orientação às bibliotecas públicas.

** Ler o texto na íntegra na página 178.

Digitalizado gentilmente por:

1.1 Como organizar a Sociedade Amigos da Biblioteca

A primeira providência a ser tomada pelo bibliotecário ou responsável pela biblioteca será promover reuniões com a comunidade. Serão escolhidos dia e horário favoráveis de modo que, mesmo as pessoas que tenham compromissos com horários de trabalho, possam comparecer – o fim de semana é o ideal. Para essa divulgação, todos os meios de comunicação locais precisam ser acionados: a rádio, o jornal, visitas a escolas falando com os alunos para que transmitam o convite às suas famílias, colocação de cartazes em locais muito freqüentados pelo público, etc.

Uma boa divulgação dessas reuniões será a garantia de um bom começo para o trabalho.

No primeiro encontro serão discutidos assuntos com relação à função da biblioteca na comunidade. É preciso refletir muito com os participantes da reunião, sobre o valor da mesma para os profissionais de todos os níveis, para o cidadão comum, para a dona de casa, para os jovens, para os idosos, para as crianças. Entretanto, é fundamental que seja sentida a importância da leitura mas, antes de mais nada, o prazer de ler. A biblioteca deve assim estimular o gosto, a leitura como lazer. Para a criança, o livro não deve ser o símbolo de escola nem o seu uso ser ligado a deveres e obrigações, mas sim, uma forma de recreação.

A partir dessas reflexões serão delineadas, com maior precisão, as funções da biblioteca. Ela é o núcleo do desenvolvimento cultural da comunidade. A diversidade de atividades e programas voltados para o livro e para a leitura poderão originar ações maiores na área de cultura que venham mesmo a culminar com a criação de centros culturais.

Estas discussões serão básicas para que, no prosseguimento das reuniões, seja estruturada a sociedade como forma efetiva de participação, de apoio às atividades da biblioteca. Durante as reuniões realizadas, será possível detectar pessoas que se destaquem, que demonstrem ter liderança no grupo e que, participando da Sociedade a façam viva, atuante, e que estejam sempre presentes, fortalecendo as relações entre a biblioteca e a Sociedade e destas com a comunidade em geral, incluindo autoridades e mesmo o prefeito.

O bibliotecário, ou o responsável pela biblioteca, participará de todas as ações estimulando o trabalho, valorizando a participação de todos, descobrindo valores.

Digitalizado gentilmente por:

A SOCIEDADE AMIGOS DA BIBLIOTECA é uma organização de cunho cultural vinculada a Biblioteca Pública Municipal, e terá sua estrutura e atividades expressas no Estatuto da Sociedade do qual constam os objetivos, constituição da diretoria, condições de funcionamento etc.

A seguir apresentamos uma sugestão de Estatutos que poderão ser adotados de acordo com a realidade de cada biblioteca e da sua Sociedade Amigos da Biblioteca.

2 A Lei Sarney

A Lei nº 7.505/86, também conhecida por Lei Sarney, surgiu para incentivar o desenvolvimento da cultura em nosso país. Como a Biblioteca Pública é uma instituição cultural da comunidade, pode se beneficiar dessa lei. Para que tal aconteça é necessário, em primeiro lugar, divulgar a Lei Sarney, na comunidade – todas as doações ou patrocínios feitos à Biblioteca Pública podem ser deduzidos no Imposto de Renda do doador. Assim, o valor do imposto a ser pago, se doado à biblioteca, poderá ser aplicado na compra de livros, de móveis e equipamentos e até na melhoria e ampliação do prédio, ou ainda, poderá ser oferecido à biblioteca, sob a forma de patrocínio para algumas atividades especiais.

Assim, quem fizer alguma doação para a biblioteca ou alguma forma de patrocínio, deduzirá isto do seu imposto de renda.

2.1 O que a Biblioteca deve fazer para receber esses benefícios

A Biblioteca Pública é da comunidade e, é exatamente a comunidade que, juntamente com o bibliotecário, deverá agir. Como a biblioteca não pode se cadastrar no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural – CPC, do Ministério da Cultura, (condição indispensável para receber os benefícios), por ser vinculada à Prefeitura Municipal, deverá então fazer o cadastramento através da "Sociedade Amigos da Biblioteca", que é uma entidade que atua em seu favor na comunidade e de cuja diretoria faz parte o bibliotecário. Feito o cadastramento da Sociedade Amigos da Biblioteca, será então aberta uma conta bancária conjunta (Biblioteca/Sociedade) em um banco da cidade, conta esta a ser movimentada pelo bibliotecário, pelo presidente e tesoureiro da Sociedade.

A partir dessas providências, a biblioteca, via Sociedade, está apta a

Digitalizado gentilmente por:

receber os benefícios da Lei Sarney. Será necessário então planejar atividades que divulguem a Lei Sarney e conscientizem a comunidade a fazer as doações, ou patrocínios, à biblioteca, e em seu próprio benefício, pois, a biblioteca lhes pertence. É preciso que, através da Sociedade, sejam descobertos e estimulada a ação dos agentes culturais comunitários que levarão os contribuintes do Imposto de Renda (pessoas físicas ou jurídicas), a fazerem seus depósitos na conta bancária da Biblioteca/Sociedade Amigos da Biblioteca. Dessa forma cria-se um vínculo entre a biblioteca e a comunidade através da Sociedade e da ação dos agentes culturais locais. Estimula-se assim a iniciativa e os lucros se refletirão no desenvolvimento cultural local através da Biblioteca Pública do Município.

2.2 Como a Sociedade Amigos da Biblioteca pode se cadastrar para receber as contribuições destinadas à biblioteca:

O pedido de cadastramento será encaminhado através do INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO – INL. É necessário reunir os seguintes documentos:

- Ata de fundação da Sociedade Amigos da Biblioteca;
- Estatuto da Associação Amigos da Biblioteca (deve estar registrado no cartório local);
- Número do CGC - (A Sociedade deverá se inscrever no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC, do Ministério da Fazenda);
- Formulário preenchido de Cadastramento no CPC do Ministério da Cultura (anexo a este Informativo CBBPE), com todos os dados da Associação.

Reunidos esses documentos, os mesmos deverão ser encaminhados ao seguinte endereço:

Instituto Nacional do Livro
Cadastro da Lei Sarney
SCRN 704/5 – Bloco C nº 40
70.730 – BRASÍLIA – DF

Recebidos esses documentos, o Instituto Nacional do Livro como

Digitalizado gentilmente por:

órgão coordenador do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas acrescentará um Atestado de Comprovação de Atividades Culturais passado à Sociedade, e fará o encaminhamento do Cadastramento no Ministério da Cultura – MinC. Tão logo o mesmo se realize, será expedido o Registro no CPC/MinC, da Sociedade Amigos da Biblioteca.
Isto feito, é só iniciar as campanhas.

MODELO DE ESTATUTOS DA SOCIEDADE DOS AMIGOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

A Sociedade dos Amigos da Biblioteca Pública Municipal "_____ _____", de _____, Estado de _____, reger-se-á na forma destes Estatutos.

CAPÍTULO I
Da "Sociedade" e seus fins

Artigo 1º – A Sociedade dos amigos da Biblioteca Pública Municipal _____ é uma entidade que tem por finalidade impulsionar o desenvolvimento cultural da coletividade e terá por objetivos:

a) constituir um quadro social e realizar movimentos comunitários, destinados e adquirir recursos visando ao aumento e à atualização do acervo da Biblioteca Pública Municipal, bem como a melhoria de suas instalações;

b) incentivar, nas sedes dos distritos do Município, através de um planejamento efetivo e contribuição de todas as entidades classistas, profissionais liberais, estudantis, professores e líderes da comunidade, a criação de "Bibliotecas Públicas", nos moldes preconizados pelo Instituto Nacional do Livro;

c) incentivar as entidades de classe, ou organismos particulares, para criação de bibliotecas abertas ao público, visando favorecer a cultura local;

d) divulgar na comunidade a Lei nº 7.505, de 05/07/86, conhecida por Lei Sarney, canalizando seus benefícios para a Biblioteca Pública Municipal;

Digitalizado gentilmente por:

e) estimular a realização de atividades culturais no Município, de modo a atuarem como fatores dinâmicos do seu desenvolvimento;

f) incentivar o desenvolvimento de agentes culturais comunitários, apoiando o engajamento de pessoas e entidades às ações da Biblioteca;

g) promover, só ou juntamente com outras instituições, atividades culturais como: conferências, simpósios, reuniões e exposições de caráter literário, artístico e cultural, círculos de estudos, debates, exposições, concertos ou retretas musicais;

h) incentivar a formação de animadores culturais e a sua participação em programações da Biblioteca;

i) participar ativamente dos programas educacionais do Município, principalmente os de alfabetização;

j) desenvolver campanhas de leitura difundindo o uso do livro, estimulando o prazer de ler como caminhos para a formação do hábito da leitura.

Artigo 2º – A "Sociedade" terá como sede e foro a Comarca da Cidade de:

CAPÍTULO II
Da Diretoria e seus Membros

Artigo 3º – A "Sociedade dos Amigos da Biblioteca Pública Municipal" será administrada por uma Diretoria composta de um Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Conselho Fiscal, que terão mandato de dois (2) anos, eleitos em assembléia geral dos sócios, e pelo responsável pela biblioteca, como representante do Instituto Nacional do Livro para esse fim específico.

Parágrafo único – Serão membros-fundadores da "Sociedade" todos os que assinarem a ata da fundação.

Artigo 4º – O exercício do mandato da Diretoria e o do Conselho Fiscal serão inteiramente gratuitos, considerados serviços relevantes prestados ao Município.

CAPÍTULO III
Da Assembléia dos Sócios

Artigo 5º – A "Sociedade" reunir-se-á ordinariamente quinzenal-

Digitalizado gentilmente por:

mente e, extraordinariamente, quando convocada pela Diretoria, sendo as convocações expedidas aos sócios com prazo mínimo de três (3) dias antes da realização.

CAPÍTULO IV
Da Administração

Artigo 6º – São deveres do Presidente:

a) presidir as reuniões da Diretoria, bem como as Assembléias gerais e extraordinárias;

b) dirigir os trabalhos da Sociedade, dentro do plano de trabalho aprovado pela Assembléia;

c) assinar, com o Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal, os Diplomas de "Amigos da Biblioteca";

d) supervisionar o andamento de campanhas em nome da Biblioteca, das promoções artísticas, culturais, educacionais ou cívicas da Sociedade, e designar os grupos de trabalho;

e) juntamente com o tesoureiro e o responsável pela biblioteca, abrir contas bancárias e assinar cheques;

f) exercer todas as atividades determinadas pela Assembléia;

Artigo 7º – São deveres do Vice-Presidente:

a) substituir o Presidente em todos os seus impedimentos.

Artigo 8º – Compete ao Secretário:

a) executar todo o expediente da sociedade, escriturando e zelando pela perfeita ordem de livros e papéis a seu cargo;

b) lavrar as atas de reuniões da Diretoria e das Assembléias;

c) organizar o livro de registro de sócios;

d) exercer todas as atividades designadas pelo Presidente.

Artigo 9º – São deveres do Tesoureiro:

a) guardar todos os bens financeiros da Sociedade;

b) participar da abertura de Conta Bancária em nome da Biblioteca Pública Municipal e assinar cheques juntamente com o Presidente e o Responsável pela Biblioteca;

c) escriturar todos os resultados e rendimentos das campanhas financeiras;

d) escriturar a cobrança das mensalidades sociais;

e) responsabilizar-se pelos documentos e livros contábeis.

Digitalizado gentilmente por:

Artigo 10 – A Diretoria da "Sociedade Amigos da Biblioteca Pública Municipal" instituirá, para melhor auxiliar seus trabalhos, os seguintes setores:

a) Setor de Cultura;

b) Setor de Divulgação e Promoção;

Parágrafo único – Os dirigentes dos setores acima descritos são de livre escolha e destinação da Diretoria, em conjunto com o responsável pela Biblioteca e poderão ser assessorados por estudantes, professores ou outras pessoas de representatividade local.

Artigo 11 – O Responsável pela Biblioteca participará da diretoria da Sociedade e terá por competência:

a) participar da abertura de Conta Bancária juntamente com o Presidente e Tesoureiro da Sociedade em nome da Biblioteca Pública Municipal;

b) assinar cheques, em conjunto com o Presidente da Sociedade e o Tesoureiro da mesma.

Artigo 12 – O Responsável pela Biblioteca, representando neste ato específico ao Instituto Nacional do Livro, será sempre o Coordenador oficial das reuniões da Sociedade.

Parágrafo único – As reuniões, que serão públicas, realizar-se-ão no recinto da Biblioteca ou em espaço cedido para este fim. A posse da Diretoria será sempre feita em sessão solene, com caráter festivo, precedido do Hino Nacional.

Artigo 13 – Para constituição da Diretoria da Sociedade, dar-se-á preferência às candidaturas de elementos de projeção local reconhecidamente dotados de capacidade de trabalho.

Artigo 14 – Sempre que possível, a Sociedade se encontrará com as entidades representativas de classe ou serviços, líderes religiosos, profissionais liberais, escolas locais, visando a atingir o maior número possível de integrantes da comunidade.

CAPÍTULO V
Dos Sócios

Artigo 15 – A "Sociedade" será mantida por um grupo de sócios contribuintes, por doações da Lei nº 7.505, Lei Sarney, e por recursos oriundos de campanhas e outras iniciativas dessa natureza.

Digitalizado gentilmente por:

§ 1º – Os contribuintes da categoria ESPECIAIS doarão importâncias fixadas pela Diretoria, que poderão ser pagas parceladamente, quantias estas destinadas à ampliação do acervo da Biblioteca, melhoria de suas instalações, realização de atividades e prestação de serviços à comunidade.

§ 2º – Todos os sócios das categorias acima receberão os respectivos Diplomas, conferidos nos termos do artigo 6º, item "e", destes Estatutos.

Artigo 16 – São direitos do sócio:

a) assistir às assembléias-gerais e participarem das respectivas discussões e deliberações;

b) votar e ser votado para os cargos administrativos, excetuados quanto a estes, as pessoas jurídicas;

c) sugerir à Diretoria e ao Conselho Fiscal, por escrito, medidas úteis aos interesses da Sociedade.

Artigo 17 – São deveres do sócio:

a) exercer os cargos ou comissões para que forem eleitos ou designados;

b) inscrever-se na biblioteca;

c) pagar as contribuições;

d) concorrer para a realização dos fins da Associação e zelar pelo seu bom nome.

Artigo 18 – As campanhas e promoções da Sociedade, visando a contribuição de fundos, participação da comunidade e/ou festividades específicas, tanto quanto possível serão orientadas de acordo com as instruções das Coordenações do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas ou sugeridos pelo Instituto Nacional do Livro.

Artigo 19 – No caso de extinção da "Sociedade", seus bens e haveres reverterão em favor da Biblioteca Pública Municipal.

CAPÍTULO VI
Disposições Fiscais

Artigo 20 – O Conselho Fiscal será constituído de três (3) membros, eleitos pela Assembléia dos Sócios e terá por fim examinar as contas da Diretoria, em parecer que será submetido à Assembléia-Geral, anualmente.

Digitalizado gentilmente por:

CAPÍTULO VII
Disposições Finais

Artigo 21 – Setores autônomos da "Sociedade" poderão ser instituídos de acordo com as condições locais e as disponibilidades, dando interesse à motivação de atividades artísticas, culturais, cívicas ou educacionais.

Artigo 22 – A reforma destes Estatutos só será possível por deliberação da Assembléia-Geral, representada por dois terços (2/3) dos sócios presentes.

Artigo 23 – Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria da "Sociedade".

Artigo 24 – Os presentes Estatutos serão aprovados pela Assembléia-Geral de constituição da "Sociedade" entrando em vigor na mesma data.

_____ , _____de _____de 19____.

Presidente Secretário

Tesoureiro

Nota: A Ata e posse da Diretoria e a relação de sócios, deverão ser enviadas ao Instituto Nacional do Livro (cópias).

AS DOAÇÕES E OS BENEFÍCIOS DA LEI SARNEY

Quem pode contribuir:

Podem fazer contribuições e se utilizarem dos benefícios fiscais, tanto as pessoas físicas quanto as pessoas jurídicas.

Como a Sociedade Amigos da Biblioteca podem receber contribuições:

A Sociedade deverá estar devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas de Natureza Cultural, do Ministério da Cultura, estando assim credenciada a beneficiar seus contribuintes com as vantagens fiscais previstas na Lei Sarney.

Digitalizado gentilmente por:

Formas de contribuição:

As contribuições poderão ser feitas sob a forma de doações ou de patrocínios.

Doações:

- Doações em dinheiro:
  Podem ser feitas genericamente para a Sociedade fazer a aplicação na Biblioteca Pública, atendendo suas necessidades, ou a doação poderá ser específica para uma atividade cultural determinada.

  Procedimentos adotados nas doações em dinheiro:
  1. Fornecimento de recibo ou declaração pela Sociedade, ao doador, conforme modelo anexo.
  2. Quando o valor doado for superior a Cz$ 212.000,00 (duzentos e doze mil cruzados) o doador deverá fazer uma comunicação ao Ministério da Fazenda e ao Ministério da Cultura;
  3. A Sociedade Amigos de Biblioteca deverá comunicar ao Ministério da Cultura e ao Ministério da Fazenda as importâncias recebidas, enviando comprovante de sua aplicação, ao final do ano.

- Doações de bens móveis:
  Poderão ser doados à Sociedade Amigos de Biblioteca, para utilização pela biblioteca em suas instalações, quaisquer bens móveis, inclusive equipamentos, obras de arte, livros, discos, arquivos, coleções, fotografias, fitas-cassete, filmes, etc.

  Procedimentos adotados nas doações de bens móveis:
  1. Lavratura de um Termo de Doação assinado conjuntamente pelo doador e pela Sociedade Amigos da Biblioteca.
  2. No Termo deverá constar que a doação é feita sob as condições de irreversibilidade do ato, inalienabilidade e impenhorabilidade do objeto doado.
  3. O doador deverá atribuir ao bem doado seu valor em cruzados, sobre o qual incidirá o benefício fiscal.
  4. O MinC e o Ministério da Fazenda poderão determinar a realização de perícia para apurar a autenticidade e o valor do bem doado, cuja

Digitalizado gentilmente por:

despesa ocorrerá por conta do Doador.

5. O instrumento de DOAÇÃO deverá ser inscrito no REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS.

- Doações de bens imóveis:

Poderão ser doados à Sociedade, para o funcionamento da biblioteca pública e seus serviços de natureza cultural, casas, prédios, salas, terrenos.

Procedimentos adotados nas condições de bens imóveis:

1. Lavratura de Escritura Pública de Doação.
2. Da Escritura deverá constar que a doação é feita sob as condições de irreversibilidade do ato, inalienabilidade de bem doado.
3. A Escritura deverá ser transcrita no Registro Geral de Imóveis.
4. O MinC e o Ministério da Fazenda poderão determinar a realização de perícia para apurar o valor do bem doado, cuja despesa ocorrerá por conta do DOADOR se da perícia resultar valor menor que o por ele atribuído.

Benefícios Fiscais para o Doador:

Para o Doador (Pessoa Física)

– abatimento, até 10% da Renda Bruta de 100% do valor da doação.

Para o Doador (Pessoa Jurídica)

– deduzir como Despesa Operacional, 100% do valor da doação; e, além disso,
– deduzir do Imposto Devido, até o limite de 2% do valor equivalente ao resultado da aplicação da quota cabível do Imposto de Renda sobre 100% do valor doado.

Observações:

1. O abatimento previsto para as pessoas físicas não é computado para efeito do limite de 50% da renda bruta, estabelecido para os abatimentos em geral, nem exclui ou reduz outros abatimentos previstos na legislação.
2. As deduções previstas para as pessoas jurídicas não estão sujeitas a outros limites nem excluem ou reduzem outras deduções estabele-

Digitalizado gentilmente por:

cidas na legislação do Imposto de Renda.

3. Quando as doações importarem em abatimentos superiores aos limites permitidos, o valor excedente poderá ser deduzido pelo contribuinte nos 5 (cinco) exercícios financeiros subseqüentes, respeitado, em cada ano, os limites fixados para as deduções.
4. A pessoa jurídica deverá destacar contabilmente com subtítulos por natureza de gastos, o valor das doações, inclusive despesas e contribuições que venham a ensejar o gozo dos incentivos fiscais.

Patrocínio:

É a produção de atividades culturais sem proveito pecuniário ou patrimonial direto para o patrocinador.

- Modalidades de patrocínio

O patrocínio pode ser feito no sentido de realizar atividades culturais que levem a divulgação da leitura na comunidade, a popularização do uso do livro. Essas atividades podem ser: exposições, edição de obras, produção de filmes, concessão de bolsas de estudos, oferecimento de prêmios, restaurações de livros e obras de arte, construção e restauração de prédios, custeio de passagens a conferencistas, pesquisadores.

Procedimentos adotados nos patrocínios:

- Lavratura de uma Declaração, assinada pelo patrocinador e pela Sociedade Amigos de Biblioteca indicando-se a promoção cultural patrocinada, com estimativa de seu custo.
- A Sociedade deverá comunicar ao Ministério da Cultura e da Fazenda, os patrocínios recebidos, quando forem superiores a Cz$ 212.000,00 (duzentos e doze mil cruzados).

Digitalizado gentilmente por:

DECLARAÇÃO

A Sociedade **Amigos** da Biblioteca Pública Municipal _____,
_____ do Município de _____,
(nome da Biblioteca) (nome do Município)
com CGC nº _____, cadastrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural – CPC/MinC sob o nº _____, **declara**, para efeito dos benefícios previstos na
(nº CPC/MinC)
(Lei 7.505, de 2 de julho de 1986 – Lei Sarney, que recebeu de _____
(nome do
_____, com _____ nº _____, a quantia
doador)
de Cz$ _____ (_____)
(por extenso)
(em caso de doação em cheque indicar o nº do cheque e nome do Banco)
_____, a título de _____, para fins de
(doação ou patrocínio)
_____
(citar a finalidade da doação)
_____

Local e data: _____, _____ de _____ de 19____

_____
Assinatura do Presidente da
Sociedade Amigos da Biblioteca

_____
Assinatura do Bibliotecário/Responsável
pela Biblioteca Pública Municipal

Digitalizado gentilmente por:

REPLANEJAMENTO REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO (TRIÊNIO 1987-89)

PRELIMINARES

Cada número de uma revista constitui projeto que investe tempo e dinheiro. Uma pessoa sozinha jamais dará conta das mil atribuições de um corpo editorial, sofrendo sempre o risco de ter o número atrasado e prejudicada a imagem do periódico.

Na verdade, a Redação de uma revista é espelho de uma pequena empresa, com um complexo fluxo de trabalho: passagem e controle de papéis; preparação de produto ante estudo de mercado; promoção, publicidade, distribuição e venda do mesmo etc. Requer pessoal para exercer cada função e atividade a fim de alcançar o objetivo da organização.

Desde o planejamento do fascículo, coleta e organização da matéria à entrega dos originais ao diagramador e, depois, à gráfica, um trabalho das arábias acontece por detrás dos bastidores, começando pelo diretor e redator-chefe à comissão editorial, pelos editores de Seções aos outros assessores e auxiliares.

É trabalho insano, feito à base de voluntariado, muitas vezes usando horas de expediente do trabalho profissional, e quase sempre sacrificando horas de lazer. Em compensação, o que a equipe ganha em experiência de trabalho, conhecimento da área e motivação pessoal pelos frutos colhidos, não é fácil de descrever.

Se cada uma das pessoas que envolve o projeto de uma revista puder concorrer com parcela de responsabilidade para que o fascículo em preparação saia a contento e se evite atraso da publicação, o periódico em questão contará com a credibilidade pretendida.

Vejamos no caso da RBBD, quais são os compromissos das partes envolvidas:

- *do autor*: enviando artigo sério, bem trabalhado bibliograficamente, com originais estritamente dentro das normas prescritas pela revista;
- *dos colaboradores internos*: associações e outras agências que se comprometem a alimentar o Noticiário, as Comunicações, a Seção Biblio-

Digitalizado gentilmente por:

gráfica, as Resenhas e Seção de Legislação – enviando, sistematicamente e em tempo, as notícias, listagens, resoluções, recomendações de congressos; enfim matéria a si pertinente;

- *dos membros da Comissão Editorial, Revisor, Redatores de Seção*: apreciando os artigos; coletando dados e preparando metodicamente suas matérias para entregá-las em tempo ao Redator-chefe;
- *do diretor e redator-chefe da revista*: planejando com a devida antecedência o fascículo; instando providências para que a matéria chegue em tempo nas mãos dos redatores de seções; supervisionando esse trabalho; estando atento ao número em execução na gráfica; levantando percalços e sugerindo à administração da FEBAB formas de alocação de recursos e agilização da saída; analisando o alcance do número da revista com o assessor de marketing etc.;
- *dos administradores da FEBAB*: provendo a revista de condições materiais para a sua preparação e execução gráfica; infra-estrutura administrativa para controle de assinaturas, rápida distribuição e vendagem; assessoramento de marketing para lançamento dos fascículos, publicidade, pontos de distribuição etc.

Levando em conta todos esses fatores, a direção e redação da RBBD cônscios de sua responsabilidade, e da complexidade da preparação de fascículos com variedades de seções, passa a rever a sua estrutura em busca de um melhor disciplinamento de trabalho.

ESTRUTURA DA RBBD

Objetivos/Diretrizes

A meta principal da RBBD é oferecer um periódico de prestação de serviços a todos os segmentos da comunidade bibliotecária. Por isso, delineou uma estrutura com vários tipos de seções. De um lado é periódico especializado na área biblioteconômica e conhecimentos afins, com artigos técnico-científicos, de outro um veículo noticioso e informativo de eventos e feitos de associações e de outras agências ligadas à área. Um órgão de uma Federação de Associações de Bibliotecários tem a pretensão de preservar a memória profissional e constituir instrumento para análises futuras.

Digitalizado gentilmente por:

SUAS SEÇÕES

Artigos

Depois de ser levantada a temática de mais interesse dos assinantes da revista e levando em conta as considerações da Comissão Editorial sobre possíveis demandas de público potencial, será anualmente planejada a RBBD. Cada fascículo será centrado em um assunto ou matéria interdisciplinar, mas, nem por isso, deixar-se-á de inserir outros assuntos objeto de contribuições relevantes enviadas à Redação da RBBD. Sempre que necessário, trabalhos já publicados em revistas de outras áreas, em anais de congressos, enfim, em veículos de pouco alcance dos bibliotecários, serão aproveitados.

Para que a periodicidade da RBBD alcance a sua regularidade e por uma questão de economia de tempo, os dois fascículos (jan./jun. e jul./dez.) de 1987 serão publicados em um só volume: o v. 20.

Os volume 21 e 22, 1988-89, serão planejados por sugestões do público-assinante e das Associações ligadas à FEBAB, após análise de enquete para tal fim.

A RBBD tem a pretensão de constituir modelo de normalização para revistas de outras áreas; por isso, só aceitará trabalhos que observarem as normas prescritas pela revista. Tanto os artigos encomendados a especialistas como os outros que irão ser selecionados daqueles enviados à Redação, passarão pela apreciação do Redator-chefe e serão devolvidos para a devida normalização (CDU, resumo em português e inglês, respectivas palavras-chave, referências bibliográficas em ordem numérica etc.). Quando retornar o trabalho à Redação, será o mesmo encaminhado a três membros da Comissão Editorial. Em muitos casos, poderá ser ainda devolvido para alguma reformulação e, em outros, poderá ser devolvido por não estar enquadrado na categorização de artigos exigida pela revista. Uma série de impressos está sendo idealizada pela Redação para que haja um fluxo mais efetivo de comunicação entre revista e colaboradores.

Para permitir a determinação de parâmetros à encomenda e seleção de trabalhos enviados espontaneamente à revista, os artigos, além da exigência natural de bom conteúdo e forma, devem estar enquadrados nas seguintes categorias:

Digitalizado gentilmente por:

- *artigos técnico-científicos*, produtos de válida experiência profissional e de pesquisa;
- *comunicações prévias ou informes posteriores de pesquisa*;
- *revisões de uma área ou assunto*, em uma determinada época ou anual;
- *comunicações de natureza descritiva de fundo profissional*, sobre processos, atividades, serviços, programas etc. relevantes e com inovações;
- *ensaios, documentários* de uma época, de uma instituição, de um movimento biblioteconômico etc.;
- *sistematizações, roteiros, modelos* etc. com fins didáticos;
- *monografias* (resumidas) de estudantes, em alto nível;
- *traduções*, imprescindíveis pela relevância da divulgação.

Legislação

A cargo da Biblioteca da Assessoria Jurídico-Consultiva da Procuradoria Geral do Município de São Paulo, será coletado material legislativo de interesse da área de Biblioteconomia e assuntos afins e registrado na revista sob forma de referência legislativa, acompanhada de descritores. Sempre que possível, o texto será reproduzido na íntegra.

Entrevista

Serão focalizadas personalidades do campo da biblioteconomia e áreas afins, prioritariamente aquelas pessoas cujas idéias e obras se relacionem com o assunto central do fascículo, enriquecendo com sua fala a matéria em questão. Sempre que necessário, haverá mais de uma entrevista, com o fito de, entrevistado um elemento importante da história da Biblioteconomia, possamos preservar a memória da área.

Depoimentos

Para dar maior vivacidade à revista e provocar debates sobre determinado assunto, bem como para dar maior cobertura regional ao assunto centrado do fascículo, os depoimentos de especialistas e dos profissionais que estejam dominando o assunto serão matéria importante para avaliações futuras. Por meio das associações serão apontadas pessoas e instituições que estejam pesquisando o assunto.

Digitalizado gentilmente por:

Noticiário

É seção que noticiará fatos, acontecimentos, eventos etc. do momento, e, futuramente, constituirá documentário do movimento profissional da época. Dará oportunidade a estudiosos que levantem o perfil de temas, tendências profissionais. Se não houver percalços, com atraso da revista, esta seção prestará serviços informativos não encontrados em outras revistas.

Comunicações

Seção dedicada à divulgação dos comunicados, resoluções, proposições, etc. das associações e seus eventos, bem como à transcrição de documentos, propostas, projetos, convênios de agências ligadas à área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Resenhas

As resenhas – que não são recensões críticas – têm a finalidade de descrever as obras recém-publicadas na área da biblioteconomia e afim, nos últimos cinco anos. Sempre que possível serão resenhadas obras, capítulos de livros e até artigos de revistas e trabalhos de congresso que se relacionem com o assunto central do fascículo. Serão também recebidas resenhas enfocando mais de um livro do mesmo assunto, dando-se sempre preferência para obras recém-publicadas. Estimula-se os estudantes de pós-graduação a enviar colaborações para esta seção.

Levantamentos Bibliográficos

Como matéria integrante do assunto central, entrará sempre um levantamento bibliográfico. Outros levantamentos bibliográficos poderão constar do fascículo sobre assunto paralelo ou julgado de relevância no momento.

Recentes Publicações

Mais um serviço a ser prestado, de agora em diante, será o registro

Digitalizado gentilmente por:

de obras recém-publicadas e trabalhos acadêmicos defendidos na área biblioteconômica e afim. De início, haverá os seguintes itens:

- Obras Novas
- Obras de Referência (em qualquer área)
- Dissertações e Teses

Consultório Técnico

Uma nova Seção está aberta para todos aqueles que tiverem alguma dificuldade ou curiosidade sobre um assunto, técnica, siglas etc. e precisarem de ajuda de especialistas. As consultas serão dirigidas a especialistas ou resolvidas na Redação e respondidas no fascículo em preparação.

APELO A TODOS QUE LEREM ESTAS REFLEXÕES E PLANO DA REVISTA

A *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* é projeto abraçado por uma equipe, mas sua consecução depende de todos os bibliotecários e instituições da área. Aguardamos matéria para todas as seções e críticas construtivas para seu aperfeiçoamento e assinaturas para sua manutenção. A Associação ou Estado que desejar preparar matéria para determinado assunto deve dirigir carta à Redação.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E RESPONSÁVEIS

Editor/Diretor
Neusa Dias de Macedo (ECA/USP)

Redador-Chefe
Waldomiro Castro Santos Vergueiro (ECA/USP)

Redator/Legislação
Terezinha Sarmento Cesar (Seção de Ref. Legisl. PGM/SP)

Digitalizado gentilmente por:

Redator/Noticiário e Comunicações
– *Nacional:* Laila Gebara Spinelli (Bibl. Publ. SP)
- *Internacional:* Irati Antonio (ECA/USP)

Redator/Entrevista e Depoimentos
Laércio Felício (Bibl. Publ. SP)

Redator/Resenhas
Inês M. Moraes Imperatriz (SIBI/USP)

Redator/Levantamentos Bibliográficos e Recente Publicações

Assessor/Português
Drª Idméa Semeghini P. Siqueira (Fac. S.J. Tadeu)

Comissão Editorial
Drª Dinah Aguiar Poblacion (ECA/USP)
Dr. Luis Augusto Milanesi (ECA/USP)
Drª Maria Teresinha de Andrade (Fac. SP/USP)
Drª Vera Beraquet (PUC/Campinas)
Drª Johanna W. Smit (ECA/USP)

Digitalizado gentilmente por:

Coordenadora: Terezinha Sarmento **

LEI SARNEY

(*) LEI N. 7.505 – DE 2 DE JULHO DE 1986

Dispõe sobre benefícios fiscais na área do Imposto sobre a Renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º – O contribuinte do Imposto sobre a Renda poderá abater da renda bruta, ou deduzir como despesa operacional, o valor das doações, patrocínios e investimentos, inclusive despesas e contribuições necessárias à sua efetivação, realizada através ou a favor de pessoa jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos, cadastrada no Ministério da Cultura, na forma desta Lei.

§ 1º – Observado o limite máximo de 10% (dez por cento) da renda bruta, a pessoa física poderá abater:

I – até 100% (cem po cento) do valor da doação;

II – até 80% (oitenta por cento) do valor do patrocínio;

III – até 50% (cinqüenta por cento) do valor do investimento.

§ 2º – O abatimento previsto no § 1º deste artigo não está sujeito ao limite de 50% (cinqüenta por cento) da renda bruta previsto na legislação do Imposto sobre a Renda.

§ 3º – A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do Imposto sobre a Renda, tendo como base de cálculo:

---

* Nota da Redação: Publicada de acordo com republicação feita no "Diário Oficial", de 4 de julho de 1986.

** Bibliotecária da PGM/PMSP.

Digitalizado gentilmente por:

I – até 100% (cem por cento) do valor das doações;

II – até 80% (oitenta por cento) do valor do patrocínio;

III – até 50% (cinqüenta por cento) do valor do investimento.

§ 4º – Na hipótese do parágrafo anterior, observado o limite máximo de 2% (dois por cento) do imposto devido, as deduções previstas não estão sujeitas a outros limites estabelecidos na legislação do Imposto sobre a Renda.

§ 5º – Os benefícios previstos nesta lei não excluem ou reduzem outros benefícios ou abatimentos e deduções em vigor, de maneira especial as doações a entidades de utilidade pública feitas por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 6º – Observado o limite de 50% (cinqüenta por cento) de dedutibilidade do imposto devido pela pessoa jurídica, aquela que não se utilizar, no decorrer de seu período-base, dos benefícios concedidos por esta Lei, poderá optar pela dedução de até 5% (cinco por cento) do imposto devido para destinação ao Fundo de Promoção Cultural, gerido pelo Ministério da Cultura.

Artigo 2º – Para os objetivos da presente Lei, no concernente a doações e patrocínio, consideram-se atividades culturais, sujeitas à regulamentação e critérios do Ministério da Cultura:

I – incentivar a formação artística e cultural mediante concessão de bolsas de estudo, de pesquisas, e de trabalho, no Brasil ou no exterior a autores, artistas e técnicos brasileiros, ou estrangeiros residentes no Brasil;

II – conceder prêmios a autores, artistas, técnicos de arte, filmes, espetáculos musicais e de artes cênicas, em concursos e festivais realizados no Brasil;

III – doar bens móveis, obras de arte ou de valor cultural a museus, bibliotecas, arquivos, e outras entidades de acesso público, de caráter cultural, cadastradas no Ministério da Cultura;

IV – doar em espécies às mesmas entidades;

V – editar obras relativas às ciências humanas, às letras, às artes e outras de cunho cultural;

VI – produzir discos, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográficas de caráter cultural;

VII – patrocinar exposições, festivais de arte, espetáculos teatrais, de dança, de música, de ópera, de circo e atividades congêneres;

Digitalizado gentilmente por:

VIII – restaurar, preservar e conservar prédios, monumentos, logradouros, sítios ou áreas tombadas pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal;

IX – restaurar obras de arte e bens móveis de reconhecido valor cultural, desde que acessíveis ao público;

X – erigir monumentos, em consonância com os Poderes Públicos, que visem preservar a memória histórica e cultural do País, com prévia autorização do Ministério da Cultura;

XI – construir, organizar, equipar, manter ou formar museus, arquivos ou bibliotecas de acesso público;

XII – construir, restaurar, reparar ou equipar salas e outros ambientes destinados a atividades artísticas e culturais em geral, desde que de propriedade de entidade sem fins lucrativos;

XIII – fornecer recursos para o Fundo de Promoção Cultural do Ministério da Cultura, para fundações culturais, ou para instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados ao aperfeiçoamento, especialização ou formação de pessoal em estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos;

XIV – incentivar a pesquisa no campo das artes e da cultura;

XV – preservar o folclore e as tradições populares nacionais bem como patrocinar os espetáculos folclóricos sem fins lucrativos;

XVI – criar, restaurar ou manter jardins botânicos, parques zoológicos e sítios ecológicos de relevância cultural;

XVII – distribuir gratuitamente ingressos, adquiridos para esse fim, de espetáculos artísticos ou culturais;

XVIII – doar livros adquiridos no mercado nacional a bibliotecas de acesso público;

XIX – doar arquivos, bibliotecas e outras coleções particulares que tenham significado especial em seu conjunto, a entidades culturais de acesso público;

XX – fornecer, gratuitamente, passagens para transporte de artistas, bolsistas, pesquisadores ou conferencistas, brasileiros ou residentes no Brasil, quando em missão de caráter cultural no País ou no exterior, assim reconhecida pelo Ministério da Cultura;

XI – custear despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural destinados à exposição ao público no País;

XXII – outras atividades assim consideradas pelo Ministério da Cul-

Digitalizado gentilmente por:

tura.

Artigo 3º – Para fins desta Lei considera-se doação a transferência definitiva de bens ou numerário, sem proveito pecuniário para o doador.

§ 1º – O doador terá direito aos favores fiscais previstos nesta lei se expressamente declarar, no instrumento de doação a ser inscrito no Registro de Títulos e Documentos, que a mesma se faz sob as condições de irreversibilidade do ato e inalienabilidade e impenhorabilidade do objeto doado.

§ 2º – O Ministério da Cultura ou o Ministério da Fazenda poderá determinar a realização de perícia para apurar a autenticidade e o valor do bem doado, cuja despesa correrá por conta do doador.

§ 3º – Quando a perícia avaliar o bem doado por valor menor ao atribuído pelo doador, para efeitos fiscais, prevalecerá o valor atribuído pela perícia.

§ 4º – Os donatários de bens ou valores, na forma prevista nesta lei, ficam isentos da incidência do Imposto sobre a Renda sobre a receita não operacional obtida em razão da doação.

Artigo 4º – Para os efeitos desta lei, consideram-se investimentos a aplicação de bens ou numerários com proveito pecuniário ou patrimonial direto para o investidor, abrangendo as seguintes atividades:

I – compra ou subscrição de ações nominativas preferenciais sem direito a voto, ou quotas de sociedades limitadas de empresas livreiras, ou editoriais que publiquem, pelo menos, 30% (trinta por cento) dos seus títulos de autores nacionais, devidamente cadastrados no Ministério da Cultura;

II – participação em títulos patrimoniais de associações, ou em ações nominativas preferenciais sem direito a voto, quotas do capital social ou de participantes de sociedades que tenham por finalidade: produções cinematográficas, musicais, de artes cênicas, comercialização de produtos culturais e outras atividades empresariais de interesse cultural.

§ 1º – As participações de que trata este artigo dar-se-ão, sempre, em pessoas jurídicas que tenham sede no País e estejam, direta ou indiretamente, sob controle de pessoas naturais residentes no Brasil.

§ 2º – As ações ou quotas adquiridas nos termos desta Lei ficarão inalienáveis e impenhoráveis, não podendo ser utilizadas para fins de caução, ou qualquer outra forma de garantia, pelo prazo de 5 (cinco) anos. As restrições deste parágrafo compreendem, também o compromis-

Digitalizado gentilmente por:

so de compra e venda, a cessão de direito à sua aquisição e qualquer outro contrato que tenha por objetivo o bem e implique a sua alienação ou gravame, mesmo que futuros.

§ 3º – As quotas de participantes são estranhas ao capital social e:

a) conferem a seus titulares o direito de participar do lucro líquido da sociedade nas condições estipuladas no estatuto ou contrato social;

b) poderão ser resgatadas, nas condições previstas no estatuto ou contrato social, com os recursos de provisão formada com parcela do lucro líquido anual;

c) não conferem aos titulares direito de sócio ou acionista, salvo o de fiscalizar, nos termos da lei, os atos dos administradores da sociedade.

§ 4º – O capital contribuído por seus subscritores é inexigível mas, em caso de liquidação da sociedade, será reembolsado aos titulares antes das ações ou quotas do capital social.

Artigo 5º – Para os efeitos desta Lei, considera-se patrocínio a promoção de atividades culturais, sem proveito pecuniário ou patrimonial direto para o patrocinador.

Artigo 6º – As instituições financeiras, com os benefícios fiscais que obtiverem com base nesta Lei, poderão constituir carteira especial destinada a financiar, apenas com a cobertura dos cursos operacionais, as atividades culturais mencionadas no artigo 4º.

Artigo 7º – Nenhuma aplicação de benefícios fiscais previstos nesta Lei poderá ser feita através de qualquer tipo de intermediação ou corretagem.

Artigo 8º – As pessoas jurídicas beneficiadas pelos incentivos da presente Lei deverão comunicar, para fins de registro, aos Ministérios da Cultura e da Fazenda, os aportes recebidos e enviar comprovante de sua devida aplicação.

§ 1º – Os Ministérios da Cultura e da Fazenda poderão celebrar convênios com órgãos públicos estaduais ou municipais delegando-lhes as atividades mencionadas neste artigo, desde que as entidades e empresas beneficiadas não recebam, como doações, patrocínios ou investimentos, quantia superior a 2.000 (duas mil) OTN de cada contribuinte.

§ 2º – As operações superiores a 2.000 (duas mil) OTN deverão ser previamente comunicadas ao Ministério da Fazenda pelo doador, patrocinador ou investidor para fins de cadastramento e posterior fiscalização.

Digitalizado gentilmente por:

O Ministério da Cultura certificará se houve a realização da atividade incentivada.

Artigo 9º – Em nenhuma hipótese, a doação, o patrocínio e o investimento poderão ser feitos pelo contribuinte a pessoa a ele vinculada.

Parágrafo único – Considera-se pessoa vinculada ao contribuinte:

a) a pessoa jurídica da qual o contribuinte seja titular, administrador, acionista, ou sócio à data da operação, ou nos 12 (doze) meses anteriores;

b) o cônjuge, os parentes até o 3º grau, inclusive os afins, e os dependentes do contribuinte ou dos titulares, administradores, acionistas ou sócios de pessoa jurídica vinculada ao contribuinte nos termos da alínea anterior;

Artigo 10 – Se, no ano-base, o montante dos incentivos referentes à doação, patrocínio ou investimento, for superior ao permitido, é facultado ao contribuinte deferir o excedente para até os 5 (cinco) anos seguintes, sempre obedecidos os limites fixados no artigo 1º e seus parágrafos.

Artigo 11 – As infrações aos dispositivos desta Lei, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, sujeitarão o contribuinte à cobrança do Imposto sobre a Renda não recolhido em cada exercício acrescido das penalidades previstas na legislação do Imposto sobre a Renda, além da perda do direito de acesso, após a condenação, aos benefícios fiscais aqui instituídos, e sujeitando o beneficiário à multa de 30% (trinta por cento) do valor da operação, assegurando o direito de regresso contra os responsáveis pela fraude.

Artigo 12 – As doações, patrocínios e investimentos, de natureza cultural, mencionados nesta Lei serão comunicados ao Conselho Federal de Cultura, para que este possa acompanhar e supervisionar as respectivas aplicações, podendo, em caso de desvios ou irregularidades, serem por ele suspensos.

§ 1º – O Conselho Federal de Cultura, nas hipóteses deste artigo, será auxiliado, (vetado), pelos Conselhos Estaduais de Cultura (vetado).

§ 2º – Vetado.

Artigo 13 – A Secretaria da Receita Federal, no exercício das suas atribuições específicas, fiscalizará a efetiva execução desta Lei, no que se refere à realização das atividades culturais ou à aplicação dos recursos nela comprometidos.

Artigo 14 – Obter redução do Imposto sobre a Renda, utilizando-se

Digitalizado gentilmente por:

fraudulentamente de qualquer dos benefícios desta lei, constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) meses e multa.

§ 1º – No caso de pessoa jurídica, respondem pelo crime o acionista controlador e os administradores, que para ele tenham concorrido.

§ 2º – Na mesma pena incorre aquele que, recebendo recursos, bens ou valores, em função desta Lei, deixe de promover, sem justa causa, atividade cultural objeto do incentivo.

Artigo 15 – No prazo de 120 (cento e vinte) dias o Poder Executivo baixará decreto regulamentando a presente Lei.

Artigo 16 – Esta lei produzirá seus efeitos no exercício financeiro de 1987, sendo aplicável às doações, patrocínios e investimentos realizados a partir da data de sua publicação.

Artigo 17 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 18 – Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney – Presidente da República
Dilson Domingos Funaro
João Sayad
Ângelo Oswaldo de Araújo Santos

DECRETO N. 93.335 – DE 3 DE OUTUBRO DE 1986

Aprova o Regulamento da Lei n. 7.505(1), de 2 de julho de 1986, que dispõe sobre benefícios fiscais na área do Imposto sobre a renda, concedidos a operações de caráter cultural

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

Decreta:

Artigo 1º – Fica aprovado o Regulamento da Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986, que com este baixa, assinado pelos Ministros de Estado da Fazenda e da Cultura.

(1) Leg.Fed., 1986, p. 658.

Digitalizado gentilmente por:

Artigo 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Sarney – Presidente da República
Dilson Domingos Funaro
Celso Furtado

REGULAMENTO DA LEI N. 7.505, DE 2 DE JULHO DE 1986 ANEXO AO DECRETO N. 93.335, DE 3 DE OUTUBRO DE 1986

Artigo 1º – As pessoas físicas poderão abater da sua renda bruta, apurada na declaração de rendimentos, em cada exercício financeiro, o valor das doações, patrocínios e investimentos, inclusive despesas e contribuições necessárias à sua efetivação, realizados através ou a favor de pessoa jurídica de natureza cultural, previamente cadastrada no Ministério da Cultura, observados os seguintes percentuais:

I – até 100% (cem por cento) do valor da doação;

II – até 80% (oitenta por cento) do valor do patrocínio;

III – até 50% (cinqüenta por cento) do valor do investimento.

§ 1º – O abatimento referido não poderá exceder, em cada exercício financeiro, a 10% (dez por cento) da renda bruta da pessoa física, não estando seu valor sujeito ao limite de 50% (cinqüenta por cento) da renda bruta previsto no artigo 69 do Regulamento do Imposto sobre a Renda, aprovado pelo Decreto n. 85.450 (2), de 4 de dezembro de 1980.

§ 2º – Se o montante dos incentivos, referentes a doação, patrocínio e investimento, for superior ao limite admitido no ano-base, é facultado à pessoa física efetuar o abatimento do excedente nos 5 (cinco) exercícios financeiros seguintes, respeitados em cada exercício os limites de abatimento aqui fixados.

Artigo 2º – As pessoas jurídicas poderão deduzir como despesa operacional, na apuração do lucro líquido do exercício, em cada período-base de competência, o valor das doações e patrocínios, inclusive despesas e contribuições necessárias à sua efetivação, realizados através ou a favor de pessoa jurídica de natureza cultural, previamente cadastrada no Ministério da Cultura. Esta dedução não está sujeita à observância do li-

(2) Leg. Fed., 1980, p. 727.

Digitalizado gentilmente por:

mite a que se refere o artigo 243 do Regulamento do Imposto sobre a Renda, baixado pelo Decreto n. 85.450, de 4 de dezembro de 1980.

§ 1º – Além do registro como despesa operacional no caso de doação ou patrocínio, a pessoa jurídica poderá ainda deduzir do imposto devido o valor equivalente à aplicação da alíquota do Imposto sobre a renda a que esteja sujeita, tendo como base de cálculo;

I – até 100% (cem por cento) do valor da doação;

II – até 80% (oitenta por cento) do valor do patrocínio;

III – até 50% (cinqüenta por cento) do valor do investimento.

§ 2º – Na hipótese do parágrafo anterior, observado o limite máximo de 2% (dois por cento) do imposto devido no período-base de utilização do incentivo, as deduções previstas não estão sujeitas a outros limites estabelecidos na legislação do Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas.

§ 3º – Observado o limite de 50% (cinqüenta por cento) de dedutibilidade do imposto devido pela pessoa jurídica, aquela que não se utilizar, no decorrer do período-base, dos benefícios de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo poderá deduzir até 5% (cinco por cento) do imposto devido, para destinar ao Fundo de Promoção Cultural, gerido pelo Ministério da Cultura.

§ 4º – Se, no período-base, o montante dos incentivos, referentes a doação, patrocínio e investimento, for superior ao limite de dedução permitido, a pessoa jurídica poderá deduzir o excedente, do imposto devido, nos 5 (cinco) exercícios financeiros seguintes, respeitado, em cada exercício, o limite fixado no § 2º.

§ 5º – Os recursos referidos no § 3º somente poderão ser aplicados em atividades incentivadas pela Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986, vedada a sua utilização para a cobertura de despesas administrativas do Ministério da Cultura, ou de órgãos a ele vinculados.

Artigo 3º – A pessoa jurídica deverá destacar contabilmente, com subtítulos, por natureza de gastos, o valor das doações ou patrocínios, inclusive despesas e contribuições, que venham ensejar o gozo dos incentivos fiscais.

Artigo 4º – Respeitado o disposto no § 1º do artigo 1º e no § 2º, do artigo 2º, deste Regulamento, as pessoas físicas poderão abater da renda bruta e as pessoas jurídicas registrar como despesa operacional as despesas efetuadas com o objetivo de conservar, preservar e restaurar bens

Digitalizado gentilmente por:

de sua propriedade, tombados pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, do Ministério da Cultura.

§ 1º – Os benefícios estabelecidos neste artigo equiparam-se às doações, aplicando-se aos mesmos, inclusive, o disposto no § 1º, do artigo 2º, deste Regulamento.

§ 2º – O gozo dos benefícios fiscais referidos neste artigo está condicionado à prévia aprovação, pela SPHAN, do projeto e respectivo orçamento dos trabalhos e ao posterior certificado das despesas efetivamente realizadas pelo contribuinte proprietário, e das obras executadas em obediência ao projeto.

Artigo 5º – Os investimentos efetuados na forma do artigo 4º da Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986, deverão ser contabilizados em contas próprias do ativo permanente, nos termos do artigo 179, inciso III, da Lei n. 6.404 (3), de 15 de dezembro de 1976.

Artigo 6º – Para fins deste Regulamento, considera-se:

I – doação: a transferência definitiva de bens ou numerário, a favor ou através de pessoas jurídicas de natureza cultural, sem proveito para o doador;

II – patrocínio: a realização, pelo contribuinte a favor de pessoas jurídicas de natureza cultural, de despesas com a promoção ou publicidade em atividades culturais, sem proveito pecuniário ou patrimonial direto para o patrocinador;

III – investimento: a aplicação de bens ou numerário com proveito pecuniário ou patrimonial para o investidor (artigo 8º).

Artigo 7º – O doador terá direito aos incentivos fiscais previstos neste Regulamento se expressamente declarar, no instrumento de doação, a ser inscrito no Registro de Títulos e Documentos, ou no Registro de Imóveis, na ocasião da doação, que a mesma se faz sob as condições de irreversibilidade doato e inalienabilidade e impenhorabilidade do objeto doado.

§ 1º – Em casos excepcionais, o Ministro de Estado da Cultura, tendo em vista a natureza do bem, poderá autorizar o levantamento das cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, a fim de não frustrar os objetivos da doação.

(3) Leg. Fed., 1976, p. 899.

Digitalizado gentilmente por:

§ 2º – O registro será efetuado, obrigatoriamente, na doação de imóvel de qualquer valor e dispensado na doação de bem móvel quando o seu valor não exceder a Cz$ 100.000,00 (cem mil cruzados).

§ 3º – O Ministério da Cultura ou o Ministério da Fazenda poderá, a seu exclusivo critério, determinar a realização de perícia para apurar a autenticidade ou o valor do bem doado.

§ 4º – Se da perícia resultar valor menor que o atribuído pelo doador, para efeitos fiscais prevalecerá o valor fixado pela perícia, ficando as despesas decorrentes por conta do doador.

§ 5º – A pessoa jurídica donatária fica isenta da incidência do Imposto sobre a Renda sobre a receita não operacional auferida em razão da doação recebida, observado o disposto no artigo 8º da Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986.

Artigo 8º – Os investimentos incentivados pela Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986, se farão em pessoas jurídicas de natureza cultural, com fins lucrativos, cadastradas no Ministério da Cultura.

§ 1º – O Ministério da Cultura cadastrará as pessoas jurídicas que tenham sede no País, estejam direta ou indiretamente sob controle de pessoas naturais residente no Brasil e se dediquem:

I – a atividades livreiras ou editoriais que, estas, publiquem, pelo menos 30% (trinta por cento) de títulos de autores nacionais;

II – à produção cinematográfica, videográfica, fonográfica, musical, cênica ou de outros produtos culturais;

III – à distribuição ou comercialização de produtos culturais;

IV – à fabricação de instrumentos musicais ou de seus acessórios, e de materiais ou equipamentos de uso específico para artes plásticas, fotográficas e cinematográficas, constantes de lista publicada pelo Ministério da Cultura.

§ 2º – São as seguintes as modalidades de investimentos incentivados:

I – aquisição de títulos patrimoniais;

II – aquisição de ações nominativas preferenciais sem direito a voto;

III – aquisição de quotas de capital social;

IV – aquisição de quotas de participante.

§ 3º – Os títulos, as ações e as quotas, adquiridos nos termos deste Regulamento, ficarão inalienáveis e impenhoráveis, não podendo ser uti-

Digitalizado gentilmente por:

lizados para fins de caução ou qualquer outra forma de garantia, pelo prazo de 5 (cinco) anos. Essas restrições compreendem, também, o compromisso de compra e venda, a cessão de direitos à sua aquisição e qualquer outro contrato que tenha por objeto referidos títulos, ações e quotas, e que implique a sua alienação ou gravame, mesmo que futuros.

§ 4º – As quotas de participantes são estranhas ao capital social e:

I – conferem a seus titulares o direito de participar no lucro líquido da sociedade nas condições estipuladas no estatuto ou contrato social;

II – poderão ser resgatadas, nas condições previstas no estatuto ou contrato social, com os recursos da provisão formada com parcela do lucro líquido anual;

III – não conferem aos titulares direitos de sócio ou acionista, salvo o de fiscalizar os atos dos administradores da sociedade.

§ 5º – O capital contribuído pelo subscritor de quota de participante é inexigível mas, em caso de liquidação da sociedade, será reembolsado ao titular antes das ações ou quotas de capital social.

Artigo 9º – As instituições financeiras, de acordo com normas baixadas pelo Banco Central do Brasil, poderão constituir carteira especial, com os benefícios fiscais que gozarem em razão deste Regulamento, destinada, exclusivamente, a financiar, apenas com a cobertura dos custos operacionais da carteira, os investimentos mencionados no artigo 8º deste Regulamento.

Artigo 10 – Compete ao Ministro de Estado da Cultura incluir entre as atividades empresariais constantes do artigo 8º, § 1º, outras que o Ministério venha a considerar de interesse cultural, consultado o Conselho Federal de Cultura.

Artigo 11 – Nenhuma aplicação de benefícios fiscais aqui previstos poderá ser feita através de qualquer tipo de intermediação ou corretagem.

Parágrafo único – A elaboração de projetos necessários à realização ou obtenção de doação, patrocínio e investimento, desde que contratados com profissionais ou entidades legalmente habilitados, não configura a intermediação ou corretagem referidas neste artigo.

Artigo 12 – A doação, o patrocínio ou investimento não poderão ser efetuados pelo contribuinte à pessoa a ele vinculada.

§ 1º – Considera-se pessoa vinculada ao contribuinte:

I – a pessoa jurídica da qual o contribuinte seja titular, administra-

Digitalizado gentilmente por:

dor, acionista, ou sócio à data da operação, ou nos 12 (doze) meses anteriores;

II – o cônjuge, os parentes até o terceiro grau, inclusive os afins, e os dependentes do contribuinte ou dos titulares, administradores, acionistas, ou sócios de pessoa jurídica vinculada ao contribuinte nos termos da alínea anterior;

III – o sócio de entidade, mesmo quando outra pessoa jurídica.

§ 2º – Não se consideram vinculadas:

I – fundações ou associações cadastradas no Ministério da Cultura, instituídas pelo doador ou patrocinador, desde que não distribuam lucros ou bens, sob nenhum pretexto, aos seus instituidores ou mantenedores, nem remunerem, a qualquer título, seus dirigentes e membros de seus Conselhos;

II – a pessoa jurídica de natureza cultural, cadastrada no Ministério da Cultura, desde que a participação societária se tenha originado de investimento decorrente da Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986, e que investidor não detenha ou venha a deter, pelo novo investimento, mais de 10% (dez por cento) do capital social da empresa;

III – as entidades instituídas e administradas pelo Poder Público, quando o doador ou patrocinador for administrador ou conselheiro das mesmas.

Artigo 13 – Os beneficiários dos incentivos de que trata este Regulamento deverão comunicar, na forma que venha a ser estipulada pelos Ministérios da Cultura e da Fazenda, os aportes financeiros recebidos, bem como efetuar a comprovação de sua aplicação.

§ 1º – Os Ministérios da Cultura e da Fazenda poderão celebrar convênios com órgãos públicos delegando-lhes competência para receberem a comunicação de que trata este artigo, para fins de registro e fiscalização, desde que as entidades e empresas beneficiadas não recebam, de cada contribuinte, no exercício, como doações, patrocínios ou investimentos, quantias superiores a Cz$ 212.000,00 (duzentos e doze mil cruzados).

§ 2º – As operações superiores a Cz$ 212.000,00 (duzentos e doze mil cruzados) deverão ser previamente comunicadas, pelo doador, patrocinador ou investidor, aos Ministérios da Fazenda e da Cultura, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal, para fins de registro e fiscalização. O Ministério da Cultura certificará se houve a realização da

Digitalizado gentilmente por:

atividade incentivada.

Artigo 14 – A entidade beneficiária de doações ou investimentos, efetuados em espécie, deverá aplicar as quantias recebidas em prazo que não ultrapasse o encerramento do exercício financeiro posterior ao do seu recebimento.

§ 1º – O recebimento e aplicação de valores decorrentes dos benefícios fiscais referidos neste Regulamento serão depositados em conta bancária especial pela entidade beneficiária e por ela registrados em sua contabilidade, em livros próprios, de forma destacada.

§ 2º – O Ministério da Cultura, a pedido da entidade beneficiada com a doação ou o investimento, poderá prorrogar o prazo de aplicação referido neste artigo.

§ 3º – Se, por justa causa, a entidade beneficiária estiver impossibilitada de dar às quantias a destinação cultural devida, ser-lhe-á facultado regularizar a situação incorporando-as ao Fundo de Promoção Cultural.

§ 4º – Caso, dentro do prazo previsto neste artigo, ou da sua prorrogação, não seja dada às quantias a destinação cultural devida ou feita a regularização admitida, a autoridade administrativa que tomar conhecimento do fato comunica-lo-á ao Ministério Público, para dar iniciativa às providências penais cabíveis.

§ 5º – Ocorrendo perda das quantias em favor da União, como conseqüência de decisão judicial condenatória (artigo 91, II, do Código Penal), a autoridade administrativa que os receber destina-las-á ao Fundo de Promoção Cultural, para aplicação nas finalidades que lhes são próprias.

Artigo 15 – Os benefícios fiscais de que trata este Regulamento são aplicáveis em relação às doações, patrocínios e investimentos, realizados a partir de 3 de julho de 1986.

Parágrafo único – Excepcionalmente no exercício financeiro de 1987, as pessoas físicas poderão usufruir dos benefícios fiscais em relação às doações, patrocínios e investimentos, realizados até a data fixada para a entrega da declaração de rendimentos.

Artigo 16 – As instituições criadas e administradas sob qualquer forma pela União e que executarem programas ou atividades culturais incentivadas pela Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986, poderão obter recursos derivados deste Regulamento, como doação e patrocínio, que lhes sejam feitos por pessoas físicas ou jurídicas, através do Fundo de Promo-

Digitalizado gentilmente por:

ção Cultural ou de qualquer órgão integrante da estrutura do Ministério da Cultura.

Parágrafo único – O Ministério da Cultura apreciará em regime de prioridade os pedidos de instituições universitárias, para financiamentos, com recursos do Fundo de Promoção Cultural, de atividades incentivadas pela lei de que trata este Regulamento.

Artigo 17 – Quando pagas pelo doador, são dedutíveis como despesas operacionais, somando-se, para fins do benefício fiscal, ao valor das doações:

I – a remuneração a perito que venha, por iniciativa prévia do doador, avaliar os bens doados;

II – os tributos incidentes sobre a doação, inclusive o Imposto sobre a Transmissão;

III – as despesas relativas a frete ou carreto e seguro do bem doado, desde o local de origem até o local de destino;

IV – as despesas com a embalagem e remoção do bem doado, bem como a sua instalação no local a ele destinado;

V – as despesas cartorárias, relativas ao registro, traslados e certidões, das operações de doação;

VI – as despesas com a elaboração de projetos referidos no parágrafo único do artigo 11.

Artigo 18 – A comunicação de que trata o artigo 12 da Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986, será feita pela Secretaria-Geral do Ministério da Cultura ao Conselho Federal de Cultura.

Artigo 19 – Para efeito do cadastramento a que se refere o artigo 1º da Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986, fica instituído o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural – CPC, no âmbito do Ministério da Cultura, que expedirá certificado às entidades, distinguindo-as segundo tenham ou não finalidades lucrativas.

Artigo 20 – Somente obterá inscrição no CPC a entidade que faça prova de ter como objeto social prevalente a prática de atividade cultural incentivada pela Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986, e esteja inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

Artigo 21 – A não apresentação da declaração de Imposto sobre a Renda, em cada exercício financeiro, implicará a cassação da inscrição no CPC da pessoa jurídica, contribuinte do Imposto sobre a Renda.

Artigo 22 – O Ministério da Cultura, por sua iniciativa, do Ministério

Digitalizado gentilmente por:

da Fazenda ou do Conselho Federal de Cultura, poderá suspender provisoriamente a inscrição no CPC durante a apuração de fraudes ou irregularidades, cancelando-a, definitivamente, após a verificação administrativa das mesmas.

Artigo 23 – Para os efeitos deste Regulamento e de cadastramento no CPC, equiparam-se a entidades com fins lucrativos as instituições que prevejam, em seu estatuto ou ato constitutivo, a distribuição, por ocasião da dissolução da sociedade, de seus bens patrimoniais entre fundadores, instituidores, mantenedores ou sócios.

Artigo 24 – As infrações, pelo contribuinte, aos dispositivos deste Regulamento, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o sujeitarão à cobrança do imposto não recolhido em cada exercício financeiro, acrescido das penalidades previstas na legislação do Imposto sobre a Renda, além da perda do direito de acesso, após a condenação, aos benefícios fiscais de que trata este Regulamento.

§ 1º – Mantida a exigência fiscal na esfera administrativa, na forma do Decreto n. 70.235 (4), de 6 de março de 1972, deverá ser encaminhada comunicação da Secretaria da Receita Federal ao Ministério da Cultura, a fim de que este proceda ao lançamento e à cobrança da multa de 30% (trinta por cento) do valor da operação.

§ 2º – A multa de que trata o parágrafo anterior será paga no prazo de 30 (trinta) dias da ciência ao devedor e reverterá em favor do Fundo de Promoção Cultural.

Artigo 25 – A Secretaria da Receita Federal, no exercício das suas atribuições específicas, fiscalizará a efetiva execução deste Regulamento, no que se refere à realização das atividades culturais ou à aplicação dos recursos nelas comprometidos.

PORTARIA Nº 002, DE 15 DE JANEIRO DE 1987

O Secretário-Geral do Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições e no exercício da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 292, de 23 de julho de 1986, do Ministro de Estado da Cultura, tendo em vista as diversas Instruções Normativas que estabelecem regras sobre o

(4) Leg. Fed., 1972, p. 625.

Digitalizado gentilmente por:

disposto no artigo 516 do Regulamento do Imposto de Renda,

Resolve:

I – É admissível a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural – CPC de empresas individuais, equiparadas, para efeitos fiscais, a sociedades mercantis.

II – Para os fins previstos nesta Portaria, são empresas individuais equiparadas a pessoas jurídicas:

a) as firmas individuais; e

b) as pessoas físicas que, em nome individual, explorem, habitual e profissionalmente, atividade econômica de caráter cultural, de natureza civil ou comercial, incentivada pela Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, com finalidade lucrativa, mediante a venda a terceiros de bens ou serviços.

III – Para efeito da inscrição no CPC, considera-se firma individual a pessoa física que como tal se constitua, mediante registro em Junta Comercial e esteja inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC, do Ministério da Fazenda.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Joaquim Itapary Filho

PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO

LEI N. 7.504 – DE 2 DE JULHO DE 1986

Dá nova redação ao artigo 3º da Lei n. 4.084 (1), de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de Bibliotecário, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º – O artigo 3º da Lei n. 4.084, de 30 de junho de 1962, que

(1) Leg. Fed., 1962, p. 96.

Digitalizado gentilmente por:

dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 3º – Para o provimento e o exercício de cargos técnicos de Bibliotecários, Documentalistas e Técnicos de Documentação, na administração pública federal, estadual ou municipal, autárquica, paraestatal, nas empresas de economia mista ou nas concessionárias de serviços públicos, é obrigatória a apresentação de diploma de Bacharel em Biblioteconomia, respeitados os direitos dos atuais ocupantes."

Artigo 2º – As pessoas que tenham exercido, até 30 de junho de 1962, cargo ou função de Técnico de documentação só poderão exercer a profissão de Bibliotecário após satisfazerem aos seguintes requisitos:

I – registro no Conselho Regional de Biblioteconomia, a cuja jurisdição estiverem sujeitos;

II – pagamento da anuidade do Conselho Regional de Biblioteconomia, na forma estabelecida pelo Decreto n. 56.725 (2), de 16 de agosto de 1965, que regulamenta a Lei n. 4.084, de 30 de junho de 1962.

Parágrafo único – Os Técnicos de Documentação dispõem de 180 (cento e oitenta) dias para se habilitarem, conforme o estabelecido nesta Lei.

Artigo 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney – Presidente da República
Almir Pazzianotto Pinto

ESTABILIDADE DE EMPREGADO, INVESTIDO EM CARGO DE DIREÇÃO DE ASSOCIAÇÃO PROFISSONAL

LEI N. 7.543 – DE 2 DE OUTUBRO DE 1986

Altera a redação do § 3º, do artigo 543, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452 (1), de 1º de maio de 1943, estendendo a estabilidade ao empregado associado investido em cargo de direção de Associação Profissional

(1) Leg. Fed., 1943, Supl.
(2) Leg. Fed., 1965, p. 1.150.

Digitalizado gentilmente por:

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º – O § 3º, do artigo 543, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 543 – .....

§ 3º – Fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional, até 1 (um) ano após o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos desta Consolidação."

Artigo 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney – Presidente da República
Almir Pazzianotto Pinto

BIBLIOTECA NA ESCOLA

LEI N. 5.301, DE 16 DE SETEMBRO DE 1986 *

Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de local adequado para bibliotecas nos prédios das escolas estaduais.

Artigo 1º – Os prédios das escolas estaduais a serem construídas deverão contar, obrigatoriamente, com local adequado para biblioteca.

Artigo 2º – O Poder Executivo determinará providências para que as escolas já construídas sejam dotadas da dependência de que trata o artigo anterior, no prazo de um ano.

* Publicada na Assessoria Técnico Legislativa, aos 16 de setembro de 1986. D.O.E., São Paulo, 17.9.86.

Digitalizado gentilmente por:

Artigo 3º – A lei orçamentária do exercício em que se der o cumprimento desta lei proverá recursos hábeis para atender às respectivas despesas.

Artigo 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de setembro de 1986.

Franco Montoro
José Aristodemo Pinotti, Secretário da Educação
Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

REGISTRO PROVISÓRIO

MINISTÉRIO DO TRABALHO
CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

RESOLUÇÃO N. 325 – DE 28 DE MAIO DE 1986

O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei n. 4.084 (1), de 30 de junho de 1962, e o Decreto n. 56.725 (2), de 16 de agosto de 1965, combinado com dispositivos de seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CFB n. 154, de 6 de setembro de 1976, e considerando a necessidade de disciplinar o processo de Registro Provisório de Bibliotecários, nos CRBs, bem como as anuidades e emolumentos que sobre ele incidem,

Resolve:

Do Registro Provisório

Artigo 1º – O Registro Provisório autoriza o exercício da Profissão ao Bacharel em Biblioteconomia que ainda não tenha seu diploma devidamente registrado nos órgãos competentes.

(1) Leg. Fed., 1962, p. 96; (2) 1965, p. 1.150.

Digitalizado gentilmente por:

§ 1º – O registro a que se refere este artigo deve ser solicitado ao CRB da respectiva jurisdição antes do exercício da profissão.

§ 2º – A falta do Registro Provisório torna ilegal o exercício da profissão.

Artigo 2º – O Registro Provisório só pode ser expedido a profissionais egressos de instituições de ensino brasileiras.

Artigo 3º – O Registro Provisório será concedido pelo CRB competente e terá a validade de 1 (um) ano, podendo ser renovado mediante nova inscrição.

Parágrafo único – O prazo de validade não isenta o profissional de recolhimento da anuidade do exercício seguinte, nas mesmas condições previstas para os demais profissionais.

Artigo 4º – O Registro Provisório caracteriza uma situação transitória, não criando nenhum direito após seu vencimento, ficando o profissional obrigado a se empenhar, junto aos órgãos competentes, pela obtenção do respectivo diploma.

Artigo 5º – De posse do diploma o profissional deverá requerer de imediato seu Registro Definitivo.

Artigo 6º – O portador de Registro Provisório não pode ser votado para cargos nos CRBs ou CFB, sendo-lhe facultado o direito de voto.

Da Inscrição

Artigo 7º – Para o Registro Provisório será exigido:

I – Atestado de Conclusão do Curso fornecido pela Instituição de Ensino Superior em que se diplomou o profissional, com declaração de que o diploma foi encaminhado a registro no órgão competente;

II – fotocópia da Certidão de Nascimento, ou de certidão que prove o nome oficial e o estado civil à epoca do pedido do registro, quando requerente do sexo feminino;

III – fotocópia da Cédula de Identidade;

IV – fotocópia do Certificado de Reservista, quando requerente do sexo masculino de idade inferior a 45 (quarenta e cinco) anos;

V – fotocópia do Título de Eleitor, provando ter votado, ou justificativa legal do não exercício do voto, na última eleição anterior ao pedido;

VI – fotocópia da Carteira de Estrangeiro em plena validade, se for o caso;

Digitalizado gentilmente por:

VII – 3 (três) fotografias 3x4, de frente e recentes;

VIII – comprovação do recolhimento da anuidade e emolumento respectivo, fixados pelo Conselho Federal de Biblioteconomia.

§ 2º – O pagamento da anuidade obedecerá aos mesmos critérios vigentes para o Registro Definitivo, fixados pelo Conselho Federal de Biblioteconomia.

Artigo 8º – No caso de atestado de curso superior de Biblioteconomia ainda não reconhecido e registrado nos termos da lei, mas com autorização de funcionamento, deverá ser anexada documentação comprobatória da competente autorização do Conselho Federal de Educação.

Artigo 9º – O pedido de inscrição com atestado expedido por instituição de ensino situada fora da jurisdição do CRB, deverá ser instruído com as seguintes informações solicitadas ao CRB competente:

I – existência de registro de inscrição naquele Conselho;

II – existência de processo de registro em andamento;

III – existência de qualquer processo administrativo ou punitivo.

Do Cartão de Registro Provisório

Artigo 10 – O CRB expedirá Cartão de Registro Provisório – CRP, de acordo com modelo fixado pelo CFB, válido como prova da habilitação para o exercício da profissão, nos termos da Lei n. 4.084/62 e Decreto n. 56.725/65, observado o prazo de sua validade.

Parágrafo único – A expedição do CRP está sujeita ao pagamento de emolumento fixado pelo CFB.

Artigo 11 – Não terá valor o CRP que contiver rasura ou estiver com prazo de validade vencido.

Da Extinção e Renovação

Artigo 12 – O Registro Provisório se extingue, automaticamente, na data de seu vencimento, ficando seu titular impedido de exercer a profissão.

§ 1º – A extinção da validade do Registro Provisório não isenta o profissional do pagamento da anuidade do exercício, devida ao CRB nos mesmos critérios vigentes para os demais profissionais.

§ 2º – Com a extinção do Registro Provisório por decurso de prazo

Digitalizado gentilmente por:

também prescreve a taxa de inscrição, para o caso de novo registro ou reintegração.

Artigo 13 – A renovação do Registro Provisório deverá ser solicitada, no caso de o profissional ainda não estar de posse do diploma, mediante requerimento do interessado ao CRB competente, antes da data de seu vencimento.

Parágrafo único – Para a renovação será exigido:

I – documento comprobatório do andamento do processo de registro do diploma nos órgãos competentes;

II – comprovação do recolhimento ou da isenção da Contribuição Sindical.

III – comprovação do recolhimento da anuidade do exercício em que for requerido o emolumento respectivo;

IV – restituição do CRP para a devida anotação.

Artigo 14 – Em caso de perda, extravio ou inutilização do CRP, ou por se encontrar em mau estado de conservação, o Presidente do CRB pode determinar a expedição de outra via, mediante requerimento do interessado.

Parágrafo único – Para expedição de 2ª via será exigido:

I – comprovação do recolhimento da anuidade do exercício e emolumento respectivo;

II – indicação do número de Registro Provisório;

III – 1 (uma) fotografia 3x4, recente e de frente;

IV – restituição do CRP quando inutilizado ou em mau estado, para arquivamento do processo.

Do Cancelamento

Artigo 15 – No aguardo do registro do diploma, e observado o prazo de validade do Registro Provisório, o profissional poderá gozar dos direitos, ou sofrer as penalidades previstas para os profissionais com Registro Definitivo.

Parágrafo único. O pedido de cancelamento observará os prazos indicados na presente Resolução.

Artigo 16 – Para o cancelamento de Registro Provisório será exigido:

I – documento comprobatório da causa que justifique o pedido;

Digitalizado gentilmente por:

II – comprovação do recolhimento da anuidade do exercício em que for pedido o emolumento respectivo;

III – restituição do CRP para arquivamento.

Artigo 17 – O cancelamento de Registro Provisório pode ocorrer por:

I – indeferimento do registro do diploma;

II – cassação e suspensão do exercício profissional;

III – doença impeditiva ou falecimento.

§ 1º – Nos casos previstos nos itens I e II deste artigo o processo será efetuado de ofício, pelo CRB, observada a legislação vigente quando se tratar de ato punitivo, ficando o profissional impedido de exercer a profissão e obrigado a restituir o Cartão de Registro Provisório.

§ 2º – A suspensão do registro decorre de ato punitivo, previsto no Código de Ética Profissional, e terá lugar, exclusivamente, nos casos de cassação temporária do exercício da profissão por justa causa.

§ 3º – No caso de falecimento o processo poderá ser promovido por familiares, terceiros, ou de ofício, pelo CRB, mediante documento comprobatório.

Da Reintegração

Artigo 18 – Poderá ocorrer a reintegração do profissional no CRB, a qualquer tempo, desde que não esteja incurso em nenhuma infração legal.

Artigo 19 – A reintegração constituirá novo processo, exigindo o recolhimento de novo emolumento de inscrição e anuidade integral, bem como atualização da documentação já existente, com juntada do processo anterior.

Parágrafo único – O retorno de profissional com Registro Provisório cancelado por motivo de doença ficará isento do recolhimento do emolumento de nova inscrição.

Das Anuidades e Emolumentos

Artigo 20 – O pagamento da anuidade constitui condição de legitimidade do exercício da profissão, e o profissional com Registro Provisório fica obrigado ao pagamento da anuidade nas mesmas condições pre-

Digitalizado gentilmente por:

vistas para os demais profissionais.

Artigo 21 – Os processos de inscrição, renovação e reintegração de Registro Provisório estão sujeitos aos mesmos emolumentos fixados pelo CFB para os profissionais com Registro Definitivo.

Artigo 22 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edson Miguel de Jesus, Presidente.

(D.O. de 4 de novembro de 1986, pág. 16.412)

CARTÃO DE REGISTRO PROVISÓRIO

RESOLUÇÃO N. 326, DE 28 DE MAIO DE 1986

O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n. 4.084 (1), de 30 de junho de 1962, e o Decreto n. 56.725 (2), de 16 de agosto de 1965, e considerando a necessidade de uniformizar o Registro Provisório expedido pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, em cumprimento ao disposto no artigo 10 da Resolução CFB n. 325, de 28 de maio de 1986,

Resolve:

Artigo 1º – O Cartão de Registro Provisório – CRP, válido como prova de habilitação para o exercício profissional pelo prazo nele indicado, obedecerá o modelo padrão anexo à presente Resolução, para uso em caráter uniforme pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia.

Artigo 2º – O CRP deverá ser confeccionado em cartolina branca, da dimensão de 14x10cm, contendo as seguintes informações:

I – na frente:

a) Armas da República, identificação do CRB expedidor e indicação de sua jurisdição;

b) denominação: cartão de Registro Provisório;

c) número do Registro Provisório, data-limite de validade e a inscrição "vide verso" entre parênteses;

(1) Leg. Fed., 1962, p. 96; (2) 1965, p. 1.150.

Digitalizado gentilmente por:

d) nome do profissional por extenso, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento e filiação;

e) título profissional, data da graduação e nome do curso e instituição de ensino em que se graduou o Profissional;

f) inscrição: "Autorizado a exercer a profissão na Região, nos termos da Lei";

g) local e data de expedição do Cartão;

h) assinaturas do Presidente do CRB e do profissional;

i) espaço para foto 3x4cm do profissional, tendo abaixo a inscrição "Só tem valor com carimbo do CRB".

II – no verso:

a) espaço destinado à renovação do Registro Provisório, nova data-limite de validade; data e assinatura do Presidente do CRB;

b) inscrição em rodapé: "Este cartão foi expedido nos termos do artigo 186 da Resolução n. 154/76 e da Resolução n. 325/86 do CFB". "O profissional que exercer atividade na jurisdição de outro CRB, por mais de 90 (noventa) dias, fica obrigado a apresentar a respectiva anotação".

Parágrafo único – Quando da expedição do cartão, o CRB deverá apor carimbo sobre foto e parte do documento.

Artigo 3º – Não terá valor o CRP que contiver rasura ou estiver com prazo de validade vencido.

Artigo 4º – O CRP só pode ser expedido a profissionais egressos de instituições de ensino brasileiras.

Artigo 5º – O modelo-padrão ora instituído deverá ser utilizdo, obrigatoriamente, a partir de 1º de janeiro de 1987, não havendo necessidade de substituição das certidões de Registro Provisório em uso, até a data referida.

Parágrafo único – A substituição prevista no artigo isenta de qualquer ônus.

Artigo 6º – O prazo de validade do Registro Provisório é de 1 (um) ano, renovável por igual período, mediante comprovação do andamento do processo de registro do diploma.

Artigo 7º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edson Miguel de Jesus, Presidente.

(D.O., de 4 de novembro de 1986, p. 16.412-3).

Digitalizado gentilmente por:

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL

RESOLUÇÃO N. 327, DE 20 DE AGOSTO DE 1986

O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei n. 4.084(1), de 30 de junho de 1962 e Decreto n. 56.725(2), de 16 de agosto de 1965, e

Considerando a necessidade de uma atualização na redação do Código de Ética Profissional com vistas às necessidades atuais, em conseqüência da própria evolução da carreira de Bibliotecário; e

Considerando o que foi deliberado pelo Plenário, em sessão realizada no dia 20 de agosto de 1986,

Resolve:

Artigo 1º – Fica aprovado o Código de Ética Profissional anexo, a ser adotado e cumprido, em todo o Território Nacional, pelas pessoas físicas e jurídicas que se dediquem, profissionalmente, a atividades biblioteconômicas nos termos e condições da legislação vigente.

Artigo 2º – O bibliotecário, no exercício de sua atividade, está obrigado a se submeter às normas do presente Código e às sanções nele previstas pelas infrações praticadas.

Artigo 3º – As infrações cometidas pelo bibliotecário serão processadas pelas Comissões de Ética e julgadas pelo Conselho Regional no qual o profissional estiver inscrito.

Artigo 4º – A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial" da União, cabendo aos Conselhos Regionais a incumbência de divulgá-la, inclusive nos jornais e periódicos de maior circulação, em suas áreas de jurisdição.

Artigo 5º – Revogam-se as disposições em contrário, notadamente a Resolução CFB n. 109/74.

Edson Miguel de Jesus, Presidente.

(1) Leg. Fed., 1962, p. 96; (2) 1965, p. 1.150.

Digitalizado gentilmente por:

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO APROVADO PELA RESOLUÇÃO CFB N. 327, DE 20 DE AGOSTO DE 1986

SEÇÃO I
Dos Objetivos

Artigo 1º – O Código de Ética Profissional tem por objetivo fixar normas de conduta para os profissionais em Biblioteconomia, quando no desempenho da profissão.

SEÇÃO II
Dos Deveres e Obrigações

Artigo 2º – Os deveres do profissional de Biblioteconomia compreendem além do exercício de suas atividades:

a) dignificar através de seus atos a profissão tendo em vista a elevação moral, ética e profissional da Classe;

b) observar os ditames da ciência e da técnica, servindo ao Poder Público, à Iniciativa Privada e à Sociedade em geral;

c) respeitar leis e normas estabelecidas para o exercício da profissão;

d) respeitar as atividades de seus colegas e de outros profissionais;

e) colaborar eficientemente com a Pátria, o Poder Público e a Cultura.

Artigo 3º – Cumpre ao profissional de Biblioteconomia:

a) preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana;

b) exercer a profissão, aplicando todo zelo, capacidade e honestidade no seu exercício;

c) cooperar intelectual e materialmente para o progresso da profissão, mediante o intercâmbio de informações com Associações de Classe, Escolas e Órgãos de divulgação técnica e científica;

d) guardar sigilo no desempenho de suas atividades, quando o assunto assim exigir;

e) realizar, de maneira digna, a publicidade de sua instituição ou atividade profissional, evitando toda e qualquer manifestação que possa

Digitalizado gentilmente por:

comprometer o conceito de sua profissão ou de colega;

f) considerar que o comportamento profissional irá repercutir nos juízos que se fizerem sobre a Classe;

g) manter-se atualizado, sobre a legislação que rege o exercício profissional da Biblioteconomia, cumprindo-a corretamente e colaborando para seu aperfeiçoamento;

h) combater o exercício ilegal da profissão.

Artigo 4º – A conduta do bibliotecário em relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, apreço e solidariedade, em consonância com os postulados da Classe.

Artigo 5º – O bibliotecário deve em relação aos colegas, observar as seguintes normas de conduta:

a) ser leal e solidário, sem conivência com erros que venham a infringir a ética e as disposições legais que regem o exercício da profissão;

b) evitar críticas e/ou denúncias contra outro profissional, sem dispor de elementos comprobatórios;

c) respeitar as idéias de seus colegas, os trabalhos e as soluções, jamais usando-os como de sua própria autoria;

d) evitar comentários desabonadores sobre a administração de colegas que vier a substituir;

e) abster-se da aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da Classe, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram o referido procedimento.

Artigo 6º – O bibliotecário deve, com relação à Classe, observar as seguintes normas:

a) prestigiar as entidades de Classe, contribuindo sempre que solicitado, para o sucesso de suas iniciativas em proveito da coletividade;

b) zelar pelo prestígio da Classe, pela dignidade profissional e pelo aperfeiçoamento de suas instituições;

c) facilitar o desempenho dos representantes do órgão fiscalizador, quando no exercício de suas respectivas funções.

Artigo 7º – O bibliotecário deve, em relação aos usuários, observar a seguinte conduta:

a) aplicar todo zelo e recursos ao seu alcance no atendimento ao público, não se recusando a prestar assistência profissional, salvo por relevante motivo;

Digitalizado gentilmente por:

b) tratar os usuários com respeito e urbanidade não prescindindo de igual tratamento por parte deles;

c) ater-se ao que lhe compete na orientação técnica da pesquisa e na normalização do trabalho intelectual.

Artigo 8º – O bibliotecário deve interessar-se pelo bem público e, com tal finalidade, contribuir com seus conhecimentos, capacidade e experiência para melhor servir a coletividade.

Artigo 9º – No desempenho de cargo, função, ou emprego, cumpre ao bibliotecário dignificá-lo moral e profissionalmente.

Artigo 10 – Quando consultor, o bibliotecário deve limitar seus pareceres às matérias específicas que tenham sido objeto da consulta.

SEÇÃO III
Das Proibições

Artigo 11 – Não se permite ao profissional de Biblioteconomia, no desempenho de suas funções:

a) praticar, direta ou indiretamente, atos que comprometam a dignidade e o renome da profissão;

b) nomear ou contribuir para que se nomeiem pessoas sem habilitação profissional para cargos privativos de bibliotecário, ou indicar nomes de pessoas sem registro nos CRBs;

c) expedir, subscrever ou conceder certificados, diplomas ou atestados de capacitação profissional a pessoas que não preencham os requisitos indispensáveis para exercer a profissão;

d) assinar documentos que comprometam a dignidade da Classe;

e) violar o sigilo profissional;

f) valer-se de influência política em benefício próprio, quando comprometer o direito de colega ou da Classe em geral;

g) deixar de comunicar aos órgãos competentes as infrações legais e éticas que forem de seu conhecimento;

h) deturpar, intencionalmente, a interpretação do conteúdo explícito ou implícito em documentos, obras doutrinárias, leis, acórdãos e outros instrumentos de apoio técnico do exercício da profissão, com intuito de iludir a boa-fé de outrem;

i) fazer comentários difamatórios sobre a profissão e suas entidades.

Digitalizado gentilmente por:

SEÇÃO IV

Das Infrações Disciplinares e Penalidades

Artigo 12 – A transgressão de preceito deste Código constitui infração disciplinar sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação das seguintes penalidades:

a) advertência confidencial, em aviso reservado;

b) censura confidencial, em aviso reservado;

c) suspensão de registro profissional por prazo de até 1 (um) ano;

d) cassação do registro profissional "ad referendum" do Conselho Federal.

§ 1º – Cassado o registro profissional, caberá ao CRB recolher a Carteira de Identidade Profissional do Infrator.

§ 2º – As penalidades serão anotadas na Carteira de Identidade Profissional e no Cadastro do Conselho Regional, sendo comunicadas ao Conselho Federal, demais Conselhos Regionais e o empregador.

Artigo 13 – Compete originalmente aos CRBs o julgamento das questões relacionadas a transgressão de preceito do Código de Ética, facultado recurso de efeito suspensivo, interposto ao CFB.

Parágrafo único – O recurso deverá ser interposto dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da comunicação.

SEÇÃO V

Da Aplicação de Sanções

Artigo 14 – O Conselho Federal de Biblioteconomia deve fixar resolução estabelecendo normas para apuração das faltas e aplicação das sanções previstas neste Código.

SEÇÃO VI

Dos Honorários Profissisonais

Artigo 15 - O bibliotecário deve exigir, por seu trabalho, remuneração justa e proporcional às atividades exercidas.

Artigo 16 – O bibliotecário não deve oferecer ou disputar serviços profissionais mediante aviltamento de honorários ou em concorrência desleal.

Digitalizado gentilmente por:

SEÇÃO VII
Abrangência do Código

Artigo 17 – As normas deste Código aplicam-se às pessoas físicas e jurídicas que exercem as atividades profissionais de Biblioteconomia.

SEÇÃO VIII
Modificação do Código

Artigo 18 – Qualquer modificação deste Código somente pode ser feita pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, mediante proposta de Conselho Regional ou de Conselheiro Federal.

SEÇÃO IX
Vigência do Código

Artigo 19 – O presente Código entra em vigor em todo o Território Nacional, a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(D.O. de 4 de novembro de 1986, p. 16.413.-4).

Digitalizado gentilmente por:

NOTICIÁRIO

Coordenadores:
- Nacional: Laila Gebara Spinelli*
- Internacional: Irati Antônio**

NACIONAL

EVENTOS

Retrospectiva de 1987:

Abril: SEMINÁRIO SOBRE PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS REDES DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA, Brasília, DF.

Maio: I SEMINÁRIO GOIANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, Goiania, GO.
Tema: O Bibliotecário e a Formação do Leitor

Setembro: VI COLE – CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, Campinas, SP.
Tema: A Questão dos Métodos e os Métodos em Questão
XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, Recife, PE.
Tema: A Biblioteca e a Democratização da Informação
Sub-temas: Informação em Ciência e Tecnologia
Preservação de Acervo Cultural
Novas Tecnologias em Bibliotecas e Centros de Informação
Política Bibliotecária
XIII ENCONTRO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS JURÍDICOS, Recife, PE.
Temas: Informação no Poder Legislativo, na Assembléia Nacional Constituinte, no Poder Executivo, no Poder Judiciário, na Área Privada.
XX CONGRESSO NACIONAL DE INFORMÁTICA e VII FEIRA INTERNACIONAL DE INFORMÁTICA, São Paulo, SP – SUCESU.

---

* Bibliotecária-chefe da Biblioteca Alceu Amoroso Lima (Bairro de Pinheiros) – Deptº de Bibliotecas Públicas do Município de São Paulo.
** Bibliotecária-chefe do Serviço de Aquisição e Difusão, do Serviço de Biblioteca e Documentação, ECA/USP.

Digitalizado gentilmente por:

Corrente:

EXPOMICRO 87

4 a 7 de outubro de 1987, Rio de Janeiro, RJ.

- 1º Simpósio Latino-Americano de Automação de Escritórios;
- 3º Fórum Brasileiro de Novas Tecnologias;
- 3º Encontro Brasileiro de Arquivologia e Documentação;
- 4º Congresso Brasileiro de Organização, Sistemas e Métodos;
- 4º Seminário Nacional de Microfilme em Bibliotecas;
- 6º Congresso Latino Americano de Micrográfica;
- 12ª Convenção Nacional do Microfilme;
- XII Exposição de Equipamentos, Produtos e Serviços para o Gerenciamento de Informação.

Organização – Promoção: CENADEM
Secretaria Geral: Rua Haddock Lobo, 585, 5º andar
CEP 01414 – São Paulo, SP
Tel.: (011) 881-9829 e 282-0319

SEMANA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, FILOSOFIA, CIÊNCIAS SOCIAIS E DE DOCUMENTAÇÃO

19 a 23 out. 1987, Marília, SP
Promoção: Depto. de Biblioteconomia e Documentação/UNESP, Campus de Marília
Tema: A Biblioteca no Processo Educacional Brasileiro.

VI SEMINÁRIO SOBRE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS – SPOB

26 a 30 out. 1987, Brasília, DF, Centro de Convenções
Promoção: ABDF/Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras
Tema: Publicações oficiais: uma visão oficial
Sessões especializadas:
- Controle e Preservação da Produção Bibliográfica
- Política Editorial
- Processos Técnicos e Novas Tecnologias
- Publicações Universitárias.

Digitalizado gentilmente por:

SEMINÁRIO SOBRE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO A DEFICIENTES VISUAIS

26 a 27 out. 1987, Brasília, DF, Centro de Convenções
Promoção: INL/ABDF/GEBPE/FEDF/CBBPE-FEBAB (concomitantemente ao VI SPOB)
Objetivos: divulgar os serviços de informação sobre educação e reabilitação de deficientes visuais no Brasil.

I ENDOC – ENCONTRO SOBRE DOCUMENTOS NÃO-CONVENCIONAIS

data a ser fixada em 1987
São José dos Campos, SP
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
Biblioteca Central do ITA. Tel.: 22-9088, r. 182
12225 – São José dos Campos – SP
Objetivo: reunir profissionais das mais diversas áreas para estudo e análise dos problemas relativos ao tratamento desses documentos.

I SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA

9 a 13 nov. 1987, São Paulo, SP, Sede da FIESP
Promoção: MCT, CNPq, IBICT, RITLA
Apoio: FIESP, MIC, STI
Objetivo: Propor bases para o estabelecimento de um programa de cooperação entre as instituições da América Latina e do Caribe em matéria de informação tecnológica. Para tal fim dever-se-á:
- avaliar os recursos de informação tecnológica disponíveis nos países das duas regiões e os resultados alcançados nas redes e sistemas de intercâmbio de informação já estabelecidas;
- promover o intercâmbio de experiências entre especialistas latino-americanos sobre a matéria e,
- estimular a realização de convênios e acordos específicos de cooperação bilateral ou multilateral, entre as instituições

Digitalizado gentilmente por:

atuantes nesta área na América Latina e no Caribe.
Paralelamente ao Seminário, será ministrado, em espanhol, pelo prof. Arturo Garcia Torres, do INFOTEC/México, um Curso de Informação Industrial, no período de 9 a 12 de novembro, das 14 às 18 hs, com 50 vagas.

Maiores informações: IBCT - SCN - Quadra 2, Bl K, 70710 - Brasília, DF
Tel.: (061) 225-9677, r. 260

V ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS NO INTERIOR

23 a 25 out. 1987, Novo Hamburgo, RS
Promoção: Associação Riograndense de Bibliotecários
Tema central: Biblioteca, Informação e Cultura para todos.
Sub-temas:
- Informação educacional
- Informação para a comunidade
- Informação tecnológica

CURSOS

CURSOS EXTRA-CURRICULARES: USP/ECA/CBD

Durante o ano de 1987 já foram e estão sendo ministrados vários cursos extra-curriculares no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo:

- Cursos de Especialização
  * Organização de Arquivos - 1º semestre
    Coordenadores: Heloisa Belloto e Johanna Smit
  * Ação Cultural
    Coordenadores: Edmir Perrotti e José Teixeira Coelho Netto

- Cursos de Atualização para Bibliotecários do SIBI/USP
  – Bibliotecário e modificação do comportamento
    Professora: Geraldine Witter

Digitalizado gentilmente por:

- Desenvolvimento e avaliação de acervos bibliográficos em bibliotecas universitárias
  Professor: Antonio Miranda
- Estatística para Bibliotecários - 2º semestre
  Professora: M. Carmen Romcy de Carvalho
- O & M em Bibliotecas Universitárias
  Professora: Regina Celia Montenegro

* Serviço de Referência: temas representativos
Coordenadora: Neusa Dias de Macedo
Professores: Regina C.B. Belluzzo – Evolução e tendências do SR
Neusa Dias Macedo – Caracterização e modelo de SR
Elza Granja – Interação Bibliotecário/Usuário
Graça Maria Luz – Negociação da questão
Antonio Miranda – SR especializado/Disseminação da informação
Eliodoro Bastos – Comunicação visual
Amélia Silveira – Marketing em SR
Regina C.B. Belluzzo – Treinamento do usuário
Cecília Alves Oberhofer – Avaliação do SR

Maiores informações: ECA/USP. Depto. de Biblioteconomia e Documentação. Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 – Cidade Universitária – 05508 – São Paulo – SP.

CURSOS – UnB

A Universidade de Brasília também tem promovido durante 1987 diferentes cursos de especialização, aperfeiçoamento etc., entre os quais destacamos:

- II Curso Regional de Informática Documentária
  23 março a 14 de abr. 1987
  UnB/BIB – Apoio: ABDF

---

* Os Cursos antecedidos por * são repetidos todos os anos.

Digitalizado gentilmente por:

Colaboração: Treinamento de Professores e Profissionais Especializados em Biblioteconomia (Projeto de UnB/BIB)

- Curso de Especialização para Bibliotecários de Instituições de Ensino Superior
  24 ago. a 2 de dez. 1987
  Departamento de Biblioteconomia e Biblioteca Central/UnB
  Promoção: Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias-PNBU
  UFRJ-Escola de Comunicação, Pós-Graduação em Ciência da Informação, Sub-Reitoria de Ensino para Graduados e Pesquisa
  Universidade Federal Fluminense
  Apoio: MEC/SESu/CAPES

- III Curso de Especialização em Administração de Bibliotecas Públicas e Escolares
  3 ago. a 17 nov. 1987
  Departamento de Biblioteconomia-UnB – Brasília – DF
  Promoção: Departamento de Biblioteconomia/UnB
  Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares/FEBAB
  Apoio: Fundação Nacional Pró-Memória
  INL

Maiores Informações: Caixa Postal 15-2998 – CEP 70919 – Brasília – DF
Campus UnB - Asa Norte – Anexo da Biblioteca Central
Telefone: (061)274 0022 ramal 2422

III CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA

Ago. e out. 1987
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências da Educação
Depto. de Biblioteconomia e Documentação
Objetivos: formar recursos humanos para atuar na área da informação tecnológica industrial.

Digitalizado gentilmente por:

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO POR TUTORIA À DISTÂNCIA EM ADMINISTRAÇÃO DE BIBLIOTECAS

1987
Promoção ABDF/UnB-BIB
Apoio: MEC/SG/CAPES
Objetivo: Oferecer aos bibliotecários condições de aperfeiçoar e atualizar seus conhecimentos sobre a Administração de Bibliotecas.
Coordenação: pela UNB: Milton A. Nocetti
pela ABDF: Osmar Bettiol/Áurea Augusta Breel/Regina Célia Giulito Vieira

CURSOS – ABDF

Para 1987 foram programados os seguintes cursos:

1º Semestre

- Inglês Instrumental para Bibliotecários
  Professora: Gilma Limongi Batista
- Indústria da Informação
  Professora: Iza Freire
- Planejamento para Editoração
  Professores: José Reis e Adroaldo Florido
- Indexação e Tesauro
  Professora: Huruka Nagayama
- Planejamento de Sistemas de Informação
  Professor: Baltazar Ramos
- Introdução à Automação de Bibliotecas e Serviços de Informação
  Professor: Paulo Henrique Assis Santana
- Auxiliar de Biblioteca
  Coordenadoras: Iza Antunes e Divina Aparecida da Silva
- Informação Tecnológica: usos e usuários
  Professora: Vânia M.R. Hermes de Araújo

2º Semestre

- Recursos e Serviços de Informação para Atendimento da Demanda Industrial

Digitalizado gentilmente por:

Professor: José Rincon Ferreira
- Marketing para Bibliotecas
  Professora: Sofia Galvão Baptista

Maiores informações: Secretaria da ABDF
SCRN – 702/703 – Bl. G, Sobreloja 3/4
70.710 – Brasília – DF

CURSOS – FESPSP

A Faculade de Biblioteconomia e Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo programou os seguintes Cursos Extracurriculares para o 2º semestre de 1987:

- AACR – 2
  Professoras: Ligia Gulho Daumichen e Rosa Maria Corrêa
- Administração de Recursos Humanos
  Professor: Geraldo Antonio Betini
- Informação Jurídica
  Professores: Cecília Andreotti Attienza e Célia Maria Attienza
- Princípios Básicos de Técnica Editorial para Bibliotecários
  Professora: Marise Miglioli Lorusso

Maiores informações: Faculdade de Biblioteconomia e Documentação/FESPSP
R. General Jardim, 522
01223 – V. Buarque – São Paulo – SP

VISITA DOS REPRESENTANTES DA IFLA AO BRASIL

De 29/1 a 4/2 de 1987, visitaram o Brasil o Presidente da IFLA, Sr. Hans Peter Geh (Alemanha) e o Vice-Secretário Executivo, A.L. Van Wesmael (Holanda). Na cidade do *Rio de Janeiro*, estiveram na Fundação Getúlio Vargas e na Biblioteca Nacional. Na oportunidade, a Presidente da FEBAB levou a conhecimento dos visitantes o movimento de classe e o

Digitalizado gentilmente por:

plano de trabalho – triênio 1987-1989. (Adiante seguem destaques do seu discurso). Em *São Paulo*, os representantes da IFLA proferiram palestra na APB, na qual foram abordados os seguintes tópicos: histórico, estrutura e ação da IFLA, bem como a divulgação de seus programas básicos: controle bibliográfico universal; disponibilidade de publicação universal; preservação e conservação; fluxo de dados universal & telecomunicação; avanço da Biblioteconomia no 3º Mundo. A propósito, existindo interessados brasileiros que apresentem projetos nacionais na linha dos projetos da IFLA, há grande possibilidade de financiamento com repasse das propostas a canais competentes pela própria IFLA.

Em *Brasília*, visitaram a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, o IBICT e a ABDF, discutindo propostas de trabalho em conjunto.

ENCONTRO PAULISTA DO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – Recomendações

Em 13 e 14 de maio de 1987, realizou-se em São Carlos o II Encontro Paulista do Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação, contando com a participação de representantes de *todas* as escolas de Biblioteconomia do estado que discutiram "A Importância da Educação Contínua do Bibliotecário".

Recomendações aprovadas:

1 – que se estabeleça uma programação estadual de educação contínua para bibliotecários a partir da realização de um diagnóstico das necessidades, por representantes de Escolas de Associação Paulista de Bibliotecários;

2 – que as entidades de pós-graduação se preocupem com os cursos de especialização;

3 – que no 3º Encontro Paulista do Ensino da Biblioteconomia e Ciência da Informação as duas recomendações se expressem em um documento básico preliminar;

Obs.: Os questionários para elaboração do diagnóstico das necessidades de educação contínua dos bibliotecários paulistas já foram elaborados por representantes das Escolas de Biblioteconomia e enviados aos profissionais.

Digitalizado gentilmente por:

CONCLUSÕES DA IX JORNADA SUL-RIOGRANDENSE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Realizada em Porto Alegre, de 14 a 18 de julho de 1986, sob o tema "A Biblioteconomia e os Novos Tempos: por um posicionamento sócio-político-cultural", a IX Jornada apresentou as seguintes recomendações:

– o encaminhamento das sugestões que visem a estruturação de programas de democratização da leitura, melhoria dos serviços bibliotecônomicos à população em geral e programas de alfabetização e estratégias para o desenvolvimebto do hábito de leitura às comissões culturais e educacionais de cada partido político a ser representado no pleito político eleitoral e/ou constituinte;

– a reabertura de estudos dos problemas relativos à Sindicalização, por parte da Associação Riograndense de Bibliotecários (ARB) e demais associações de bibliotecários, além de outros órgãos representativos da Biblioteconomia, através de grupos de estudo que não estão diretamente envolvidos nos compromissos e ideologias das Diretorias;

– toda relação profissional mantida com o processamento de dados, a micrografia e reprografia deve ser analisada de um ponto de vista não só técnico como também crítico, considerando as repercussões sociais advindas da adoção ou adesão aos métodos citados;

– as escolas de biblioteconomia devem estabelecer uma proposta de trabalho sistemático, de forma a desenvolver meios efetivos de participação e aprofundamento da formação de uma consciência de classe e envolvimento no movimento associativo, pois que este é o caminho para a obtenção das conquistas profissionais almejadas.

– "Ninguém muda sua história se delega aquilo que lhe compete". Profissionais que trabalham com livros e leitura, no seu sentido informacional mais amplo, são agentes de mudança, possuem uma responsabilidade social e política para com suas comunidades. A informação é poder. Entretanto, o uso de tal poder deve reverter no benefício coletivo, extensível a todas as camadas sociais. Que a informação seja desvinculada de mecanismos que favoreçam apenas à manutenção e permanência de estágios dominantes.

Digitalizado gentilmente por:

HOMENAGEM A LENYRA FRACAROLLI

A Câmara Municipal de São Paulo, entregou a Lenyra Fraccarolli, o título de Cidadã Paulista, em solenidade realizada no dia 29 de maio em Sessão Plenária extraordinária. A homenageada foi saudada pelo vereador Jamil Achôa e pelo Presidente da Mesa, Vereador Brasil Vita. O Sindicato, esteve presente, numa justa homenagem à colega que muito batalhou pela classe, militando na Associação Paulista de Bibliotecários e trabalhando com denôdo pelas Bibliotecas Infantis e pela Biblioteconomia. Muitos foram os amigos que compareceram à festa, pois a homenageada é muito querida pelos bibliotecários, escritores e professores.

JUBILEU DE PRATA DA LEI 4084

A Lei que regulamenta a profissão de Bibliotecário completou 25 anos em 30 de junho, e para comemorar o fato o CRB/8 realizou uma homenagem à Laura Russo, que liderou o movimento pela regulamentação profissional no período de 1958 a 1962. Participaram da homenagem representantes do Sindicato, FEBAB, APB, CFB e ABM. Dona Laura recebeu uma placa de prata alusiva à data e falou das dificuldades encontradas na época para termos um diploma de exercício profissional. Todos os bibliotecários brasileiros reconhecem a luta e o trabalho de Dona Laura, que por isso mesmo será homenageada novamente no XIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em setembro no Recife.

25 ANOS DE ASSOCIATIVISMO

Em 18 de setembro, a Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal-ABDF comemora 25 anos de serviços prestados à classe bibliteconômica e à comunidade em geral.

Digitalizado gentilmente por:

36 ANOS DE ASSOCIATIVISMO

Em 16 de maio de 1987 foi a vez da Associação Rio-Grandense de Bibliotecários comemorar seus 36 anos de atividades ininterruptas no Rio Grande do Sul.

FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL

O Decreto 93.617, sancionado pelo Presidente Sarney em 21 de novembro de 1986, exime de supervisão ministerial as entidades incumbidas da fiscalização do exercício de profissões liberais. Assim, cabe aos profissonais o dever de fiscalizar a ação dos dirigentes de nossos órgãos de classe.

MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Divisão de Pesquisa do Arquivo Nacional está organizando, há cerca de três anos, a Base de Dados Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA), procurando registrar e sistematizar a história dos órgãos da Administração Federal, a Base indica os dados fundamentais de cada instituição, como data de criação, data de extinção, órgão que a antecedeu e/ou sucedeu, natureza jurídica, o ministério a que pertencem estrutura ou composição, atribuições e nível hierárquico, legislação que o regulou. O objetivo do MAPA é acompanhar e retratar toda e qualquer alteração sofrida durante a existência do órgão. A história de cada um é arranjada por períodos. Atendendo as necessidades internas do Arquivo Nacional, foram implantados alguns órgãos pertencentes aos Ministérios da Agricultura, Justiça, Educação, Saúde, Cultura, Transportes e Fazenda e órgãos que possuem a mesma função: política mineral, política indigenista, política penitenciária, política de saúde e outros.

Endereço para contato: Arquivo Nacional Divisão de Pesquisa/Projeto MAPA
Rua Azeredo Coutinho, 77-s. 305.
20000 – Rio de Janeiro – RJ

Digitalizado gentilmente por:

INFORMAÇÃO AOS CARENTES

Um projeto que levará informações à população da periferia de Brasília, resultante de convênio formado entre a LBA e ABDF, deverá ser assinado em meados de setembro de 1987.

PROCÓPIA

É um serviço de fornecimento de artigos de publicações seriadas, utilizando como veículo o Cirandão Mensagem da EMBRATEL. Os usuários do Cirandão, de posse de dados bibliográficos de um artigo publicado, podem solicitar a cópia integral deste utilizando-se da caixa postal do IBICT, no Cirandão Mensagem. A partir do recebimento desta solicitação o Instituto localizará o artigo fazendo uso das informações contidas no Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN) e na rede de bibliotecas afiliadas ao serviço COMUT. Obtendo a informação solicitada o IBICT expedirá um pedido de fornecimento de cópia à Biblioteca selecionada que, por sua vez, enviará o texto diretamente ao usuário. Com este serviço, o leitor e usuário do Cirandão, interessado em artigos científicos, terá um canal de comunicação imediata com centros de fornecimento de cópias de artigos sem a necessidade de deslocar-se fisicamente até uma biblioteca. O serviço é cobrado proporcionalmente ao número de páginas a serem copiadas. No fim do mês, o IBICT repassará os custos para serem incluídos nas faturas dos usuários do Cirandão Mensagem da EMBRATEL.

BRASIL É ELEITO PARA A MESA DIRETORA DO CONSELHO INTERGOVERNAMENTAL DE PROGRAMA GERAL DE INFORMAÇÃO DA UNESCO

O Professor Antonio Agenor Briquet de Lemos, diretor do IBICT, foi escolhido como um dos três vice-presidentes da Mesa do Conselho, em sua 6ª Sessão, realizada em novembro de 1986, ocasião em que foram

Digitalizado gentilmente por:

analisadas as atividades do programa do biênio 85/86 e aprovada a proposta de trabalho para os próximos dois anos. Recomendou-se importância da continuidade do programa e a necessidade de serem obtidos recursos adicionais extra-orçamentários, principalmente para o desenvolvimento de projetos de alcance regional, como é o caso, na América Latina, do INFOLAC. Por proposta da delegação brasileira, foi aprovada, ainda, a recomendação para que a UNESCO procure a colaboração de países membros para as atividades de tradução e edição de documentos do PGI em um número maior de línguas. O objetivo desta proposta é o de, com recursos nacionais próprios e mais um pequeno auxílio financeiro da UNESCO, países onde não se fala o inglês, o francês ou o espanhol possam contar com textos manuais produzidos pelo PGI e que visam ao desenvolvimento de serviços de informação, bibliotecas e arquivos.

NOVA DIRETORIA DA APB/RJ

A Associação Profissional dos Bibliotecários do Rio de Janeiro elegeu, em 01.06.87, nova Diretoria assim composta: Judith Kuhn (Presidente), Vera Medina Coeli (Vice-Presidente), Angela Salles (Secretária) e Regina Coeli Nepomuceo da Silva (Tesoureira).

SUMÁRIOS DE PERIÓDICOS DE BIBLIOTECONOMIA

O Serviço de Biblioteca e Documentação da ECA/USP edita os SUMÁRIOS DE PERIÓDICOS DE BIBLIOTECONOMIA, visando a divulgação de seu acervo, proporcionando sua ampla utilização e contribuindo para o aprimoramento e atualização dos profissionais da área.

O valor da assinatura para 1987 (v.2, n. 1-3) é de Cz$ 200,00, e o pagamento deverá ser efetuado através de cheque em nome da Escola de Comunicações e Artes/USP.

Correspondência para: Serviço de Biblioteca e Documentação/ECA
Sumários de Periódicos de Biblioteconomia
Av. Prof. Lúcio M. Rodrigues, 443 – Telefone: 210-2122, r. 668
05508 – São Paulo, SP

Digitalizado gentilmente por:

DOCUMENTAÇÃO AGRÍCOLA

A presidente da Comissão Brasileira de Documentação Agrícola, sra. Janeti L. Bombini de Moura participou, a convite, de mesa redonda sobre Movimento Associativo na VIII Reunion Interamericana de Bibliotecários y Documentalistas Agrícolas - RIBDA, acontecido de 13 a 17 de julho de 1987, na Guatemala.

DISCURSOS DA PRESIDENTE DA FEBAB, sra. Elizabet Maria Ramos de Carvalho

1) *Destaques*

Aos representantes da IFLA em 29/1/87.

A FEBAB mostra-se preocupada com a questão de cooperação entre associações bibliotecárias, de uma forma mais efetiva, tendo em vista que a área da informação é vital para o país e necessita de formas cooperativas para melhor utilização dos recursos informacionais existentes. Pretende constituir-se como um "Centro de Documentação e Informação" das atividades bibliotecárias do país para o melhor aprimoramento cultural e técnico da área.

O trabalho da FEBAB remonta o ano de 1959, como sociedade civil, sem finalidades lucrativas congregando 27 associações em território nacional. Tem como órgãos dirigentes: o Conselho Diretor, a Diretoria, o Conselho Fiscal e as Comissões Permanentes. Estas últimas, constituem-se em grupos de bibliotecários que estudam questões específicas de biblioteconomia e documentação, em diversas áreas, tais como: Agricultura, Biomedicina, Jurisprudência, Tecnologia, Processos Técnicos, Ciências Sociais e Humanidades, Bibliotecas Públicas e Escolares, Bibliotecas Universitárias, e, em vias de criação, a área aero-espacial e de Celulose e Papel. Presentemente, conta-se com um Grupo de assessores, que prestam colaboração, sempre que convocados.

Promove Congressos Nacionais (14), Seminário de Bibliotecas Universitárias (5) e de Publicações. Já promoveu, em 1980, o 1º Congresso Latino Americano de Biblioteconomia e Documentação em Salvador, Bahia.

Além do "Jornal da FEBAB", órgão de divulgação interno, publica a

Digitalizado gentilmente por:

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, semestralmente, com as seguintes seções: Artigos, Entrevistas, Depoimentos, Legislação, Noticiário, Informações, Resenhas, Levantamentos Bibliográficos, Consultório Técnico.

Na Sede, em São Paulo, são coletados documentos que preservam a "Memória do Movimento Associativo Nacional". Mantém-se contato com as 27 associações, pela Secretaria existente em São Paulo, e durante as Assembléias Gerais. A meta comum é o aprimoramento técnico e cultural dos bibliotecários e o desenvolvimento das bibliotecas, nas diversas áreas e tipos. Umas são mais ativas na produção de textos, outros no desenvolvimento de Recursos Humanos e/ou levantamento de mercado de trabalho e defesa da classe.

Além da ação associativa, existe, agora, em São Paulo, o 1º Sindicato e os Conselhos Profissionais, como o CFB, com sede em Brasília. Numa forma mais abrangente e de maior extensão, a FEBAB se pronuncia com a intenção de obter coesão da classe em território nacional.

A presente gestão, para o triênio de 1987-89, a Nova Diretoria já se pronunciou com o documento "A Biblioteca e a Constituinte", encaminhada à Consultoria Geral da República, à Assessora Cultural do Presidente e ao Secretário da Imprensa. Por meio de um lobby, junto aos constituintes, está se, insistentemente, levando informações sobre o papel do bibliotecário na Sociedade Brasileira e sobre a instituição "Biblioteca". (Ver texto adiante a respeito)

Está sendo apresentado o plano estratégico para 1987/89, documento base esse passível de ser alterado pela contribuição da classe, visando a uma abertura e a uma ação mais democrática.

As metas da FEBAB para o triênio são:

- Descentralização das atividades da FEBAB.
- Destaque ao treinamento e à transferência de metodologia, a serem adotados em resposta às necessidades da classe.
- Definição e estrutura de uma doutrina biblioteconômica.
- Caracterização das áreas interdisciplinares que predominantemente interferem no desenvolvimento da ação dos bibliotecários, buscando o fortalecimento da categoria.
- Democratização da biblioteca, ajustando-se às novas formas de transmissão de informações como meio de combate à ignorância e ao bloqueio causado pelo analfabetismo.

Digitalizado gentilmente por:

– Impulso ao marketing de biblioteca, valorizando seus serviços e produtos, encarado como bens de consumo.

2) Em 7/5/87, em Audiência Pública na Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte da Constituinte na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Como preâmbulo à entrega do documento "A Biblioteca e a Constituinte", a sra. Presidente da FEBAB em seu discurso enfatizou a importância de se atuar junto à criança e colaborar na formação do cidadão. Somente possibilitando o acesso, sem restrição, a qualquer tipo de informação, é que se propiciará o desenvolvimento de um cidadão consciente de seus direitos, responsabilidades e deveres.

Na área educacional, a Biblioteca é um projeto muito além da escola e dos demais veículos da cultura de massa, ao contrário das características que comumente lhe são dadas. A Biblioteca participa da educação formal, da auto-educação, da educação de massa, do processo de produção de idéias, do ensino de qualquer grau. Sendo mais livre que a escola, a Biblioteca é, ainda, a instituição que neutraliza as tendências massificantes dos veículos de comunicação.

Na área cultural, a Biblioteca não obteve ainda o reconhecimento de que, juntamente com arquivos e museus, é base para a ação governamental e comunitária no desenvolvimento cultural de uma coletividade.

Observação: Para os textos dos discursos integrais, os interessados podem dirigir-se à Secretaria da FEBAB.
Rua Avanhandava, 40 - cj. 110
CEP 01306 - São Paulo - SP
Tel. (011) 257-0079

CONSTITUINTE/CONSTITUIÇÃO

A respeito da Constituinte e para a Constituição, a classe bibliteconômica tem-se manifestado de diversas formas e através de diferentes documentos. A RBBD selecionou algumas notícias a respeito, relacionadas a seguir:

Digitalizado gentilmente por:

– *"A Biblioteca e a Constituição".*

Sob este título, como contribuição à Assembléia Constituinte, a nova diretoria da FEBAB já se pronunciou junto a diversos canais, entre eles, o próprio Presidente da República. Encaminhou documento de 31 páginas que apresenta dois tipos de propostas, e no final solicita:

1) *inclusão de tópicos* na nova Constituição, nos capítulos "Educação e Cultura" e

2) *alteração e inclusão* no anteprojeto da Comissão de Estudos Constitucionais.

Como subsídio aos Constituintes, apresenta considerações sobre a instituição *Biblioteca*, relacionando com diversos aspectos, a saber: Ação educacional – Alfabetização de adultos – Biblioteca como centro cultural – Biblioteca como centro de informações – Biblioteca Pública – Cidadania – Cultura de Massa – Ensino – Escola – Infância – Legislação – Leitura – Liberdade democrática – Recursos humanos – Sistemas de educação – Tecnologia e Educação.

– *IBICT e Informação Científica e Tecnológica*

O IBICT encaminhou à Assembléia Nacional Constituinte, através do Deputado Antonio Ribeiro Gaspar, a proposta sobre a questão da Informação Científica e Tecnológica:

Artigo – Além do direito à educação, todos os cidadãos têm o direito de acesso aos conhecimentos e informações, em todos os domínios da criação humana, independentemente da forma ou do suporte material utilizado para veicular tais conhecimentos e informações.

§ 1º – É dever do Estado assegurar a criação e funcionamento adequado das diferentes instituições que propiciem o exercício desse direito do cidadão.

§ 2º – O Congresso Nacional aprovará as leis complementares que estabeleçam as políticas nacionais de informação científica e tecnológica, de bibliotecas, de arquivos e de museus.

– *Texto para a Constituinte*

Representantes da ABDF e associações de arquivistas e museólogos de Brasília, com base nas solicitações e reivindicações enviadas pelas entidades, a nível nacional e estadual, prepararam texto para a Constituinte, como segue:

Digitalizado gentilmente por:

Artigo 1º – O acesso à informação é direito de todos e a democratização do saber, um dos fundamentos da sociedade moderna, cabendo ao Estado protegê-la e difundi-la, assegurando a preservação dos acervos documentais de forma a garantir a permanência das fontes essenciais ao desenvolvimento cultural, educacional, científico, tecnológico e artístico, a reconstituição da história e a comprovação do direito dos indivíduos e das sociedades.

Parágrafo único – Compete ao Poder Público:

a) assegurar proteção especial aos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos nacionais e às obras e locais de valor histórico, tecnológico, científico, artístico, cultural, paisagístico, arquitetônico e arqueológico, responsabilizando civil, penal ou administrativamente os que os destruirem ou contribuirem para sua desfiguração, perda ou eliminação abusiva;

b) garantir acesso à informação gerada pelos órgãos públicos no exercício de suas funções, mantendo organizados e atualizados os documentos e registros desde a fase de sua produção;

c) criar e manter sistemas de informação geral e/ou especializada nos âmbitos federal, estadual e municipal, promovendo o seu desenvolvimento, sua ampla utilização e cumprimento pleno de suas finalidades;

d) manter arquivos, bibliotecas, museus e demais entidades que facultem apoio à educação e pesquisa através de recursos específicos e incentivos fiscais;

e) garantir que o exercício das profissões nestas áreas seja privativo de profissionais legalmente habilitados como forma de preservar o patrimônio documental.

Artigo 2º – Lei especial regulará:

a) a avaliação de documentos de forma a garantir a proteção do patrimônio documental, a racionalização dos acervos e o direito do cidadão;

b) o acesso aos documentos em que sejam considerados os fins culturais, administrativos e o interesse do cidadão.

– *Conselho da Cidadania dos Profissionais na Constituinte*

A Confederação Nacional de Profissões Liberais criou o Conselho da Cidadania dos Profissionais na Constituinte, integrado pelas 33 profissões liberais existentes no país, conselho de Reitores e a OAB, com a finalidade de apresentar sugestões aos Constituintes na defesa dessas ca-

Digitalizado gentilmente por:

tegorias. Os bibliotecários, a nível nacional, estão representados pelo Sindicato dos Bibliotecários de São Paulo, na pessoa de José Domingos de Brito. Pontos básicos serão defendidos, a saber: a) democratização do saber e maior acesso à informação; b) criação de bibliotecas públicas e escolares; c) prioridade da informação para o desenvolvimento científico-tecnológico; d) repúdio a qualquer tipo de censura; e) preservação da memória nacional; f) criação de uma política nacional de informação.

– *Cidadão terá Acesso à Constituinte*

A Câmara dos Deputados inaugurou, no dia 13 de maio de 1987, a Sala da Constituinte. Presentes o Ministro da Cultura, Celso Furtado, o Presidente da Câmara dos Deputados, grande número de Constituintes e de profissionais da área de informação. O projeto, ora iniciado, visa colocar à disposição dos usuários, seja qual ele for, todas as informações sobre a Constituinte. Cinco terminais de computadores colocam o cidadão em contato com a Sala da Constituinte. Para isto basta que o usuário possua, em sua casa, um terminal com telefone e utilize o número 1533, de Brasília, para obter informações do Cirandão Mensagem EMBRATEL, dos bancos de dados da Fundação Getúlio Vargas, do PRODASEN e do próprio Centro Pró-Memória. Estão à disposição do público textos de Constituições brasileiras e estrangeiras, documentação completa da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, contribuições da comunidade científica, sugestões das entidades de representação profissional, dos movimentos sociais e dos partidos políticos e as notícias veiculadas pela imprensa sobre os temas da Constituinte. O acervo se atualiza no decorrer do processo de elaboração da nova Constituição.

– *Constituinte e Constituições*

A Biblioteca do Senado Federal e do Ministério da Justiça promoveram no Senado Federal, em comemoração ao dia do Bibliotecário, em 1987, a exposição "Constituições e Constituinte", exposição que contou, entre outros, com documentos sobre a 1ª Constituição até a convocação da atual Assembléia Nacional Constituinte.

– *Arquivo Constituinte*

O Centro de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo, está publicando o 1º número (1987) que registra informações

Digitalizado gentilmente por:

bibliográficas sobre Constituição e Poder Constituinte no Brasil. Trata-se, portanto, de um sistema de informações sobre a Constituinte, visando não apenas oferecer subsídios aos vereadores como também colocar à disposição da sociedade em geral os recursos bibliográficos da Câmara Municipal de São Paulo para o acompanhamento do processo de elaboração da nova Carta (livros, diários oficiais, anais, revistas, recortes de jornais etc.). O Centro de Documentação e Informática dispõe de recursos existentes no PRODASEN relativos a matéria de jornais, discursos dos constituintes e sugestões populares.

Maiores informações: CDI, Viaduto Jacareí, 100 - 2º andar
CEP 01319 - São Paulo - SP
Tel. (011) 259-8388 - r. 434

INTERNACIONAIS

IFLA

Programa a Médio Prazo, 1986-1991

O terceiro programa da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas apresenta seis programas básicos, que vem orientando as atividades profissionais ligadas à IFLA em todo o mundo. São eles:

– *Controle Bibliográfico Universal*

Seu objetivo é promover o intercâmbio e o uso dos registros bibliográficos. Para tanto, são desenvolvidas atividades de apoio, com o estabelecimento de normalização dos registros em cada país e a compatibilidade entre os sistemas.

– *Acesso Universal às Publicações*

O acesso à informação é essencial ao progresso tecnológico e ao desenvolvimento do indivíduo. Dessa forma, e tendo em vista que os sistemas de informação atuais são inadequados, este programa visa a investigar e estimular novas formas e sistemas a fim de garantir ao usuário a informação de que necessita. Está baseado nas seguintes áreas de ação: Publicidade, Pesquisa e Orientação.

Digitalizado gentilmente por:

– *Programa Marc Internacional*

Os objetivos principais são os de criar e conservar normas para o intercâmbio de dados e manter este intercâmbio entre agências bibliográficas nacionais. Os estudos orientam-se para o desenvolvimento do formato Unimarc, incluindo novos formatos para formas de registros nacionais e de autoridade.

– *Preservação e Conservação*

Assegurar a preservação, de forma permanente, das publicações nacionais e desenvolver métodos de preservação do original através do uso da reprografia e da tecnologia da informação são os propósitos fundamentais deste programa. As atividades se desenvolvem em duas direções: a conservação de material do "passado" e do "futuro", não apenas conservando a memória histórica, mas também incentivando a preservação dos materiais do futuro através de tecnologia apropriada.

– *Fluxo Internacional de Dados*

Este programa objetiva promover a transferência eletrônica de dados entre bibliotecas, armazenados e processados por computador. As bases de dados são formadas nas áreas de Referência (dados bibliográficos) e de Fontes (dados numéricos e textuais). A ação do programa na discussão e orientação das políticas de armazenamento de dados e de sua transferência, problemas técnicos e econômicos, que estão relacionados diretamente às esferas governamentais.

– *Progresso da Biblioteconomia no Terceiro Mundo*

Planejar um programa que se concentre na criação de melhores condições para o desenvolvimento dos serviços bibliotecários no Terceiro Mundo. Para o cumprimento deste objetivo, é necessário estabelecer uma cooperação horizontal entre os países, estimular a participação profissional e a assessoria direta da IFLA, estimular e melhorar as condições de trabalho e capacitação profissional.

A IFLA mantém em sua estrutura organizacional Divisões e Seções, relacionadas direta ou indiretamente com os programas básicos além de apoiar e desenvolver atividades e objetivos específicos orientados pelas diretrizes gerais da Federação.

Alerta Brasil!!!

Digitalizado gentilmente por:

FID

Na Assembléia Geral da FID, realizada em 12 de setembro de 1986, em Montreal, seu nome foi alterado de Federation Internationale de Documentation para *Federation Internacionale pour l'Information et la Documentation* (Federação Internacional para a Informação e a Documentação). A sigla FID continuará a ser utilizada.

EVENTOS

IFLA PRE-CONFERENCE INTERNATIONAL SYMPOSIUM

"Open System Inter-Connections: The Communication Technology of the 1990's"
12-14 August 1987
London, UK

O tema principal deste evento – que precede a 53ª Conferência da IFLA – é a discussão e avaliação das tecnologias e sistemas de comunicação aplicados aos serviços em bibliotecas: administração, políticas de informação e comunicação, e desenvolvimento técnico. Informações: The Library Technology Centre, Mr. Neil McLean, 309 Regent Str., London WIR 8AL.

53. IFLA COUNCIL AND GERAL CONFERENCE

"Library and Information Service in a Changing World"
16-21 August 1987
Brighton, UK

A 53ª Conferência da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas desenvolve seu tema em três tópicos principais: Documento e transferência da informação; Conservação de coleções; Bibliotecas e Serviços de informação em países em desenvolvimento. Informações: Library Association, Rob Palmer, 7 Ridgmount Str., London WCIE 7A.

Digitalizado gentilmente por:

IAML-IASA CONFERENCE

21-26 June 1987
Amsterdam, Holanda

A Associação Internacional de Bibliotecas de Música e a Associação Internacional de Arquivos Sonoros promove seu encontro anual desta vez em Amsterdam. O programa de atividades, bem como a ficha de inscrição podem ser encontradas no Serviço de Biblioteca e Documentação/ECA/USP, Av. Prof. Lucio M. Rodrigues, 443 – 05508 São Paulo, SP, Tel.: 210-2122 ramal 669. Para informações completas, escrever para NBLC, Postbox 93054, 2509 A The Hague Den Haag, Netherlands.

MUSEUM DOCUMENTATION ASSOCIATION

CIDOC Annual Meeting
21-23 September 1987
MDA Study Tour and Conference
23-29 September 1987
Cambridge, UK

Destinado basicamente aos profissonais ligados à área de documentação em museus. Para demais informações, escrever para: D. Andrew Roberts, Secretary, The Museum Documentation Association, Building O, 347 Cherry Hinton Road, Cambridge CB1 4DH, UK

Digitalizado gentilmente por:

RESENHAS

Coordenadora: Inês M. M. Imperatriz*

COELHO NETTO, José Teixeira. *Usos da cultura: políticas de ação cultural.* Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1986. 124p.

Uma proposta séria de ação cultural procura incorporar, aos canais da cultura, toda aquela parcela da comunidade – de longe, sua esmagadora maioria – que se encontra fora de seus processos de produção. Neste país, principalmente, Ação Cultural é uma proposta, em sua essência, utópica, fadada a não encontrar ouvidos dispostos a ouvi-la ou mentes interessadas em pesar seus argumentos. Sem dúvida, um desafio. Mais ainda: uma verdadeira ducha de água fria. Felizmente para nós, estas dificuldades não foram suficientes para esfriar – pelo menos, por enquanto, – o ânimo de José Teixeira Coelho Netto em seu objetivo de encarar de frente a questão e descobrir opções viáveis. Se as descobriu? Quem sabe? De qualquer forma, como bem o diz ao final de *Usos da cultura*, "utopia e cultura são verso e reverso de uma mesma entidade. Apostar num é construir o outro".

Mas o maior mérito de Teixeira e seu *Usos da cultura* talvez seja o de colocar em pauta a discussão sobre a Cultura como bem comum e, portanto, necessariamente acessível a todos, neste país em que sempre se preferiu encarar a mesma como privilégio de alguns, privilégio do qual não abrem mão de forma alguma, seja qual for a cor de sua camisa. Questão de comodidade!

O subtítulo da obra já dá uma idéia bastante clara dos propósitos de seu autor: políticas de ação cultural. Não de animação cultural. Ou de ativação cultural. De ação. Ação no sentido adotado por Francis Jeanson, que serve de guia a todo o escrever do livro e à pesquisa realizada, segundo o qual a Ação Cultural visa a "fornecer aos homens o máximo de meios para a invenção, entre eles, de seus próprios fins". E é na busca destas políticas que Teixeira parte em visita a outros países, tentando levantar as soluções que deram a questões comuns a nós brasileiros e o que estas soluções pode nos trazer de contribuição para a formulação de uma política de ação cultural. Os frutos destas visitas, traduziram-se em

* Diretora da Divisão de Tratamento da Informação do Depto. Técnico do SIBI/USP.

Digitalizado gentilmente por:

tese de livre-docência defendida na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e foram, posteriormente, transformados em livro. *Usos da cultura*, onde o autor narra as experiências acumuladas, conseguindo evitar que a leitura do mesmo se transforme na leitura de um relatório de viagem. Muito pelo contrário.

Inglaterra, França, México e Cuba foram os países visitados, tendo a escolha dos mesmos sido adotada por diversos motivos, basicamente de proximidade ou distanciamento cultural, e de tradição ou experiência anterior no setor. No México, país de vasta tradição em interferência governamental na área da cultura – que remonta à década de 20, – Teixeira consegue ver os desvios da proposta inicial das Casas de Cultura mexicanas, hoje distantes do plano original, apesar de ainda guardarem algumas de suas características. Na Inglaterra e na França o autor encontra a cultura encarada como espetáculo, espetáculo este que, paradoxalmente, encontra-se melhor montado neste último país. Ironias da história. Mas é na visita a Cuba que a atenção do autor se detém com mais vagar – que não se traduz em números de páginas escritas e, sim, em minuciosidade das informações. Ali, parece ao autor, encontram-se grande número das respostas procuradas, constituindo o Sistema de Casas de Cultura, daquele país, a "malha" que o cobre de ponta a ponta, apesar das dificuldades materiais e de pessoal por que passa a pequena ilha do Caribe.

Após a descrição das viagens, o autor tenta retirar conclusões, um "feixe central de orientações para a ação cultural" que, sem dúvida, merecem ser lidos e meditados por todos os que se interessam pelas questões da cultura. Até mesmo por aqueles que, em cargos burocráticos, são responsáveis, teoricamente ao menos, pela implementação, em nosso país, de uma efetiva política de ação cultural – embora se fique tentado a imaginar que esses, provavelmente, não entenderiam nada, absolutamente nada, das propostas do livro. Propostas de utopia.

WALDOMIRO DE CASTRO SANTOS VERGUEIRO – Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP

MILANESI, Luiz Augusto. *Ordenar para desordenar*; centros de cultura e bibliotecas públicas, São Paulo, Brasiliense, 1986, 258p.

Apresenta um retrospecto da Biblioteca Pública brasileira e um pa-

Digitalizado gentilmente por:

norama da Biblioteca Pública no Estado de São Paulo. Esse panorama é o resultado da aplicação de uma série de questionários, algumas visitas feitas pelo autor às Bibliotecas, assim como, da coleta de depoimentos pessoais.

Analisa o papel da biblioteca, o seu continente, sua atuação, considerando a realidade social, o contexto em que insere, a comunidade com a qual deverá atuar e o sistema de ensino vigente. Não apresenta proposta fechada nem oferece modelos a serem adotados ou seguidos, indica como caminho soluções particulares a partir de um processo permanente e contínuo de discussão e organização dos usuários.

Faz considerações sobre o Sistema de Ensino e sua problemática, sua dependência ao poder público, que o mantém, trançando diretrizes, que refletem a ideologia do Estado, ao qual interessa manter seu caráter tradicional para assegurar a tranqüila sobrevivência e o menor conflito. A Biblioteca não deve se enquadrar nessa "forma", mas ser uma instituição que leva ao questionamento de valores, que provoque discussões geradoras de transformações.

O Bibliotecário é estimulado ao exercício de seu papel de agente social, trabalhando com propostas que sejam produto de uma ação com a comunidade; que conduzem a uma progressiva seleção qualitativa, à obtenção de espaços adequados ao público ao qual se destina.

Bibliotecas que possam contar com um acervo sem censura, que contenham os discursos contraditórios que levam à reflexão, à discussão e ao exercício democrático.

A adequação das Bibliotecas ao momento presente, agilizando sua função de centro de informação quer as utilitárias – necessárias e imprescindíveis em muitas localidades – quer aquelas específicas voltadas para segmentos significativos da comunidade, aglutinadoras e incentivadoras da produção cultural, organizadoras e depositárias da memória local.

Bibliotecas que sejam espaços de ordenação, desordenação e reordenação (ordem-desordem), centro de convivência local espaço para a vida.

AMÉLIA MARIA MOREIRA – Departamento de Bibliotecas Públicas do Município de São Paulo

Digitalizado gentilmente por:

MAGRILL, Rose Mary & HICKEY, Doralyn. *Acquisitions management and colletion development in libraries*. Chicago, American Library Association, 1984

A reduzida oferta de literatura biblioteconômica em língua portuguesa obriga profissionais e estudantes a lançarem mão de obras publicadas em outros países, principalmente os de língua inglesa. Na área de Desenvolvimento de Coleções, particularmente, esta opção é quase que obrigatória. Por isso, quando surgem no exterior obras sobre o assunto – apesar, muitas vezes, do grande lapso de tempo necessário para que as mesmas cheguem às nossas mãos – tem-se motivo de sobra para regozijo. Principalmente quando são livros bem elaborados e sérios, como é o caso de *Acquisitions management and collection development in libraries*, da autoria de Rose Mary Magril e Doralyn J. Hickey. No caso em questão, por exemplo, vê-se que foram atendidas não apenas as necessidades dos bibliotecários e estudantes brasileiros – embora indiretamente, mas também do livro de Stephen Ford sobre aquisição de materiais para bibliotecas, que pedia uma obra de atualização. E isto, especificamente, é o que fazem Magrill e Hickey tratando a questão sob um ponto de vista globalizante, ponto de vista este que muito deve à emergência, na segunda metade da última década, do movimento para desenvolvimento de coleções.

Não se espere, no entanto, que a obra responda a todas as perguntas sobre aquisição que existem nas mentes dos bibliotecários brasileiros. Elaborada para atender aos anseios dos bibliotecários e estudantes norte-americanos, o livro de Magrill e Hickey nos atendem apenas parcialmente. Nossa realidade, com problemas próprios a países subdesenvolvidos, não é tratada, com a profundidade que acharíamos necessária, o que é bastante natural, considerando a clientela original do livro. Por outro lado, as autoras proporcionam aos bibliotecários brasileiros um farto material sobre as atuais teoria e prática para o desenvolvimento de coleções, diferenciando bem os aspectos teóricos do desenvolvimento de coleções – labor intelectual de elaboração de políticas e planejamento do acervo – das atividades práticas de aquisição – o trabalho puramente administrativo de localização e obtenção do material desejado.

Desenvolvido de forma bastante lógica, o livro inicia-se por uma vis-

Digitalizado gentilmente por:

ta geral do desenvolvimento de coleções, passando pela elaboração de políticas e pela organização do acervo. A única crítica à obra, parece-nos, poderia localizar-se neste ponto, ou seja, no reduzido número de páginas dedicadas ao assunto, apesar da extrema densidade de informações nelas contidas. Passa-se, em seguida ao trabalho de aquisição propriamente dito, o coração do trabalho de Magril e Hickey, o qual é quase que totalmente esmiuçado, indo desde a organização do trabalho e a busca bibliográfica para localização e obtenção dos itens desejados até a aquisição de periódicos e materiais não impressos, passando pelas várias modalidades de aquisição, particularmente interessante é o capítulo que trata da grande variedade de "planos de compra controlados pelo fornecedor", o que, em outras palavras, significa – e talvez esta idéia seja novidade para grande parte dos bibliotecários brasileiros, – "entendimentos entre bibliotecas e fornecedores que envolvem a cessão, ao fornecedor, de alguma parcela da responsabilidade pela seleção". Embora bastante distante, até o momento, da realidade da grande maioria de nossas bibliotecas, o capítulo é muito útil como possibilidade a ser trabalhada no futuro, se realmente pretendemos agilizar a obtenção do material para nossas bibliotecas, principalmente as universitárias e especializadas. O livro termina com um capítulo sobre administração e avaliação da coleção, fechando o ciclo iniciado com os capítulos sobre desenvolvimento de coleções.

O trabalho de Magril e Hickey é indispensável tanto a estudantes de biblioteconomia, principalmente pela descrição acurada e minuciosa dos processos, preocupações e procedimentos referentes ao trabalho de aquisição e desenvolvimento de coleções, como a bibliotecários envolvidos com estas atividades, que nele encontrarão muitos exemplos de problemas rotineiros e a discussão de suas soluções. Especialmente valiosas, do ponto de vista do profissional, são as extensas e bem selecionadas bibliografias que constam do final de cada capítulo e trazem o que de mais atual existe sobre o assunto, assim como apresentam uma excelente cobertura retrospectiva.

WALDOMIRO DE CASTRO SANTOS VERGUEIRO – Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP

Digitalizado gentilmente por:

FLUSSER, Victor. A biblioteca como instrumento de ação cultural. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, *12*(2):145-169, set. 1983.

Primeiramente, faz-se necessário definir o que é cultura, que pode ser vista sob dois pontos de vista, como o conjunto de objetos, obras e coisas feitas pelo homem ou então como a sua visão de mundo, o conjunto de suas práticas sociais ou individuais.

Estas duas conceituações implicam diferentes maneiras de analisar o nosso contato com a herança cultural. Ativamente reelaborando o que recebemos ou, passivamente, aceitando-a sem modificações.

Para a prática da ação cultural é importante determinar as relações dos indivíduos com a sua herança cultural, as formas de assimilá-la, bem como ter uma visão crítica do assunto, tanto objetiva (em relação ao que nos circunda), quanto subjetiva (em relação à nossa própria formação), pois são esses os elementos que permitem a decodificação, tanto do acervo cultural quanto do contexto cultural com o qual se está atuando.

Além disso, é necessário decodificar as diversas políticas culturais. Segundo Fierre Guadibert existem dois tipos de ideologia de cultura: as implícitas e as explícitas.

As primeiras subdividem-se em: a) Ideologia do consenso cultural, que é baseada na pretensa neutralidade da cultura e que considera as obras culturais como produtos do espírito humano dentro de um vazio contextual; b) Ideologia das necessidades culturais se baseia na idéia de que a política cultural deve ser orientada pelos desejos de uma população, semelhante à posição comercial diante do objeto cultural. Esta se opõe a uma cultura libertadora que se engajaria, num processo que visa dar a cada homem a possibilidade de descobrir suas verdadeiras necessidades decorrentes de sua cultura contexto, para, num segundo tempo, dar-lhe as possibilidades de satisfazê-las, evitando-se uma cultura elitista, alienada ou reacionária; c) Ideologia da inocência cultural, que neutraliza o público apresentando o objeto cultural sem considerar fatores econômicos, sociais etc. do homem.

As ideologias explícitas são: a) Ideologia da democratização cultural, que tem suas raízes na idéia da democracia política, afirmando que todos têm direito, não levando em consideração as diferenças sócio-econômicas; b) Ideologia da salvação cultural, na qual a função cultural é de antídoto da sociedade industrial, que mecaniza o homem. Seu elemento

Digitalizado gentilmente por:

principal é a criatividade, o meio eficaz de proteger o homem contra a burocratização e desenvolver-lhe a capacidade de imaginação; c) Ideologia da religião cultural, como a anterior visa promover um Humanismo baseado na comunhão de todos os homens.

A ação cultural, como opção política, é orientada em duas direções, a motivação manipuladora e a outra, da emergência cultural. Na primeira, a cultura e a biblioteca são vistas como um elemento que contribui à manutenção do sistema sócio-econômico e, na segunda, a ação cultural emergente e libertadora é compreendida como um meio de expressão da criatividade e a animação cultural como um instrumento de libertação social e cultural. Esta última, que é recomendada pelo autor, se articula em torno de três problemas: a invenção, a formulação e a criação. A invenção seria dar a cada um, através da animação (bibliotecária) o meio de inventar o seu código cultural. A formulação seria o meio (know-how) para que a invenção possa se articular e a criação, seria a meta de toda a animação, pois é através dela que o indivíduo pode superar suas limitações e traçar o caminho da transformação social, da verdadeira revolução.

A ação cultural nas bibliotecas seria, também, o instrumento para a superação do poder dos especialistas, dos experts, dando ao usuário a possibilidade de pronunciar sua própria palavra, de influir na escolha dos livros que compõem o acervo, de inventar, formular e criar.

Para que a biblioteca se transforme é necessário que ela se volte para o não público e busque, com ele, uma linguagem em comum. A função tradicional da biblioteca – dar livros – nesta transformação, passa a ser a de suscitar uma cultura viva e compreende atividades desenvolvidas em três níveis: pesquisa da realidade com a qual se irá trabalhar; desenvolvimento de estruturas que permitam a emergência da cultura, da leitura, através da atitude literária e o acesso a uma maior consciência de sua condição cultural, através de análise do trabalho efetuado.

O livro e a leitura em uma biblioteca que desenvolve uma ação cultural não são mais um objeto, mas elemento de uma cadeira comunicológica. Encarado como a concretização de um contexto, o livro se torna um meio para que o autor e o leitor possam dialogar. O receptor (leitor) interage com o emissor (autor), não através do meio (livro), mas no meio.

O trabalho primordial seria o de leitura, no sentido amplo, de repensar histórica e sociologicamente, tanto a herança cultural, quanto o contexto cultural, a fim de que busquemos uma maior consciência e pos-

Digitalizado gentilmente por:

samos dar vida aos elementos emergentes de nosso contexto cultural.

MARIA RITA NOGUEIRA BARBOSA RAMOS – Biblioteca Infantil Monteiro Lobato

FUTAS, Elisabeth & INTNER, Sheila S., ed. Collection evaluation. *Library Trends*, v. 33, n. 3, 1985.

1. William E. McGrath – Collection evaluation: – theory and the search for structure;
2. Rose Mary Magrill – Evaluation by type of library;
3. Barbara A. Rice – Evaluation of online databases and their uses in collections;
4. Jane A. Hannigan – The evaluation of software;
5. Tony Stankus – Looking for tutors and brokers: comparing the expectations of book and journal evaluators;
6. Bill Katz – A way of looking at things;
7. Lee Ash – Old dog, no tricks: perceptions of the qualitative analysis of book collections;
8. Elisabeth Futas – The role of public servies in collection evaluation.

Apenas em recentes anos, mais precisamente a partir das modificações que passaram a vigorar para as turmas que iniciaram o curso em 1984, o currículo de Biblioteconomia abriu espaço para a matéria *Formação e Desenvolvimento de Coleções*. Antes, o conteúdo era disperso – e muito, – em tópicos de *Organização e Administração de Bibliotecas* onde se falava, bastante rapidamente, sobre seleção, aquisição e descarte. De avaliação, por exemplo, parte tão importante do *Desenvolvimento de Coleções*, o estudante recebia praticamente nenhuma informação. Neste aspecto, a introdução da nova disciplina no currículo de Biblioteconomia foi uma inovação importante, pois no Brasil, salvo raras e honrosas exceções, os acervos bibliográficos cresceram desordenada e – em muitos casos, – indiscriminadamente. Espera-se, com otimismo talvez exagerado, que a aquisição de noções sobre *Desenvolvimento de Coleções* possa colaborar para reverter esta tendência. Precisa-se de coleções que cresçam racionalmente e atendam de forma mais efetiva às necessidades de seus usuários.

Digitalizado gentilmente por:

No entanto, nem bem o assunto é colocado em pauta nas Escolas de Biblioteconomia e descobrimos que já sofreu modificações. É o que afirmam Elisabeth Futas e Sheila Intner na introdução ao volume de *Library Trends* por elas editado, dedicado à *Avaliação de Coleções*. Mudou a ênfase, que já não enfatiza mais a seleção e escolha no desenvolvimento da coleção mas, ao contrário, a sua manutenção e administração; mudou, além disso, a própria denominação da matéria, passando a chamar-se – com muito mais precisão, diga-se de passagem, – *Administração de Coleções*, que melhor define uma atenção continuada ao material mesmo depois de sua incorporação ao acervo.

Para os estudiosos de *Administração de Coleções* – usemos o título pelo qual é tratado internacionalmente, – os nomes de Elisabeth Futas e Sheila Intner não são desconhecidos e já geram, por si sós, expectativa de trabalhos sérios. Essa expectativa não é frustrada no volume em apreço, onde a questão da *Avaliação de Coleções* é tratada em ótimo nível, ficando difícil apontar altos e baixos. Existem, é claro, diferenças de enfoque por parte dos diversos autores, mas estas diferenças são salutares, e, conforme palavras das editoras, conscientemente buscadas.

O primeiro artigo, de autoria de William McGrath – também um nome já conhecido, – enfoca a falta de uma teoria onde os bibliotecários possam basear-se para avaliação de coleções; enfatiza, ao mesmo tempo, a necessidade de se procurar algum tipo de estrutura que se possa utilizar como guia para pesquisas. Quase que respondendo a esta pergunta, Mary McGrill nos proporciona uma análise em profundidade da avaliação por tipos de biblioteca, onde deixa bem claro que as formas de avaliar as coleções irão variar de acordo com a categoria da biblioteca (especializada, universitária, pública e escolar).

Dois artigos procuram analisar os "novos" formatos que começam a fazer parte do acervo das bibliotecas. O primeiro deles, de Barbara Rice, enfoca o papel das bases de dados de acesso on-line e discute se elas são ou não parte da coleção da biblioteca. O artigo seguinte contém considerações acerva do impacto das novas tecnologias nas bibliotecas e seus usuários. São, ambas, discussões que ainda se encontram muito distantes da realidade da maioria de nossas bibliotecas.

O quinto artigo relata uma pesquisa em que são analisadas resenhas de monografias e periódicos, buscando encontrar diferenças de avaliação devidas ao formato das publicações. Em "Uma maneira de olhar as coi-

Digitalizado gentilmente por:

sas", Bill Katz afirma que a correta administração de recursos e a obtenção de informações precisas sobre como a coleção é utilizada são a chave para avaliação de coleções. Lee Ash, em seguida, relata sua experiência no processo de avaliação e propõe um método realista para abordagem do material.

Fecham o volume dois artigos das editoras, onde Elisabeth Futas enfatiza o importante papel que bibliotecários de atendimento ao público desempenham na avaliação de coleções, enquanto Sheila Intner procura exemplificar a contribuição a ser prestada, ao mesmo processo, pelos bibliotecários de serviços técnicos.

Em um país com carência de informação nas proporções do Brasil, a leitura deste volume de *Library Trends* por todos os bibliotecários, envolvidos com a *Administração de Coleções*, é quase que um dever de ofício.

WALDOMIRO DE CASTRO SANTOS VERGUEIRO – Professor Assistente – Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP

Digitalizado gentilmente por:

GUIA AOS COLABORADORES*

1 INFORMAÇÕES – INSTRUÇÕES

1.1 – *Finalidade da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.*

A RBBD é orgão oficial da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e tem a finalidade precípua de publicar trabalhos sobre biblioteconomia, documentação e área afim, e registrar a legislação nacional corrente da área em vista à atualização profissional.

1.2 – *Tipos de Colaboração*

1.2.1 – A 1ª Secção da RBBD é constituída de ARTIGOS ORIGINAIS, ENSAIOS, COMUNICAÇÕES TÉCNICAS, REVISÕES E TRADUÇÕES;

1.2.2 – Outras Secções;

1.2.2.1 – LEGISLAÇÃO: referênciação (leis, decretos, portarias etc.), seguida de emenda e resumo. Sempre que necessário, a espécie legislativa será publicada na íntegra e comentários serão feitos. O arranjo será por descritores;

1.2.2.2 – REPORTAGEM E ENTREVISTAS: pessoas e fatos em evidência de interesse ao fascículo em foco;

1.2.2.3 – NOTICIÁRIO: notícias diversas sobre as associações estaduais e regionais, conselhos, grupos de trabalhos, organismos nacionais e internacionais, congressos, cursos etc.;

1.2.2.4 – RESENHAS: livros relevantes, teses, publicados nos últimos 5 anos; conforme normas próprias da RBBD;

1.2.2.5 – LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS: assuntos de interesse da área, conforme NB – 66/78.

---

* Este Guia está sendo revisto pela Comissão Editorial, aceitando-se sugestões para sua melhoria.

Digitalizado gentilmente por:

1.2.2.6 – RECENTES PUBLICAÇÕES: registro das obras recém-publicadas e trabalhos acadêmicos defendidos na área biblioteconômica;

1.2.2.7 – CONSULTÓRIO TÉCNICO: esclarecimento de dúvidas e perguntas dos leitores, respondidas por especialistas.

1.3 – *Escolha da matéria dos fascículos*

Sempre que possível a matéria dos ítens 1.2.1, 1.2.2.3, 1.2.2.4 e 1.2.2.5, será encomendada pelo Editor e haverá uma coerência na escolha dos temas. Cerca de 30% da matéria (1.2.1 e 1.2.2.3) estará sob a responsabilidade de um Estado ou região, através do respectivo Correspondente.

2 – REGULAMENTO

2.1 – *Artigos originais, ensaios, comunicações técnicas, revisões, traduções.*

Devem ser entregues em duas vias (um original e uma cópia) endereçados ao Editor Profa. Dra. Neusa Dias de Macedo, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), Rua Avanhandava, 40, conj. 110, São Paulo, SP – CEP 01306.

2.1.2 – A matéria deve ser inédita e destinar-se exclusivamente à RBBD, não sendo permitida a publicação simultânea em outro periódico.

2.1.3 – Os conceitos emitidos são de inteira responsabilidade dos autores.

2.1.4 – Os trabalhos recebidos são submetidos à apreciação de, pelo menos, dois Relatores do Conselho Editorial, dentro da especialidade destes. Caberá ao Conselho decidir sobre sua publicação.

2.1.5 – Os trabalhos não aceitos ficarão à disposição dos autores, pelo prazo de um ano.

2.1.6 – Os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedade da RBBD, vedada tanto a reprodução, mesmo que parcial, como a tradução para outro idioma, sem a devida autorização do Editor ouvido antes o Conselho Editorial.

2.1.7 – O parecer do Conselho Editorial, sob anonimato, será comunicado aos autores. Ao Conselho é reservado o direito de devolver os originais quando se fizer necessária alguma correção ou modificações de ordem temática e/ou formal.

Digitalizado gentilmente por:

2.1.7.1 — A RBBD se reserva o direito de proceder a modificações de ordem puramente formal, ortográfica e gramatical realizada por Revisores especializados, no texto dos artigos que porventura exigirem tais correções, antes de serem encaminhados à publicação. De tais modificações ("copidescagem") será dada ciência ao autor.

2.1.8 — Os autores recebem somente a primeira prova para correção.

2.1.9 — As colaborações a cada fascículo obedecerão: 1) à programação encomendada pelo Editor-Responsável; 2) à data de entrega da matéria adicional.

2.1.10 — A cada trabalho serão reservadas 10 separatas, entregues ao autor ou primeiro autor.

2.2 — *Traduções*

Devem ser submetidos à apreciação do responsável pelas Traduções, ouvido, se for o caso, o Conselho Editorial. Cópia de autorização do autor original deve ser encaminhada ao Editor, junto com a tradução.

2.3 — *Reportagens, noticiário, resenhas e levantamentos bibliográficos*

O planejamento editorial destas Seções, para cada fascículo, é feito em conjunto com o Editor, mas a coleta e organização da matéria é de responsabilidade do respectivo encarregado de cada Secção.

3 — NORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos devem:

3.1 — limitar-se a um máximo de 30 páginas datilografadas para os artigos originais; 10 páginas para comunicações técnicas, sistematizações, roteiros de aulas, monografias de estudantes e 60 para revisões e traduções. Anexos e apêndices, quando constarem, não devem exceder 1/3 (um terço) do total de páginas;

3.2 — Ser datilografados numa só face de folhas tamanho ofício, obedecendo a média de 20 linhas de 70 toques para cada página datilografada. Todas as páginas devem ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos, no canto superior direito. A datilografia deve ser preferencialmente executada em máquina elétrica, com fita de polietileno, utilizando-se a esfera "polygo elyte" para o texto e "prestige elyte" para os resumos e notas de rodapé.

Digitalizado gentilmente por:

3.3 — ser escritos em língua portuguesa;

3.4 — conter somente nomenclaturas, abreviaturas e siglas oficiais ou consagradas pelo uso. Inovações poderão ser empregadas, desde que devidamente explicitadas;

3.5 — conter dois resumos, datilografados em folhas separadas, um em português e outro em inglês. No máximo constituído de 300 palavras, devem expressar os pontos relevantes do artigo, e serem acompanhados de descritores que traduzam as facetas temáticas do conteúdo. Obedecer às recomendações da NBR6028/80. À Comissão de Redação, sempre que for necessário, é reservado o direito de fazer modificações para fins de indexação.

3.6 — apresentar à parte uma página de rosto, na qual contenha:

a) símbolo de classificação bibliográfica (CDU);
b) título do artigo (e subtítulo, se necessário) seguido de um asterisco;
c) autor ou autores, seguidos de dois asteriscos;
d) data, de apresentação do artigo à Redação.
e) no rodapé da página devem ser apresentadas informações sobre o trabalho e credenciais do autor(es).

Exemplo:

ANTES QUE AS MÁQUINAS CHEGUEM*

D. J. Simpson**

* Do artigo "Before the machines come", publicado em Aslib Proceedings 20 (a): 21-33, 1968. Traduzido pelo Prof. Eduardo José Wense Dias, da Escola de Biblioteconomia da UFMG;

** Bibliotecário e Diretor do Media Resources of The Open University Library, Inglaterra.

3.7 — apresentar as tabelas, quando for o caso, seguindo as "Normas de Apresentação Tabular" estabelecidas pelo Conselho Nacional de Estatística. (*V. Revista Brasileira de Estatística*, 24:42-60, jan./jun. 1963). Devem ser numeradas consecutivamente, em algarismos arábicos, e encabeçadas por um título;

3.8 — apresentar as ilustrações numeradas consecutivamente, em algarismos arábicos, e suficientemente claras para permitir sua eventual redução.

Digitalizado gentilmente por:

Os desenhos devem ser feitos a tinta nanquim preta e as letras traçadas com normógrafo ou letras decalcáveis (tipo *letraset*);

3.10 — as legendas das ilustrações e tabelas devem vir todas datilografadas em folha à parte, com indicações entre parênteses que permitam relacioná-las às tabelas ou ilustrações (fotos ou desenhos) respectivos;

3.11 — seguir as normas de referenciação bibliográfica, pela ABNT:NB66/78. Os títulos dos periódicos devem ser apresentados por completo e seguidos do local de publicação. À Comissão de Redação é reservado o direito de uniformizar o aparato bibliográfico dos artigos, quando se fizer necessário.

Exemplos :

1 — *Livros:*

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969. 502p. (Biblioteca de Administração Pública, 14).

2 — *Traduções:*

FOSKETT, Douglas John. *Serviço de Informação em bibliotecas*. [Information services in libraries]. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo, Polígono, 1969. 160p.

3 — *Parte de obra* :

AZEVEDO, Fernando de. A escola e a literatura. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro, ed. Sul Americana, 1955. v. 1, t.1, p. 129-53.

4 — *Artigos de periódico* :

CAMARGO, Nelly de. Comunicação: uma nova perspectiva no campo das ciências do comportamento. *Revista da Escola de Comunicações Culturais USP*. São Paulo, 1(1):152-8, 1968.

3.12 — seguir, sempre que for possível, as normas da ABNT:NBR-6024/80, para a numeração progressiva do artigo;

3.13 — usar notas de rodapé, através de asteriscos, somente quando indispensáveis;

3.14 — apresentar os agradecimentos a pessoas ou instituições, quando necessário, no fim do artigo, logo após o resumo em inglês.

Digitalizado gentilmente por:

Pede-se acusar o recebimento a fim de não ser interrompida a remessa

Please acknowledge the receipt, so that the remittance may not be interrupted

Recebemos a R. Bras. Bibliotecon. e Doc. v. 20 nº: 1/4, jan./dez. 1987

Nome/*Name:*

Endereço/*Address:*

Data/*Date:*

(a)

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação é indexada por: Information Science Abstracts (ISA), Library and Information Science Abstracts (LISA) e Library Liberature (LL).

REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
(Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários)
São Paulo, 1, 1973 – **10**, 1977;
N. Ser. **11**, 1978.

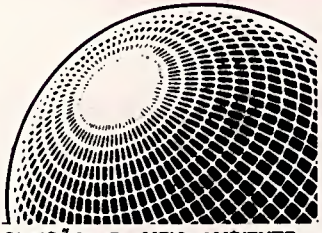
Cont./ de BOLETIM da FEDERAÇÃO BRASILEIRA de ASSOCIAÇÕES de BIBLIOTECÁRIOS, **1**, 1960/**26** (5/6), 1972.

1973/77, 1–10
1978, 11 (1/4)
1979, 12 (1/4)
1980, 13 (1/4)
1981, 14 (1/4) CDU:02:061.25(81) (05)
1982, 15 (1/4)
1983, 16 (1/4)
1984, 17 (1/4)
1985, 18 (1/4)
1986, 19 (1/4)
1987, 20(1/4)

Composição
Angela Maria Costa dos Santos
Ligia Tizuko Carlos
Impressão e Acabamento:
grafistyl editora gráfica ltda.
tel. 66-0220
são paulo – sp

Digitalizado gentilmente por:

COMO OBTER INFORMAÇÃO MUNDIAL SOBRE ESTES ASSUNTOS ?



MERCADOS / TECNOLOGIA ESTRANGEIRA / **FORNECEDORES** / INVESTIMENTOS / **TECNOLOGIA DE MANUFATURA** / MATERIAS / **PATENTES** / COMPUTADORES E PERIFÉRICOS / **ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO** / NEGÓCIOS E ECONOMIA / **TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO** / ELETROTECNOLOGIA / **TELECOMUNICAÇÕES** / GOVERNO / **FÍSICA** / QUÍMICA / **INVENÇÕES PARA LICENCIAMENTO** / ENGENHARIA CIVIL / **TECNOLOGIA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO** / ROBÓTICA / **POLUIÇÃO E MEIO AMBIENTE** / RECURSOS NATURAIS / **ENERGIA** / TRANSPORTE / **INDICADORES ECONOMICOS E SOCIAIS** / TURISMO / **PROPAGANDA** / MARKETING / **TECNOLOGIA URBANA E REGIONAL** / ALIMENTAÇÃO / **AGRICULTURA** / MEDICINA E QUAISQUER OUTRAS ÁREAS DE SEU INTERESSE.

NO BRASIL EXISTEM SOMENTE 3 MANEIRAS:

1

OPTION LINE
via PTI / Acesso a Banco de Dados Internacionais e fornecimento de documentos

* Acesso ONLINE aos principais BANCOS DE DADOS INTERNACIONAIS.

* Fornecimento rápido de documentos, inclusive VIA FAC - SÍMILE E COURIER.

* Distribuidor exclusivo no Brasil **NTIS - NATIONAL TECHNICAL INFORMATION SERVICE** ÓRGÃO OFICIAL DO GOVERNO NORTE AMERICANO reponsável pela publicação de 80.000 relatórios técnicos anuais, tendo como fonte OS LABORATÓRIOS DOS CENTROS DE PESQUISAS DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES MUNDIAIS.

* Distribuidor exclusivo **IFS** principal editora internacional sobre: ROBÓTICA, CAD / CAM, TECNOLOGIA DE MANUFATURA.

* Distribuidor exclusivo **ERA TECHNOLOGY**, o mais importante centro de pesquisa da Inglaterra, especializado em: ELETRÔNICA, FIBRAS, ENERGIA, ETC...

2

* Relatórios precisos e abrangentes, cobrindo informações solicitadas pelo usuário sobre mais de 150 PAÍSES.

* OS 3.000 MAIS IMPORTANTES ANUÁRIOS DO MUNDO, EM TODAS AS ÁREAS.

PTI
RUA PEIXOTO GOMIDE, 209
01409 - SÃO PAULO - SP
TEL.: (011)
257.1640 - 258.8167
258.8442 - 255.3053
TELEX 1135844 APTI
FAX.: (011) 258.6990

3

pti

* REVISTAS E JORNAIS
O serviço de assinatura da **PTI** localiza e fornece REVISTAS E JORNAIS de todo o mundo, apoiado por um PODEROSO BANCO DE DADOS contendo mais de 200.000 TÍTULOS, ORIENTANDO-O EM SUA ÁREA DE INTERESSE.

* LIVROS / MANUAIS / DICIONÁRIOS / TESES / ANAIS DE CONGRESSO / ANUÁRIOS E GUIAS.
O mais versátil sistema de encomenda de publicações internacionais.
O FANTÁSTICO **SABE 65.000**: SISTEMA DE ALERTA BIBLIOGRÁFICO ESPECIALIZADO EM 65.000 ÁREAS.
Sempre que precisar obter rapidamente informações bibliográficas, consulte gratuitamente o **SABE** para obter relações computadorizadas de livros ou revistas nas áreas de seu interesse.

* NORMAS E ESPECIFICAÇÕES
Serviço inédito no Brasil de PESQUISA, IDENTIFICAÇÃO, ORIENTAÇÃO E FORNECIMENTO DE NORMAS MUNDIAIS.

Digitalizado gentilmente por:
Scan System Gerenciamento de Informação
FEBAB